



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA – PPGCP

CAMILA SANTOS ANDRADE

**MURAKAZA NEZA MU RWANDA: AS INICIATIVAS DE RECONSTRUÇÃO PÓS-
GUERRA CIVIL PELO ESTADO DE RUANDA (2000-2020)**

Porto Alegre

2021

CAMILA SANTOS ANDRADE

**MURAKAZA NEZA MU RWANDA: AS INICIATIVAS DE RECONSTRUÇÃO PÓS-
GUERRA CIVIL PELO ESTADO DE RUANDA (2000-2020)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Andrade, Camila Santos

MURAKAZA NEZA MU RWANDA: AS INICIATIVAS DE
RECONSTRUÇÃO POS-GUERRA CIVIL PELO ESTADO DE RUANDA
(2000-2020) / Camila Santos Andrade. -- 2021.

185 f.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Ruanda. 2. Estado. 3. Pan-Africanismo
Pragmático. 4. Reconstrução pós-conflito. 5. África.
I. Pereira, Analúcia Danilevicz, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAMILA SANTOS ANDRADE

**MURAKAZA NEZA MU RWANDA: AS INICIATIVAS DE RECONSTRUÇÃO PÓS-
GUERRA CIVIL PELO ESTADO DE RUANDA (2000-2020)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Analúcia Danilevicz Pereira - Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato
UFRGS

Prof^a Dr^a Gladys Teresita Lechini
Universidad Nacional de Rosario - UNR

*Às minhas ancestrais, especialmente ao
amor da minha vida: minha avó.*

AGRADECIMENTOS

Ter a oportunidade de estudar um tema que gera uma conexão é um privilégio, e eu venho agradecendo desde 2012 por eu ter escolhido a África como a minha linha de pesquisa. Começar o meu processo de aproximação com as minhas raízes me abriu um mundo de possibilidades de conhecimento. Por isso, eu agradeço às minhas ancestrais por estarem me guiando em todo esse processo de cura e de fortalecimento. O ano de 2020 foi um ano muito difícil para todos, por conta da pandemia do COVID-19, e o que me acolheu foi buscar leituras que me conectavam com as minhas raízes.

Ligado a isso, não posso deixar de mencionar, de forma especial, a minha avó, que sempre esteve comigo em todas as decisões de carreira e que me apoiou, mesmo nos momentos que eu não acreditava na empreitada. Escrever este trabalho também foi uma forma de me conectar com ela, informando sobre eventos do nosso continente e incentivando a ler livros sobre Ruanda. Sou muito orgulhosa por ela e mais ainda orgulhosa por mim, por ter tido o prazer de ainda conviver com essa presença incrível na minha vida.

Quero agradecer aos meus familiares, especialmente pelas relações no ano de 2021. Perdemos nossa tia para o COVID-19, e conseguimos em pouco tempo reorganizar os trilhos para que o trem pudesse passar. Não pude fazer um agradecimento tão completo a ela em vida, mas aproveito este espaço para dizer o quanto Tânia foi importante como um exemplo de mulher nordestina desbravando o sudeste e o quanto de apoio ela dedicou para que eu escolhesse ter a carreira que eu quisesse: ela me possibilitou sonhar e concretizar. Eu fui para Ruanda também contando com a ajuda dela, não pensando duas vezes em fazer com que o meu plano virasse realidade. Retomando, quero agradecer a minha família, especialmente aos meus tios e tias, pela educação, investimento e cuidado ao longo dos anos. Não teria chegado onde eu estou sem todos vocês.

Agradeço também aos amigos, às minhas conexões que torcem pelas vitórias, cada passinho dado ao longo da jornada. Não quero citar nomes porque foram quatro anos de estrada. Muitas pessoas entraram e saíram da minha vida, mas todas tiveram um propósito para estarem ali. E eu agradeço imensamente àquelas que ainda estão, que me acompanham e que seguem torcendo, mesmo a distância. Tenho que fazer um agradecimento especial a Tamiris Pereira dos Santos, que me acompanhou desde a graduação e até hoje segue como minha mentora na área acadêmica; e a Paolla Rosa, que dedicou seu tempo para ler minha tese em tão pouco tempo. A todos os meus amigos queridos, muito obrigada, muito obrigada!

Quero agradecer à minha orientadora, Prof^a Dr^a Analúcia Danilevicz Pereira por ter me dado a oportunidade de ser orientada por ela e ter acreditado no meu trabalho. Trabalhar com ela me proporcionou ter uma visão humana da relação entre aluno-professora e de ser parte de um grupo de pesquisa com pessoas qualificadas e gentis. Não posso deixar de frisar que, com ela, pude refinar meus conhecimentos sobre os temas que tanto queria me especializar, a África e Ruanda, com qualidade e uma perspectiva diferenciada. Muito obrigada, professora!

A minha experiência pôde ser completa por conta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), por ter possibilitado uma bolsa de estudos para o Doutorado na UFRGS e uma bolsa para o Doutorado Sanduíche na Universidad Nacional de Rosario. Quero agradecer a Prof^a Dr^a Gladys Teresita Lechini pela disponibilidade para me receber e me acolher no Programa de Relações Internacionais. O contato com a professora me fez expandir as minhas referências, não só acadêmicas, mas também pessoais. Obrigada por todo apoio e companheirismo.

Tenho que ressaltar o trabalho impecável do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, tanto da secretaria como do corpo de professores. Escolher a UFRGS para fazer meu Doutorado foi, sem dúvidas, a melhor escolha que fiz. Mesmo longe de casa, tive suporte e acolhimento de Lucas Greff, boas trocas de conhecimento e conversas com o Prof. Dr. Leonardo Granato e o Prof. Dr. Carlos Arturi, e oportunidade para crescer nos estágios com a Prof^a Dr^a Analúcia Pereira e o Prof. Dr. Paulo Visentini.

A todos, muito obrigada.

*I wish you could know
What it means to be me
Then you'd see and agree
That every man should be free.*

NINA SIMONE

RESUMO

Ruanda, 1994: o embate entre tutsis e hutus configurou a disputa pelo poder do aparato estatal em um pequeno território na África Central. A guerra civil em Ruanda, a qual matou por volta de 800.000 pessoas, foi significativa na história do país, sendo reconhecido pela comunidade internacional por este evento. Após 27 anos, o Estado de Mil Colinas ainda passa pelo processo de reconstrução pós-guerra civil, com iniciativas financiadas por atores externos e ações empreendidas pelo Estado ruandês. Diante da grande repercussão positiva de um modelo de sucesso, o presente trabalho tem como objetivo analisar como Ruanda tem se reconstruído a partir das iniciativas do Estado para o âmbito interno (nacional) e externo (regional e internacional) e quais suas implicações para essas esferas. A hipótese para a primeira parte do questionamento é que, com o objetivo de ser um país de renda média e de ter um peso relevante nas tomadas de decisão na região, Ruanda tem se reconstruído a partir de iniciativas visando ao fortalecimento de uma unidade e desenvolvimento nacional. O país utilizou a *Vision 2020* para desenvolver iniciativas nas áreas de trabalho: da política, da economia, de gênero, da educação, da cultura e comportamento, da reconfiguração espacial, da justiça e da questão dos refugiados. A partir do momento que houve um reordenamento interno, a busca pelos interesses nacionais ganhou a esfera externa, sendo projetada para os âmbitos regional e internacional. Já a hipótese para a segunda parte do questionamento é que, no âmbito nacional podem ser observadas características de um modelo de reconstrução, como o perfil de reconstrução, estratégia de inserção no cenário internacional, dentre outros aspectos. Já no cenário regional/continental, observa-se a participação ativa de Ruanda, criando mais peso para a região a partir de princípios pan-africanistas; globalmente, por sua vez, existe a inserção do Estado a partir de ideais pan-africanistas de forma pragmática, objetivando seus interesses nacionais. É a partir deste olhar macro que se criou o conceito de ***Pan-Africanismo Pragmático*** para desenhar a inserção de Ruanda em três esferas: regional, continental e global. Dentro da linha de Política Internacional e Defesa, o marco temporal escolhido para o desenvolvimento do trabalho é a partir do lançamento da *Vision 2020* (2000) até o seu final (2020), com um marco espacial que inclui Ruanda e seus países limítrofes da região dos Grandes Lagos (Burundi, República Democrática do Congo, Tanzânia e Uganda), o continente africano e o cenário internacional. Para a elaboração da pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório (aprofundamento bibliográfico na temática de construção do Estado na África) e descritivo (detalhamento das características das iniciativas do Estado ruandês). Por meio da análise bibliográfica e documental foi possível compreender o fortalecimento nacional a partir das iniciativas empreendidas em diferentes áreas, além de perceber como Ruanda se insere externamente motivado pelos seus interesses nacionais. Essa inserção externa foi conceituada como Pan-Africanismo Pragmático, ilustrando um movimento de integração com os países africanos, ao mesmo tempo que o país aproveita as brechas do sistema internacional para a obtenção dos seus objetivos.

Palavras-chave: Ruanda. Pós-guerra civil. Processo de Reconstrução. Pan-Africanismo Pragmático. Estado.

ABSTRACT

Rwanda, 1994: the clash between Tutsis and Hutus configured the dispute for the power of the state apparatus in a small territory in Central Africa. The civil war in Rwanda, which killed around 800,000 people, has been summed up in the country's history, being recognized by the international community for this event. After 27 years, the state of Thousand Hills is still undergoing a post-civil war reconstruction process, with initiatives financed by external actors and actions undertaken by the Rwandan state. Given the great positive impact of a successful model, this work aims to analyze how Rwanda has been reconstructed from the state's initiatives for the internal (national) and external (regional and international) and what are its implications to these spheres. The hypothesis for the first part of the questioning is that, in order to be a middle-income country and to have a relevant weight in decision-making in the region, Rwanda has been rebuilt based on incentives to strengthen a unity and national development. The country uses Vision 2020 to develop initiatives in the areas of work: politics, economics, gender, education, culture and behavior, spatial reconfiguration, justice and the refugee issue. From the moment that there was an internal reorganization, the search for national interests gained the external sphere, being projected for the regional and international spheres. The hypothesis for the second part of the questioning is that, at the national level, characteristics of a reconstruction model can be observed, such as the reconstruction profile, insertion strategy in the international scenario, among other aspects. In the regional/continental scenario, Rwanda's active participation is observed, creating more weight for the region based on pan-Africanist principles; globally, in turn, there is the insertion of the state based on pan-Africanist ideals in a pragmatic way, aiming at its national interests. It is from this macro perspective that the concept of Pragmatic Pan-Africanism was created to draw Rwanda's insertion into three spheres: regional, continental and global. Within the International Policy and Defense line, the time frame chosen for the development of the work is from the launch of Vision 2020 (2000) until its end (2020), with a spatial framework that includes Rwanda and its neighboring countries in the Great Lakes region (Burundi, Democratic Republic of Congo, Tanzania and Uganda), the African continent and the international scene. For the elaboration of the research, a qualitative approach was used, with an exploratory character (in-depth bibliography on the theme of state building in Africa) and descriptive (detailing the characteristics of the initiatives of the Rwandan state). Through bibliographical and documentary analysis, it was possible to understand the national strengthening based on the initiatives undertaken in different areas, in addition to realizing how Rwanda is externally motivated by its national interests. This external insertion was conceived as Pragmatic Pan-Africanism, illustrating a movement of integration with African countries, while the country takes advantage of gaps in the international system to achieve its goals.

Keywords: Rwanda. Post-civil war. Reconstruction Process. Pragmatic Pan-Africanism. State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diversas expressões do Estado	29
Figura 2: Mapa de Ruanda	78
Figura 3: Pirâmide populacional em Ruanda (estimativa 2020)	110
Figura 4: Mapa da região dos Grandes Lagos	114
Figura 5: Top dez doadores de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para Ruanda	141
Figura 6: Ruanda e sua atuação na África	143
Figura 7: A inserção de Ruanda em três esferas	149
Figura 8: Esquema analítico da estratégia do pan-africanismo pragmático	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Posição dos países em relação a sua capacidade de intervenção	28
Quadro 2: Padrão de classe existente na sociedade africana	42
Quadro 3: Resumo dos problemas potenciais criados pela herança colonial	47
Quadro 4: Influência da transição entre o período da Guerra Fria e Pós-Guerra Fria .	51
Quadro 5: Características da construção do Estado na África	55
Quadro 6: Os Dez Mandamentos do Hutu	69
Quadro 7: Pilares da <i>Vision 2020</i>	86
Quadro 8: O papel do Estado em matéria de Integração Regional e Internacional	86
Quadro 9: Pilares da <i>Vision 2050</i>	101
Quadro 10: Modelo de reconstrução pós-guerra civil de 1994	133
Quadro 11: Continuidades na história de Ruanda	136
Quadro 12: Distinções entre os pan-africanismos	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Parceiros de Ruanda	100
-------------------------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

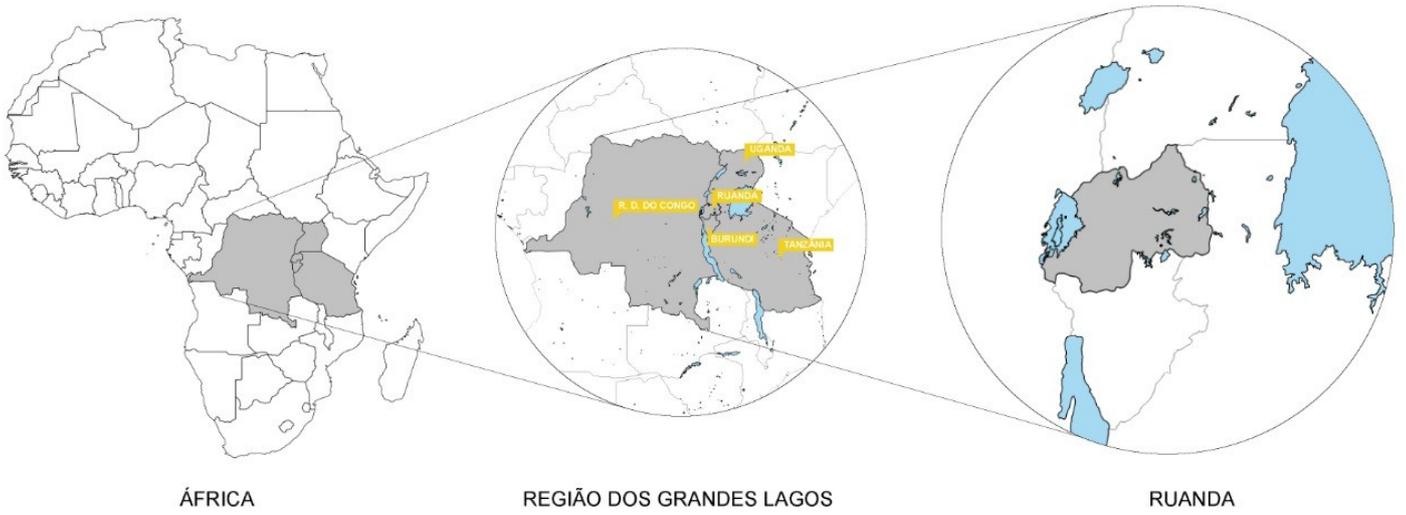
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ADF	Fundo Africano de Desenvolvimento
AfCFTA	Área de Livre Comércio da África Continental
AUDA-NEPAD	Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria para Desenvolvimento da África
CHOGM	Reunião de Chefes de Governo da Commonwealth
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EAC	Comunidade do Leste Africano
ECCAS	Comunidade Econômica dos Estados da África Central
ECGLC	Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos
EDPRS	Estratégia de Redução da Pobreza e Desenvolvimento Econômico
EUA	Estados Unidos da América
FAR	Forças Armadas Ruandesas
FDLR	Forças Democráticas de Liberação de Ruanda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPR	Frente Patriótica Ruandesa
FRWP	Fórum para Mulheres Ruandesas Parlamentares
ICTR	Tribunal Penal Internacional para Ruanda
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
KGM	Memorial do Genocídio em Kigali
MIGEPROF	Ministério de Gênero e Promoção da Família
MINALOC	Ministério do Governo Local
MINECOFIN	Ministério da Fazenda e Planejamento Econômico
MRND	Movimento Revolucionário pelo Desenvolvimento
MRNDD	Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento e a Democracia
NMOG I	Grupo Observador Militar Neutral I
NURC	Comissão de Unidade Nacional e Reconciliação
NWC	Escritório de Monitoramento de Gênero e o Conselho Nacional de Mulheres
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
OIF	Organização Internacional da Francofonia
ONGs	Organizações Não Governamentais
OUA	Organização da Unidade Africana
PARMEHUTU	Partido do Movimento de Emancipação Hutu
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDC	República Democrática do Congo
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
UDEAC	União dos Estados da África Central
UNAMIR	Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda
UA	União Africana
UNOMUR	Missão das Nações Unidas Observadora Uganda-Ruanda
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WFP	Programa Alimentar Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
<i>Apresentação</i>	17
Estrutura da tese.....	21
Por que estudar Ruanda?.....	23
1 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO AFRICANO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA.....	26
1.1 O Estado e suas relações de poder: categorias teóricas.....	27
1.2 O Estado e suas categorias de análise no contexto africano.....	37
1.3 Um olhar histórico sobre a construção do Estado africano.....	43
1.4 Pan-Africanismo e o Estado africano.....	56
2 DOS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS AO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO: DISPUTAS POLÍTICAS E FRAGMENTAÇÃO DO ESTADO.....	60
2.1 Processos históricos em Ruanda: formações institucionais.....	61
2.1.1 Formações pré-coloniais.....	61
2.1.2 Formação colonial.....	63
2.1.3 Estado independente aos prenúncios da guerra civil de 1994.....	67
2.2 <i>Amahano arenze ukwemera</i> : a guerra civil em Ruanda em 1994.....	72
2.3 Ruanda pós-guerra civil: reabilitação.....	80
2.4 Ruanda pós-guerra civil: reconstrução a partir do Estado de Ruanda.....	84
3 O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO PÓS-GUERRA CIVIL EM RUANDA.....	89
3.1 Iniciativas no âmbito interno.....	90
3.1.1 Cultural e Comportamental.....	92
3.1.2 Política.....	95
3.1.3 Econômica.....	99
3.1.5 Reconfiguração espacial.....	106
3.1.6 Educação.....	107
3.1.7 Gênero.....	109
3.1.8 Refugiados.....	113
3.2 Iniciativas no âmbito externo.....	113
3.2.1 Panorama das relações entre Ruanda e seus vizinhos.....	113
3.2.2 Ruanda e sua participação em blocos regionais.....	117
3.2.2.1 União Africana (UA).....	117
3.2.2.2 Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (ICGLR).....	119
3.2.2.3 Comunidade do Leste Africano (EAC).....	120
3.2.2.4 Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).....	123
3.2.2.5 Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS).....	123
3.2.2.6 Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (ECGLC).....	124
3.2.3 Participação de Ruanda no contexto internacional.....	125
3.2.3.1 Organização Internacional da Francofonia (OIF).....	126
3.2.3.2 Comunidade Britânica (Commonwealth).....	126
3.2.3.3 Relações bilaterais.....	127
4 RUANDA EM DIFERENTES ESFERAS: PAN-AFRICANISMO PRAGMÁTICO E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	131
4.1 <i>Ikaze mu Rwanda</i> : Um modelo de reconstrução pós-guerra civil?.....	132
4.2 A África para os africanos e pelos africanos.....	142
4.3 Em busca do desenvolvimento e unidade nacional: pan-africanismo pragmático.....	146
CONCLUSÃO.....	154
REFERÊNCIAS.....	159

ANEXO A - CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS EM RUANDA DESDE 1959. .	176
ANEXO B - RESPOSTAS HUMANITÁRIAS PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL EM 1995.....	177
ANEXO C - PAPÉIS DO ESTADO DE RUANDA.....	179
ANEXO D - FOTOS ADICIONAIS.....	182

Mapa de Ruanda



INTRODUÇÃO

“Tiko Ba Si Igi Le Hin Ogba Ogba Ma Nwo”
“Se a cerca não tiver estacas ela irá cair”
(Provérbio Yorubá)

Apresentação

Repubulika y’u Rwanda, conhecida comumente como Ruanda, é um Estado com 26.338 km² de extensão territorial e uma estimativa para 2021 de 12.943.132 habitantes (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021). Com Uganda, Tanzânia, Burundi e República Democrática do Congo como países limítrofes, o Estado de Mil Colinas situa-se na África Central (África Subsaariana), na região dos Grandes Lagos, fazendo parte de organizações internacionais como as Nações Unidas, e organizações regionais como a Comunidade do Leste Africano (EAC). Ruanda é conhecido, essencialmente, pela guerra civil ocorrida em 1994, fruto de uma disputa de poder entre tutsis e hutus, que ocasionou na morte de cerca de 800.000 pessoas.

O conflito em Ruanda afetou significativamente a estrutura social, política e econômica do Estado, fazendo com que, após 27 anos da guerra civil, a sociedade e a estrutura estatal ainda estejam em reconstrução. Abruptamente o PIB ruandês caiu 50% em 1994, não sendo recuperado aos níveis anteriores ao conflito em 1998; Ruanda continuava na categoria de um dos países mais pobres do mundo em 1997, com o PIB per capita abaixo de US\$ 220,00. Além disso, houve o aumento da pobreza em Ruanda: cerca de 70% das famílias entraram na linha de pobreza em 1997, caracterizada anteriormente em 53% em 1993 (BANCO MUNDIAL, 1998).

O início das iniciativas de reconstrução pós-guerra civil de Ruanda transitou entre o período de foco para a assistência humanitária e o desenvolvimento econômico (RUANDA, 2000). Ou seja, o Estado ruandês foi objeto de ajuda humanitária internacional inicialmente e, posteriormente, de iniciativas de reconstrução - não há uma linha que separe os dois períodos. A exemplo da dificuldade de separação dos períodos, Kumar e Tardif-Douglin (1996) consideram que, no período pós-guerra civil (a partir de setembro de 1994), já existiam atividades de reabilitação, reconstrução e desenvolvimento.

Houve uma integração entre o plano doméstico e o internacional, fazendo com que algumas iniciativas fossem empreendidas por Ruanda em conjunto com atores internacionais, como o sistema das Nações Unidas. Em especial, o Estado ruandês desenvolveu iniciativas para proporcionar uma maior unidade nacional, pensando na fragmentação da sociedade com o advento da guerra civil de 1994. Estas iniciativas possibilitaram o desenvolvimento de instituições políticas, além da criação da nacionalidade para além das divisões étnicas, as quais remontam à divisão societária no período colonial.

Diante do contexto de degradação ocasionado pelas divisões mencionadas, o Estado ruandês iniciou estratégias para a reconstrução por meio da tentativa de mudança na forma de socializar¹, com o objetivo de mudar a ‘engenharia social’ perpetuadora das atividades genocidas (STRAUS; WALDORF, 2011), como a questão das carteiras de identificação que acirravam mais ainda a divisão da sociedade ruandesa. O período pós-guerra civil requisitou “[...] reformas políticas, visando a justiça e um novo sentido de identidade nacional e coesão social. Foi iniciado um debate aberto a nível local que se baseia na responsabilidade coletiva pelas necessidades de desenvolvimento” (TILBURG, 2008, p. 228)².

É importante ressaltar que, visando um reconhecimento internacional em relação às iniciativas de reconstrução, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) utilizou o Acordo de Arusha como uma base legal para a transição governamental. Após a guerra civil formou-se uma coalizão multipartidária objetivando a demonstração de “reconciliação e cura social”, que constituiu o governo da união nacional³, formado pelo Presidente Pasteur Bizimungu e o Primeiro Ministro Faustin Twagiramungu, ambos hutus, e pelo Vice Presidente Tutsi Paul Kagame (atual Presidente de Ruanda), além de envolver líderes da oposição do regime de Habyarimana que estavam envolvidos no genocídio (BERTELSMANN STIFTUNG, 2016; RUGUMAMU; GBLA, 2003, p. 40).

Essa base política proporcionou, por meio de uma consulta popular, o lançamento da *Vision 2020*, política estratégica do Estado para o desenvolvimento nacional. O objetivo principal da *Vision 2020* era alçar Ruanda à condição de país renda média até 2020, englobando áreas-chave para dar continuidade ao processo de reconstrução pós-guerra civil. Nesse sentido, é possível observar nesta política a congruência entre o ambiente interno e

1 Uma mudança na forma de socializar é considerada, por Straus e Waldorf (2011), como uma mudança na forma como as relações são desenvolvidas.

2 “[...] political reforms, aiming at justice and a new sense of national identity and social cohesion. An open debate at local level has started that is based on a collective responsibility for development needs” (TILBURG, 2008, p. 228).

3 Não há conhecimento sobre a incidência internacional na formação da coalizão multipartidária. Todavia, assume-se que o novo governo ganharia maior credibilidade internacional estabelecendo suas bases pautadas na união entre as duas etnias.

externo para o desenvolvimento da reconstrução, de modo que se pode inferir que o Estado ruandês atua nessas duas esferas simultaneamente.

Com uma campanha midiática favorável, divulgando uma imagem de “um modelo para o renascimento africano” (ZAKARIA, 2009, s/p)⁴ e autores que relatam que Ruanda é uma experiência de reconstrução que transcende a África Central (STRAUS; WALDORF, 2011), Ruanda sai da condição de país marginalizado no cenário internacional para país modelo nas organizações internacionais e na mídia, representando um símbolo de esperança para o continente (STRAUS; WALDORF, 2011).

Considerado como um participante-chave emergente⁵ na região dos Grandes Lagos e na União Africana (STRAUS; WALDORF, 2011), Ruanda ocupa a sexagésima segunda posição de 189 países no ranking de facilidade para fazer negócios, além de ter sua economia em destaque na África Subsaariana por conta de melhorias nas áreas mensuradas pelo relatório *Doing Business* (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2016). Ocupando a sétima posição como o país mais lucrativo para se investir em ranking mundial (ALTMAN, 2014), Ruanda tem alcançado grandes progressos, saindo de um cenário de devastação estrutural para a reconstrução do país (BANCO MUNDIAL, 2009).

Além disso, Ruanda vem se engajando em estabelecer uma imagem de país livre de conflitos internos e com sua região, mantendo relações com países centrais e do Sul. Em especial, o envolvimento em iniciativas de integração regional, como a EAC (tornando-se membro em 2007), e a liderança da União Africana, em 2018 pela primeira vez após a sua fundação são exemplo deste engajamento. O objetivo da organização sob a liderança ruandesa é o da redução da dependência financeira externa (TELESUR, 2017).

Observando as investidas do Estado de Ruanda no processo de reconstrução, em um marco temporal de 2000 a 2020, observa-se uma demanda por ações em duas esferas, interna e externa, trazendo a este caso um desafio duplo: a tentativa de coesão nacional e a inserção regional e internacional, buscando maior independência financeira e desenvolvimento nacional. Diante disso, a **problemática de pesquisa** é formulada da seguinte forma: *Como o Estado de Ruanda tem se reconstruído interna e externamente, e quais as implicações deste processo nessas esferas?*

A **hipótese para a primeira parte do questionamento** é que, com o objetivo de ser um país de renda média e de ter um peso relevante nas tomadas de decisão na região, Ruanda tem se reconstruído a partir de iniciativas para o fortalecimento da unidade e do desenvolvimento

4 “a model for the African renaissance” (ZAKARIA, 2009, s/p).

5 Ou seja, como um ator relevante em ascensão na região dos Grandes Lagos.

nacional. O país utilizou a *Vision 2020* para desenvolver iniciativas em diferentes áreas de trabalho: política, economia, gênero, educação, cultura e comportamento, reconfiguração espacial, justiça e refugiados. A partir do momento em que houve um reordenamento interno, a busca pelos interesses nacionais ganhou a esfera externa, sendo projetada para os âmbitos regional e internacional. **Já a hipótese para a segunda parte do questionamento** é que, no âmbito nacional, são observáveis características de um modelo de reconstrução, como o perfil de reconstrução, estratégia de inserção no cenário internacional, dentre outros aspectos; no cenário regional/continental observa-se a participação ativa de Ruanda, criando mais peso para a região a partir de princípios pan-africanistas; globalmente, por sua vez, existe a inserção do Estado a partir de ideais pan-africanistas de forma pragmática, objetivando seus interesses nacionais.

Como fruto do desenvolvimento das hipóteses mencionadas, é possível inferir uma estratégia de inserção de Ruanda no cenário externo, a qual será conceituada neste trabalho como *Pan-Africanismo Pragmático*, em que o país se insere, primeiramente, em sua região e continentalmente, para, posteriormente, passar para o cenário internacional, aproveitando as brechas do sistema e priorizando seus interesses nacionais. O que diferencia este conceito do Pan-Africanismo tradicional é por ser uma estratégia de política externa realista com ideias pan-africanistas, ou seja, há um limite para a cooperação entre os países africanos para passar a priorizar apenas seus interesses nacionais. No capítulo 4, o Pan-Africanismo Pragmático será melhor explorado.

O objetivo geral do trabalho foi analisar o processo de reconstrução a partir das iniciativas do Estado de Ruanda, além de suas implicações para o cenário interno e externo; e os objetivos específicos foram: 1) compreender a construção dos Estados na África a partir de um debate teórico-conceitual; 2) apresentar, em termos historiográficos, a construção do Estado de Ruanda e o conflito intraestatal; 3) descrever o processo de reconstrução do Estado ruandês a partir das áreas temáticas mencionadas (áreas de trabalho); e 4) analisar criticamente as iniciativas de Ruanda, entendendo as implicações para as esferas doméstica e internacional.

A fim de responder à pergunta de pesquisa, serão analisadas as iniciativas no âmbito interno (nacional), a partir de um resgate histórico concentrado nas áreas de trabalho escolhidas: cultural e comportamental, política, econômica, justiça, reconfiguração espacial, educação, gênero e a questão dos refugiados. Convém incluir que o grande desafio para o desenvolvimento desta pesquisa, além da esfera interna, é o âmbito externo (regional e internacional), por ter iniciativas com data recente e, portanto, a busca por documentos seja

mais difícil. Outro ponto de limitação foi a impossibilidade de realizar a pesquisa de campo em decorrência da pandemia do COVID-19. Apesar de as entrevistas não serem viabilizadas, foi possível o acesso a documentos oficiais do Estado de Ruanda, de organizações internacionais e referências africanistas que sustentam um olhar diferenciado para o caso ruandês de reconstrução pós-guerra civil.

Estrutura da tese

O Estado de Ruanda será o foco da pesquisa por conta de seus desdobramentos históricos que interferiram tanto na penetração extrarregional de potências nos Grandes Lagos⁶, como na própria tentativa de projeção do Estado ruandês nesta região. Para o desenvolvimento da pesquisa, será feita uma retomada histórica para entender Ruanda pré-colonial, colonial, pós-colonial e pós-guerra civil, percebendo as particularidades da construção do Estado ruandês nesses recortes históricos.

Para a elaboração da pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa, utilizando o estudo de caso ruandês em um viés descritivo, interpretativo⁷ e crítico. Além disso, a pesquisa se constitui por um caráter exploratório e descritivo: exploratória, por envolver o aprofundamento bibliográfico na temática da construção do Estado na África e em Ruanda, além do processo de reconstrução pós-guerra civil de 1994; e descritiva, por detalhar as características das iniciativas de reconstrução, uma vez que há poucas produções disponíveis (especialmente em português) para análise sobre as esferas interna e externa.

Ademais, a busca por dados para o estudo de caso foi feita a partir do marco temporal de 2000, lançamento da *Vision 2020*, até 2020. Quanto ao processo de pesquisa, cumprem destacar três processos. Primeiro, a análise bibliográfica foi desenvolvida em bibliotecas brasileiras e no acervo da Universidad Nacional de Rosario⁸. Segundo, a partir de análise documental, buscou-se realizar um levantamento das políticas desenvolvidas pelo Estado de Ruanda, a fim de compreender os processos relacionados à unidade nacional, desenvolvimento nacional e inserção de Ruanda regionalmente e internacionalmente. Esse aspecto trouxe novas perspectivas sobre o objeto e os processos relacionados a ele, trazendo

⁶ Entende-se como região dos Grandes Lagos os países limítrofes de Ruanda (Uganda, Tanzânia, Burundi e República Democrática do Congo).

⁷ Ou seja, instrumentalizando um quadro teórico para analisar um caso específico (HENRIQUES; LEITE; JÚNIOR, 2015).

⁸ O Doutorado Sanduíche na Universidad Nacional de Rosario foi desenvolvido de agosto de 2019 a janeiro de 2020, propiciando o contato com literaturas africanistas, como Wabgou, Kabunda e Tshibambe (2018) e Badi (1994); o estabelecimento de contato com professores africanistas; e um olhar para o desenvolvimento metodológico da pesquisa.

um caráter contemporâneo e inédito ao trabalho, além de contribuir para um olhar crítico sobre a teoria e a prática do processo de reconstrução pós-guerra civil ruandês.

Por fim, seria por meio da pesquisa de campo que, entrevistas a representantes do governo permitiriam uma melhor compreensão das políticas de reconstrução. Com viagem prevista para 2020, esta etapa teve de ser cancelada dado o advento da pandemia do COVID-19, dificultando a coleta de dados primários (documentos, referências bibliográficas e entrevistas) em organismos de relação mais direta com o objeto de estudo.

A despeito desta lacuna, a análise sobre o processo de reconstrução estatal ruandesa pós-guerra civil foi desenvolvida a partir de dois níveis, interno e externo, com uma análise final para observar as implicações do processo de reconstrução nessas esferas. Desta maneira, para analisar as iniciativas internas, foi utilizada a *Vision 2020*, a política estratégica de desenvolvimento de Ruanda, norteadora de outras políticas. Conforme mencionado, optou-se por analisar as iniciativas a partir das áreas de trabalho baseadas no documento. Após essa etapa, foi dada uma atenção especial às iniciativas de aproximação regional e internacional, analisando a relação de Ruanda com a região dos Grandes Lagos, sua participação em organizações regionais, como também na União Africana e a inserção em organismos internacionais e suas relações bilaterais.

Partindo desses aspectos, este trabalho conta com 4 capítulos, além de introdução e conclusão. O capítulo 1 tem como objetivo situar o leitor teoricamente sobre o Estado na África. Antes de entrar no caso ruandês, é importante entender as categorias relevantes e a historicidade do aparato estatal no continente, construindo uma base de entendimento para o capítulo seguinte. O capítulo 2 apresenta o cenário de construção do Estado ruandês, desde as estruturas pré-coloniais até sua independência, focando no conflito entre os tutsis e os hutus. Dentro desse capítulo é possível visualizar que há múltiplas fases entre a guerra civil e o processo de reconstrução, como o período de ajuda humanitária, de reabilitação e, posteriormente, de reconstrução.

O capítulo 3 analisa as iniciativas de reconstrução interna e externamente, demonstrando como Ruanda tem trabalhando na interseção destas duas esferas em sua busca por unidade e desenvolvimento nacional. A partir da descrição das iniciativas é possível estabelecer um olhar crítico, no capítulo 4, para as implicações do processo de reconstrução nessas esferas. O conjunto dos capítulos proporciona um olhar contemporâneo sobre a realidade ruandesa, ilustrando como o Estado se relaciona com a sociedade, com o seu entorno e o ambiente internacional.

Por que estudar Ruanda?

Estudar Ruanda é uma possibilidade de aproximação do continente que abarca 54 países e que, por muito tempo, era julgado como uma região sem história antes da chegada dos colonizadores. É imprescindível ter em consideração que Ruanda situa-se em um continente com muitas diversidades culturais, sociopolíticas e econômicas, as quais não são possíveis de serem encaixadas em visões reducionistas que caracterizam a África como homogênea (WABGOU; KABUNDA; TSHIBAMBE, 2018, p. 43). Além disso, “Na África, onde existem tantos tipos diferentes de condições políticas, sociais e econômicas, não é uma tarefa fácil generalizar os padrões políticos e socioeconômicos” (N’KRUMAH, 1972, p. 9)⁹.

Não existe uma verdade sobre a África: existem várias perspectivas sobre África - especialmente quando se trata da construção do Estado africano. Para além disso, o que há são algumas tentativas de trazer este processo à luz da formação e construção do Estado europeu. Nesse sentido, tamanhas comparações e usos de diferentes nomes para categorizar o Estado africano (como será visto no capítulo 1) levam ao questionamento do tempo que estes países tiveram para se formar ao longo da história, sendo pressionados por instituições como o Banco Mundial (KI-ZERBO, 2006).

Além desses aspectos, por que não estudar o continente africano nas Relações Internacionais? Por que a região é ainda marginalizada dos debates do *mainstream* das Relações Internacionais ou relegada a assuntos relacionados a estereótipos como fome, pobreza e conflito? Analisar quais agendas de pesquisa estão operando e quais pessoas estão tendo voz reflete o centro da academia, que não é um espaço neutro no qual existe uma hierarquia de quem pode falar, compondo as assimetrias de poder (KILOMBA, 2019).

Por muito tempo, a pesquisa foi (e é) usada como instrumento da colonização (e do neocolonialismo), o que levou a Ki-Zerbo pensar na história africana a partir dos africanos para chegar a eles mesmos (KI-ZERBO, 2006). Se mantivermos as bases eurocêntricas e neocoloniais, não há mudança no que será encontrado. Quais as perguntas para se encontrar as possíveis respostas? (KILOMBA, 2019). Pensar “[...] que falar é existir absolutamente para o outro”, além desta carregar traços culturais e “o peso de uma civilização”, é apresentado por Fanon (2008, p. 33) sobre a importância dada à linguagem e sua posição de exclusão de pessoas em ambientes que são hierarquizados e de disputas de poder - a linguagem também é uma arma.

⁹ “In Africa where so many different kinds of political, social and economic conditions exist it is not an easy task to generalise on political and socio-economic patterns” (N’KRUMAH, 1972, p. 9).

Marimba Ani (2017) descreve a visão africana de ver o mundo, em que não se separa a racionalidade da emoção, estando ambos conectados, derivando assim o conhecimento. Não é apenas uma relação entre o “observado” e o “observador”, o “sujeito” e o “objeto”, em que este último é controlado. Reiterando a perspectiva ocidental, em que

[...] o Ocidente inventou a ciência. Que somente o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, o qual, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o protótipo mesmo do falso pensamento (CÉSAIRE, 1978, p. 65).

É relevante ressaltar o lugar da temática africana no âmbito acadêmico, refletido em estudos de caso, formulação de paradigmas, conceitos desenvolvidos e perspectivas utilizadas. Fazer um exercício de ir às bibliotecas brasileiras procurar livros sobre a África (e, muitas vezes, encontrar uma ínfima quantidade de referências) configura a realidade sobre o interesse e a aproximação sobre os estudos africanos nas Relações Internacionais (MACEDO, 2013).

Um primeiro passo para a superação de estereótipos é o conhecimento objetivo da realidade africana através de sua história. Mas para compreender essa História, é preciso ir além da informação dos fatos e recuperar os diferentes contextos e processos pelos quais seus povos atuaram ao longo dos tempos, como sujeitos detentores dos rumos de seu destino (MACEDO, 2013, p. 8).

Por ainda existir uma lacuna na disponibilização e na documentação dos processos/práticas na África, torna-se difícil o desenvolvimento de suposições gerais que caracterizem um continente tão multicultural e que desmistifique elementos relacionados ao continente, não percebendo seus processos complexos e diversos (SILVA, 2013). Além disso, “A história da África só pode ser compreendida a partir das configurações internas, intra-africanas, e de sua interação com o mundo extra-africano, que poderá restituir o papel fundamental do continente na história mundial” (MACEDO, 2013, p. 9).

Por existir bibliografias que cubram as temáticas relacionadas à guerra civil, ao processo de reconstrução em geral (DES FORGES, 1999; MAMDANI, 2001; POTTIER, 2002; PRUNIER, 2002; REYNTJENS, 2009; 2010; 2013; STRAUS; WALDORF, 2011; UVIN, 1998), ao processo de justiça de transição (ZORBAS, 2004), à região dos Grandes Lagos em geral (CHRÉTIEN, 2003; LEMARCHAND, 2001), ao papel da igreja em Ruanda (LONGMAN, 2009; VAN HOYWEGHEN, 1996) e dentre outros temas, acredita-se que a maior contribuição deste trabalho seja na seara da conexão entre o interno ruandês e o externo, evidenciando processos de integração sob uma ótica ruandesa, ponto este que ainda não foi explorado pela academia, especialmente em trabalhos desenvolvidos em português.

Além de se justificar na área das Relações Internacionais, o trabalho se justifica no campo da Ciência Política por trazer embates internos e regionais na busca pelo poder e/ou dominação. É importante ressaltar a origem da política na relação de desigualdades, as quais foram mudando ao longo do tempo (como por exemplo, nas relações de parentescos, nas quais as desigualdades eram mais disfarçadas). A aparição do Estado é resultado de um longo processo histórico vinculado à divisão da sociedade em classes, com a função de exercer a força quando necessário e um instrumento político de domínio de classes (BRUCAN, 1974).

No campo pessoal, a pesquisa é justificada pela motivação por estudar a África justamente por me ver refletida no trabalho, seja pela temática, seja pelo arcabouço teórico. Assim como Ki-Zerbo (2006), houve a aproximação dos estudos africanos para o retorno às raízes, além do desejo de entender mais sobre a história dos antepassados, ceifada consideravelmente pelo processo de escravização e colonização.

1 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO AFRICANO: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

“[...] as pessoas perderam o hábito do Estado africano tradicional e não se apropriam do Estado moderno do tipo colonial. [...] Assim, o Estado nacional não significa nada para nós, o Estado africano nem sequer é uma verdadeira realização do Estado nacional, é uma metamorfose, uma seqüela do sistema colonial” (KI-ZERBO, 2006, pp. 62-63).

Para a análise do objeto proposto, são importantes algumas reflexões teóricas e conceituais, sendo o objetivo deste capítulo apresentar elementos que vão sustentar posteriormente o caso ruandês de reconstrução estatal. Isto faz parte de uma tentativa exploratória de desenvolver um arcabouço mais bem direcionado para a construção do Estado na África e, mais especificamente, em Ruanda.

Dentro desta lógica, este capítulo está organizado em três seções, as quais são direcionadas pelo seguinte questionamento: **o que vem a ser o Estado na África e como ele tem sido construído?** Nesse sentido, a primeira seção busca apresentar um panorama sobre concepções acerca do Estado. Partindo de percepções sobre o Estado, sua funcionalidade e sua conexão entre o interno e o externo, será possível vislumbrar um campo teórico que seja mais compatível para análise do Estado africano em específico.

Na segunda seção busca-se entender o que é considerado Estado na África, analisando as peculiaridades do processo de construção de um arcabouço teórico voltado para o continente. Já na terceira seção será apresentado o desenvolvimento do Estado africano em três períodos históricos: pré-colonial, colonial e independente. Além de entender a concepção do Estado na África, pretende-se entender o funcionamento do Estado nos momentos históricos supracitados, ou seja, elencar suas características e elementos constituintes. A partir disso, é possível visualizar as pressões que o cenário internacional coloca no âmbito doméstico, sendo um fator de constrangimento para as ações dos líderes africanos.

Estas seções possibilitam, posteriormente, comparar a teoria com a prática, apresentando o estudo de caso de reconstrução do Estado de Ruanda. Sendo assim, o objetivo final do capítulo é construir categorias de análise para a construção do Estado nacional na África, analisando este processo por um viés histórico. A relevância deste capítulo é pensar o Estado como uma arena de relações de poder, inserido na dinâmica capitalista mundial, além de olhar para o Estado africano, entendendo sua trajetória geral e aspectos contemporâneos.

1.1 O Estado e suas relações de poder: categorias teóricas

Para compreender o processo de reconstrução pós-guerra civil em Ruanda é relevante analisar e entender as dinâmicas de poder e de construção do Estado. Nesse sentido, esta seção foi pensada levando em conta a importância de teorizar sobre o Estado sem considerá-lo como dado (HALLIDAY, 2007). O Estado esteve presente em diversas teorias das Relações Internacionais como objeto de estudo, seja como crítica, seja como meio de compreender as interações no Sistema Internacional.

A partir dos anos 1970, houve uma quantidade significativa de trabalhos que focaram na análise do Estado, seja sobre questões normativas, seja sobre o papel principal deste nas Relações Internacionais. A sua importância como objeto de análise variou ao longo do tempo, passando desde elevada importância até declínio como ator principal, dividindo lugar com os atores não-estatais.

Mesmo com o fortalecimento do discurso sobre o enfraquecimento do papel do Estado ao longo das décadas de 1980-1990, conectado às aberturas de mercados e processos de reestruturações liderados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, pleiteando uma menor participação dos Estados nos assuntos econômicos, estes ainda seguem como centro das soluções dos problemas da vida coletiva e fonte de existência do mercado (EVANS, 2004).

Algumas percepções apresentam o Estado como aquele que, ao mesmo tempo que influencia a sociedade, molda processos políticos e sociais, sendo considerado, assim, um ator social e instituição (EVANS, 2004; SKOCPOL, 1985). No desenvolvimento dos estudos sobre o Estado, foram-lhe atribuídas diversas funções, como zelar pela ordem interna e guerrear (funções clássicas, garantindo níveis básicos de bem-estar social e fomentando o crescimento industrial/econômico), ademais de possuir um papel duplo de explorar e organizar/vigiar no processo de trabalho (em termos de produção) (EVANS, 2004).

Em termos históricos, ao longo do tempo, houve uma insuficiência nos estudos sobre o Estado, de forma que os processos de descolonização e da manutenção das soberanias estatais no sistema internacional voltaram ao foco das pesquisas a partir do período pós-guerras mundiais (SKOCPOL, 1985). Aliando a estes fatores, contemporaneamente, elementos como as crises financeiras, a segurança doméstica/internacional e os ataques terroristas são grandes exemplos para o reaparecimento dos debates sobre o Estado como fonte de solução (MAZZUCA, 2012). Ademais, houve uma evolução dos estudos sobre o Estado como estruturas organizacionais ou como ator potencialmente autônomo, contando com as relações

socioeconômicas como constrangimentos para as estruturas e atividades estatais: as quais atuam como fatores limitantes e influenciadores (SKOCPOL, 1985).

Partindo da conceituação tradicional, com elementos materiais (como território, população, governo) que contribuem para a sua fundação, o Estado passa também pelo processo de reconhecimento por seus pares para obter o status propriamente dito (MERLE, 1981). Na mesma linha, Brucan (1974, p. 107) apresenta o Estado é constituído por uma “[...] base territorial, uma força pública não mais idêntica à própria organização do povo como poder armado, impostos, funcionários agora colocados acima da sociedade”.

Para ilustrar mais sobre os Estados, o quadro 1 apresenta a hierarquização desenvolvida por Merle (1981), a partir das capacidades destas entidades, ou seja, a hierarquia entre os Estados ajuda a entender suas capacidades de intervenção, situando-o no jogo de forças do sistema internacional.

Quadro 1: Posição dos países em relação a sua capacidade de intervenção

Posição	Tipo de Estado	Caracterização
1º lugar	Atores estatais em condições de cumprir um papel mundial, ou seja, de intervir em todas as partes do mundo.	Acúmulo das capacidades de intervenções militares, econômicas, ideológicas, políticas (ou diplomáticas), elementos que constituem a base de poder material ¹⁰ e que dão o status de potência mundial.
2º lugar	Estados que querem desempenhar um papel mundial, mas cuja capacidade reduz a influência em um setor particular das relações internacionais.	Certas potências militares ou ainda países que exercem um forte poder de atração no plano cultural ou diplomático. Ou existe uma insuficiência de exercer mais de um tipo de influência ou o raio de influência fica restrito a certos setores geográficos.
3º lugar	Países que não têm ambição nenhuma nem a possibilidade alguma de cumprir um papel mundial, mas que dispõem todavia da capacidade necessária para desempenhar o papel de líderes regionais.	Fontes diversas de influências e, muitas vezes, frágeis.
4º lugar	Países que devido à sua exiguidade	O caso da maior parte dos Estados

¹⁰ A base de poder material, nesse caso, é constituída por: 1) uma riqueza material; 2) o controle de um espaço extenso; 3) recursos humanos relevantes; e 4) nível relevante de domínio tecnológico. Nem sempre o poder material coincide com o poder efetivo nas relações internacionais: “A distância entre o poder potencial (ou teórico) e o poder efetivo depende da atuação da vontade política. Esta pode acelerar como também freiar [escrito do autor] a participação de uma coletividade nacional na competição internacional” (MERLE, 1981, p. 249).

	ou sua fraqueza, só podem almejar um papel local, quer dizer, preservar sua independência e proteger seu território contra as ambições dos vizinhos.	do mundo, que são muito mais objetivos que sujeitos das relações internacionais.
--	--	--

Fonte: Adaptado pela autora com base em Merle (1981).

A partir desse quadro, é possível fazer uma reflexão em relação ao lugar que Ruanda ocupa, evidenciando quais bases de poder material o país possui: Ruanda tem a capacidade de exercer um papel de líder regional, a partir de suas participações em blocos regionais? Qual é ou quais são as capacidades de Ruanda? É possível pensar, a partir dessa hierarquização em zonas de transição, que Ruanda ocupa o quarto grupo objetivando chegar no terceiro?

Além dos aspectos gerais, é possível observar diferentes conotações dadas ao Estado e sua conexão com as relações de produção, caracterizadas pela figura a seguir:

Figura 1: Diversas expressões do Estado



Fonte: Adaptado pela autora com base em Carnoy (2013).

Carnoy (2013, p. 68) elenca alguns pressupostos gerais sobre a teorização de Marx sobre o Estado, em que “apesar das diferenças, porém, todos os teóricos marxistas, de um modo ou de outro, baseiam suas “teorias” do Estado em alguns dos “fundamentos” marxistas e são esses fundamentos analíticos que formam o quadro do debate”. Em um primeiro aspecto, Marx considerava que a forma do Estado está relacionada às relações de produção,

em que o Estado não molda a sociedade, mas esta última molda o Estado a partir do modo de produção dominante e das relações de produção (CARNOY, 2013). Neste trabalho, parte-se do pressuposto que o Estado e a sociedade são mutuamente moldados a partir das influências do modo de produção dominante.

Em um segundo aspecto, Carnoy (2013, p. 69) apresenta que o Estado defendido por Marx, “emergindo das relações de produção, não representa o bem comum, mas é a expressão política da estrutura de classe inerente à produção”. Já em um terceiro aspecto, para Marx, o Estado teria uma representação repressiva da burguesia, em que “a ascensão do Estado como força repressiva para manter sob controle os antagonismos de classe não apenas descreve a natureza de classe do Estado, mas também sua função repressiva, a qual, no capitalismo, serve à classe dominante, à burguesia” (CARNOY, 2013, pp. 72-73).

Entendido esses três aspectos, observa-se que Poulantzas (1980) apresenta o Estado para além da função repressiva, aglutinando os aparelhos ideológico, econômico, político, etc, também não se limitando apenas à dominação política. Além disso, o Estado materializa, concentra e encarna “as relações político-ideológicas nas relações de produção e sua reprodução” (POULANTZAS, 1980, p. 32). Essa perspectiva aproxima-se mais com a proposta deste trabalho.

Refletindo sobre o Estado de Poulantzas, Codato (2008) apresenta três aspectos relevantes de sua teoria para analisar a questão do Estado: o aparelho, o poder e as funções do Estado. No primeiro elemento, a condição material do Estado é tida como separada da sociedade, mas não independente, não podendo ser reduzida apenas a função de dominação política ou sendo usada pela classe dominante - o Estado acaba se tornando o que ele desempenha no âmbito político e a partir da sua composição, ou seja, pelo seu conjunto de aparelhos (repressivo, ideológico, econômico). O segundo aspecto, “o aspecto relacional do poder”, caracteriza as relações de forças entre classes existentes no âmbito do Estado, demonstrando que os conflitos e as contradições sociais estão dentro dele. Já o terceiro aspecto enfatiza o papel do Estado na economia, estabelecendo uma relação entre o nível político e o nível econômico (CODATO, 2008, p. 83).

No que se refere ao aspecto do Estado e as classes sociais, este primeiro atua na formação e reprodução das classes sociais, ou seja, na luta de classes: “As relações de produção, em sua ligação com as relações de domínio/subordinação política e ideológica, definem lugares objetivos (as classes sociais) que são distinções no conjunto da divisão social do trabalho” (POULANTZAS, 1980, p. 32). Além disso,

[...] se as relações de produção traçam o campo do Estado, este desempenha contudo um papel autônomo na formação dessas relações. A ligação do Estado às relações de produção constitui a primeira relação do Estado com as classes sociais e a luta de classes. No que diz respeito ao Estado capitalista, a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento organizacional de sua ossatura orgânica e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes sob o capitalismo (POULANTZAS, 1980, p. 30).

As classes sociais podem ser entendidas como “consequência das desigualdades existentes na sociedade” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 169), mas nem todas as desigualdades sociais formam classes. As mesmas constituem um sistema de relação em que cada classe existe por conta da existência de outra (s), em que “não pode haver burguesia sem proletariado, e vice-versa” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010, p. 171). Reafirmando esse ponto de vista,

[...] classe deve ser entendida como uma *relação*, de fato, dois tipos de relação simultaneamente. *De um lado*, classe é definida pela função na produção, em que a produção é organizada em qualquer momento específico. *Por outro lado*, ao mesmo tempo classe é definida por oposição: classes existem apenas em oposição a outras classes. Ou seja, *classe* é definida por estrutura e processo (SAMOFF, 1982, pp. 112-113, grifos do autor)¹¹.

Em uma perspectiva histórica, as classes não são permanentes. Tem seus processos de formação, consolidação e desintegração, ou seja, um constante movimento. O conflito de classe existe dentro das estruturas de reprodução das relações capitalistas, em que o principal locus é o Estado (SAMOFF, 1982). Um aspecto que deve ser considerado é a questão da existência de apenas duas classes, o que Samoff (1982) ilustra que é equivocado pensar dessa forma: em uma sociedade concreta, é vista uma diversidade de classes que ultrapassa a ideia baseada apenas nos modos de produção que envolvem duas classes, a dominante (politicamente e ideologicamente) e a explorada. Na formação social, há composições “de vários modos e formas de produção. Nenhuma formação social envolve apenas duas classes” (SAMOFF, 1982, p. 115)¹².

A observação de Samoff (1982) é relevante justamente para possibilitar mais estudos sobre classes em Ruanda que fujam da dicotomia dominante-dominado, enriquecendo as análises político-econômicas dentro do contexto da reconstrução do país. Como será visto no capítulo 2, a estrutura estatal ruandesa de desenvolvimento teve um papel crucial como

¹¹ “[...] class must be understood as a *relationship*, in fact, two types of relationship simultaneously. On the one hand, class is defined by role in production as production is organized at any particular moment. On the other hand, at the same time class is defined by opposition: classes exist only in opposition to other classes. That is, *class* is defined by both structure and process” (SAMOFF, 1982, pp. 112-113).

¹² “[...] of various modes and forms of production. No social formation involves only two classes” (SAMOFF, 1982, p. 115).

maquinaria para o escalonamento das atividades para a saída final: o genocídio. Sendo assim, torna-se fundamental a categoria ‘classes’, para além de duas, para pesquisas no marco de reconstrução pós-guerra civil de Ruanda.

Partindo agora para uma perspectiva africana, N’Krumah (1972) apresenta a existência de duas categorias, caracterizadas como classe governante e governada, em que a primeira possui mais instrumentos, melhor distribuição, produção econômica e meios para se solidificar politicamente; já a segunda subordina-se não só aos interesses da governante, mas também aos aspectos econômicos, políticos e sociais. Cada classe tem seu tipo de organização e instituições, sendo o Estado, para N’Krumah, “[...] expressão de dominação de uma classe sobre outras classes” (N’KRUMAH, 1972, p. 17)¹³. Nesse sentido, é relevante entender como a classe dominante utiliza o Estado para difundir sua ideologia, sendo o aparelho do Estado reprodutor de ideais dominantes (POULANTZAS, 1980). Resumindo, entende-se que “onde existe divisão de classes, há portanto luta e poder de classe, existe o Estado, o poder político institucionalizado” (POULANTZAS, 1980, p. 45).

Dentro das classes sociais, há frações de classes, em que uma das frações pode ser caracterizada pelas elites estatais. As elites influenciam na política interna e internacional, refletindo assim nesta última arena seus interesses. Para analisar esta influência de classes e grupos sociais no cenário internacional,

[...] através do Estado, é necessário considerar uma ampla gama de variáveis: a estrutura social, o grau de representação e participação de classes e grupos sociais na formulação e execução de decisões políticas, e o grau em que essas classes e grupos sociais estão conscientes de seus interesses e exibem independência política (BRUCAN, 1974, p. 115)¹⁴.

Como atores relevantes nas dinâmicas de política externa, as elites articulam-se no âmbito das instituições, sendo esta última um constrangimento para a primeira. Apesar disto, os tomadores de decisão têm uma margem de manobra para trabalhar e gerenciar as interações entre os dois níveis, o doméstico e o internacional, demonstrando como eles instrumentalizam a política externa para a obtenção de seus interesses. Além disso, “apesar do enigma pós-colonial de múltiplos motivos e escassos meios, as elites africanas trataram a política externa como uma forma de os Estados-nação tornarem-se participantes e demandantes efetivos na

13 “[...] is the expression of the domination of one class over other classes” (N’KRUMAH, 1972, p. 17).

14 “[...] a través del Estado, es necesario considerar una amplia serie de variables: la estructura social, el grado de representación y participación de las clases y los grupos sociales en la formulación y ejecución de decisiones políticas, y el grado en que estas clases y grupos sociales son conscientes de sus intereses y exhiben independencia política” (BRUCAN, 1974, p. 115).

arena internacional” (KHADIAGALA; LYONS, 2001, p. 1)¹⁵. Em relação ao controle de poder, é importante ressaltar a participação de atores externos (especialmente os antigos poderes coloniais) como agentes influenciadores da vida africana, condicionando as elites africanas a uma parcela relativa de poder (KHADIAGALA; LYONS, 2001).

Além disso, um aspecto interessante de ressaltar é a conexão entre o nível externo e o interno, com a influência do primeiro no último, desencadeando dinâmicas ora de consolidação e unidade, ora de autonomia e dispersão. Em especial, a consolidação e a unidade caracterizam movimentações para enfrentar o elemento externo, o que pode ser visto, por exemplo, na realidade africana dos processos de independências e, posteriormente, dos desafios de rompimento dos laços coloniais nas dinâmicas do neocolonialismo¹⁶, em que uma das formas de destruir esta prática seria por meio da unidade, de um governo de união geral (N’KRUMAH, 1967).

Entende-se neste trabalho que o Estado atua em uma interseção entre o doméstico e o internacional (regional, continental, global), sendo constantemente influenciados pelas dinâmicas que ocorrem nos dois ambientes. Como será visto no capítulo 2, além da estrutura estatal econômica contribuir para o desenvolvimento do genocídio, outros fatores internos e externos foram catalisadores para que a situação escalonasse e passasse de uma guerra civil para as atividades genocidas.

Além da conexão, “A relação entre o desempenho interno e o contexto externo torna-se cada vez mais íntima e direta” a partir do momento em que os Estados, preocupados com a transformação econômica, visualizam o cenário internacional não apenas a partir da relação entre entidades soberanas, mas também a partir da lógica da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (EVANS, 2004, p. 31). Ou seja, o êxito na transformação econômica depende da sua inserção na DIT, em que os países desenvolvidos produzem bens duráveis (participando dos setores mais dinâmicos) e os subdesenvolvidos produzem manufaturas (EVANS, 2004). Por haver uma hierarquização das relações estatais na DIT, “[...] preocupar-se com o desenvolvimento requer uma preocupação com o seu lugar na hierarquia” (EVANS, 2004, p. 33).

Para Wallerstein (1996), em uma nova economia mundial, a nova DIT estabelece os papéis de um centro e periferia, em que o centro reúne as regiões que se beneficiam mais das

15 “Despite the post-colonial conundrum of multiple motives and meager means, African elites have treated foreign policy as a way for nation-states to become effective participants and claimants in the international arena” (KHADIAGALA; LYONS, 2001, p. 1).

16 O neocolonialismo é a expressão das “tentativas modernas para perpetuar o colonialismo, ao mesmo tempo que falam em ‘liberdade’” (N’KRUMAH, 1967, p. 281).

mudanças e onde há a concentração de capital. A periferia seria regiões em que não há um governo central forte, o qual é dependente de coerção do que trabalho assalariado; além disso, suas economias dependem da exportação de matérias-primas para o centro. A semi-periferia, uma área intermediária entre o centro e a periferia, pode ser áreas que geograficamente estão no centro, mas estão em declínio, ou economias em ascensão na periferia. Esta funciona como um tampão crucial entre o centro (que a explora) e a periferia (que se beneficia dela) (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 2009).

Dentro dessa dinâmica observa-se como os interesses internacionais influenciam nas dinâmicas regionais/nacionais, não sendo diferente na África, restringendo suas arenas domésticas. Além disso, “As relações internacionais também são influentes. Fatores históricos e econômicos conspiraram para garantir que os Estados da África sejam influenciados por eventos externos, talvez até mais do que seus vizinhos em outros continentes” (THOMSON, 2010, p 5)¹⁷. Pensando na esfera das relações internacionais, a desigualdade nacional é a origem da política no cenário mundial, caracterizando o papel duplo do Estado como ferramenta de domínio dentro da sociedade e ferramenta da nação no cenário internacional, configurando a política dos Estados como uma fusão das duas categorias de interesse (BRUCAN, 1974).

Para além da aceção de Brucan (1974) contemplando a realidade africana, convém considerar que: “os Estados são atores manifestos do sistema internacional” (MERLE, 1981, p. 215), os quais são influenciados em seus comportamentos por cinco fatores constitutivos: o fator natural, o técnico, o demográfico, o econômico e o ideológico. Cada um destes fatores, combinados ou isolados, contribuem para o desenho da estrutura do Sistema Internacional. Sendo assim, o fator natural abrange a questão de limitação (esgotamento) dos recursos não renováveis, da distribuição desigual de recursos e da geopolítica. Em especial, esta última representa um aspecto importante, por exemplo, pelo tamanho do Estado¹⁸, o que representa um elemento de poder:

É evidente que o “tamanho” dos Estados representa um fator objetivo de poder. Os Estados pequenos que só controlam uma porção limitada do espaço ficam, por isso, reduzidos a desempenhar os papéis secundários no palco internacional. Ainda temos de levar em conta o conteúdo do espaço e, notadamente, dos recursos, cuja distribuição pode corrigir (como também piorar) as desigualdades resultando da

¹⁷ “International relations are also influential. Historic and economic factors have conspired to ensure that the states of Africa are influenced by external events perhaps even more than their neighbours on other continents.” (THOMSON, 2010, p 5).

¹⁸ Apesar de o território ainda ser um elemento “de dependência política dos Estados”, há uma percepção de que esta dependência está sendo reduzida, de certa forma, por conta da influência de outros fatores, por exemplo, da tecnologia (MERLE, 1981, p. 11).

superfície: um grande país pobre pode ser menos poderoso que um pequeno país rico (MERLE, 1981, p. 122).

Por ser um Estado de limitada dimensão territorial e poderio econômico, Ruanda busca obtenção de poder em outros fatores (que serão vistos mais adiante), além da questão da integração regional. Por seu tamanho e localização geográfica, o país depende de uma vizinhança estável (já que não possui saída para o mar) e do cultivo de café e chá, buscando, por meio da instalação de empresas, expandir suas opções de tecnologia no país.

Já o fator técnico surge como um elemento de diferenciação dos países em termos de desenvolvimento, em que o domínio da tecnologia funciona como “uma das molas da prosperidade econômica e da influência política. Tanto para os Estados que dela beneficiam quanto para aqueles que são suas vítimas conta entre os fatores que canalizam ou modificam o comportamento dos atores no palco internacional” (MERLE, 1981, p. 148). As questões do fator técnico abrangem desde as mudanças na produção e no comércio (estabelecendo uma relação entre o atraso econômico relacionado ao atraso tecnológico - subdesenvolvimento) como na aceleração das comunicações e suas consequências (que transformaram a diplomacia, a estratégia e a cultura). No caso de Ruanda, o papel da rádio nas dinâmicas da guerra civil constituiu um elemento de poder/controlar nacional na divulgação das informações que eram pertinentes ao governo na época.

Além do fator técnico, o fator demográfico também se caracteriza como um elemento de diferenciação entre os Estados, sendo constituído pelo espaço e pelos recursos naturais. Neste fator é vista a representação do tamanho das unidades, além da influência do crescimento global na demografia mundial, nas desigualdades da distribuição e no papel dos movimentos migratórios (MERLE, 1981). É relevante pensar no elemento demográfico porque a pressão demográfica pode ser um fator de geração de conflito, os quais podem ser explorados tanto na seara política como no âmbito militar; além disso, existe uma relação entre “a situação demográfica e a riqueza e esta relação continuará existindo enquanto a distribuição dos homens e dos recursos continuar compartimentada em unidades políticas distintas e rivais” (MERLE, 1981, p. 165).

Ruanda conta com um desafio em relação à questão demográfica. Sendo um país com pequena extensão territorial (26.338 km²) e com uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021; BANCO MUNDIAL, 2020), além de considerado como um dos países de baixa renda (BANCO MUNDIAL, 2020), Ruanda ainda lida com a situação dos refugiados. No governo de Habyarimana, a disponibilidade de terra foi uma justificativa para não aceitar os tutsis exilados em Uganda,

abrindo exceção para aqueles que retornassem sem reivindicar suas propriedades, o que será visto no capítulo 2. No contexto de reconstrução, a estratégia do Estado ruandês foi o desenvolvimento de uma política específica para essa temática, como a promoção do retorno dos nacionais ao país.

No que se refere ao fator econômico, há uma corrida pela riqueza que gera consequências para o âmbito interno (como planejamento e etc) e externo (gerando uma nova hierarquia das prioridades no plano das relações internacionais). A partir disso, o fator econômico é priorizado e usado como “arma na competição internacional” (MERLE, 1981, p. 170). Além da corrida pela riqueza, há as rivalidades entre os sistemas econômicos, caracterizados pelo: 1) sistema capitalista, o qual abarca os países com alto nível de desenvolvimento e com maior abertura para intercâmbio entre outros países; 2) sistema socialista, com “a característica em comum a coletivização dos meios de produção e administração da economia”; 3) pelos países subdesenvolvidos, em que possuem em suas histórias o controle colonial das grandes potências, em que as dificuldades econômicas não foram resolvidas com o advento da independência (MERLE, 1981, p. 174).

Ruanda se encaixa no grupo de países subdesenvolvidos, com suas estruturas estatais com resquícios da colonização alemã e belga, as quais influenciaram diretamente o desenvolvimento da economia do país. Com taxas de crescimento relevantes contemporaneamente, Ruanda ainda é considerado como um dos países mais pobres do mundo e pouco industrializado, o que será apresentado mais adiante nos próximos capítulos, particularmente no tópico a respeito da busca por se tornar país de renda média, por meio da *Vision 2020*.

Por último, o fator ideológico conceitua-se pelo conjunto de representações, “implicando ao mesmo tempo uma visão coerente da realidade, querendo fornecer uma explicação para a totalidade dos fenômenos, e a adesão a um sistema de valores, constituindo uma justificativa da ação” (MERLE, 1981, p. 197). Abrange tanto as ideologias globais (como o capitalismo, o liberalismo) como ideologias específicas (nacionalismo, expansionismo). No caso ruandês, é utilizada a política de ‘somos todos ruandeses’: alguns interpretam como uma construção de uma maior coesão societária, outros interpretam como uma *tutsificação*.

As informações elencadas, como a definição geral de Estado, seus elementos básicos e estruturas possibilitam um olhar teórico geral para analisar o caso africano, entendendo suas proximidades e particularidades. As próximas seções serão norteadoras para a análise, no Capítulo 2, sobre o caso de Ruanda, posicionando a história de construção do Estado em um contexto histórico regional/continental.

1.2 O Estado e suas categorias de análise no contexto africano

Quais são as categorias de análise importantes para se entender a construção do Estado africano? Estudar esta construção torna-se um desafio por conta do próprio desenvolvimento de pesquisas gerais omitirem os casos africanos, desconsiderando a oportunidade de desenvolver pesquisa com uma pluralidade de Estados que se encontram na África. Thomson (2010) apresenta uma África que possui diferentes possibilidades de estudos de caso para os estudantes de política pesquisar e aprofundar, envolvendo uma variedade de processos, políticas e instituições. Torna-se relevante, assim, estudar a experiência africana por se desenvolver diferente de outras partes do mundo, como por exemplo, da Europa (HERBST, 2000).

A experiência africana é particularmente importante para desenvolver uma perspectiva verdadeiramente comparativa sobre a consolidação do Estado, porque uma pluralidade de Estados do mundo está na África. No entanto, os Estados africanos foram omitidos da literatura acadêmica em desenvolvimento sobre a criação e consolidação do Estado (HERBST, 2000, p. 3)¹⁹.

Partindo disso, “a geografia política africana representa um conjunto completamente diferente de desafios políticos para os construtores de Estado, em comparação com os problemas enfrentados pelos líderes europeus” (HERBST, 2000, p. 3)²⁰. O mapa político africano ilustra a complexidade que caracteriza o continente, em que a maior parte dos seus Estados são frutos do período colonial, sendo eles “o produto da conquista e separação, amalgamação e continuidade” (CHAZAN et al, 1994, p. 5)²¹.

Além da dificuldade de um olhar voltado para a experiência africana de construção do Estado, estudar sociedade, política e suas interconexões na África torna-se um desafio no sentido de analisar estas dinâmicas a partir de perspectivas que considerem suas peculiaridades, de modo que “[...] os cientistas sociais tiveram pouca alternativa senão empreender uma busca por uma nova estrutura conceitual que proporcionasse uma visão mais

19 “The African experience is particularly important to developing a truly comparative perspective on state consolidation because a plurality of the world’s states are in Africa. However, African states have been omitted from the developing scholarly literature on state creation and consolidation” (HERBST, 2000, p. 3).

20 “African political geography poses a completely different set of political challenges to state-builders compared to the problems European leaders faced” (HERBST, 2000, p. 3).

21 “Africa’s fifty-four states are the product of conquest and separation, amalgamation and continuity” (CHAZAN et al, 1994, p. 5).

completa dos processos dinâmicos que se desenvolvem no continente” (CHAZAN et al., 1994, p. 14-15)²².

Thomson (2010, p. 5) apresenta uma definição minimalista, em que o Estado seria “[...] um conjunto de instituições políticas que governam dentro de um território soberano delimitado. Mas um Estado moderno não pode ser visto apenas como uma entidade geográfica e um corpo de instituições”²³. As dinâmicas do período colonial e descolonial fazem parte de uma fase de transição para o desenvolvimento do Estado moderno, surgindo de um contexto de desestruturação de organizações étnicas vigentes (WABGOU; KABUNDA; TSHIBAMBE, 2018). Com isso,

[...] a colonização não garantiu a continuidade dessas formas de organização, de modo que os Estados modernos foram erguidos verticalmente, mais em termos de interesse do sistema colonial do que das classes sociais, dos clãs, das linhagens e de grupos étnicos. Assim, a construção dos Estados africanos colidiu com a configuração horizontal dos povos nativos e quebrou a dinâmica interna dessas organizações populares, que enfraqueceram fortemente os povos africanos (WABGOU; KABUNDA; TSHIBAMBE, 2018, p. 32)²⁴.

Desta forma, para além da concepção geográfica e institucionalista, o Estado é considerado como uma representação da independência, o que dá acesso à soberania nacional e a validade de ser um sujeito de direito internacional (MWAYILA, 1995). Além disso, Mwayila (1995, p. 44) considera que o Estado independente é um produto de uma herança dupla cultural, sendo esta africana e europeia. Sendo assim, “não há Estado Africano moderno além da expressão da mistura fertilizante dessa dupla historicidade, [...] pois é impossível reproduzir o Estado Africano pré-colonial ou o Estado-nação europeu”²⁵.

O conceito de Estado na África também diferiu no período da independência pela interpretação dos observadores sobre sua significância e características. Mesmo com instituições estatais e agências relacionadas à sociedade africana, além do aparato estatal ter sido fonte de conflitos, pouco se prestou atenção ao Estado e seus órgãos na década de 1960.

22 “[...] social scientists have had little alternative but to undertake a search for a new conceptual frameworks that would afford a fuller insight into the dynamic processes unfolding on the continent” (CHAZAN et al., 1994, pp. 14-15).

23 “[...] a set of political institutions that govern within a delimited sovereign territory. But a modern state cannot be seen just as a geographic entity and a body of institutions” (THOMSON, 2010, p. 5).

24 “La colonización no aseguró la continuidad de estas formas de organización, por lo que los Estados modernos se erigieron verticalmente, más en función del interés del sistema colonial que de las clases sociales, los clanes, los linajes y los grupos étnicos. De este modo, la construcción de los Estados africanos chocó con la configuración horizontal de los pueblos nativos y rompió la dinámica interna de estas organizaciones de base, lo que debilitó fuertemente a los pueblos africanos” (WABGOU; KABUNDA; TSHIBAMBE, 2018, p. 32).

25 “no existe ningún Estado africano moderno que no sea la expresión de la mezcla fecundante de esta doble historicidad, [...] dado que resulta imposible reproducir el Estado africano precolonial o el Estado-nación europeo” (MWAYILA, 1995, p. 44).

A percepção da época era que o Estado era uma arena territorial, soberana e de possibilidade de construção da nação. Na década de 1970, o Estado passou a ter, em partes, reconhecimento pelos observadores, pensando nas instituições como agentes na arena global. Em um primeiro momento, o Estado foi associado às classes governantes, dando ênfase ao entendimento do processo de formação de classe; em um segundo momento, houve a tentativa de dissociar o Estado da classe dominante para olhar para as instituições estatais como uma arena que produz forças sociais e conflitos. Já na década de 1980, houve um consenso entre os observadores de que as instituições estatais deveriam estar centralizadas. É reconhecido que o Estado não é neutro, ou seja, suas instituições têm interesses. Para o funcionamento efetivo dessas instituições foram necessários o controle militar de um território e o reconhecimento de sua soberania (tanto internamente quanto internacionalmente) (CHAZAN et al, 1994). Nesse sentido, é possível depreender que

[...] os principais componentes do Estado são, conseqüentemente, estruturas de tomada de decisão (executivos, partidos, parlamentos), instituições de execução de decisões (burocracias, organizações paraestatais e forças de segurança) e órgãos de mediação de decisões (principalmente cortes, tribunais e comissões de investigação). O caráter e as capacidades precisas do Estado em qualquer país em particular são determinados pelo padrão de organização dessas instituições em momentos específicos (CHAZAN et al, 1994, p. 39)²⁶.

Muitos consideram o Estado africano como um ‘monstro *Frankenstein*’, o qual está desafiando a unidade do continente e minando a capacidade de construir mecanismos regionais viáveis para a obtenção da paz e segurança. Isso acontece pelo legado colonial da composição do Estado, em que há a crise de construção da nação e a divisão dos povos africanos em entidades não viáveis chamadas Estados (FRANCIS, 2006). Partindo desse pressuposto, há um ruído de comunicação em relação ao entendimento das entidades africanas como Estados, sendo utilizado todo tipo de rótulos para nomeá-los, como:

[...] "Quase-estado"; "Estado fraco"; 'Estado falido'; "Estado em colapso"; "Estado suave"; "Estado de vampiro"; "Superdesenvolvido" ou "Estado inchado"; "Estado sombrio"; "Estado fictício", "Estado de guarnição", "prebendal" ou "Estado neopatrimonial", "leviatã coxo", "barriga política" do "Estado kleptocrático" e muitos mais (FRANCIS, 2006, p. 33)²⁷.

26 “The main components of the state are, consequently, decisionmaking structures (executives, parties, parliaments), decision-enforcing institutions (bureaucracies, parastatal organizations and security forces), and decision-mediating bodies (primarily courts, tribunals, and investigatory commissions) The precise character and capacities of the state in any particular country are determined by the pattern of organization of these institutions at specific points in time” (CHAZAN et al, 1994, p. 39).

27 “[...] ‘quasi-state’; ‘weak state’; ‘failed state’; ‘collapsed state’; ‘soft state’; ‘vampire state’; ‘overdeveloped’ or ‘swollen state’; ‘shadow state’; ‘fictive state’ ‘garrison state’ ‘prebendal’ or ‘neo-patrimonial state’, ‘lame leviathan’, ‘belly politic’ of ‘kleptocratic state’ and many more” (FRANCIS, 2006, p. 33).

O que essas nomeações não levam em consideração é o fato que, enquanto os europeus tiveram diversos anos para desenvolver seus aspectos como Estados, existem Estados africanos com quase 60 anos de independência (como os casos de Ruanda, Burundi) e nem se precisa ir muito longe, casos com 30 anos de independência, como a Namíbia. Com isso, é relevante ressaltar que sim, os Estados africanos são jovens, mas são Estados modernos.

Além disso, é relevante perceber que estes Estados não são homogêneos, ou seja, existem diferentes tipos, em diferentes partes do continente, mas todos estão lutando por suas sobrevivências em um ambiente da política internacional (FRANCIS, 2006). Ademais, “O ‘Estado’ na África está em um estado de fluxo. O sistema estatal não só fornece uma visão importante sobre o funcionamento atual da política interna e internacional, mas também é o principal ator do domínio público na África” (FRANCIS, 2006, p. 33)²⁸.

A experiência do Estado africano, em termos de *state building*²⁹, pode ser entendida por meio de dois processos: a formação e a construção do Estado, que são processos diferentes que não se mesclam (TSHIBAMBE, 1995). A formação do Estado é entendida, segundo Tshibambe (1995) por ser localizada geograficamente e historicamente, com um contexto cultural específico e vinculada ao desenvolvimento do capitalismo. No caso dos países periféricos, o Estado moderno foi importado, sendo reproduzido a luz dos países desenvolvidos. A partir disso, existem modelos e critérios de análise da formação e construção do Estado na Europa, mas seria um erro tentar encaixar tais métricas e experiências históricas no caso africano.

Em relação ao conceito de construção do Estado, este seria a continuidade do processo de formação do Estado, em que este Estado já formado deve contar com “uma consistência e um espaço organocrático que deve permitir seu funcionamento com eficácia” (TSHIBAMBE, 1995, p. 73)³⁰. No caso africano, é visto duas linhas ideológicas de construção do Estado, em que no primeiro caso engloba os países que seguiam uma obediência capitalista (considerados ‘moderadores’) e no segundo caso os países que seguiam uma perspectiva marxista científica (considerados ‘progressistas’), com Ruanda se encaixando no primeiro grupo de países.

28 “The ‘state’ in Africa is in a state of flux. The state system not only provides an important insight into the actual working of international and domestic politics, but is also the main actor in the public domain in Africa” (FRANCIS, 2006, p. 33).

29 *State building*, em seu sentido geral, significa o estabelecimento, restabelecimento e fortalecimento de estruturas estatais em um determinado território após, por exemplo, uma situação de desestruturação do Estado (BOGDANDY; HÄUßLER; HANSCHMANN; UTZ, 2005). É utilizado neste trabalho em dois aspectos: 1) dentro do universo de formação e construção de Estado; 2) do processo de reconstrução pós-conflito.

30 “[...] una consistencia y un espacio organocrático que le debe permitir funcionar con eficacia” (TSHIBAMBE, 1995, p. 73).

Ademais, se em outras partes a escolha ideológica influencia nos tipos de organização política (como regimes totalitários para o primeiro grupo; regimes pluralistas-liberais para o segundo grupo), no caso da África Subsaariana as práticas políticas e institucionais não coincidiram com os aspectos ideológicos, anulando as orientações ideológicas escolhidas (TSHIBAMBE, 1995).

É interessante ver a diferença na construção de formações sociais entre a Europa Ocidental e a África Subsaariana, em que o primeiro aparenta ter tido uma construção linear, solidificando o aspecto estrutural/infraestrutural do Estado, não tendo uma questão tão aguda em relação à integração nacional como é visto no caso africano; e o segundo apresenta um caso de construção de Estado dialético, em que envolve, ao mesmo tempo, a construção de infraestrutura estatal, atentar-se a questão da integração e desenvolvimento, sendo esta especificidade do caso africano atrelada ao sistema internacional, o qual comporta os interesses das grandes potências de intervenção nos países africanos em termos políticos, econômicos e culturais (TSHIBAMBE, 1995). Não apenas os países africanos, mas todos aqueles considerados do Terceiro Mundo, experimentaram particularidades nos seus processos de construção do Estado, envolvendo três aspectos: “a implantação de Estados pelas potências europeias, a manutenção da ideia de Estado como devir e o impacto negativo da guerra” (SILVA, 2017, p. 107).

Em torno dos aspectos da relação entre Estado e sociedade, cientistas sociais e líderes políticos, entre as décadas de 1950 e 1960, que opinavam não haver classes sociais na África, negavam a existência de conflitos com base em classes sociais (CHAZAN et. al, 1994). Mas N’Krumah reconhecia o conflito existente entre classes, havendo um embate entre opressores e oprimidos, como em outros locais ao redor do mundo (N’KRUMAH, 1972).

Adicionalmente, para Samoff (1982), há uma marginalização ao longo do tempo da análise sobre classe no caso africano, por diferentes causas: por causa da inclinação dos pesquisadores, preocupados em estudar história imperial, etnografia e estabilidade; a aparente falta de importância da classe como grande clivagem na sociedade africana; e em geral a orientação anti-marxista da Ciência Social ocidental contemporânea. Complementando Samoff (1982), este presente estudo adicionaria o cientificismo eurocêntrico como um dos fatores da ausência de estudos sobre classe nos Estados africanos, reiterando imagens de uma sociedade tribal e étnica em uma forma pejorativa dos termos.

Embora exista uma literatura substancial sobre classe e conflito de classe, até recentemente pouco esforço tem sido feito para usar essas análises sistemáticas no estudo da África. Nesse contexto, Samoff (1982) apresenta alguns aspectos que devem ser

desmistificados em relação à classe na África, em que para este estudo, três aspectos são relevantes. O primeiro mito caracteriza uma África indiferenciada e sem classe antes da chegada de estrangeiros. Um segundo mito seria uma África atual indiferenciada e sem classes. Para Samoff (1982, p. 109), “Embora o controle final dos meios de produção possa continuar fora da África, as pessoas se organizam para disputar a capacidade de controlar a apropriação do excedente”³¹. Já o terceiro mito aborda a questão do pluralismo cultural (raça, etnia), em que não é possível esclarecer situações particulares de acordo com essa perspectiva.

Entende-se que há classes sociais na África a partir do momento em que o colonialismo incorporou a África nas dinâmicas do capitalismo, conseqüentemente incorporando também nas divisões de classe incluídas nesse sistema. Ou seja, “a incorporação das sociedades africanas no sistema mundial capitalista [...] contribuiu para a formação de classes modernas com base em suas relações com os meios de produção e seus conflitos com outras classes em questões de política pública e privada” (CHAZAN et. al, 1994, p. 119)³².

Além dos mitos expostos por Samoff (1982), houve a questão dos interesses de classe na África serem ofuscados pelos interesses dos estrangeiros no continente, alimentando mais ainda o mito de que não existiam classes nas sociedades africanas. Para ilustrar, N’Krumah (1972) apresenta em seu livro o padrão de classe existente na África, considerando uma divisão dentro das classes em geral. O quadro abaixo serve para desmistificar o caso de Ruanda, em que muitas análises trazem aspectos étnicos sem considerar o contexto político, econômico e mais ainda as clivagens sociais existentes para além das questões étnicas. Sendo assim, os capítulos seguintes trarão aspectos relevantes para uma análise considerando múltiplos fatores.

Quadro 2: Padrão de classe existente na sociedade africana

Classes	Divisão de classes	Elites
CAMPONESES		
PROLETARIADO (assalariado)	- rural, trabalhadores, etc. - industrial (empregado principalmente nas grandes indústrias, mineração, transporte, etc.)	
PEQUENA BURGUESIA	- status social determinado pelo	

31 “Though the ultimate control of the means of production may continue to lie outside Africa, people do organize themselves to contest for the ability to control the appropriation of surplus” (SAMOFF, 1982, p. 109).

32 “the incorporation of african societies into a world capitalist system [...] contributed to the formation of modern classes based on their relationship to the means of production and their conflicts with other classes on issues of private and public policy” (CHAZAN et. al, 1994, p. 119).

(a) Agricultores (pequena burguesia rural, possuindo terras e empregando mão-de-obra)	tamanho da propriedade e quantidade de trabalho empregado	
(b) Pequena burguesia urbana (pequenos comerciantes, comerciantes artesãos, etc.)	- status de acordo com o tamanho do negócio e propriedade	
BURGUESIA (incluindo burguesia nacional, e representando capitalismo) - comerciantes - principais funcionários públicos - compradores (gerentes de funcionários seniores de empresas estrangeiras) - empreendedores - "classe" profissional e gerencial, etc.	- alta - média	- intelectuais - principais burocratas - oficial de "classe" nas forças armadas - profissionais (principais advogados, doutores, etc) - tecnocratas
GOVERNANTES TRADICIONAIS (autoridade baseada principalmente na tradição, costume, etc., e não na propriedade de terra)	- chefes de clãs - chefes - chefes supremos - emires, etc.	

Fonte: N'Krumah (1972, pp. 19-20).

A burguesia africana, ou seja, a classe que teve vantagens por meio do colonialismo, é a mesma classe que segue se beneficiando no período neocolonial pós-independência, com o seu interesse primordial de “preservar as estruturas sociais e econômicas capitalistas. Segue, portanto, em aliança com o capital financeiro internacional de monopólio.” (N'KRUMAH, 1972, p. 10)³³. Para a compreensão das inclinações dessa elite, é relevante um olhar histórico sobre a construção do Estado africano.

1.3 Um olhar histórico sobre a construção do Estado africano

Considerando as características mencionadas na seção anterior sobre o Estado africano e suas relações entre classes sociais, é interessante ver a evolução de estruturas estatais em uma perspectiva histórica, entendendo que Ruanda está imerso nas dinâmicas do continente. Em relação ao período pré-colonial, um ponto observado por Herbst (2000) é que os governantes africanos, ao longo do tempo, tinham dificuldades em projetar o poder, por conta do vasto território e densidade populacional baixa. Diferente do caso africano, os europeus tinham

³³ “preserving capitalist social and economic structures. It is therefore, in alliance with international monopoly finance capital” (N'KRUMAH, 1972, p. 10).

como premissa de poder o controle do território, por ser escasso e com uma densa população (HERBST, 2000).

A partir disso, a soberania era exercida de forma diferente na África pré-colonial, em que o controle político era feito em relação às pessoas do que terra ou território. O território, diferentemente do que acontecia na Europa, era um elemento abundante no continente africano, não sendo este um elemento de constrangimento (HERBST, 2000; THOMSON, 2010). Sendo assim, o poder político era demonstrado por meio de controle de pessoas e, se alguém estava insatisfeito com o ocupante no poder, bastava migrar para outro território. Exemplo da concepção africana de poder era o tráfico de escravos, que era uma das atividades mais rentáveis no continente em diferentes partes, ou seja, capturar pessoas era sinônimo de poder real na África pré-colonial (HERBST, 2000).

Ademais, a difusão do poder ao longo do território era caracterizada pela irradiação do poder desde o núcleo e difundindo-se em forma de círculo (HERBST, 2000). Por exemplo, o Governo Central tem como prioridade os acontecimentos mais no centro e os tributos das áreas interioranas. Nesse sentido, as percepções africanas sobre como o poder é difundido à distância refletiu nas capacidades dos Estados e seus ambientes particulares.

Por conta de sua baixa densidade populacional e da produção de excedentes econômicos relativamente pequenos, houve uma maior dificuldade para a formação dos Estados em muitas partes do continente pré-colonial (como as regiões do sul e do centro), que seriam consideradas sociedades sem Estado. Isso não quer dizer que, por ser uma ‘sociedade sem Estado’, inexistisse uma organização política (THOMSON, 2010). A questão econômica de produção do excedente relaciona-se com a construção do Estado, por ser um estímulo para que essa construção aconteça.

Este sistema de Estados africanos pré-coloniais refletia suas características no âmbito doméstico destes, estabelecendo uma relação diplomática complicada entre as unidades a partir do momento em que os contextos domésticos individuais modificavam-se (como, por exemplo, a manutenção do poder a distância). Sendo assim, “Relações interestatais não eram vistas como distintas completamente da manutenção do poder domesticamente” (HERBST, 2000, p. 55)³⁴.

Já no recorte histórico do Estado colonial, os primeiros indícios no continente foram com os portugueses, em 1415, e expandindo com os holandeses e demais colonizadores, por meio da atuação de missionários e exploradores que efetivou o início do recorte do continente

³⁴ “Interstate relations were not seen as completely distinct from the domestic maintenance of power” (THOMSON, 2010, p. 55).

(HERNANDEZ, 2008; THOMSON, 2010). Partindo desse pressuposto, a Conferência de Berlim (1884-1885) foi um grande passo para o processo de recorte ou ‘roedura’ da África, motivada por quatro fatores: 1) os interesses do rei Leopoldo II em fundar um império ultramarino; 2) os interesses de Portugal em manter sua influência no continente; 3) a política francesa de expansionismo; e 4) os interesses em relação à livre navegação e comércio nas bacias do Níger e do Congo (HERNANDEZ, 2008). No cenário africano, apenas a Etiópia e a Libéria escaparam da partilha (THOMSON, 2010).

Observa-se na dinâmica da partilha a motivação da concorrência capitalista industrial e a pressão econômica, “buscando obter e preservar mercados [...] que desencadeou o expansionismo europeu” (HERNANDEZ, 2008, p. 71). Nesse contexto, estruturas administrativas-jurídicas hierarquizadas (por meio da concentração de funções administrativas e políticas nas mãos do capital humano colonial), acima das ordens políticas e societárias de organização antes do regime colonial (CHAZAN et al., 1994), foram instaladas para “atender aos objetivos e às imposições próprios dos sistemas coloniais, em particular manter a ordem, evitar despesas e constituir uma reserva de mão-de-obra para transporte de cargas, construção de estradas e ferrovias” (HERNANDEZ, 2008, p. 101).

Essas estruturas de poder variavam, seja por conta da extensão e dispersão do domínio, riqueza, heterogeneidade, etc, sendo observáveis dois modelos de estruturas de poder: 1) um mais centralizado, verticalizado e hierarquizado, desenvolvido pela França, Portugal e Bélgica; 2) uma estrutura menos hierarquizada e autoritária, visando o controle de grandes extensões territoriais, com grandes densidades populacionais e a presença do comércio, que era o caso da Grã-Bretanha (HERNANDEZ, 2008). No caso de Ruanda, que passou por duas colonizações (alemã e belga), observou-se uma estrutura hierárquica apoiando as elites locais compostas pelos tutsis, além da institucionalização das carteiras de identificação da população a partir das etnias pelos belgas.

As fronteiras estabelecidas pela Conferência de Berlim não respeitaram limites linguísticos, culturais ou geográficos, criando assim Estados em formação³⁵. Com a independência, as fronteiras foram confirmadas pelas elites africanas e por conta da Organização da Unidade Africana (OUA, atual União Africana) adotar o princípio de “[...] intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização” (BADI, 1994, p. 9)³⁶.

Ademais, dois aspectos ganham destaque em análises sobre o recorte temporal colonial. O primeiro aspecto ilustra como o colonialismo incluiu os países africanos no sistema

35 Badi (1994) conceitua como ‘protoestado’.

36 “[...] intangibilidad de las fronteras heredadas de la colonización” (BADI, 1994, p. 9).

internacional, condicionando até hoje suas dinâmicas político-sociais e de política externa, com a produção de monoculturas (inserção de novos produtos) e uma “dependência completa dos preços do mercado mundial, ditados pelos países consumidores” (KRIPPENDORF, 1979, p. 64). Já o segundo aspecto envolve o uso do trabalho intensivo, ou seja, eram necessários para a produção de matérias primas e outros locais a mão de obra que aguentasse o trabalho requerido, sendo assim utilizado o trabalho escravo. Houve a tentativa de utilizar a mão de obra indígena para os objetivos dos colonizadores serem atingidos, mas estes não aguentavam o volume de trabalho, sendo escolhidos os negros para a substituição. Isso causou um “subdesenvolvimento populacional [...] do continente africano e a destruição das estruturas sociais africanas” (KRIPPENDORF, 1979, p. 65).

Sendo assim, a introdução destes dois aspectos levou às consequências que até hoje caracterizam o cenário atual, como os conflitos de classe, que têm suas origens nas dinâmicas exigidas pelo capitalismo. Ademais, é possível perceber o papel do colonialismo como mecanismo de expansão capitalista, havendo uma relação intrínseca entre o capitalismo e o colonialismo (KRIPPENDORF, 1979). Era possível perceber que os espaços africanos colonizados e a expansão do modelo de Estados à luz do europeu eram justamente para atender aos interesses europeus de expansão da economia, ou seja, servindo aos interesses do capital (CÉSAIRE, 1978). Nesses processos coloniais, há uma desumanização e coisificação do colonizado,

[...] Aonde quero chegar? A esta ideia que ninguém colonializa inocentemente, que tampouco ninguém colonializa impunemente; que uma nação que colonializa, que uma civilização que justifica a colonização e, portanto, a força, já é uma civilização enferma, moralmente ferida, que irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, é que chama a seu Hitler, quero dizer, seu castigo (CÉSAIRE, 1978, p. 22).

E no processo colonial que Césaire (1978) nomeou como o dormitar da sociedade, os povos permaneceram por um sentimento de resgate do ser africano, de ter a liberdade, o que tomou forma como o movimento pan-africanista. Aliado a esse movimento, as iniciativas de unidade regional na África remontam desde o período dos processos de descolonização. Nesse contexto, a construção de uma unidade da nação estava sendo construída em um ambiente de luta contra o poder colonial, ou seja, de ameaças externas, em que o grande desafio seria como manter o Estado recém-independente unido se ainda existia uma fragmentação interna (WALLERSTEIN, 2005). Além de lidar com ameaças externas, como confrontações com os

colonizadores, também havia o conflito local em torno do poder do aparelho estatal (CHAZAN et al, 1994).

Apesar de ter sido um período relativamente curto em duração, a herança do período colonial teve um impacto relevante no subseqüente cenário político do continente. Segundo Thomson (2010), houve sete elementos de grande importância que caracterizaram a herança colonial e que alguns aspectos já foram vistos no período pré-colonial, os quais foram: a incorporação da África na estrutura de Estado moderno internacional; a imposição de fronteiras arbitrárias; o reforço do Estado não hegemônico; a ligação fraca entre o Estado e a sociedade civil; a promoção da elite estatal africana; a construção de economias especializadas em exportação; e a ausência de instituições políticas fortes. De forma sumarizada, o quadro 3 apresenta os aspectos da herança colonial na África.

Quadro 3: Resumo dos problemas potenciais criados pela herança colonial

Fronteiras arbitrárias	<i>Problemas potenciais:</i> Unidades territoriais ilógicas Comunidades divididas Movimentos irredentistas Competição étnica interna Unidades econômicas inapropriadas (sem litoral, com poucos recursos)
Estados não-hegemônicos	<i>Problemas potenciais:</i> Incapacidade de projetar poder estatal no interior Poder estatal concentrado apenas em regiões estratégicas e lucrativas
Ligações fracas entre Estado e sociedade	<i>Problemas potenciais:</i> Cultura política não compartilhada entre Estado e sociedade Um déficit de legitimidade Estados que não podem ser contabilizados Sociedades civis distantes Sociedade desengajando do Estado
Formação de uma elite estatal	<i>Problemas potenciais:</i> Ligações fortes entre o escritório político e riqueza pessoal Mobilidade social dominada pelo acesso para o Estado Corrupção Uma “burguesia burocrática” exploradora
A herança econômica	<i>Problemas potenciais:</i> Desvantagem na economia internacional Subdesenvolvimento de recursos humanos Falta de serviços públicos Economias excessivamente dependentes do setor primário Dependência excessiva das exportações Viés para os mercados europeus, não locais ou regionais
Instituições políticas fracas	<i>Problemas potenciais:</i> Instituições democráticas liberais frágeis sem amarras históricas

Retorno ao Estado autoritário e burocrático de estilo colonial
--

Fonte: Adaptada pela autora com base em Thomson (2010, p. 22).

No período das independências dos Estados africanos, pode-se observar a transferência dessas agências/estruturas administrativas para o controle africano dando, geralmente, continuidade aos padrões coloniais existentes (CHAZAN et al., 1994). Ou seja, o perfil autoritário dos governos africanos já estava intrínseco às estruturas administrativas do Estado colonial, sendo a descolonização um processo de rearranjo político das estruturas dos Estados africanos, uma vez que as independências foram um caráter simbólico político do que a passagem de controle das suas economias e áreas estratégicas (CHAZAN et al., 1994). A ‘liberdade’ oferecida pelos colonizadores era uma continuação da prática colonial de exportar commodities primárias e importar bens manufaturados caros do ocidente (SCHMIDT, 2013). As instituições passadas para o controle dos africanos

[...] eram, portanto, estranhos em derivação, concebidos funcionalmente, planejados burocraticamente, de natureza autoritária e principalmente preocupados com questões de dominação em vez de legitimidade. Durante a descolonização, os padrões eram, na maioria dos casos, mais elaborados do que transformados (CHAZAN et al, 1994, p. 43)³⁷.

Nessa lógica, os Estados da periferia foram moldados a partir de interesses e motivações da era colonial, perdurando ao longo do tempo por meio das instituições, às quais não foram reformadas com os processos de independência. Isso reflete nas capacidades limitadas dos Estados da periferia, perpetuando, muitas vezes, ideais da ex-metrópole do que interesses e necessidades locais. Como ilustração, as colônias ficavam à mercê das tomadas de decisões e dos interesses das metrópoles, afetando no modo de inserção na ordem global e, conseqüentemente, no modo de desenvolvimento (FERRER, 2007). Sendo assim, o Estado africano contemporâneo é caracterizado por ser “[...] dependente, artificial e heterogêneo”, carecendo de um sentimento nacional comum (BADI, 1994, p. 9)³⁸

Em um contexto de independência, é possível perceber o uso de dois principais elementos de integração da nação e que geralmente emergem da luta nacionalista por independência, que são o partido nacionalista (que pode ser composto por um único partido e ser mais estável, ou por um sistema partidário que gera maior instabilidade e tende ao

37 “[...] were thus alien in derivation, functionally [...] conceived, bureaucratically designed, authoritarian in nature, and primarily concerned with issues of domination rather than legitimacy. During decolonization there patterns were, in most cases, elaborated rather than transformed” (CHAZAN et al, 1994, p. 43).

38 “[...] dependiente, artificial y heterogêneo” (BADI, 1994, p. 9).

conflito) e o herói nacional (que é tanto o líder do partido como a figura heroica da nação) (WALLERSTEIN, 2005).

Os Estados africanos tinham que se conformar em um sistema de Estados já existente, ou seja, encaixar-se na ordem Westfaliana já constituída. Por isso, a não preocupação imediata de mudar o aparato estatal burocrático pensando em distinguir-se do período e herança colonial. Exemplo disso foram os movimentos de libertação que não tinham o reconhecimento de Estado, tendo limitações em sua participação no sistema internacional (WALLERSTEIN, 2005). O que descreveria melhor o Estado africano seria sua formação por um conjunto de entidades ou instituições que lutavam pela sobrevivência no sistema internacional (FRANCIS, 2006).

Com os processos de independência, houve uma maior vontade por parte dos Estados africanos de se integrarem ao mundo capitalista globalizado, tendo como preceito o uso da autonomia. No âmbito da autonomia, o pan-africanismo aparece como um incentivo para a cooperação, acontecendo de diferentes formas. Em especial, a cooperação com os antigos poderes coloniais era configurada, em alguns casos, por meio de fortes conexões (seja institucional, afetivo), como em outros casos por uma conexão relutante (econômico, idioma); além disso, essas conexões poderiam evoluir para estruturas de cooperação. Destes laços, os que mais perduram são o da língua e cultura, respectivamente, sendo o mais importante e menos duradouro o econômico. Além destas três conexões (de idioma, cultural e econômica), ainda há a conexão de assistência técnica e o fornecimento de pessoas treinadas para auxiliar no processo de expansão administrativa e econômica (WALLERSTEIN, 2005).

Na passagem de poderes para os líderes africanos, houve a construção de uma arena pública, desenvolvida em três fases: a primeira, de concentração de poder; a segunda, de elaboração do poder do Estado; e a terceira, de reconsideração do poder do Estado. A primeira fase teve o seu enfoque voltado para a reorganização das instituições públicas e na concentração de poder, tendo como desafio a manutenção da ordem. Nessa fase, mudanças foram introduzidas para aumentar a concentração de poder em relação ao Estado e reduzir a competição tanto intraelite como social. Para isso, existiam duas formas de chegar aos objetivos: dificultando a participação por meio do fortalecimento da burocracia (processo de facilitação) e enfraquecendo ou eliminando a participação social (processo de impedância) (CHAZAN et al, 1994).

Além dessas estratégias de concentração de poder, houve a limitação de partidos de oposição, com o discurso de que a competição política tinha que ser controlada e o monopólio do poder estatal assegurado. A tendência foi a criação de um partido único, com a

possibilidade de ser estabelecido de três formas: por meio da coerção, persuasão ou meios legais. Além do partido, houve um rearranjo do aparato de poder para estar alinhado aos interesses dos governantes, focando na área administrativa, securitária e executiva. Em especial, como uma forma de estar próximo a área administrativa, o partido era usado como uma burocracia que supervisionava, com funcionários do partido participando de instituições da sociedade civil. Esse aspecto mostra uma zona cinza entre o que seria o partido e o que seria o Estado (CHAZAN et al, 1994)³⁹. Podemos assim descrever que o Estado africano independente na sua primeira fase

[...] assumiu as características do que foi denominado o Estado pós-colonial típico. Até a onda democrática varrer a África em 1990, tal Estado era caracterizado pela limitação do pluralismo político a muitos enclaves, a forte ênfase no estatismo e nas estruturas burocráticas, a politização das instituições administrativas e formas personalistas de tomada de decisão (CHAZAN et al, 1994, p. 54)⁴⁰.

A segunda fase de construção da arena pública concentrou-se, nas décadas de 1960 e 1970, em moldar algumas áreas do aparelho estatal, como o aparato administrativo, coercitivo, legal e instituições políticas. Já a terceira fase, no final da década de 1970 e início da década de 1980, ilustram um período de crise organizacional em diversos aspectos: na relação entre Estado-sociedade; na natureza de extensão do aparato administrativo e coercitivo; no uso de bens públicos; no abuso do cargo público; na inabilidade de muitas instituições em cumprir com as tarefas básicas. É relevante ressaltar que nem todos os países sofreram com a crise da mesma forma e no mesmo período (CHAZAN et al, 1994)

Além desses aspectos, a conjuntura econômica africana também estava em crise, tendo como causas os altos índices de corrupção, o precário gerenciamento econômico e a posição periférica na economia política global, não sendo suficiente o fluxo de ajuda econômica e militar durante a Guerra Fria - os países africanos estavam falidos (SCHMIDT, 2013). Dois traumas econômicos, apresentados por Schmidt (2013), foram desencadeadores da crise, sendo eles: 1) o aumento do preço do petróleo; 2) o declínio dos preços das commodities e o segundo aumento do preço do petróleo; com isso, os países africanos encontravam-se em uma situação com dívidas altas que, conseqüentemente, os levou à busca de ajuda de instituições internacionais financeiras. Em que se pese,

³⁹ Como cita Chazan et al (1994), em alguns casos o partido absorve o aparato estatal.

⁴⁰ “[...] assumed the characteristics of what has been termed the typical postcolonial state. Until the democratic wave swept across Africa in the 1990, such a state was characterized by the limitation of political pluralism to very enclaves, the strong emphasis on statism and bureaucratic structures, the politicization of administrative institutions, and personalistic forms of decisionmaking” (CHAZAN et al, 1994, p. 54).

Com os regimes autoritários de partido único, a AS [África Subsaariana] começa os anos 90 em um cenário de crise e declínio generalizados. Se esses Estados não estão mais preocupados em buscar um controle político acentuado em todos os aspectos da sociedade, deve-se notar que a busca hegemônica [...] revelou certas características desses regimes (TSHIBAMBE, 1994, p. 78)⁴¹.

Dentro das características do regime autoritário de partido único na África Subsaariana, três aspectos são importantes de menção: 1) a existência de um poder pessoal, o que transparece em regimes patrimonialistas e clientelistas; 2) tendências a reduzir os espaços de liberdade da população e seu uso, além de incluir abuso de violência para conter conflitos que surgem em interações políticas; 3) o ‘quebra-cabeça’ da dependência generalizada, que inclui uma dependência econômica, financeira, cultural, tecnológica e político-militar (TSHIBAMBE, 1994). O que se conclui é que, ao longo do tempo, os Estados africanos têm se tornado mais centralizados sem estarem necessariamente estáveis (SOUTHALL, 1974).

Um ponto observado é a oscilação de protagonismo geopolítico do continente africano ao longo da história. Houve um protagonismo do continente na Guerra Fria como uma zona de influência entre os dois polos de poder: os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). Com o fim da Guerra Fria, há um vácuo de poder, o que estimulou disputas em torno da busca de poder estatal, como o caso de Ruanda. A partir desses aspectos, é possível perceber a influência externa, especialmente das ações dos atores que participaram dessas interações. Para ilustrar este período, o quadro abaixo elenca os desdobramentos do fim da Guerra Fria nas dinâmicas internas dos Estados africanos.

Quadro 4: Influência da transição entre o período da Guerra Fria e Pós-Guerra Fria

Guerra Fria	Pós-Guerra Fria
Enraizamento de crises políticas e econômicas	Vácuo de poder gerado pelo fim da bipolaridade: movimentos pró-democracia x gangues criminosas, senhores de guerra, grupos paramilitares
	Grupos sem ideologia política ou programa assumindo o poder
	Exclusões de grupos da sociedade – violência entre grupos, limpeza étnica, genocídio
	Guerras de 1990: caracterizadas pela violência generalizada e atrocidades contra civis

Fonte: Adaptado pela autora com base em Schmidt (2013).

Schmidt (2013) identifica quatro períodos de intervenção na África. No período da descolonização (1956-75) e da Guerra Fria (1945-91) é possível constatar a presença

⁴¹ “Con los regímenes autoritarios de partido único el AS [África Subsahariana] inicia la década de los noventa, sobre un trasfondo de crisis generalizada y de declive. Si estos Estados ya no se preocupan en buscar un control político acentuado en todos los aspectos de la sociedad, es preciso destacar que la búsqueda hegemónica [...] ha puesto de manifiesto ciertas características de estos regímenes” (TSHIBAMBE, 1994, p. 78).

extracontinental, com os Estados Unidos, União Soviética, China, Cuba e os antigos poderes coloniais intervindo na África. No terceiro período, o de colapso do Estado (1991-2001), é observada a presença intracontinental, ou seja, de disputas políticas entre governos pró-democracia, senhores de guerra, grupos paramilitares, ditadores e movimentos dissidentes. No quarto período, o da guerra global contra o terror, há um retorno da presença extracontinental com a atuação militar na África e apoio a governos repressivos. Além disso, “Em cada um desses casos, os interesses externos alteraram a dinâmica das lutas internas, transformando conflitos locais em conflitos maiores, com efeitos devastadores sobre os povos africanos” (SCHMIDT, 2013, p. i)⁴².

Os períodos, que abarcam os atores supracitados, mostram as diferentes motivações para intervenção no continente. Em especial, no período de descolonização, a pressão anticolonial para que os Estados africanos fossem finalmente independentes se evidencia, e a passagem de poder político, em muitos casos, foi pacífica; já no caso de poderes coloniais fracos (como Portugal e Bélgica), houve conflitos militares em busca da defesa de seus interesses políticos e econômicos. Posto isso, é importante ressaltar que houve a transferência de poder político para as elites africanas em seus respectivos Estados, mas ainda assim prevaleciam os interesses coloniais no âmbito econômico. Isso faz parte do que N’Krumah (1967) descreveu como as ações neocoloniais dos antigos poderes e dos Estados Unidos, sendo o neocolonialismo a última fase do imperialismo. As práticas neocoloniais utilizam-se de disfarces, como o discurso de ‘liberdade’, para a manutenção dos seus objetivos coloniais, “de modo que mesmo o que [sic] êle afirma ter “concedido, procura agora tomar”” (N’KRUMAH, 1967, p. 297).

Além dos laços com os poderes coloniais, sob os auspícios do neocolonialismo, houve a diversificação das relações por parte dos países africanos com o objetivo de diminuir a dependência cultural, econômica e política das suas ex-metrópoles: “Nações africanas estão tomando uma série de medidas para fazer isso possível” (WALLERSTEIN, 2005, p. 142)⁴³. Como atores dessa diversificação, Wallerstein (2005) cita os Estados Unidos e a União Soviética, a Europa Ocidental (França, Grã-Bretanha e Alemanha), Israel e China. Além desses países, o objetivo de diversificação das relações abrange também os países do considerado ‘mundo subdesenvolvido’ (Ásia e África), estabelecendo conexões como, por exemplo, com Brasil, Cuba, México, Indonésia, Japão e Índia. Essa diversificação representa

42 “In each of these cases, external interests altered the dynamics of internal struggles, escalating local conflicts into larger conflagrations, with devastating effects on African peoples” (SCHMIDT, 2013, p. i).

43 “African nations are taking a number of specific steps to make this possible” (WALLERSTEIN, 2005, p. 142).

o que Wallerstein (2005, p. 147) chama de neutralismo africano, o qual rejeita o neocolonialismo e conecta-se com os ideais do pan-africanismo, ou seja, seria uma ferramenta para se chegar a este último: “[...] a África Unida será forte o suficiente para impor sua singularidade e seus próprios interesses. O neutralismo serve aos interesses africanos porque maximiza as possibilidades de manobras políticas e as possibilidades de assistência econômica”⁴⁴.

Enfocando os períodos supracitados, em especial o terceiro período (de colapso do Estado, 1991-2001), no período pós-Guerra Fria⁴⁵, ou seja, de ‘vácuo de poder’ no continente africano, houve a insurgência de vários conflitos internos de disputa de poder. A origem dos conflitos na África, observáveis também antes do marco temporal supracitado, tem múltiplos fatores⁴⁶: 1) etnia, sendo este aspecto manipulado pelas elites em aliança com poderes regionais/internacionais, com fins políticos ou econômicos; 2) fronteiras, gerando guerras por delimitação territorial; 3) religião, gerando antagonismos sociais; 4) recursos, em que “Sempre que há um interesse material no meio, as questões étnicas, fronteiriças e religiosas se exacerbam no exterior” (GONZÁLEZ, 2018, p. 27)⁴⁷. Atrelado a isso, entende-se que a busca por recursos faz parte da lógica do capitalismo, envolvendo os grandes interesses transnacionais (GONZÁLEZ, 2018).

Os conflitos armados, sendo a expressão mais crítica de uma crise política, traz consigo como uma das modalidades a guerra civil. Esta última é denominada por ser “[...] qualquer confrontação bélica cujos participantes são civis organizados em forças militares regulares ou irregulares que lutam entre si ou contra o governo”, podendo regionalizar-se, ou seja, incidir em seu entorno geopolítico de imediato (GONZÁLEZ, 2018, p. 29)⁴⁸. É interessante abordar a questão da guerra civil na tentativa de desmistificar o que aconteceu em Ruanda em 1994.

Muitos dos conflitos que acontecem são colocados no guarda-chuva de ‘conflitos étnicos/tribais’, sendo “na realidade, conflitos sociais” (KI-ZERBO, 2006, p. 55). Muitos destes associam-se com a questão do Estado nacional, em que não foram adotadas medidas

44 “[...] a United Africa will be strong enough to enforce its uniqueness and own interests. Neutralism serves African interests because it maximizes the possibilities of political maneuvers and the possibilities of economic assistance (WALLERSTEIN, 2005, p. 147).

45 Enquanto que em outras regiões em desenvolvimento percebeu-se a diminuição dos conflitos armados, na África aumentou (WILLIAMS, 2016).

46 Em uma análise sobre conflitos na África é importante um olhar para os diferentes fatores que corroboram para o conflito, sendo superficial analisar apenas por um espectro (GONZÁLEZ, 2018).

47 “Siempre que hay un interés material de por medio, las cuestiones étnicas, fronterizas y religiosas se exacerbam desde el exterior” (GONZÁLEZ, 2018, p. 27).

48 “[...] cualquier confrontación bélica cuyos participantes son civiles organizados en fuerzas militares regulares o irregulares que luchan entre sí o contra el gobierno” (GONZÁLEZ, 2018, p. 29).

estratégicas de resolução, uma vez que as fronteiras artificiais, herdadas do período colonial, ainda seguem em vigência (KI-ZERBO, 2006). Sendo assim, as questões sociais “[...] são tensões que não devem ser transferidas para o registro etnia, “raça” ou religião, como por vezes se ouve dizer. São tensões sociais e é necessário tratá-las como tais” (KI-ZERBO, 2006, p. 56).

No caso de Ruanda, todavia, é possível ver como questões sociais foram instrumentalizadas baseadas em uma política racial eurocentrada, a partir de uma supremacia branca dos colonizadores com os colonizados (KI-ZERBO, 2006). A partir de uma perspectiva local, a instauração das carteiras de identificação foi um fator decisivo para o acirramento das tensões sociais entre os tutsis e os hutus, havendo um desequilíbrio social entre os grupos. Esse desequilíbrio deu margem para pensarem em etnias diferentes para cada grupo, mas ambos têm a mesma cultura social e a mesma língua (KI-ZERBO, 2006).

Além dos aspectos sobre conflito, assim como os Estados africanos são dinâmicos, as relações exteriores do continente também são dinâmicas (CLAPHAM, 1996). Um elemento que caracteriza a importância da conexão entre o doméstico e o internacional é que, além da lealdade proveniente pela população do Estado e a capacidade de controlar seu território, o reconhecimento de outros Estados é importante para este participar das transações/interações internacionais, sendo este reconhecimento o ponto central para a habilidade do Estado de controlar seu território (reconhecimento \rightarrow controle) (CLAPHAM, 1996). Além disso, é visto como o sistema internacional atua como um constrangimento para as ações domésticas. A própria criação do sistema internacional é uma premissa necessária para o desenvolvimento e expansão do capitalismo, criando as duas faces da mesma moeda: o desenvolvimento e o subdesenvolvimento (KRIPPENDORF, 1979). Nesse sentido, Herbst (2000) identifica a criação de instituições domésticas para lidar com os constrangimentos internacionais.

Para ilustrar a África nas relações internacionais, nota-se a importância do continente e como ele atua:

A população da África é muito pequena em proporção ao resto do mundo. No entanto, a África desempenha um papel na política mundial desproporcional ao seu tamanho. Sua importância é em parte em função de sua turbulência, mas ainda mais em função de seu vigoroso autonomismo, seu intenso desejo de eliminar todos os vestígios de controle estrangeiro, por mais disfarçado que seja. Esse desejo por autonomia não é único, mas é encontrado na África de forma muito concentrada (WALLERSTEIN, 2005, p. 151)⁴⁹.

49 The population of Africa is very small in proportion to the rest of the world. Yet Africa plays a role in world politics out of proportion to its size. Its importance is partly a function of its turbulence, but even more a function of its vigorous autonomism, its intense desire to eliminate all vestiges of foreign control, however disguised. This desire for autonomy is not unique, but it is found in Africa in a very concentrated (WALLERSTEIN, 2005,

As diferenças internas em recursos geraram variações no nível de ação de política externa independente, o que levou às elites a criarem símbolos e ideias para compensar a sua fraqueza no âmbito econômico, como N’Krumah e Nyerere relatam a partir da ideia de unidade e integração africana (KHADIAGALA; LYONS, 2001) – e o que será visto, mais adiante, com o caso de Ruanda. É importante ressaltar o papel do líder carismático, tornando-se a fonte e a incorporação da política externa, além de que a “[...] a política externa surgiu como uma ferramenta para os líderes desarmarem seus oponentes domésticos e compensarem as políticas domésticas impopulares” (KHADIAGALA; LYONS, 2001, p. 5)⁵⁰.

Sintetizando as ideias trazidas nesta seção, a partir da análise histórica, é possível observar no quadro abaixo algumas características na implementação do Estado moderno na África:

Quadro 5: Características da construção do Estado na África

Características	Formações na África pré-colonial	Estado colonial	Estado independente
Tipo de organização	Início de organizações centralizadas, mas havia outros tipos de organizações	Organizações centralizadas	Organizações centralizadas
Tipo de poder	Poder era baseado em pessoas, não em território	Poder baseado em território, população	Poder baseado em território, população e reconhecimento externo
Formação das Fronteiras	Fronteiras não definidas e não permanentes	Fronteiras definidas	Fronteiras definidas
Relações Internacionais	Interação com outros Estados (relações exteriores)	Inserção no capitalismo global a partir do colonialismo; interação com outros Estados, especialmente com sua metrópole	Inserção no sistema de Estados internacional já existente, ou seja, era necessário adaptar-se para ter o reconhecimento como Estado independente

Fonte: Adaptado pela autora com base em Chazan (1992), Herbst (2000) e Thomson (2010).

Como será apresentado no próximo capítulo, diferente de outras estruturas estatais na África, Ruanda não é fruto do período colonial, mantendo uma estrutura central e hierárquica desde o período pré-colonial (REYNTJENS, 2018b). Serão vistas algumas continuidades ao longo da história, explicando algumas das características do Estado moderno ruandês contemporâneo.

p. 151).

⁵⁰ “[...] foreign policy emerged as a tool for leaders to both disarm their domestic opponents and compensate for unpopular domestic policies” (KHADIAGALA; LYONS, 2001, p. 5).

1.4 Pan-Africanismo e o Estado africano

Sendo um importante elemento para o processo de independência dos países africanos, é necessário um olhar mais próximo voltado ao Pan-Africanismo. O Pan-Africanismo está também relacionado ao cerne de construção do Estado africano, por conta dos processos de descolonização e de unidade do continente. É interessante colocar a observação de Malisa e Missedja (2020) de que a existência do Estado não anula o Pan-Africanismo: a Conferência de Berlim proporcionou a criação de Estados-nações coloniais, estabelecendo uma cartografia europeia no continente africano, mas sem anular a ideia de uma África unida.

Em relação a sua conceituação, na perspectiva de Adi (2018), apesar de não existir um conceito unânime, existem pontos em comum entre as abordagens pan-africanistas e africanistas, sendo eles: 1) o desejo de unidade; 2) a história em comum; 3) o propósito em comum entre as populações da África e da diáspora africana; 4) a noção de que os destinos estão interconectados; 5) a importância da liberação; e 6) o avanço do continente africano por ele mesmo. Para Rabaka (2020, p. 8), em uma síntese, Pan-Africanismo seria: “o projeto simultâneo intelectual, cultural, social, político, econômico e artístico que chama pela unificação e liberação de toda a população ancestral africana, ambas no continente africano e na diáspora africana”⁵¹. Também nesse sentido, Malisa e Missedja (2020) ressalta o teor filosófico que promove a ideia de uma África unida.

Nesse sentido, para este trabalho será utilizado o conceito de Pan-Africanismo a partir da conexão das perspectivas dos autores supracitados, evidenciando os contextos históricos distintos vividos na evolução do conceito, posto que este abarca e é composto por diferentes áreas, como a política, o social, etc. É interessante observar os aspectos pontuados por Adi (2018) serão os princípios utilizados na composição do Pan-Africanismo no seu modo geral, para ser analisado no caso ruandês em específico. Os aspectos ‘liberação e motivação do avanço do continente por ele mesmo’ serão ressaltados aqui por serem apresentados ao longo do trabalho pelo projeto de projeção externa de Ruanda, em conjunto com a região dos Grandes Lagos, com a União Africana, e de acordo com sua estratégia de inserção global, a qual veremos com mais detalhes no capítulo 4.

Entende-se que o que desencadeia o pensamento e a ação pan-africanos é o tráfico de escravizados, criando uma diáspora africana moderna. Adi (2018) caracteriza dois momentos históricos do Pan-Africanismo: o primeiro, originado da diáspora africana, ou seja, nos

51 “[...] a simultaneously intellectual, cultural, social, political, economic and artistic project that calls for the unification and liberation of all people of African ancestry, both on the African continent and in the African diaspora” (RABAKA, 2020, p. 8).

movimentos de resistência à escravidão e do desejo de retorno ao continente; o segundo, originado no contexto de luta anticolonial, tornando o uso da palavra ‘pan-africanismo’ mais popular (ADI, 2018; MALISA; MISSEDJA, 2020). Mesmo com as diferenças históricas, o autor (e também neste trabalho) considera que o termo Pan-Africanismo abarca todas as ideologias e movimentos que trazem a ideia de unidade e avanço do continente, sendo “[...] um rio com muitos riachos e correntes” (ADI, 2018, p. 4)⁵². É relevante ressaltar que o Pan-Africanismo é um conceito/noção inventado com um propósito: de responder o subdesenvolvimento da África e da natureza fragmentada dos africanos e da diáspora africana face a alienação e marginalização. Além disso,

O Pan-Africanismo é um reconhecimento de que a única saída para esta crise existencial, social e política é promover uma maior solidariedade entre os africanos e a diáspora. Diálogo genuíno um debate na África nem sempre gerará consenso, mas, pelo menos, será um diálogo entre os africanos sobre como eles podem resolver seus problemas. Se as ideias não são elaboradas pelos africanos, raramente podem ser do interesse dos africanos (MURITHI, 2020, p. 376)⁵³.

O Pan-Africanismo também é refletido em arranjos políticos formais, como os Congressos Pan-Africanos, o estabelecimento da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963; e a União Africana (UA), em 2002⁵⁴. Nesse cenário político, para Ackah (2020), os Estados e sociedades descendentes de africanos necessitam trabalhar em conjunto no âmbito global para obtenção de recursos para toda a comunidade, entendendo que todos são vítimas da supremacia branca e da política de dividir para dominar dos antigos colonizadores. Para Ackah (2020, p. 50), “Os povos africanos precisam reconhecer a importância política da ação coletiva para que as identidades africanas sejam protegidas e melhoradas positivamente”⁵⁵. A partir de um posicionamento de forma coletiva, é possível obter maior poder de barganha no cenário internacional, considerando as disparidades dos Estados africanos em relação aos Estados do Norte na DIT.

Ademais, em um cenário contemporâneo, é visto uma nova onda do Renascimento Africano, por alguns considerados como o ‘Novo Pan-africanismo’, inaugurado com o

52 “[...] one river with many streams and currents” (ADI, 2018, p. 4).

53 “Pan-Africanism is a recognition that the only way out of this existential, social, political crisis is by promoting greater solidarity amongst Africans and the Diaspora. Genuine dialogue and debate in Africa will not always generate consensus, but at least it will be dialogue among Africans about how they might resolve their problems. If ideas are not designed by the Africans, then rarely can they be in the interests of Africans” (MURITHI, 2020 p. 376).

54 Cada arranjo político é considerado também como uma fase institucional do Pan-Africanismo, não sendo a UA a última fase (MURITHI, 2020).

55 “African peoples need to recognise the political importance of collective action in order for African identities to be protected and positively enhanced” (ACKAH, 2020, p. 50).

lançamento da UA. Dentro do Renascimento Africano, parte-se da percepção de soluções de problemas por meio de soluções africanas, criando, por exemplo, a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Para Amoah (2019, p. viii), o Novo Pan-africanismo é composto por “[...] doses pragmáticas de soluções caso a caso para problemas africanos em tempo real, levando em consideração as questões geopolíticas ao vivo, o contexto mais amplo da política internacional e as lições do contexto histórico”⁵⁶. Seguindo a lógica de Murithi (2020), o que é apresentado como Novo Pan-Africanismo seria uma fase de institucionalização do Pan-Africanismo, não sendo necessariamente um novo conceito.

Mesmo com a integração econômica em andamento, para se obter um maior sucesso neste processo é necessário pensar em instituições que não sejam extrativistas, as quais são apoiadas por instituições políticas coercitivas; nesse sentido, sob os auspícios do Pan-Africanismo, instituições política e economicamente inclusivas, associadas a sistemas legais de apoio, viabilizam valores e princípios africanos, como a liberdade, a busca pelo desenvolvimento e dignidade (MOGES; MUCHIE, 2020). Reconstruir instituições que, muitas vezes, são datadas do período colonial, é um dos grandes desafios dos países africanos.

Analisando o caso ruandês, apesar de o país ter tido a oportunidade de reconstruir-se contemporaneamente, muitos aspectos não mudaram, especialmente institucionais. No capítulo 2 serão vistas algumas características de um Estado desenvolvimentista de Habyarimana que envolve uma maquinaria Estatal que silencia a sociedade e que privilegia a riqueza na mão da elite agrária; já contemporaneamente, a riqueza é concentrada nas mãos da elite de Kigali, originária de Uganda.

Mesmo com a possibilidade de uma cooperação em um viés coletivista, ao mesmo tempo que Ruanda busca uma ação coletiva no âmbito da UA, também busca brechas no sistema internacional para se inserir individualmente. Posto isso, no capítulo 4 será melhor desenvolvida a estratégia de Ruanda de inserção na região dos Grandes Lagos, continentalmente e globalmente, a partir de ideais pan-africanistas (de liberação, avanço do continente), acrescido de um pragmatismo (ou seja, uma busca individual por interesses nacionais, a partir da figura do líder pragmático).

O Pan-Africanismo Pragmático é uma estratégia de inserção internacional que mescla características pragmáticas (geopolíticas, interesses materiais) com ideais pan-africanistas supracitados, sendo identificada no discurso dúbio ruandês na tentativa de agradecer o Norte, para continuar a receber a ajuda externa, a qual mantém essencialmente o seu orçamento,

⁵⁶ “[...] pragmatic doses of case-by-case solutions to real time African problems, taking into account the live geopolitical issues, the wider context of international politics and lessons from the historical context” (AMOAH, 2019, p. viii).

quanto intensificar seus laços com os países africanos, em busca dos seus interesses nacionais projetados para a região. Para saber mais sobre a combinação de conceitos, o artigo de Flores (2015, p. 153) apresenta a ideia de Pragmatismo principista, sendo um “[...] marco analítico que pode ser utilizado para descrever e explicar o processo de tomada de decisões da política exterior”⁵⁷, combinando elementos de uma política exterior realista (busca por interesses) com idealista (princípios e normas).

No caso do Pan-Africanismo Pragmático é vista a instrumentalização dos ideais pan-africanistas para ter uma maior unidade no cenário internacional, ao mesmo tempo que Ruanda busca por outras vias atingir seus objetivos globalmente. Optou-se por adicionar o termo pragmático ao conceito geral de Pan-Africanismo por se tratar de uma estratégia de política externa que caracteriza as tomadas de decisão de Ruanda, entendendo seu comportamento, no cenário externo, ora coletivista, ora individualista.

Apresentar o Pan-Africanismo nesta seção é relevante para entender que seus princípios vão conformar as relações internacionais africanas e como Ruanda vai pensar sua política externa, influenciando a posição estratégica do Estado nas tomadas de decisão domesticamente e internacionalmente. O olhar pan-africanista dá base a estruturação do Estado independente, com instituições ainda limitadas ao período colonial; influencia o contexto de estruturação de ideais regionais e continentais e é usado como uma cama elástica para Ruanda diversificar parcerias para o seu interesse maior: de desenvolvimento nacional.

A partir da premissa de desenvolvimento nacional, o próximo capítulo vai proporcionar um olhar histórico para a construção de Ruanda, entendendo que este desejo é mais antigo do que se pensa, entendendo a conformação da sociedade e o desenvolvimento das interações entre os grupos sociais. Com a análise histórica, é possível entender as motivações para a guerra civil e, conseqüentemente, para o genocídio de 1994.

57 “[...] marco analítico que puede ser utilizado para describir y explicar el proceso de toma de decisiones de la política exterior” (FLORES, 2015, p. 153).

2 DOS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS AO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO: DISPUTAS POLÍTICAS E FRAGMENTAÇÃO DO ESTADO

- *Então, por que estão em guerra?*
 - *Porque não têm o mesmo nariz.*
 (FAYE, 2018, p. 10)⁵⁸

Naquela noite estávamos vivas.
Talvez não houvesse outras noites.
 (MUKASONGA, 2017, p. 20)

Vinte e sete anos. Em uma análise de períodos históricos, é um curto espaço de tempo para processar os acontecimentos, mas em Ruanda é relevante acompanhar o desenvolvimento das ações, sendo significativas. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar elementos históricos que contribuam para o entendimento da construção do Estado ruandês e analisar a conformação da guerra civil, evidenciando os atores envolvidos. A partir disso, este capítulo está organizado em quatro seções, as quais são direcionadas pelo seguinte questionamento: **como é construído o Estado de Ruanda, considerando o advento da guerra civil em 1994?**

A primeira seção busca entender a construção do Estado ruandês e suas relações de poder entre as classes sociais. Elementos como a transferência da independência para as elites locais, a conformação das classes e os conflitos armados existentes nesse período são alguns dos aspectos que serão apresentados. A segunda seção busca elencar os principais aspectos da guerra civil de 1994, contemplando os principais atores e as dinâmicas entre o governo de Ruanda e a Frente Patriótica Ruandesa (FPR).

A terceira seção busca analisar as consequências da guerra civil e o processo de reabilitação, ressaltando que não há uma linha divisória entre a ajuda humanitária e a reabilitação. Será analisada a assistência dada a Ruanda nesses dois períodos citados. Já na quarta seção busca-se apresentar o Estado pós-conflito a partir da criação da *Vision 2020*, estratégia de desenvolvimento que seria o Norte para políticas de diferentes áreas de trabalho, estabelecendo a conexão entre o ambiente interno e o externo.

A relevância do presente capítulo se dá uma vez que elementos fundamentais para a compreensão do período contemporâneo do Estado ruandês são apresentados, incluindo as relações de poder em âmbito interno e externo.

58 “- Entonces... ¿por qué están en guerra? - Porque no tienen la misma nariz” (FAYE, 2018, p. 10).

2.1 Processos históricos em Ruanda: formações institucionais

Para montar o quebra-cabeça dos acontecimentos da guerra civil em 1994, é necessário uma retomada histórica baseando-se na organização social e em alguns recortes históricos relevantes, como o período pré-colonial, colonial, a revolução de 1959-1961 e a própria guerra de 1994, de modo que “cada um desses períodos foi um grande rompimento com o anterior” (REYNTJENS, 2018a, p. 1)⁵⁹.

A sociedade ruandesa é composta por três grupos étnicos: os hutus, que representam a sua maioria; os tutsis, a minoria; e os twas, representando 1% da população (KUPERMAN, 2000). Ao longo dos períodos ilustrados a seguir, serão apresentadas as dinâmicas da sociedade de acordo com suas funções para o melhor desenvolvimento da vida cotidiana, o que foi modificado com a entrada dos colonizadores.

2.1.1 Formações pré-coloniais

O período pré-colonial ruandês é desenvolvido a partir de um processo de conquistas e de assimilação pacífica. No século XV, observa-se a expansão de sistemas hutus centralizados, baseados em agricultura e criação animal, e descendentes da linhagem de Kiga. Quase no mesmo período, os pastores tutsis, vindos do Norte e do Leste de Karagwe (atual Tanzânia), entraram na área e a coexistência era pacífica com os dois grupos anteriores. A partir do fim do século, quando começaram a chegar mais tutsis na região, os tutsis começaram a dominar a economia e a política, mesmo sendo minoria (14%) e os hutus a maioria (85%). Já os twas, grupo de pigmeus e os primeiros habitantes da região, representavam 1% (DORSEY, 1994).

É relevante ressaltar que, ao se questionar sobre as origens dos tutsis e hutus, Mamdani (2001) conclui que as discussões em torno das migrações são infrutíferas, já que as categorias tutsi-hutu relacionam-se com identidades políticas e não culturais. É preferível analisar as interações entre tutsis e hutus a partir da criação de uma comunidade cultural dos falantes de kinyarwanda, a qual expande para além das fronteiras de Ruanda, sendo considerada uma comunidade regional. Além disso, Mamdani (2001) conclui que tutsi e hutu são identidades políticas que surgem com a imposição do Estado, a partir do processo de centralização do poder. Com isso,

59 “Each of these periods was a major break with the previous one” (REYNTJENS, 2018a, p. 1).

[...] com a identidade tutsi suficientemente porosa para absorver os hutus bem-sucedidos por meio do enobrecimento e os hutus claramente uma identidade transétnica de sujeitos, a distinção hutu/tutsi não poderia ser considerada uma distinção étnica. Tampouco poderia ser considerada uma distinção socioeconômica, entre exploradores e explorados ou ricos e pobres. Isso por causa dos "*petits tutsis*", que não podiam ser separados de muitos hutus em suas circunstâncias socioeconômicas, e que eram numerosos e continuaram a se reproduzir por meio de casamentos mistos. Ao mesmo tempo, os *petits tutsis* sempre podiam ser separados dos hutus socialmente, por conta tanto dos privilégios mesquinhos quanto da isenção mais substancial de trabalho forçado (*uburetwa*) a que tinham direito como tutsi sob Rwabugiri. Também não era uma divisão de trabalho entre pastores e agricultores, mais uma vez porque os *petits tutsis* eram geralmente tão sem gado quanto a maioria dos hutus, e os "*moyens tutsi*" tendiam a combinar o pastoreio de alguns bovinos com o cultivo de uma modesta horta (MAMDANI, 2001, p. 74).

O Estado de Ruanda, tal como é conhecido atualmente, iniciou-se com o Reino *Nyiginya*. Já nesse período, o país tinha uma organização unitária, hierárquica e com entidades políticas semelhantes às de um Estado moderno, baseando-se na figura do rei (HERNANDEZ, 2008; KAMATALI, 2014). Kamatali (2014) observa que a formação de Ruanda como é vista atualmente não foi derivada do período colonial, mas por sua expansão, efetividade do governo central, definição de fronteiras e instituições econômicas, sociais e militares.

O governo central era formado por quatro pilares, que davam sustentação para a vida em sociedade: a figura do rei, a rainha-mãe, o *abiru*⁶⁰, e o Conselho dos Altos Chefes. O rei era considerado uma divindade e, com isso, recebendo seus poderes de Deus, justificava-se o seu poder absoluto em relação à vida em sociedade. Em termos administrativos, o rei estava no topo da pirâmide, nomeando um chefe de terra (que geralmente era um hutu) e um chefe de pasto (geralmente um tutsi), cada um com suas funções de recolhimento de taxas (KAMATALI, 2014). Hernandez (2008) compara essa organização a uma sociedade de castas, em que

[...] as diferenças eram traduzidas em desigualdades, pelas quais os clãs eram hierarquizados e o soberano considerado uma divindade infalível e absoluta. Esse pensamento estava fundado em um mito, criador de um sentido de enraizamento que conferia legitimidade às relações de assimetria dos três grupos etnoculturais e à autoridade política, vividas como verdadeiras e inquestionáveis desde tempos muito remotos (HERNANDEZ, 2008, pp. 419-420).

Apesar de Hernandez (2008) enfatizar as desigualdades e assimetrias, Kamatali (2014) apresenta um sistema pré-colonial complexo, em que havia uma conexão dos cidadãos com as instituições mais altas da monarquia, existindo um intermediário que conectava as partes. A partir desses aspectos, é possível previamente perceber que a forma como a sociedade

⁶⁰ Assumia um papel de corte constitucional (KAMATALI, 2014).

ruandesa se organizava era estável para a população, cada um tendo o seu papel socialmente e economicamente.

Mesmo com as divisões societárias, os ruandeses dividiam a fé, a língua, a lei, além de terem uma coesão social e unidade social (HERNANDEZ, 2008). Com a chegada dos colonizadores, o sistema pré-colonial foi modificado completamente e as categorias, antes mais associadas à economia, foram caracterizadas como etnias, mobilizando fraturas sociais: “Ruanda é um país cujo passado foi caracterizado por divisão, exclusão e violência desde a chegada das potências coloniais, sob sua política de dividir e governar”⁶¹ (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016, p. 1).

2.1.2 Formação colonial

A partir da Conferência de Berlim (1884-1885), a Alemanha assumiu o controle de Ruanda e este tornou-se parte do território da África Leste Alemã, em 1896 (ANDRADE, 2016). A administração se dava de forma indireta, ou seja, utilizando o sistema político e judiciário já existente (REYNTJENS, 2018a). Não se sabe até que ponto o mito da divindade era verdade, mas os alemães tiraram vantagem das clivagens sociais que já existiam, a partir de um acordo com a nobreza local (tutsi), para dar apoio a um sistema com uma minoria no poder. Ou seja,

[...] as alianças alemãs (e, posteriormente, as belgas) foram forjadas com o mwami [rei] e sua corte tutsi, a nobreza local, para manter o controle e forçar os “servos hutus” a se sujeitarem, sem perceber, à nova administração colonial. Isso era muito conveniente para os alemães, já que poderiam “governar por procuração” fazendo uso daquilo que entenderam como uma ditadura da monarquia tutsi (SANTOS, 2014, p. 316).

Com a Primeira Guerra Mundial e as perdas dos territórios pela Alemanha, a Bélgica barganhou Ruanda-Urundi com o Reino Unido e, em 1923, assume o mandato no território, formalmente dado pela Liga das Nações; além disso, em 1946, a tutela do território é passada para a Bélgica a partir da aprovação das Nações Unidas (KAMATALI, 2014; REYNTJENS, 2018a). Com a entrada dos belgas, o que aconteceu, de fato, foi a continuação do apoio à elite tutsi no poder, privilegiando-os intencionalmente para ter mais controle dos considerados ‘primitivos’. Com isso, é visto que o discurso de seguir um sistema de governo indireto ficaria na teoria, com modificações significativas em Ruanda.

⁶¹ “Rwanda is a country, whose past was characterized by division, exclusion, and violence since the arrival of colonial powers, under their divide and rule policy” (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016, p. 1).

A questão territorial é um primeiro aspecto dessas modificações. Ruanda perdeu partes significativas do seu território, sendo dividido a partir dos interesses das metrópoles. Com as divisões, Ruanda também perdeu parte de sua população, a qual se tornou, por exemplo, ugandesa. Além desse aspecto, o sistema de governança também foi modificado - com mais ênfase, destruído. Os belgas começaram a atingir a legitimidade do rei, destruindo as dimensões dos símbolos sagrados da monarquia, como a dimensão simbólica, ideológica e institucional, além de, depois de todos esses passos, substituir a figura do rei. Mesmo com todas as investidas, os ruandeses não descartavam a figura e a centralidade do rei (KAMATALI, 2014).

A estrutura societária de chefes do pasto, da terra e do exército também foi desmantelada, substituída por um único chefe. Gerando mais querelas, o chefe escolhido era apenas tutsi, burocratizando as funções. Em que se pese, os belgas buscavam a impopularidade do chefe, incluindo dentre suas responsabilidades o monitoramento de trabalhos públicos, o que causou grande revolta aos hutus que trabalhavam por mais tempo ao longo da semana (KAMATALI, 2014). O que selou os atritos entre os tutsis e os hutus foi a institucionalização das divisões étnicas a partir de carteiras de identificação, também instaurada com a presença belga no país.

Durante a maior parte do período colonial, os Bazungu [brancos] estavam convencidos de que os tutsis eram mais inteligentes, confiáveis e trabalhadores - em resumo, mais parecidos com eles - do que os hutus. Os Bazungu instituíram um sistema de classificação étnica rígida, envolvendo métodos “científicos modernos” como medir o tamanho do nariz e do crânio e contar o número de bovinos. Em 1931, eles introduziram documentos de identificação obrigatórios declarando a etnia. Para muitos cientistas e para muitos ruandeses, as origens do conflito étnico e do racismo em Ruanda estão nessa prática do discurso e do colonizador; outros disputam isso calorosamente (UVIN, 1998, pp. 16-17)⁶².

Para qualquer significado que tenha sido atrelado à percepção sobre as categorias de ‘tutsi’ e ‘hutu’, isso muda com a introdução das carteiras de identificação, relacionando-se às questões de privilégio e segregação (SANTOS, 2014). Para Reyntjens (1996) os termos hutu, tutsi e twas não correspondem às categorias clássicas de definição de grupos étnicos, vivendo lado a lado no país; mesmo não sendo definições propriamente ditas, essas diferenciações fazem parte da identidade ruandesa.

⁶² “During most of the colonial period, the Bazungu [whites] were convinced that the Tutsi were more intelligent, reliable, and hardworking—in short, more like themselves—than the Hutu. The Bazungu instituted a system of rigid ethnic classification, involving such “modern scientific” methods as measuring nose and skull sizes and counting the number of cattle. In 1931, they introduced obligatory identification papers stating one’s ethnicity. For many scientists, and for many Rwandans, the origins of ethnic conflict and racism in Rwanda lie in this discourse-cum-practice of the colonizer; others dispute this hotly” (UVIN, 1998, pp. 16-17).

Reyntjens (1996) também apresenta que as divisões étnicas são vistas antes do período colonial, fazendo parte das questões identitárias de Ruanda e que, com a introdução do Estado ruandês, as categorias tutsi-hutus passaram ainda mais a serem categorias políticas relevantes. Ilustrando o processo de identificação em relação aos tutsis,

Os brancos pretendiam saber melhor do que nós quem éramos e de onde vínhamos. Eles nos apalparam, nos pesaram, nos mediram. As conclusões a que chegaram foram categóricas: nossos crânios eram caucasianos, nossos perfis, semíticos, nossa estatura, nilótica. Eles conheciam até mesmo nosso ancestral, estava na Bíblia e se chamava Cã. Nós éramos os quase brancos, apesar de algumas mestiçagens repugnantes, um pouco judeus, um pouco arianos. Os cientistas (a quem devíamos ser gratos) tinham feito até uma raça sob medida para nós: nós éramos os Camitas! (MUKASONGA, 2017, p. 121).

A relação tutsi-hutu era tão polarizada que transcendeu as questões étnico-organizativas para uma questão de classe - ou seja, a categoria de etnicidade apenas não é o suficiente para explicar a relação estabelecida (SMITH, 1995). Nesse sentido, a própria categoria hutu-tutsi diverge de sentido ao longo da história, em que, “o nexu tutsi-hutu, que era antes de tudo uma divisão de classe, tornou-se, na era colonial, uma divisão dupla de classe e étnica; depois, no período pós-colonial, a etnia substituiu a classe como um sentido primário do status “Hutu” e “Tutsi”” (SMITH, 1995, p. 70)⁶³.

Em um contexto de demandas das elites locais africanas por mais autonomia e poder, Ruanda também seguia os mesmos passos: enquanto que a elite hutu se sentia excluída em relação à manutenção de poder dos tutsis e dos belgas, os tutsis tinham como objetivo assegurar seu poder e privilégio. Para os tutsis, a maior preocupação era a “[...] disparidade econômica e social, não discriminação étnica” (THOMSON, 2018, p. 44)⁶⁴. Em 1957, os tutsis lançaram uma ‘Declaração de Pontos de Vista’⁶⁵, pedindo pelo aceleração da passagem de poder e reconhecendo a discriminação existente entre europeus e ruandeses, sem citar em nenhum aspecto a relação tutsi-hutu. Em março do mesmo ano, como uma resposta a declaração dos tutsis e direcionado aos belgas, os hutus lançam o ‘Manifesto dos Hutus’⁶⁶, enfatizando que o maior problema enfrentado era a disparidade e divisão entre tutsis e hutus, atentando para o reconhecimento do “[...] problema hutu-tutsi – definido como o monopólio tutsi na vida política, socioeconômica e cultural” (THOMSON, 2018, p. 44)⁶⁷. Em meados de

63 “the Tutsi-Hutu nexus, which was first and foremost a class division, became, in the colonial era, a dually class and ethnic division; then in the post-colonial period, ethnicity replaced class as a primary sense of “Hutu” and “Tutsi” status” (SMITH, 1995, p. 70).

64 “[...] economic and social disparity, not ethnic discrimination” (THOMSON, 2018, p. 44).

65 ‘*Statement of Views*’, em inglês.

66 ‘*Manifeste des Banhutu*’, em francês.

67 “[...] Hutu-Tutsi problem – defined as the Tutsi monopoly on political, socio-economic and cultural life”

1957, surgiram partidos políticos de ambos os lados⁶⁸, marcando os conflitos políticos ao longo do período pré-independência.

Para Twagilimana (2015), há três fatores que explicam essa movimentação: 1) os ventos por mudanças na África, no cenário de descolonização; 2) mudanças nas representações, em que o Monsenhor Leon Classe (defensor da centralidade dos tutsis no processo de colonização europeia) faleceu e a igreja católica estava se transformando, com a incorporação de hutus como missionários; 3) enquanto a elite tutsi demandava a independência dos belgas, os hutus optaram por lidar primeiro com os tutsis, alegando que existiam dois colonizadores (estes últimos e os belgas) - como os belgas mudaram o seu apoio para os hutus, nos prenúncios da democratização, ainda faltava lidar com os tutsis; e 4) a morte de Mwami Mutara III Hutarigwa, em 1959, que levou a ascensão do Mwami Kigeri V, o qual foi rechaçado pelos belgas e hutus, estes últimos considerando como golpe de Estado.

Nos meandros da situação, a Bélgica começou a criar instituições para a passagem de poderes, o que incluiu tornar o rei como o Chefe de Estado e criar quadros de leis (KAMATALI, 2014). A intensificação da relação conturbada entre tutsis e hutus se deu com a morte de um hutu por jovens tutsis; com a notícia se espalhando, começaram as matanças ao longo do país, com pouca atuação dos belgas para sanar a situação (TWAGILIMANA, 2015). Nesse contexto, apoiado pelos belgas, em 1961 os hutus proclamaram o fim da monarquia e a aparição de uma república.

Ao todo, a Revolução de 1959 durou até 1961 e resultou em pelo menos 200.000 tutsis mortos, a derrubada da monarquia que foi substituída por uma república e a formação do novo país enraizado na ideologia hutu de exclusão tutsi que se tornou aos regimes Grégoire Kayibanda e Juvénal Habyarimana (TWAGILIMANA, 2015, p. 105)⁶⁹.

Com a revolução, a monarquia tutsi desapareceu e os hutus assumiram o poder do país, iniciando o processo de independência. Em 1962, foi instaurado pelas Nações Unidas o fim da tutela da Bélgica e concedida a independência de Ruanda e Burundi. No processo de passagem do poder de uma elite política para outra, observou-se que a prática política não modificou em relação ao período anterior, tendo como características o autoritarismo e a distância do poder central do resto da população (REYNTJENS, 2018a).

(THOMSON, 2018, p. 44).

⁶⁸ Union Nationale Rwandaise (UNAR), dos tutsis; e o Parti du Mouvement de l'Émancipation Hutu (PARMEHUTU) (HERNANDEZ, 2008).

⁶⁹ All in all, the 1959 Revolution in reality lasted until 1961 and resulted in at least 200,000 Tutsi killed, the overthrowing of the monarchy that was replaced by a republic, and the formation of the new country rooted in a Hutu ideology of Tutsi exclusion that became to Grégoire Kayibanda and Juvénal Habyarimana regimes (TWAGILIMANA, 2015, p. 105).

2.1.3 Estado independente aos prenúncios da guerra civil de 1994

Com a sua independência, Ruanda seguiu com as instituições coloniais e a questão da divisão étnica em voga. Sendo líder do Partido do Movimento de Emancipação Hutu (*PARMEHUTU*), o qual promovia a ‘ideologia étnica’, Grégoire Kayibanda tornou-se presidente de Ruanda e aproveitou a subida ao poder para empreender perseguições contra políticos e intelectuais tutsis, iniciando uma onda de deslocamentos para países vizinhos, como o Zaire e Uganda, especialmente nos períodos compreendidos entre 1959 e 1961, 1963 e 1964 e em 1973. Para o *PARMEHUTU*, os hutus deveriam lutar contra o colonialismo dos tutsis e a tutela belga, tendo conquistado o apoio desta última na virada para a independência e inaugurando a primeira república (1962-1973). Dentro das políticas de ‘ideologia étnica’, foram banidos os partidos políticos que majoritariamente eram formados por tutsis (o UNAR e o RADER) (KAMATALI, 2014; (THOMSON, 2018).

Entre os hutus existiam diferenças regionais, em que: 1) a maioria dos hutus vivia na parte Sul e apoiava o *PARMEHUTU*; e 2) a minoria vivia na parte Noroeste do país, mais afastados. Com a entrada de Habyarimana no poder, sendo ele do Noroeste, o centro do poder mudou, fazendo com que a minoria hutu dominasse o âmbito político, econômico, dentre outros aspectos. Além disso, no período em que Habyarimana esteve no poder, foi observada uma diminuição das violências domésticas direcionadas aos tutsis (KUPERMAN, 2000).

Em 1963, agravando mais a situação, um grupo de guerrilha entrou no país e foi duramente contido pelo governo de Kayibanda, iniciando novos fluxos de deslocamentos e mortes em massa dos tutsis (SANTOS, 2014). Como Mukasonga (2017) apresenta em seu livro, as tensões e mortes em Ruanda começam antes de 1994, com sua família deslocando-se para as diferentes cidades/províncias de Ruanda desde a década de 1960, levando ao exílio da autora para Burundi e, logo depois, para França. Com o fluxo de pessoas entre fronteiras, muitos tutsis foram para países vizinhos, onde foram treinados e dirigiram-se a Uganda para participar das movimentações de apoio a Yoweri Museveni para chegar ao poder.

Kayibanda mudou a constituição para se manter no poder, mas isso não impediu que um golpe militar não-violento ocorresse, em 1973, dissolvendo o *Parmehutu*. O primo de Kayibanda, General Juvénal Habyarimana, assumiu, mudando o status do poder do país do centro para o norte, terminando o período da primeira república (REYNTJENS, 2018). A segunda república (1973-1994) recebeu o apoio do Zaire e da França, os quais apoiariam mais

adiante o governo na guerra civil em 1994, acompanhados pelo Egito (ANDRADE, 2016; KAMATALI, 2014; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

Com a mudança de governo, os ruandeses nacionalistas esperavam a incorporação da democracia, além de outros pressupostos que visavam a proteção dos direitos humanos (KAMATALI, 2014). Para Reyntjens (2018a, p. 6), “enquanto o novo regime alcançou um grau de pacificação étnica, na maioria dos outros campos continuou velhas práticas”⁷⁰. Mesmo alcançando um grau de pacificação étnica, os hutus aproveitaram a maleabilidade do governo para lançar uma nova campanha de violência contra os tutsis, em 1974. Com o poder nas mãos, Habyarimana criou o Movimento Revolucionário pelo Desenvolvimento (MRND) como o único partido político, além de modificar a constituição para legitimar o autoritarismo (KAMATALI, 2014).

Em sua análise, Verwimp (2013) descreve o Estado de Habyarimana como desenvolvimentista, elencando quatro características: 1) o ordenamento administrativo da natureza e da sociedade ou sua ‘legibilidade’; 2) alta ideologia modernista; 3) um Estado autoritário; e 4) sociedade civil silenciada. Nos capítulos a seguir, será apresentado que o Estado com a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) vai seguir essas características, com tentativa de mudança da orientação para a agricultura para uma orientação tecnológica.

Diversos escândalos de corrupção foram vistos no governo de Habyarimana, limitando o espaço do país nos mercados internacionais por falta de investimento em áreas fundamentais, como no setor agrícola e industrial (SANTOS, 2014). Na década de 1980, o regime experienciava indícios de exaustão, gerando descontentamento da sociedade e da mídia, dado os conflitos na região que não ajudavam na estabilização nacional, além da queda no preço do café, gerando problemas fiscais. Isso faz parte do contexto da crise capitalista desde 1970, deteriorando os preços dos produtos primários e a redução de sua demanda (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Em um contexto de crise econômica no continente africano, o Banco Mundial e o FMI impuseram um pacote de reformas para o país como condição para a liberação de crédito, fazendo com que o governo reduzisse o orçamento e cobrasse mais impostos (SANTOS, 2014).

Em Uganda, a questão dos refugiados intensificou-se a medida que os tutsis não eram integrados a sociedade local. Diante de promessas de presidentes passados, os tutsis refugiados sempre acabavam como os inimigos da sociedade ruandesa, seja dada sua participação na luta contra Obote ou por incentivar seus filhos a apoiarem Museveni. Vendo

⁷⁰ “While the new regime achieved a degree of ethnic pacification, in most other fields it continued old practices” (REYNTJENS, 2018a, p. 6).

que a situação só piorava, com a destituição de Paul Kagame e Fred Rwigyema dos seus postos por causa do descontentamento da população ugandesa pelos tutsis assumirem altos postos do poder, em 1987, a Aliança Ruandesa para Unidade Nacional (RANU) seria renomeada e chamada de Frente Patriótica Ruandesa (FPR), com o objetivo de retornar ao lar pela via armada. Enquanto isso, em Ruanda, Habyarimana não aceitava a repatriação de tutsis, abrindo apenas exceção para aqueles que retornassem e não reivindicassem por suas terras (que foram distribuídas para os hutus ao longo do tempo) (THOMSON, 2018).

Com a queda do muro de Berlim, em 1989, e as ondas de democratização ao redor do mundo, os países do Ocidente exerceram pressão para os países africanos adotarem a democracia. Nesse sentido, o regime de Habyarimana viu-se pressionado a tomar alguma iniciativa em direção a um acordo de paz entre os tutsis e os hutus. De qualquer forma, o que se via era uma maior repressão contra os tutsis e os hutus moderados, mesmo com o início de uma abertura política (SANTOS, 2014). Conforme apresentado no Capítulo 1, a conexão entre o interno e o externo exerceu uma pressão em Ruanda, em que estava em um cenário político e econômico conturbados, aliado à pressão externa por mudanças políticas da comunidade internacional, à ameaça da FPR ao regime de Habyarimana e às reformas econômicas impostas. Isso ilustra que, para uma análise clara do cenário de desenvolvimento da guerra civil e, conseqüentemente, do genocídio, é necessário visualizar o Estado na interseção dessas duas dimensões.

Em outubro de 1990, a FPR entrou no país pela fronteira Nordeste com Uganda, iniciando uma guerra civil contra o governo de Habyarimana. Já era observado o envolvimento de outros atores no conflito ruandês desde esta época, com a presença de soldados belgas, congolezes e franceses para dar apoio a Habyarimana. Com o começo da guerra civil, Habyarimana usou a invasão como pretexto para começar a perseguir os tutsis, que já eram considerados como inimigos (THOMSON, 2018). Como um dos meios para disseminar ódio para toda a população, o jornal *Kangura*⁷¹ publicou, em dezembro de 1990, os “Dez Mandamentos do Hutu”. No quadro abaixo pode ser observado o ódio em relação ao tutsi, resgatando recursos históricos (como a Revolução de 1959 e o Referendo) para a difusão de uma separação étnica.

Quadro 6: Os Dez Mandamentos do Hutu

Dez Mandamentos do Hutu	
	Todo hutu deve saber que uma mulher tutsi, seja ela quem for, serve ao interesse do

71 ‘Acorde’, em kinyarwanda.

1	<p>grupo étnico tutsi. Assim sendo, consideraremos traidor qualquer hutu que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● desposar uma mulher tutsi; ● ajudar uma mulher tutsi; ● empregar uma mulher tutsi como secretária ou concubina.
2	<p>Todo hutu deve saber que nossas filhas hutus são mais adequadas e conscienciosas em seu papel de mulher, esposa e mãe de família. Que elas são bonitas, boas secretárias e mais honestas.</p>
3	<p>Mulheres hutus, sejam vigilantes e procurem abrir os olhos de seus maridos, irmãos e filhos.</p>
4	<p>Todo hutu deve saber que todo tutsi é desonesto nos negócios. Seu único objetivo é a supremacia de seu grupo étnico. Assim sendo, qualquer hutu que praticar as ações abaixo mencionadas é traidor:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● ter sociedade com um tutsi em um negócio; ● investir seu dinheiro ou dinheiro do governo em uma empresa tutsi; ● favorecer um tutsi nos negócios (concedendo licenças de importação, empréstimos bancários, canteiros de obras, mercados públicos...).
5	<p>Todos os cargos estratégicos, políticos, administrativos, econômicos, militares e de segurança devem ser ocupados por hutus.</p>
6	<p>No setor da educação (escolares, estudantes universitários, professores) a maioria deve ser hutu.</p>
7	<p>As Forças Armadas Ruandesas devem ser exclusivamente formadas por hutus. A experiência de outubro [de 1993] nos ensinou uma lição. Nenhum militar deve casar-se com uma tutsi.</p>
8	<p>Os hutus devem parar de ser clementes com tutsis</p>
9	<p>Os hutus, estejam onde estiverem, devem ter união e solidariedade, e se interessar pelo destino de seus irmãos hutus:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● os hutus dentro e fora de Ruanda deve constantemente procurar amigos e aliados para a causa hutu, começando por seus irmãos bantos; ● devem opor-se constantemente à propaganda tutsi; ● os hutus devem ser firmes e vigilantes contra seu inimigo comum, os tutsis.
10	<p>A Revolução Social de 1959, o Referendo de 1961 e a Ideologia Hutu devem ser ensinados a todo hutu em todos os níveis. Todo hutu deve disseminar amplamente essa ideologia, Todo hutu que perseguir um irmão hutu por ter lido, disseminado e ensinado essa ideologia é traidor.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Power (2004, pp. 389-390).

Como legado da crise econômica, uma massa jovem hutu estava desempregada, propiciando assim o surgimento de pequenos grupos rebeldes que deram vida a *Interahamwe*, o grupo mais organizado e violento, comparado com torcidas de futebol (SANTOS, 2014). Com o desgaste e ameaças ao regime, o grupo começou as iniciativas de limpeza étnica em 1991 e 1992, fazendo com que houvesse um novo fluxo de tutsis para a Tanzânia, Burundi e Uganda (VIOTTI, 2004; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

Algumas iniciativas foram colocadas em prática para cessar o conflito, incluindo o Acordo de Paz de Arusha, na Tanzânia, negociado a partir de 1992, o que contribuiu para a presença do Grupo Observador Militar Neutral I (NMOG I) da antiga OUA para acompanhar as atividades em Ruanda. Só houve envolvimento maior das Nações Unidas no conflito em 1993, com o estabelecimento da Missão das Nações Unidas Observadora Uganda-Ruanda (UNOMUR), a pedido dos respectivos governos, para ter uma maior proximidade ao conflito (NAÇÕES UNIDAS, s/a1).

Nesse contexto, o Acordo de Arusha foi finalmente retomado, em 1993, levando à paz momentânea em agosto do mesmo ano. O que envolvia no acordo era: “[...] um governo eleito democraticamente e previa o estabelecimento de um governo de transição de base ampla até as eleições, além da repatriação de refugiados e integração das forças armadas dos dois lados” (NAÇÕES UNIDAS, s/a1, s/p)⁷². Com essas proposições, ambos os lados pediram pela assistência das Nações Unidas no processo e uma NMOG II foi criada para substituir a anterior, atuando como uma força internacional neutra (NAÇÕES UNIDAS, s/a1). Além desse grupo, em outubro de 1993 foi estabelecida a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR), sendo a NMOG II absorvida por esta, com o objetivo de “[...] ajudar as partes a implementar o acordo, monitorar sua implementação e apoiar o governo de transição” (NAÇÕES UNIDAS, s/a1, s/p)⁷³.

Como resultado do acordo, foi montado um governo transitório de base ampla, composto pelos quatro maiores partidos de oposição, além da FPR e o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento e a Democracia (MRNDD). Habyarimana foi mantido como presidente, com os seus poderes diluídos em outros cargos (SANTOS, 2014). O acordo seria a esperança dos diplomatas estrangeiros e ruandeses moderados de uma possível vivência em harmonia entre os hutus e os tutsis (POWER, 2004). O problema era a existência de uma força populacional (a *Interahamwe* inclusa) que não concordava com a assinatura do acordo, contribuindo para mais tensões internas entre os tutsis/hutus moderados e os hutus.

Em Burundi, a situação também não estava estável. O presidente hutu Melichor Ndadaye foi eleito em junho de 1993, constituindo uma passagem democrática de sucesso. No entanto, os militares tutsis burundeses mataram o presidente em outubro, fato utilizado pelos

72 “[...] a democratically elected government and provided for the establishment of a broad-based transitional Government until the elections, in addition to repatriation of refugees and integration of the armed forces of the two sides” (NAÇÕES UNIDAS, s/a1, s/p).

73 “[...] to help the parties implement the agreement, monitor its implementation and support the transitional Government” (NAÇÕES UNIDAS, s/a1, s/p).

extremistas hutus ruandeses como a prova de que os tutsis não são confiáveis - nem em Burundi, nem em Ruanda. A morte de Ndadaye foi o palco para os hutus conquistarem a atenção da população demonstrando que a FPR faria o mesmo no país. A comunidade internacional pressionou Burundi para restaurar a normalidade interna, mas ninguém foi preso e pouco foi feito para demonstrar que mortes baseadas em etnia não eram toleradas internacionalmente (THOMSON, 2018).

As tensões internas e a instabilidade regional eram grandes aliadas de Habyarimana para usar como motivos de postergação do governo transitório, ganhando mais tempo no poder. Porém, Habyarimana era considerado “traidor e amigo das baratas”⁷⁴, em um cenário que “a ‘pólvora étnica’ ia sendo estocada em quantidades cada vez maiores à espera de um estopim que a explodisse de vez” (SANTOS, 2014, p. 329). O general Dallaire, comandante da UNAMIR, já observava com cautela as movimentações em Ruanda, sendo visto em resoluções da ONU as observações sobre as questões humanitárias, a demora para constituir um governo de transição e, como consequência, a extensão do mandato da UNAMIR até julho de 1994 (S/RES/909, 1994).

Os doadores externos faziam pressão para novas respostas de Ruanda, estabelecendo prazos para que, finalmente, o governo fosse implementado. Buscando apoio da região, Habyarimana encontrou, em 6 de abril de 1994, com os representantes da Tanzânia, Quênia, Burundi e Uganda, refletindo sobre a instabilidade regional e a questão ruandesa (SANTOS, 2014). Mais tarde, no mesmo dia, os ruandeses souberam do abatimento do jato chamado *Mistère Falcon*, presenteado pelo presidente francês François Mitterrand, que estava pousando em Ruanda, com os presidentes Habyarimana e Cyprien Ntaryamira (Burundi) (POWER, 2004). Sendo o estopim para a guerra civil, “entre abril e julho de 1994, Ruanda foi palco de um genocídio [...] e de massacres massivos de inspiração política”, sendo a violência estruturada no âmbito estratégico político (REYNTJENS, 1996, p. 240)⁷⁵.

2.2 Amahano arenze ukwemera⁷⁶: a guerra civil em Ruanda em 1994

O abatimento do avião foi usado como pretexto para as mortes em massa empreendidas pelos hutus, que estavam difundindo pela *Radio-Télévision Libre des Mille Collines* que a

⁷⁴ *Inyenzi*, termo em kinyarwanda que significa baratas e que era comumente usado pelos hutus para referir-se aos tutsis.

⁷⁵ “Between April and July 1994, Rwanda was the scene of a horrible genocide and of massive politically inspired massacres” (REYNTJENS, 1996, p. 240).

⁷⁶ ‘Apocalypse’, em kinyarwanda.

FPR era a culpada pelo acontecimento⁷⁷. Não houve inicialmente um plano genocida; o que se configurava inicialmente era a disputa entre a elite hutu, que queria se manter no poder, e a FPR, que queria enfrentá-los militarmente. Temendo que os efeitos das reformas políticas impactassem no enriquecimento, a elite hutu escolheu usar a maquinaria do Estado para matar os tutsis. Ou seja, o genocídio foi uma estratégia escolhida para a manutenção da elite hutu no poder. Além disso, a presença da FPR no país não foi primariamente para salvaguardar os tutsis, levando em conta que ambos os lados da guerra estavam visando o poder do Estado: ou seja, a FPR também tinha seus interesses na guerra civil (THOMSON, 2018).

Além disso, a partir de uma perspectiva da economia política, Verwimp (2013) apresenta o genocídio como o último passo para assegurar a ordem agrária vigente de um Estado-camponês (Estado desenvolvimentista). A ideia de um Estado desenvolvimentista atrelava o campesinato à elite governante, de modo que

[...] às vésperas da guerra civil, essas instituições estavam em um impasse, não conseguiam mais cumprir as promessas feitas à população em termos de preço do café ao produtor, escolaridade, acesso à terra, segurança alimentar e previdência em geral. A fim de evitar a reforma institucional - que para a elite significaria uma perda de poder político - e comprometer as conquistas da revolução social de 1959 e da revolução moral de 1973, incluindo sua ordem agrária, os extremistas, então no controle do regime, tomaram a etapa final (VERWIMP, 2013, p. 10)⁷⁸.

Aliado ao desejo da ordem vigente no modelo estatal desenvolvimentista, o Estado, estando em uma interseção de esferas, foi pressionado por diferentes fatores: no âmbito interno, pelas disputas políticas entre os próprios hutus, pela corrupção e pela crise alimentar; e no âmbito externo, pela questão dos refugiados de Uganda, pela ameaça da FPR ao governo e pela pressão da comunidade internacional.

Corroborando com a perspectiva de que o conflito armado foi, essencialmente, movido por questões políticas, os primeiros a serem mortos foram os tutsis e hutus moderados, como a primeira-ministra Agathe Uwilingiyimana (hutu moderada, que virara Chefe de Estado com a morte de Habyarimana), o pessoal da UNAMIR (10 soldados belgas que protegiam Agathe) e demais políticos (NAÇÕES UNIDAS, s/a1; SANTOS, 2014). Como previsto pela oposição hutu, com as mortes dos capacetes azuis, os belgas retiraram seu contingente da UNAMIR, fazendo com que os hutus extremistas percebessem que esta não seria um empecilho nos

⁷⁷ Até hoje não há respostas para quem abateu o avião.

⁷⁸ “On the eve of the civil war, these institutions were in a deadlock, they were no longer able to uphold the promises made to the population in terms of the producer price of coffee, schooling, access to land, food security and welfare in general. In order to avoid institutional reform - which for the elite would mean a loss of political power - and jeopardize the attainments of the 1959 social revolution and 1973 moral revolution including its agrarian order, the extremists, by then in control of the regime, took the ultimate step” (VERWIMP, 2013, p. 10).

planos já em execução. Como a terceira linha étnica ruandesa, representando 1% da população, os twas não tiveram participação política na sociedade, mas foram afetados por conta da “[...] politização da etnicidade” (THOMSON, 2018, p. 24)⁷⁹.

Para Bagosora, o comandante-chefe do governo ruandês liderando a chacina, a morte de Habyarimana representava o colapso do Estado, com a necessidade de os militares assumirem o poder. Nesse contexto, em 9 de abril é criado um governo interino, porém as mortes em massa seguiram. A rádio *Milles Collines* era utilizada como ferramenta do discurso de ódio, divulgando listas com informações (como endereço, nome, placa de carro) de tutsis e hutus moderados para a população dar prosseguimento às matanças (POWER, 2004).

Com a morte dos seus nacionais, a saída da Bélgica do contingente da UNAMIR também foi uma forma de pressionar o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para obter respostas mais concretas, ou seja, aumentar ou retirar o contingente do conflito. Havia um impasse dentro do CSNU, com os Estados Unidos assumindo uma posição contrária à atuação de operações de manutenção da paz. Esse posicionamento era motivado pela morte de 18 marinheiros em Mogadishu (Somália), em 1993, estabelecendo uma política de desengajamento no continente africano, evitando envolvimento direto em conflitos (ANDRADE, 2016; SANTOS, 2014).

As armas usadas na guerra civil foram variando ao longo do tempo: nos primeiros dias, em Kigali, eram usadas pelos milicianos e militares armas automáticas e granadas. Quando a guerra se expandiu para o interior, ampliou-se a diversidade de utensílios: armas de fogo, machetes, facas, guidões de bicicleta, dentre outros. Obstinação a exterminar os tutsis, “muitos matadores levavam a arma em uma mão e um rádio transistor transmitindo ordens de assassinato na outra” (POWER, 2004, p. 384).

Com a crescente escalada do conflito, a preocupação do Ocidente era com a retirada dos seus nacionais de Ruanda, o que aconteceu, por exemplo, com o caso dos Estados Unidos, que retiraram 250 norte-americanos entre 9 e 10 de abril. Além disso, seguindo a esteira da saída belga, nacionais da França também foram retirados, deixando a sorte ser lançada para os ruandeses. As ordens vindas do CSNU para Dallaire também eram centradas na remoção dos estrangeiros: “Neutralidade era essencial. Evitar combates era o principal, mas Dallaire poderia abrir exceção para não-ruandeses” (POWER, 2004, p. 404). Na medida em que os estrangeiros eram retirados do país, mais as mortes subiam em Ruanda.

Em 21 de abril, mesmo o CSNU expressando suas preocupações em relação à guerra civil, o órgão recomendou aos países a não interferência no conflito para não agravar a

79 “[...] politicization of ethnicity” (THOMSON, 2018, p. 24).

situação, além de ajustar o mandato da UNAMIR para, resumidamente, uma missão que acompanhasse a movimentação em Ruanda, sem intervir (S/RES/912, 1994). Já em 17 de maio, mesmo reconhecendo que estavam acontecendo atos que feriam o direito internacional e trazendo o termo ‘étnico’ no texto, a palavra ‘genocídio’ não foi citada propriamente para descrever a situação; além disso, ocorreu um novo reajuste do mandato da UNAMIR, com fins de apoiar, de alguma forma, as vítimas da crise humanitária, também autorizando o aumento de 5500 soldados para compor a missão (S/RES/918, 1994).

Um dos aspectos que chamou a atenção em relação ao caos em Ruanda foi a velocidade que a situação se desenvolveu, tendo a possibilidade de ser um dos genocídios mais rápidos da história. Mesmo com a rapidez, existiam alguns elementos que retardavam a movimentação, como a presença de observadores internacionais em lugares que tinham grande quantidade de tutsis e outros elementos que geravam a variação do número de mortes nas dez prefeituras de Ruanda - houve casos em que foi necessária a chegada das Forças Armadas Ruandesas (FAR, representando o governo) ao local para incitar violência. Kigali, capital, apresentou natureza diferente para as mortes, focadas em oposições políticas, de forma que as vítimas iniciais foram hutus moderados (KUPERMAN, 2000).

Havia um desconhecimento real por parte da comunidade internacional sobre o que estava acontecendo em Ruanda, o que agravava toda a situação em termos de ajuda humanitária. Um ponto importante de ressaltar era o foco dos relatórios sobre o país, centrando-se exclusivamente na capital, a qual possuía apenas 4% da população ruandesa, maquiando a real dimensão do conflito nacionalmente (KUPERMAN, 2000).

Nesse contexto, a inação da UNAMIR seguia sendo questionada pelo próprio comandante Dallaire. No âmbito do CSNU, era observado o ‘cuidado’ na escolha de palavras para categorizar o que acontecia em Ruanda, passando de conflito étnico a tribal, mas sendo evitado o uso da palavra ‘genocídio’, já que os Estados, sob a Convenção das Nações Unidas de Prevenção e Repressão contra o Genocídio⁸⁰, tinham um dever de impedir práticas genocidas ao redor do mundo. Infelizmente, no caso de Ruanda, preferiram evitar o quanto puderam, mostrando que os Direitos Humanos não eram para todos: eram baseados em questões geopolíticas e hierárquicas, trazendo holofotes no caso bósnio e a tribalização no caso ruandês. Dallaire só incluiu a palavra genocídio em seu relatório na última semana de abril; já o CSNU somente em maio (KUPERMAN, 2000; POWER, 2004).

⁸⁰ A partir da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, os signatários concordaram que o genocídio é um crime contra o direito internacional, independente se há guerra ou paz. Os Estados que assinaram comprometeram-se a prevenir e punir os envolvidos (RANGEL, 2002).

Sem muitas opções *in loco*, Dallaire utilizou a mídia para tentar atrair a atenção para o caso ruandês, mas sem muito sucesso no sentido de passar uma perspectiva diferente da tribalização de conflitos na África: “durante o conflito na Bósnia, autoridades dos EUA haviam tentado convencer os jornalistas de que o conflito nascia de “antigos ódios tribais”; em Ruanda, os repórteres em campo adotaram por conta essa visão” (POWER, 2004, p. 407). A guerra civil em Ruanda foi difundida pela mídia e por organismos internacionais como um “tribalismo tradicional” (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014, p. 156), sem considerar que na África existe uma relação de classe e que, para analisar o conflito ruandês, podem existir inúmeros fatores que de fato transcendem a questão étnica (REYNTJENS, 1996; SMITH, 1995).

É importante ressaltar o contexto internacional que o conflito ruandês se inseriu, ou seja, de término da disputa bipolar e conflito Leste-Oeste, que culminou na “marginalização da África no sistema internacional, bem como a desestratificação e tribalização dos conflitos e da política regional” (VISENTINI, 2010, p. 64). Sendo assim, ao invés de a guerra civil ruandesa ser vista como tribal, “[...] na realidade, resultou da deformação e reapropriação moderna de determinadas fraturas sociais da região” (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2014, p. 156).

Longe de ser "tribal" ou "atávico", o conflito ruandês é classicamente moderno. Um Estado pós-colonial predatório, encurralado por uma combinação de pressão internacional e dissidência doméstica, atacou com violência friamente calculada contra seu próprio povo [...] (SMITH, 1995, pp. 58-59)⁸¹.

Mesmo com o viés étnico/tribalista, foi possível televisionar a guerra civil ruandesa e disseminar com mais rapidez o que estava acontecendo localmente por meio da mídia, assustando o público em geral: “a partir de 8 de abril de 1994 os repórteres descreveram os ataques generalizados aos tutsis e os cadáveres empilhados nas ruas de Kigali” (POWER, 2004, p. 408). No anexo D seguem alguns exemplos de como a guerra civil era retratada. Além disso, a motivação da população variava individualmente, não se restringindo apenas ao ódio pelos tutsis: a motivação de alguns se dava pelo dever a pátria, por pontos pessoais, ou ainda por medo dos militares matarem por não estarem comprometidos com a causa. Para Thomson (2018, p. 5), “[...] matar tutsis foi um evento sancionado pelo Estado que trouxe a autoridade de instituições-chave - militares, igreja e mídia - para suportar”⁸².

81 “Far from being “tribal” or “atavistic”, the Rwandan conflict is classically modern. A predatory postcolonial state, backed into a corner by a combination of international pressure and domestic dissent, lashed out with coldly calculated violence against its own people [...]” (SMITH, 1995, pp. 58-59).

82 “[...] killing tutsi was a state-sanctioned event that brought the authority of key institutions - the military,

Convém rememorar a multiplicidade de aspectos e a interconexão discutida entre o interno e o externo para a questão da guerra civil ruandesa. Reyntjens (1996, pp. 240-242) apresenta cinco fatores que influenciaram no escalonamento do conflito: dois desses fatores se aplicam ao contexto africano em geral - a onda de democratização que chegou aos países africanos pela influência externa, gerando um efeito desestabilizador na transição de uma elite para outra e a luta pelo controle do Estado, já que este é um “instrumento de acumulação de riqueza e reprodução da classe dominante”⁸³ - e três fatores relacionados à Ruanda em específico, tais como a questão étnica bipolar⁸⁴; “a combinação de um Estado forte e uma população socialmente conformista”⁸⁵; a guerra iniciada pela FPR. Já Smith (1995, p. 59) recupera alguns dos acontecimentos que influenciaram nos desdobramentos em Ruanda, como “[...] o colapso do mercado do café, o fim da Guerra Fria, a intensificação da intervenção do FMI, e o conflito nas vizinhas Uganda e Burundi”⁸⁶.

Mesmo com as mãos atadas por causa dos comandos do CSNU e com um número reduzido do contingente, foi observado que a presença da UNAMIR inibia as mortes de grandes grupos que eram escoltados pelos soldados, ou seja, geralmente os hutus preferiam não exterminar massas na frente de estrangeiros. Um aspecto interessante é que Ruanda fazia parte do CSNU exatamente no período da guerra civil, não sendo expulso do conselho e não sofrendo nenhuma sanção. Além disso, nenhum dos países-membros ofereceram asilo aos refugiados ruandeses:

Uma ocasião, forças de Dallaire conseguiram levar um grupo de ruandeses de avião para o Quênia. As autoridades de Nairóbi permitiram a aterrissagem do avião, confinaram-no em um hangar e, imitando a decisão americana de mandar de volta o navio americano *St. Louis* durante o Holocausto, forçaram o avião a retornar a Ruanda. Não se sabe o que aconteceu com os passageiros (POWER, 2004, p. 422).

Os interesses da França em relação à região ficaram em evidência com o envio de tropas, em conjunto com o Senegal, sob a bandeira das Nações Unidas, em 22 de junho, sendo criticada pelos países africanos e por Dallaire (SANTOS, 2014). A Operação Turquesa, como era chamada, criou uma zona de segurança no sudoeste de Ruanda, servindo como uma missão tampão até a UNAMIR II chegar ao local. Mesmo salvando vidas, ainda seguiam

church, and media - to bear” (THOMSON, 2018, p. 5).

83 “the most important instrument of accumulation of wealth and reproduction of a ruling class” (REYNTJENS, 1996, p. 242).

84 Por ser bipolar, ou seja, dois polos de poder opostos, isso facilitou mais ainda o embate entre as etnias com motivações políticas, usando as categorias étnicas para serem instrumentalizadas (REYNTJENS, 1996).

85 “the combination of a strong state and a socially conformist population” (REYNTJENS, 1996, p. 240).

86 “[...] the collapse of the coffee market, the end of the Cold War, intensifying IMF interventionism, and strife nearby Uganda and Burundi” (SMITH, 1995, p. 59).

morrendo pessoas e os franceses não dissuadiram o uso da rádio *Milles Collines*, nem prenderam os planejadores do genocídio (POWER, 2004).

Com a redução do pessoal, as negociações sem sucesso e sem poder de fogo, a UNAMIR, diante de demais resoluções do CSNU, participou do conflito sem um papel protagonista na condução de levar os envolvidos em um acordo ou na ajuda efetiva às vítimas da crise humanitária, evidenciando a falta de vontade dos países do CSNU de participar ativamente no conflito em Ruanda. Como expressou Power (2004, p. 391), “[...] a missão de Ruanda tinha status inferior”.

Em termos espaciais, Kigali e Ruhengeri eram as principais frentes de guerra até junho, e “Em apenas três meses, os rebeldes capturaram a maior parte do país - Gitarama em 9 de junho, Kigali em 4 de julho, Butare em 5 de julho, Ruhengeri em 14 de julho e Gisenyi em 17 de julho - antes de finalmente declarar um cessar-fogo em 18 de julho” (KUPERMAN, 2000, p. 105)⁸⁷.

Figura 2: Mapa de Ruanda



Fonte: The New Humanitarian (2006).

Com o cessar-fogo, em julho de 1994, as forças da FPR tomaram o controle de Ruanda, estabelecendo um governo com base nos acordos assinados em 1993, além de garantir a UNAMIR cooperação (NAÇÕES UNIDAS, s/a1). Como saldo do conflito,

Em outubro de 1994, as estimativas sugeriam que de uma população de 7,9 milhões, pelo menos meio milhão de pessoas haviam sido mortas. Cerca de 2 milhões haviam

⁸⁷ “In just three months, the rebels captured most of the country - Gitarama on June 9, Kigali on July 4, Butare on July 5, Ruhengeri on July 14, and Gisenyi on July 17 - before finally declaring a cease-fire on July 18” (KUPERMAN, 2000, p. 105).

fugido para outros países e até 2 milhões de pessoas foram deslocadas internamente. Um apelo humanitário das Nações Unidas lançado em julho levantou US \$ 762 milhões, possibilitando responder ao enorme desafio humanitário (NAÇÕES UNIDAS, s/a, s/p1)⁸⁸.

No contexto de caos, muitos ruandeses conseguiram sair do país pelas fronteiras terrestres, migrando para os países limítrofes a Ruanda. Inicialmente foram tutsis, fugindo dos perpetradores genocidas mas, à medida em que a FPR se expandia no território ruandês, os hutus começaram a fugir para o Zaire e para a zona protegida pelos franceses. Para exemplificar o grande fluxo de pessoas, em dois dias 250.000 pessoas foram para a Tanzânia (KUMAR; TARDIF-DOUGLIN, 1996). Em seu livro fotográfico Êxodo (Exodus, 1993-1999), Sebastião Salgado retratou o dia a dia dos refugiados em todas as partes do mundo, em especial, em Ruanda, sendo para ele uma violência generalizada: “O inferno que se instalou no paraíso” (O SAL DA TERRA, 2014).

O conflito de Ruanda foi intraestatal, mas com influências externas, resgatando a mencionada interseção entre o doméstico e o internacional. É visto o envolvimento de países como o Zaire e o Egito, apoiando o governo hutu. Como visto anteriormente, Ruanda não estava dentro dos interesses dos Estados Unidos, somado à participação na Somália. Com isso, eles se recusaram a enviar tropas para Ruanda, travando as tomadas de decisão no CSNU. Além disso, “Ruanda estava bem embaixo na lista de prioridades” (POWER, 2004, p. 393), e:

Ao saber da queda do avião, recorda Clark, os oficiais do Estado-maior perguntaram: “É hutu e tutsi ou tutu e hutsi?”. Freneticamente Clark disparou telefonemas por todo o Pentágono em busca de esclarecimentos sobre a dimensão étnica dos acontecimentos em Ruanda. Infelizmente, Ruanda nunca passara de um elemento de ínfima importância para os planejadores mais influentes de Washington (POWER, 2004, p. 380).

A França, amiga dos governos anteriores ruandeses, foi uma das fontes de distribuição de armas para o governo hutu, além de afrouxar o cerco para que os *génocidaires*⁸⁹ fugissem para os países limítrofes. Já a Bélgica apresentou engajamento com os capacetes azuis, no início do conflito, mas se retiram logo com a morte de seus nacionais (ANDRADE, 2016). A ironia é perceber que os Estados Unidos preferiram gastar mais dinheiro em ajuda humanitária do que em intervenção no conflito, o que custaria menos ao país (POWER, 2004).

⁸⁸ “By October 1994, estimates suggested that out of a population of 7.9 million, at least half a million people had been killed. Some 2 million had fled to other countries and as many as 2 million people were internally displaced. A United Nations humanitarian appeal launched in July raised \$762 million, making it possible to respond to the enormous humanitarian challenge” (NAÇÕES UNIDAS, s/a1, s/p).

⁸⁹ ‘Genocidas’, forma como o Estado de Ruanda chama aqueles que perpetraram o genocídio.

Além dos países engajados e mencionados, observa-se a falha das Nações Unidas e, em especial, da Organização da Unidade Africana (OUA), a qual tinha em sua estrutura, desde 1993, um Mecanismo de Prevenção ao Conflito, Gerenciamento e Resolução que não fez diferença na guerra civil ruandesa. A ineficiência da OUA no conflito foi um ponto de inflexão para uma nova arquitetura de paz e segurança ser pensada no continente africano (MURITHI, 2020). Com a falha (e escolha) da comunidade internacional em não intervir antecipadamente na guerra, observa-se um ‘remorso’ refletido em ajuda humanitária direcionado a Ruanda, tanto no período de reabilitação como no de reconstrução.

2.3 Ruanda pós-guerra civil: reabilitação

A situação em Ruanda era de calamidade pública, em que uma estimativa de 800.000 pessoas foram mortas entre tutsis e hutus moderados, além de milhares que saíram do país (MARIJNEN; LIJN, 2012). Para Kamatali (2014), esse acontecimento foi um desafio, mas também uma oportunidade por ter sido uma destruição em massa, incluindo não só pessoas, mas estruturas institucionais; com isso, a FPR tinha a oportunidade de recomeçar por meio de estruturas que não fossem baseadas no ódio, mas em um Estado democrático e inclusivo.

Toda a infraestrutura do país, desde escolas, hospitais, fábricas e departamentos governamentais, havia sido totalmente destruída ou seriamente saqueada pelas forças genocidas em fuga e por *Interahamwe* (milícias). A lei e a ordem haviam se quebrado completamente; todas as agências policiais nacionais e instituições judiciais deixaram de existir; e o sistema de administração da justiça havia parado. Não havia serviço público e a capacidade administrativa do governo havia diminuído (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016, p. 2)⁹⁰.

Foram muitos os desafios enfrentados pelo Estado para a sua reconstrução, organizando-se em quatro pontos:

[...] primeiro, o país parecia ingovernável; aproximadamente 40% da população estava morta ou havia fugido, incluindo cerca de 75% dos funcionários do governo, deixando um país com quase toda a infraestrutura destruída, todos os bancos e empresas saqueados, toda a produção agrícola perdida, deixando uma população profundamente traumatizada de sobreviventes e um número não especificado de pessoas cúmplices do genocídio. Havia um milhão de refugiados deslocados internamente (13% da população), 400.000 viúvas, 500.000 órfãos, 130.000 presos

90 “The entire infrastructure of the country, ranging from schools, hospitals, factories and government departments, had been totally destroyed or severely looted by the fleeing genocidal forces and Interahamwe (militias). Law and order had completely broken down; all national law enforcement agencies and judicial institutions had ceased to exist; and the system of administration of justice had come to a standstill. There was no civil service and the government administrative capacity had collapsed” (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016, p. 2).

por suspeita de cometer atos de genocídio e mais de meio milhão de casos antigos de refugiados retornando de forma caótica (JONES, 2012, p. 230)⁹¹.

Inspirado no Acordo de Arusha, o novo governo de unidade nacional foi formado no dia 19 de julho de 1994, envolvendo diversos partidos políticos e buscando a legitimidade da comunidade internacional. Pasteur Bizimungu foi indicado como presidente e Paul Kagame como vice-presidente, também acumulando o cargo de Ministro da Defesa. Bizimungu foi escolhido estrategicamente, especialmente sob os holofotes internacionais em direção à Ruanda, por ser hutu, integrante do governo anterior e ser de Gisenyi, uma das cidades onde o preconceito contra os tutsis era intenso (SANTOS, 2014). Como será visto no capítulo 3, em 1999 foi criada uma Comissão de Reconciliação e Unidade Nacional, com o intuito de coordenar as iniciativas de reconstrução pós-guerra civil.

Além da instalação de um novo governo, em novembro de 1994, foi criado o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR), para processar e julgar as atrocidades cometidas entre janeiro e dezembro de 1994 (VIOTTI, 2004). No âmbito da ICTR, a primeira pessoa foi julgada pelo crime de genocídio em 1996, sendo ela Jean-Paul Akayesu, ex-major. No mesmo ano, com a inefetividade da UNAMIR durante o conflito ruandês, o governo comunicou-se com as Nações Unidas sobre a sua retirada, sendo assim extinguindo-a (NAÇÕES UNIDAS, s/a1; VIOTTI, 2004, p. 114).

Em termos de ajuda externa, Thomson (2018) relatou que os doadores não levaram em conta as prioridades da FPR no desenvolvimento das atividades, retratando o perfil paternalista de ditar o que o governo deveria fazer em relação ao processo. Para a FPR, a prioridade era assegurar as fronteiras, garantir o retorno dos nacionais e restaurar os serviços básicos; para a comunidade internacional, o foco era na assistência humanitária. Além disso, para Kumar e Tardif-Douglin (1996) houve mudança dos repasses no âmbito da assistência humanitária para reabilitação e reconstrução, em setembro de 1994, com o apoio de agências especializadas das Nações Unidas e Organizações Não Governamentais (ONGs). Nesse sentido, algumas iniciativas foram desenvolvidas ao longo dos meses para dar sustentação ao processo de reabilitação e reconstrução de Ruanda.

91 “[...] firstly, the country appeared ungovernable; approximately 40 per cent of the population were dead or had fled, including around 75 per cent of government employees, leaving a country with almost all infrastructure destroyed, all banks and businesses plundered, all agricultural production lost, leaving a deeply traumatised population of survivors and an unspecifiable number of people complicit in the genocide. There were one million internally displaced refugees (13 per cent of the population), 400,000 widows, 500,000 orphans, 130,000 imprisoned on suspicion of committing acts of genocide, and over half a million ‘old-caseload’ refugees returning in a chaotic fashion” (JONES, 2012, p. 230).

Como exemplos, o Programa de Reintegração e Reabilitação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1994, era voltado para a movimentação de projetos de menor porte nas áreas de infraestrutura e geração de renda; um segundo fundo de segurança foi criado pelo PNUD para acelerar o desembolso, também em 1994; e o Apelo Consolidado entre Agências da ONU de janeiro de 1995, também focado na reabilitação e reconstrução. Uma das iniciativas mais relevantes desse conjunto foi a Mesa Redonda de Contribuição para a Reconstrução de Ruanda, em janeiro de 1995, onde as iniciativas nos dois âmbitos foram organizadas e registradas no documento de Programa de Recuperação de Ruanda (KUMAR; TARDIF-DOUGLIN, 1996).

Além do PNUD, outras agências trabalharam em conjunto para a assistência humanitária e a questão dos refugiados. A perspectiva de que a volta dos refugiados contribuiria para a estabilização e harmonia de Ruanda e da região dos Grandes Lagos foi aceita em diversos eventos, como na Declaração da Cúpula Regional sobre Ruanda e no Plano de Ação da Conferência de Bujumbura, ambos em 1995. Para operacionalizar o retorno dos refugiados, foi criada a Comissão Conjunta para a Repatriação dos Refugiados Ruandeses, em maio de 1995. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimou que 150.000 refugiados voltaram ao país desde janeiro de 1995; desse número, 122.000 refugiados são de fluxos de pessoas relacionados à 1959-1960 e a outros anos de conflito; os outros 27.000 refugiados são relacionados à guerra civil de 1994 (A/50/654, 1995).

Os campos de pessoas deslocadas⁹² foram o foco de atenção do governo de Ruanda, da UNAMIR e de outros atores, no intuito de reincorporar as pessoas nas comunidades locais. Existiam cerca de 20 campos em Ruanda, os quais o governo considerava como locais frutíferos para indivíduos das milícias e antigas forças governamentais atuarem. Mesmo com as iniciativas da UNAMIR e das Nações Unidas de incentivarem o retorno das pessoas, o processo era lento e, muitos dos que voltaram para as comunidades, acabavam retornando para os campos. Um dos mecanismos criados para a aceleração do trânsito de pessoas foi a Operação Retorno, que contribuiu, em dois meses, para que 40.000 pessoas deslocadas fossem direcionadas para suas comunidades e mais 40.000 pessoas, de forma voluntária, saíssem dos campos (A/50/654, 1995).

92 A diferença entre refugiado e pessoa deslocada é que ambos transitam por questões climáticas, de violência generalizada, de conflito armado, sendo que o último termo não ultrapassa as barreiras nacionais, estando legalmente amparada pelo seu Estado; já o primeiro termo refere-se a quem está fora do país de origem (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, s/a).

Nesse processo, em 1995, muitos campos de pessoas deslocadas foram fechados, mas ainda faltavam 8, incluindo o maior campo, Kibeho, com uma estimativa de 80.000 pessoas. O governo de Ruanda decidiu agir por meio de um isolamento de Kibeho para acelerar o fechamento, limitando comida, abrigo e dentre outras necessidades, para forçar as pessoas a saírem do local. Com uma tentativa de escapar do isolamento e alegando que algumas pessoas deslocadas estavam armadas, começou um tumulto entre a FPR e os deslocados, causando a morte de milhares de pessoas, em sua maioria pela FPR (A/50/654, 1995; KUMAR; TARDIF-DOUGLIN, 1996). Para Thomson (2018), houve, por parte da FPR, o controle da narrativa do massacre em Kibeho, não comunicando o número preciso de pessoas mortas.

Em termos de iniciativas na área da justiça, considerou-se que, para uma reconciliação nacional, era necessário o Estado de Direito e um sistema judicial para a promoção da paz e estabilidade em Ruanda. Para isso, seria necessária a punição daqueles envolvidos no genocídio, já que Ruanda tinha a cultura de impunidade e para prevenir de haver uma onda de “fazer justiça com as próprias mãos”. Seria um desafio habilitar o sistema judicial ruandês, uma vez que a infraestrutura foi destruída e “dos 750 magistrados que trabalhavam antes da guerra, apenas 256 ainda estão disponíveis para trabalhar. Os demais foram mortos ou fugiram para o exterior” (A/50/654, 1995, p. 7)⁹³.

Outra questão era o cenário das minas terrestres, já que as pessoas estavam voltando para as suas comunidades. A partir de um acordo bilateral com os Estados Unidos e Ruanda, foi acordado que uma base de dados nacional de minas seria criada associada a abertura de um escritório. Além disso, 80 soldados da FPR seriam treinados pelo escritório para criar uma consciência sobre as minas, ajudando em eventuais situações locais (A/50/654, 1995).

Com a destruição em massa, a pobreza aumentou, especialmente entre as mulheres, chegando a 78% da população. O Banco Mundial, por meio da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA)⁹⁴, esteve presente desde 1994, financiando US\$ 1.054 milhão para projetos, com uma primeira reunião para reconstrução e posteriormente reuniões para reformas estruturais (BANCO MUNDIAL, 2009). Além disso, foi lançado o Programa de Recuperação de Emergência do Banco Mundial, de US\$200 milhões, voltado para a reconstrução do país (KUMAR; TARDIF-DOUGLIN, 1996).

Além do Banco Mundial, Ruanda recebeu apoio de parceiros tradicionais, como a França, a Alemanha e a Bélgica. Focada em salvar vidas, a ajuda da comunidade internacional era direcionada para prover alimento, medicamento, abrigo, dentre outros aspectos, não se

⁹³ “Of the 750 magistrates who were working before the war, only 256 are still available for work. The rest have been killed or have fled abroad” (A/50/654, 1995, p. 7).

⁹⁴ Fundo do Banco Mundial para países pobres (BANCO MUNDIAL, 2009).

concentrando apenas em Ruanda, mas expandindo para países como Burundi, Tanzânia e Zaire (KUMAR; TARDIF-DOUGLIN, 1996). O anexo B exemplifica alguns doadores de assistência para Ruanda em 1995, envolvendo países-membros e agências especializadas das Nações Unidas, além de organizações intergovernamentais.

Com o passar dos anos, Ruanda tornou-se irreconhecível pela trajetória desenvolvida desde 1994, dada a reconstrução de suas instituições. Para a comunidade internacional, Ruanda tem obtido resultados interessantes, sendo uma história de sucesso para outros países que passaram por situações de conflito. O país figura o crescimento do produto interno bruto (PIB) de 6 a 8%, sendo pressuposto que este desenvolvimento social e econômico pode refletir na estabilidade do país (MARIJNEN; LIJN, 2012, p. 13). Algumas iniciativas foram empreendidas especialmente pelo Estado de Ruanda, utilizando a política estratégica *Vision 2020*, que será apresentada a seguir.

2.4 Ruanda pós-guerra civil: reconstrução a partir do Estado de Ruanda

O Estado ruandês é considerado um caso crítico de reconstrução por conta da iminência do genocídio, além de ser um país receptor de um extensivo capital em forma de ajuda externa, sendo posicionado como um modelo de sucesso (STRAUS; WALDORF, 2011). Autores da área questionam o quanto do sucesso não é atrelado a um otimismo vindo das organizações internacionais, as quais falharam em conter a guerra civil. Diante disso,

Nós apreciamos as realizações inegáveis de Ruanda: liderança visionária, estabilidade política, crescimento econômico, ambiente favorável aos negócios, relativa transparência, alta proporção de mulheres no parlamento e melhoria da educação e da saúde. Ainda assim, temos verdadeiras preocupações com as consequências sociais e políticas de médio e longo prazo do modelo pós-genocídio de Ruanda. Infelizmente, para a experiência histórica de Ruanda ensina-nos que a estabilidade, a ordem e o crescimento não impedem quebras graves e conflito violento (STRAUS; WALDORF, 2011, p. 7)⁹⁵.

Nesse sentido, para desvendar o ‘modelo de sucesso’ divulgado pelos organismos internacionais, o primeiro passo é entender a política guarda-chuva que guia outras políticas de diversos setores dentro do Estado ruandês, a qual também é usada como marco temporal para o desenvolvimento deste trabalho. A *Rwanda Vision 2020* foi adotada em 2000 como

⁹⁵ “We appreciate Rwanda’s undeniable accomplishments: visionary leadership, political stability, economic growth, pro- business environment, relative transparency, high proportion of women in parliament, and improved education and health care. Still, we have real concerns about the medium- and long- term social and political consequences of Rwanda’s post- genocide model. For Rwanda’s historical experience sadly teaches us that stability, order, and growth do not preclude severe breakdowns and violent conflict” (STRAUS; WALDORF, 2011, p. 7).

uma das iniciativas do âmbito econômico, direcionando seus anseios de desenvolvimento local: “Ruanda formulou sua *Vision 2020*, que é, de fato, um livro branco sobre políticas que define seus objetivos de desenvolvimento”, sendo uma política orientada em torno de um objetivo comum compartilhado (CAMPIONI; NOACK, 2012, p. 3)⁹⁶.

Como os ruandeses veem seu futuro? Que tipo de sociedade eles querem se tornar? Como eles podem construir uma identidade ruandesa unida e inclusiva? Quais são as transformações necessárias para emergir de uma situação socioeconômica profundamente insatisfatória? (RUANDA, 2000, p. 6)⁹⁷.

A *Vision 2020*, constituída por meio de consulta popular entre os anos de 1998 e 1999, tem como objetivo tornar a economia ruandesa em país de renda média, traçando um futuro claro para o país. O Governo de Ruanda pretendia alcançar, em 2020, 7% de crescimento econômico com o objetivo de redução da pobreza, baseando-se no desenvolvimento do setor privado, modernização da agricultura e, além disso, tornar Ruanda um centro de serviço regional para os Grandes Lagos (ECIAFRICA CONSULTING, 2007).

Este documento tem um grande peso político por ser uma estratégia para as demais políticas nacionais do Estado. Para se chegar ao patamar de país de renda média, Ruanda não enfoca apenas em termos de crescimento econômico, mas também na questão de uma sociedade com conhecimento, na redução da dependência externa e na injeção de investimentos privados. Desta forma, *Vision 2020* apresenta três grandes objetivos: 1) a curto prazo, a promoção da estabilidade macroeconômica e a criação de riqueza para diminuir a dependência da ajuda internacional; 2) a médio prazo, a transformação de uma economia agrária para uma economia baseada no conhecimento; e 3) a longo prazo, a criação de uma classe média produtiva e o fomento do empreendedorismo (RUANDA, 2000).

Além dos grandes objetivos, a *Vision 2020* possui seis aspectos-chave (pilares), indicados no quadro abaixo e, interligados a eles, há áreas transversais, agregando desde a proteção ao meio ambiente até a área de ciência e tecnologia (RUANDA, 2000). Por meio disso, o documento abarca uma gama de áreas para concretizar o objetivo final de país de renda média.

⁹⁶ “Rwanda has formulated its Vision 2020 which is in effect a policy white paper outlining its development aims” (CAMPIONI; NOACK, 2012, p. 3).

⁹⁷ “How do Rwandan envisage their future? What kind of society do they want to become? How can they construct a united and inclusive Rwandan identity? What are the transformations needed to emerge from a deeply unsatisfactory social economic situation?” (RUANDA, 2000, p. 6).

Quadro 7: Pilares da *Vision 2020*

Pilares	Áreas transversais
Boa governança e um Estado capaz	Equidade de gênero Proteção do meio ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais Ciência e tecnologia, incluindo TIC ⁹⁸
Desenvolvimento de recursos humanos e uma economia baseada no conhecimento	
Uma economia liderada pelo setor privado	
Desenvolvimento de infraestrutura	
Agricultura produtiva e orientada para o mercado	
Integração econômica regional e internacional	

Fonte: Ruanda (2000).

Como será apresentado no capítulo 3, os pilares e as áreas transversais são refletidas nas ações do Estado ruandês, seja por meio das áreas de trabalho, seja em termos de ações na dimensão doméstica e regional/internacional. Isso também se relaciona ao desejo de Ruanda de ser autossuficiente, ou seja, de diminuir sua relação de dependência com os atores internacionais. Nesse sentido, a *Vision 2020* se mostrou como uma ferramenta fundamental para desenhar os passos do processo de reconstrução, sendo também a justificativa para a estruturação deste trabalho.

No anexo C é possível ver os papéis do Estado de Ruanda ao longo da história, sendo enfatizados no quadro abaixo, três papéis: paz interna e segurança, unidade nacional e integração regional e internacional. Esses três papéis são destacados por fazer parte, de maneira mais denotada, das iniciativas do Estado no processo de reconstrução pós-guerra civil, colocando-se em uma zona de interseção entre o cenário doméstico e o internacional.

Quadro 8: O papel do Estado em matéria de Integração Regional e Internacional

O papel do Estado	Era Pré-Colonial	Era Colonial	Da independência até 1994	Período pós-conflito
Paz interna e segurança	- Geralmente bem assegurada pela autoridade do rei; - Períodos de expansão do conflito e relações com alguns reinos vizinhos	- Menos guerras regionais, após a demarcação das fronteiras coloniais e a instalação da administração colonial.	- Destruição violenta causada pelas divisões étnicas; - Clima permanente de insegurança	- Luta contra a insurgência de 1996-2000; - Alto nível de segurança interna, - Pacificação da região dos Grandes Lagos em andamento
Unidade nacional	- Não há problemas internos e todos contribuíram para defender a nação. No entanto, costumava haver exílio voluntário de indivíduos ou	Rachaduras no tecido social da nação: a) Escolas exclusivas para os filhos dos chefes em Nyanza em 1918 e Astrida em	Desenvolvimento de ideologias étnicas divisionistas. Desintegração total do tecido social após o genocídio de 1990-1994.	- Vontade política explícita e esforços de reconciliação; - Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação; - Quadro jurídico

	<p>grupos que desafiaram a autoridade real.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A guerra de sucessão Rucunshu em 1896 que resultou no enfraquecimento do regime real 	<p>1929 operadas por padres brancos;</p> <p>b) Destituição de Hutu, modestos Tutsi e Twa pelos Belgas em 1926</p>		<p>anti-segregação, incluindo a abolição dos cartões de etnia</p>
<p>Integração Regional e Internacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Troca limitada com reinos vizinhos; - Sem troca com países estrangeira (mundo externo) 	<ul style="list-style-type: none"> - Abertura das fronteiras do país; - Contatos com o mundo através do Estado colonial da Bélgica, - Produtos de base 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior abertura à cooperação internacional, - Problemas periódicos com países vizinhos devido às relações pessoais entre as classes dominantes 	<ul style="list-style-type: none"> - Entrada livre e saída de cidadãos, esforços para pacificar a região dos Grandes Lagos e para a política de boa vizinhança, - Esforços para o multilinguismo, - Política de integração regional e de abertura.

Fonte: Ruanda (2000).

Em termos de paz interna e segurança, é visto uma intensificação dos conflitos internos com a chegada dos colonizadores em Ruanda, fazendo com que as divisões étnicas fossem institucionalizadas e destacadas; atualmente, considera-se que há um nível desejado de paz interna e segurança, a partir da política de abolição das categorias em etnias. A unidade nacional também foi deteriorada com o período colonial, que destruiu a organização societária entre os tutsis, hutus e os twas, além de todo o sistema administrativo baseado na figura do rei.

Em matéria de integração regional e internacional, este pilar é considerado como um dos elementos principais para se alcançar a *Vision 2020*, por meio de políticas de abertura de mercado dentro de um regime liberal, minimizando barreiras para o comércio, bem como implementando políticas para incentivar investimento direto externo (RUANDA, 2000). Nota-se uma mudança do papel do Estado, em uma perspectiva histórica, em torno desta temática, ilustrado no quadro 8. Pode-se observar a evolução do papel do Estado interagindo com seus vizinhos, especialmente os esforços para uma maior interação na região dos Grandes Lagos.

A região dos Grandes Lagos é caracterizada por ser uma zona com conflitos, como o próprio genocídio de 1994, o qual saiu da zona interna e escalou para uma dimensão regional, influenciando as dinâmicas em Estados como a República Democrática do Congo (RDC) e Burundi, além da relação conturbada entre a RDC e Ruanda (LEMARCHAND, 2001; SILVA; DIALLO, 2013). Fazendo uma conexão do quadro do anexo C com o capítulo 1, mesmo com as mudanças visíveis no cenário nacional e internacional, é possível observar na

história de Ruanda que desde o século XIX há mais continuidades do que discontinuidades, como por exemplo, no aspecto de concentração de poder (REYNTJENS, 2018; THOMSON, 2012).

Quanto a esta dimensão de continuidades na história do país, para a compreensão do processo de reconstrução de Ruanda é necessário entender as formações societárias desenvolvidas, especialmente pela existência de dois períodos de colonização distintos. Entender também a constituição das divisões étnicas, seu papel contemporâneo e sua instrumentalização na sociedade e política ruandesa ajuda a clarificar os acontecimentos que levaram ao conflito de 1994, como é representado no quadro do anexo A, com alguns dos eventos principais da história do país desde 1959.

Ainda quanto as continuidades, no anexo A é apresentada a presença de Paul Kagame na política há mais de 20 anos (como vice-presidente e presidente), sendo questionada por muitos críticos e organizações internacionais em termos de legitimidade da democracia em Ruanda. O que é questionado aqui é se, de fato, seria o modelo universal da democracia ocidental viável para os Estados africanos? Que tipo de regime cabe aos países africanos? É relevante e necessário pensar em modelos que não sejam apenas para serem adaptados a diferentes realidades, mas que contemplem construções estatais com diferentes históricos e contextos.

3 O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO PÓS-GUERRA CIVIL EM RUANDA

*“[...] meu único consolo é
que as colonizações passam,
que as nações só dormitam
por algum tempo
e que os povos permanecem”
(CÉSAIRE, 1978, p. 30)*

A constituição do processo de reconstrução do Estado de Ruanda será representada por duas vias: a nacional e a regional/internacional. No capítulo anterior foi apresentado o contexto histórico que culminou na guerra civil de 1994, gerando o genocídio e a destruição em massa do país. A partir da historicidade, o objetivo deste capítulo é analisar as iniciativas nas duas esferas supracitadas, de acordo com a *Vision 2020*, introduzidas também no capítulo anterior. Por meio da estrutura de análise proposta e resgatada em alguns momentos durante este trabalho, a saber a intersecção entre o doméstico e o internacional, será possível ver a busca de Ruanda pelos seus interesses domésticos que transbordam para as fronteiras regionais e globais, em busca do desenvolvimento nacional.

Este capítulo está organizado em duas seções, as quais são norteadas pelo seguinte questionamento: **como é desenvolvido o processo de reconstrução pós-conflito em Ruanda no âmbito interno e externo, considerando sua inserção como ator na região dos Grandes Lagos e globalmente?** Sendo assim, a primeira seção busca entender como o Estado de Ruanda tem se reconstruído no âmbito doméstico, por meio de uma descrição e análise a partir das áreas de trabalho selecionadas, como a área cultural e comportamental, política, econômica, de justiça, de educação, de gênero, de reordenamento espacial e de refugiados.

Já a segunda seção, em um primeiro momento, busca analisar as iniciativas de Ruanda para ser um *player* regional nos Grandes Lagos, apresentando aspectos gerais sobre a relação entre Ruanda e seus vizinhos, além de entender a Primeira Guerra do Congo e a Guerra Mundial Africana. A região dos Grandes Lagos é compreendida por Ruanda e seus países limítrofes: Burundi, RDC, Uganda e Tanzânia. Além disso, busca-se analisar a participação de Ruanda em blocos regionais, a partir da inserção por meios institucionais. Em um segundo momento da segunda seção, observa-se a interação de Ruanda com o cenário internacional, seja por meio de organismos internacionais, seja pelas relações bilaterais.

Esse capítulo analisará, com mais detalhes, tanto o modelo nacional de reconstrução, o qual é elogiado pelos organismos internacionais e outros Estados, além da política externa de

Ruanda para a região e seu posicionamento internacional, uma vez que ainda são escassos os trabalhos que retratem o direcionamento das relações do país e o respectivo transbordamento das suas políticas domésticas para estes cenários.

3.1 Iniciativas no âmbito interno

Como mostrado ao longo do trabalho, Ruanda tem um modelo de reconstrução considerado de sucesso, abrindo a possibilidade de ser replicável em outros países africanos que passaram por guerras civis. Nesse contexto, o Estado ruandês empreendeu políticas que mudariam o país e os próprios ruandeses, envolvendo experiências nas áreas de:

[...] justiça de transição, posse da terra e agricultura, reeducação, afastamento da identidade étnica, construção de conhecimento, reorganização espacial (sob a forma de vilagização e redesenho/renomeação de território) e instauração de invasão generalizada ao controle. O esforço de modernização tem sido extremamente rápido, na verdade muito rápido para a maioria dos ruandeses: quando o governo de Ruanda quer algo, ele quer imediatamente e estabelece prazos claros e próximos (REYNTJENS, 2018, p. 8)⁹⁹.

Nesse sentido, é possível observar o desenvolvimento das políticas do Estado de Ruanda que estão de acordo com a linguagem dos doadores, ou seja, com a área de interesse/ideias, trabalhando com as áreas de descentralização, redução da pobreza, transparência, boa governança, dentre outras (STRAUS; WALDORF, 2011). Com isso, “a FPR não visa apenas alterar a governança e as estruturas econômicas de Ruanda; também busca alterar as identidades sociais, culturais, e o comportamento individual” (STRAUS; WALDORF, 2011, p. 4)¹⁰⁰.

Além das áreas apresentadas acima, Straus e Waldorf (2011) apresentam quatro dimensões da engenharia social trabalhada pela FPR na reconstrução do Estado, sendo estas as áreas: 1) cultural e comportamental; 2) reconfiguração espacial; 3) economia; e 4) política. Neste trabalho, com o objetivo de ter um espectro maior das iniciativas empreendidas no processo de reconstrução pós-guerra civil, serão analisadas as áreas cultural e comportamental, política, justiça, econômica, reconfiguração espacial, gênero, educação e refugiados.

⁹⁹ “[...] transitional justice, land tenure and agriculture, re-education, the spiriting away of ethnic identity, knowledge construction, spatial reorganisation (under the form of both villagisation and the redrawing/renaming of territory), and the instauration of pervasive control. The modernisation drive has been extremely fast, indeed too fast for most Rwandans: when the Rwandan government wants something, it wants it immediately and it sets close and clear deadlines” (REYNTJENS, 2018, p. 8).

¹⁰⁰ “the RPF not only aims to alter Rwanda’s governance and economic structures; it also seeks to alter social, identities, cultural norms, and individual behavior” (STRAUS; WALDORF, 2011, p. 4).

Elencar e descrever as áreas de trabalho ajuda a entender a complexidade do processo de reconstruir um Estado, especialmente em termos de centralização e legitimação interna do poder. O Estado de Ruanda percebeu que, com a interferência da comunidade internacional, mesmo que como observadora e patrocinadora do processo de reconstrução, não poderia retomar as instituições como estavam no período anterior a guerra civil: era necessário a incorporação de novos aspectos para a sociedade, mesmo tendo sua base arraigada em preceitos culturais.

Além do desafio de reconstruir um aparato burocrático que seja eficaz, existia também o desafio de restaurar a relação entre a sociedade e o Estado, sendo este último utilizado contra uma parcela da sociedade, os tutsis. As iniciativas na área cultural/comportamental e educacional foram estratégicas no sentido de resgatar laços culturais (ou seja, com práticas que já existiam) com um olhar contemporâneo, adaptando para a situação atual. Essas ações possibilitam uma construção mais sólida de bases para mudanças, a longo prazo, da percepção dos ruandeses em relação às etnias - o que é esperado. Diante da guerra civil em Ruanda, não seria possível chegar ao país que conhecemos atualmente somente com mudanças estruturais de cunho burocrático.

As inovações no processo de construção foram decisivas para posicionar o país de uma forma estratégica, seja como destaque no cenário internacional em relação às boas práticas, como repaginar o país alinhado aos interesses da FPR, especialmente de Paul Kagame. No próximo capítulo será possível desenhar um modelo de reconstrução a partir da análise das áreas de trabalho acima e do uso da *Vision 2020*.

A partir destas áreas supracitadas, será possível utilizar categorias de boa governança para analisar o caso ruandês e identificar se o modelo de reconstrução seria de fato considerado de sucesso. Segundo as Nações Unidas (s/a3), existem oito características para uma boa governança, como mostra a figura abaixo: participativa, efetiva e eficiente, orientada ao consenso, transparente, responsável, segue as regras, equitativa e inclusiva, e responsiva. A partir dessas características, será possível visualizar, em algum grau, o andamento do processo de reconstrução ruandês a luz de parâmetros de análise, o que não fica claro nas suposições da comunidade internacional quando se trata de Ruanda como um 'modelo de reconstrução de sucesso'.

3.1.1 Cultural e Comportamental

No aspecto cultural e comportamental, é interessante observar como o Estado ruandês implementou ações no sentido de um nacionalismo que considera toda a população como ruandesa, no lugar de uma sociedade baseada em etnias, empreendendo uma ideologia de reconciliação e unidade nacional pautada à parte deste quesito (MARIJNEN; LIJN, 2012; STRAUS; WALDORF, 2011; THOMSON, 2012). Não obstante, alguns autores observam nesta negação de uma etnicidade uma estratégia de hegemonia da elite tutsi, com os hutus enxergando como um favoritismo étnico estabelecido pelo governo ((MARIJNEN; LIJN, 2012; REYNTJENS, 2018). De maneira específica, Reyntjens (2018, p. 11) “a afirmação de que “não há hutus ou tutsis, somos todos ruandeses agora” permite uma ocultação da etnocracia tutsi”¹⁰¹.

Um aspecto pontuado por Straus e Waldorf (2011) é a parcela de culpa referente à cultura ruandesa ter sido obediente ao longo da guerra civil, ou seja, de aceitar as ordens provenientes da maquinaria estatal. Mesmo com o reconhecimento da culpa, a maquinaria desenvolvida por Ruanda reforça os padrões de obediência que já existiam, não existindo espaço para voz da população. Isso faz com que o aparato estatal instrumentalize suas políticas sem uma efetiva oposição, seja pela questão cultural, seja pela própria construção do Estado repressivo em relação à oposição a suas políticas.

Outra questão problematizada do Waldorf (2011) é a instrumentalização da ‘negação do genocídio’ e ‘ideologia genocida’ como contenda de posicionamentos que vão contra ou questionam as ações e ideologias dos que estão no poder. A lei nº 84/2013 de 11/09/2013 sobre o crime de ideologia genocida e outras ofensas relacionadas conceitua os atos de pessoas que defendam e apoiem o genocídio, agregando também as perspectivas das Nações Unidas sobre genocídio e a nomenclatura específica de ‘genocídio contra os tutsis’. As outras ofensas relacionadas transitam entre a negação, minimização, justificativa e o incentivo de cometer genocídio e a devastação de memoriais e cemitérios de vítimas do genocídio. Há críticas em relação à lei justamente por ser vaga, dando a impressão de ser utilizada para silenciar a oposição (MARIJNEN; LIJN, 2012).

Para coordenar as ações de unidade nacional e reconciliação, foi criada a Comissão de Unidade Nacional e Reconciliação (NURC), em 1999, de acordo com os ideais predispostos no Acordo de Arusha de 1993, assinado pelo governo de Ruanda da época e a FPR. Esta

101 “The claim that “there are no Hutu or Tutsi, we are all Rwandans now” allows them to hide a Tutsi ethnocracy” (REYNTJENS, 2018, p. 11).

instituição apresenta dados de inúmeras áreas de trabalho do Estado de Ruanda em busca da unidade nacional, além de mecanismos para a conformação da comunidade pós-guerra civil:

Esses mecanismos locais e comunitários, que retratam a experiência única de Ruanda, incluem, entre outros: Umuganda (ação coletiva), Girinka (programa de uma vaca por família pobre), Imihigo (contratos de desempenho), Abunzi (comitês de mediação), Gacaca (tribunais comunitários locais), Ingando (campos de solidariedade), Ubudehe (trabalho comunitário), Umushyikirano (diálogo nacional), Umwiherero (retiro de liderança), programa Ndi Umunyarwanda (Ruanda) e Itorero (programa de educação cívica) etc. (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016, p. 4)¹⁰².

Os mecanismos mencionados têm origem nas tradições ruandesas, sendo reintroduzidos contemporaneamente pelo Estado, dentro do guarda-chuva de *Home Grown Solutions*, ou seja, práticas culturais do país que se traduzem em programas de desenvolvimento sustentável a serem apresentados a seguir.

O *Umuganda* vem de uma prática tradicional de ajudar famílias, amigos, a comunidade no geral em tarefas. Implementado no governo de Habyarimana, com o foco no desenvolvimento econômico¹⁰³, o *Umuganda* foi reintroduzido em 1998, assemelhando-se a um trabalho comunitário. As atividades são desenvolvidas no último sábado do mês, das 8 da manhã às 11 da manhã, envolvendo ruandeses de 18 a 65 anos (prática obrigatória) (RWANDAPEDIA, s/a1). Na experiência pessoal em Ruanda, em 2015, foi interessante ver como os habitantes das células se organizam para fazer o trabalho, com representantes colhendo assinaturas para certificar que as pessoas estão participando. Na imagem do anexo D pode-se verificar como acontecia o *umuganda*.

Já o *Girinka* é um programa coordenado pelo Ministério da Agricultura (MINAGRI) orientado a ajudar famílias pobres a melhorar sua qualidade de vida a partir da doação de vacas. O programa é baseado na cultura ruandesa do século XVII, em que as famílias deveriam ter, pelo menos, fonte de leite para nutrir as crianças. Alinhado a esse passado, o Estado ruandês reintroduz essa prática em 2006, com o objetivo de reduzir a má nutrição das crianças ruandesas e aumentar a renda dos agricultores. O MINAGRI tem a função de “[...] seleção, certificação e distribuição das vacas, gestão do orçamento centralizado e doações de

¹⁰² These homegrown and community-based mechanisms, which portray the unique experience of Rwanda, include but are not limited to: Umuganda (Collective Action), Girinka (One Cow per Poor Family Program), Imihigo (Performance Contracts), Abunzi (Mediation Committees), Gacaca (Local Community Courts), Ingando (Solidarity Camps), Ubudehe (Community Work), Umushyikirano (National Dialogue), Umwiherero (Leadership Retreat), Ndi Umunyarwanda (Rwandanness) program, and Itorero (Civic Education program), etc (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016, p. 4).

¹⁰³ Na época, o *umuganda* foi divulgado para os ruandeses como parte de um dever cívico (THOMSON, 2018).

dinheiro e vacas, treinamento dos beneficiários na pecuária, assim como monitoramento e avaliação do programa” (RWANDA GOVERNANCE BOARD, 2017, p. 2)¹⁰⁴.

O *Imihigo* seria uma estratégia de *accountability* para os governos locais, introduzida em 2006. Com o processo de descentralização, o qual possibilitou a passagem de poderes para os governos locais, era necessário ter uma ferramenta para monitorar e avaliar o andamento das atividades. Considerada como uma boa resposta, esta prática tem sido replicada em embaixadas, ministérios e para o pessoal de serviço público (RWANDAPEDIA, s/a2).

Abunzi é considerada uma forma híbrida de justiça (métodos tradicionais e contemporâneos) que proporciona ao cidadão usar o sistema judiciário sem ter os custos de acesso a um tribunal. A reintrodução deste sistema deu-se em 2004, dado um acúmulo de processos judiciais. Com isso, *Abunzi* tornou-se integrado ao sistema judiciário de Ruanda e promove um sistema alternativo de resolução de conflito, abordando temas como débitos, questões de fronteiras de terras, herança, demais aspectos (RWANDAPEDIA, s/a3).

O *Ingando* é uma iniciativa de educação para a paz com o objetivo de aproximar a população da história ruandesa, entender as raízes do divisionismo da sociedade, lutar contra a maquinaria/ideologia genocida e fomentar o patriotismo. Geralmente a iniciativa tem a duração de 12 semanas e, entre 1999 e 2009, mais de 90.000 ruandeses participaram do *Ingando* (NAÇÕES UNIDAS, 2014; THOMSON, 2012).

Ubudehe é um programa de redução da pobreza, reintroduzido em 2001 pelo Ministério da Fazenda e Planejamento Econômico (MINECOFIN) e Ministério do Governo Local (MINALOC), que possibilita o acesso da população às instituições locais, com o objetivo de alcançar metas estabelecidas pela comunidade. Esta comunidade se reúne para avaliar as ferramentas necessárias para melhor autodesenvolvimento, envolvendo aspectos como a maior eficiência das instituições democráticas, soluções locais para questões locais, reconciliação, empoderamento da comunidade, etc. O desenvolvimento do *Ubudehe* ocorre durante 4 a 7 dias, no início do ano financeiro, propiciando as conversas no âmbito das vilas, com algumas etapas ocorrendo de 2 em 2 anos, outras a cada ano (RWANDAPEDIA, s/a4).

Umushyikirano é conhecido atualmente como Conselho de Diálogo Nacional (*National Dialogue Council*). Ocorrendo pela primeira vez em 2003 e sendo realizado anualmente desde então, o Conselho de Diálogo Nacional é um evento nacional conduzido pelo presidente de Ruanda, proporcionando aos ruandeses o espaço de comunicação com os líderes, como ministros, parlamentares, representantes da mídia, do governo no exterior, dos governos

¹⁰⁴ “[...] the selection, certification and distribution of cows, the management of the centralized budget and donations of both money and cows, the training of beneficiaries in animal husbandry as well as program monitoring and evaluation” (RWANDA GOVERNANCE BOARD, 2017, p. 2).

locais, etc. A participação pode ser presencial e por sms, telefone e por redes sociais (RWANDAPEDIA, s/a5).

Umwihereero é melhor traduzido como um retiro, ou seja, um momento em que funcionários, especialmente do setor público, se reúnem para refletir sobre os desafios contemporâneos para o desenvolvimento, sendo organizado pelo gabinete do presidente e do primeiro ministro (RWANDAPEDIA, s/a6).

Já o *Ndi Umunyarwanda*, com sua tradução para ‘eu sou ruandês’, é um programa que tem como objetivo construir uma identidade nacional no sentido de unidade e reconciliação. O programa proporciona “[...] um fórum para as pessoas falarem sobre as causas e consequências do genocídio, bem como o que significa ser ruandês” (GENOCIDE ARCHIVE OF RWANDA, s/a, s/p)¹⁰⁵.

Por último, *Itorero* é uma academia de liderança com o objetivo de promover os valores ruandeses e fomentar a cultura de liderança. Criado em 2007, mais de 115.000 pessoas (até 2009) participaram do programa. Além dos mecanismos descritos, a Comissão de Reconciliação e Unidade Nacional (NURC), uma instituição do governo, tem organizado seminários, encontros nacionais e pesquisas para haver maiores informações sobre o genocídio, a história de Ruanda e as formas de reconciliação da sociedade (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016; NAÇÕES UNIDAS, 2014).

3.1.2 Política

Considerando o Acordo de Arusha, a FPR buscou honrar seus pressupostos, estabelecendo uma coalizão multipartidária composta por partidos que não atuaram no genocídio, constituindo o Governo da Unidade Nacional, em 19 de julho de 1994 (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016; JONES, 2012).

Alguns autores consideram que o Estado ruandês tem atuado com políticas autoritárias, saindo de um regime autoritário para outro, justificando ações restritas à sociedade civil, partidos políticos, etc (LONGMAN, 2011; STRAUS; WALDORF, 2011). De fato, o Estado ruandês empreendeu políticas de intimidação, cooptação e supressão da sociedade civil, contribuindo para a existência de organizações que não possuem tanta margem de manobra para articular os interesses públicos. Sendo assim, “os grupos foram intimidados pela

¹⁰⁵ “[...] a forum for people to talk about the causes and consequences of the genocide as well as what it means to be Rwandan” (GENOCIDE ARCHIVE OF RWANDA, s/a, s/p).

docilidade ou assumidos pelos simpatizantes da FPR que os reorientam para apoiar programas governamentais” (LONGMAN, 2011, p. 31)¹⁰⁶.

Outro ponto de crítica em relação ao novo Estado ruandês é justamente o silenciamento da oposição política, muitas vezes acusada por apologia ao genocídio e demais aspectos; não só isso, também a mídia e a sociedade em geral são atingidas por medidas repressivas. Isso ficou evidente nas eleições de 2010, as quais o presidente Paul Kagame ganhou com 93% dos votos; esse resultado, para Kamatali (2014, p. 173), só mostra como “a oposição não tem voz em Ruanda”¹⁰⁷. Isso gera um grande debate em torno da liberdade de expressão no país, não somente na área política, mas também na mídia, na construção do conhecimento por meio de uma história única, entre outros aspectos que serão vistos em outras dimensões de trabalho.

Além disso, Kagame é considerado predador da imprensa livre desde 2000, com Ruanda ocupando o posto 155º no Índice Mundial de Liberdade de Imprensa (REPORTERS WITHOUT BORDERS, s/a1; s/a2). De acordo com o Reporters Without Borders (s/a1, s/p), “[...] 8 jornalistas foram mortos ou desaparecidos, 8 jornalistas foram atacados fisicamente, 11 jornalistas foram condenados a prisão prolongada e 33 jornalistas tiveram que fugir do país desde 1996”¹⁰⁸. Mesmo com a diminuição de registros de abuso ao longo dos anos, o governo ruandês é conhecido pela presença da censura e, de muitas vezes, pela autocensura por ser uma questão de autopreservação (REPORTERS WITHOUT BORDERS, s/a2).

Apesar de já tratado anteriormente por ser uma questão central no pós-genocídio, convém rememorar que um dos desafios da reconstrução do Estado era romper com a ideologia étnica, como o ‘poder hutu ou tutsi’ ou o ciclo de ‘agora é minha vez no poder’ (KAMATALI, 2014). Em termos políticos, especificamente, o Estado tem empreendido uma política de eliminação de qualquer referência de etnias de forma institucionalizada, além de extinguir partidos políticos que representavam reflexos de uma ideologia hutu. A exemplo disso, o hino nacional, bandeira e outros elementos nacionais que se relacionavam à ideologia hutu também foram modificados. No final, o Estado de Ruanda era um sistema de um único partido, em que até a suposta oposição era aliada à FPR e tinha como líderes antigos participantes da FPR (MARIJNEN; LIJN, 2012). Ademais,

¹⁰⁶ “Groups have been intimidated into docility or taken over by RPF sympathizers who reorient them toward supporting government programs” (LONGMAN, 2011, p. 31).

¹⁰⁷ “[...] the opposition does not have a voice in Rwanda” (KAMATALI, 2014, p. 173).

¹⁰⁸ “[...] 8 journalists have been killed or gone missing, 8 journalists have been physically attacked, 11 journalists have been given long term jail terms and 33 journalists have had to flee the country since 1996” (REPORTERS WITHOUT BORDERS, s/a1, s/p).

O Presidente Kagame, depois de deixar claro que a política étnica não pode ser a base do novo Estado de Ruanda, e expressá-la removendo menções étnicas dos cartões de identidade, ele assumiu abertamente a destruição de qualquer ideologia hutu real ou percebida que ainda existia. O MDR, o partido por trás da revolução de 1959 e a primeira república, bem como o MRND, o partido da segunda república e do genocídio de 1994, foram banidos formalmente e todos os meios foram usados para dismantelar completamente suas raízes (KAMATALI, 2014, p. 172)¹⁰⁹.

Outra estratégia adotada pelo presidente Paul Kagame foi substituir pessoas de liderança e cargos-chave mais antigos da FPR por mais jovens, cortando uma conexão tão acirrada com a questão étnica e constituindo um capital humano com novas caras. Como todo grupo político/militar, a FPR não é homogênea e sem debates internos: “a Frente é uma amálgama de todos os tipos de interesses e tornou-se uma ampla tenda nos últimos anos, com grupos de todo o espectro socioeconômico e étnico representados em suas instituições” (VERHOEVEN, 2012, p. 272)¹¹⁰. Apesar de abarcar distintos interesses, um dos desafios do grupo foi seguir coeso, sendo formado por laços pessoais entre líderes nos conflitos em Ruanda, Uganda e Congo, começando recentemente a sua desintegração (VERHOEVEN, 2012).

Além da fragmentação dentro da FPR, nota-se também a interação das demais elites, com sua base interna de solidariedade forte. Jones (2012) conclui que, por existir essa base solidária, ainda que existam conflitos dentro das elites, isso torna-se como uma evidência da estabilidade política em Ruanda, regulando os conflitos internos e que não desestabilizam o sistema. Um dos pontos de crítica em relação à gestão pela FPR é o perigo de um percurso único e de não pensar em possibilidades distintas para o futuro do país (CAMPIONI; NOACK, 2012), seguindo à risca o plano estratégico do grupo.

Por meio de iniciativas como *Imihigo*, existe uma preocupação de Ruanda contra a corrupção traduzidas em termos de demanda por maior *accountability*, preocupação ecoada pelo presidente Paul Kagame não só no país, mas no continente africano como um todo, por meio da União Africana e de outras organizações, “como a Associação das Autoridades Anticorrupção da África Oriental e seu subgrupo de recuperação de ativos, bem como o Centro Anticorrupção da Comunidade Africana, [...] o Escritório das Nações Unidas sobre

109 “President Kagame, after making it clear that ethnic politics cannot be the foundation of the new Rwandan state, and expressing it by removing ethnic mentions from identity cards, he openly undertook the destruction of any real or perceived Hutu ideology that may have been still existing. MDR, the party behind the 1959 revolution and the first republic as well as MRND, the party of the second republic and of the 1994 genocide, were formally banned, and all means were used to completely dismantle their roots” (KAMATALI, 2014, p. 172).

110 “The Front is an amalgamation of all kinds of interests and has become a broad tent in recent years, with groups all along the socio-economic and ethnic spectrum represented in its institutions” (VERHOEVEN, 2012, p. 272).

Drogas e Crime [...]” (BIZIMANA, 2019, s/p)¹¹¹. No Índice de Percepção de Corrupção de 2019, Ruanda (53) ocupou a quarta posição de performance da África Subsaariana¹¹², com Seichelles (66) em primeiro lugar, seguido de Botsuana (61) e Cabo Verde (58) (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2020).

No âmbito nacional, o Estado desenvolveu uma Política Nacional de Anticorrupção, em que, associada à *Vision 2020*, tem como objetivo alcançar a boa governança por meio da luta contra a corrupção, com o Escritório de Ombudsman como agência primária. Além da política nacional, em 2018, Ruanda promulgou a Lei nº 54/2018 (13/08/2018) com o foco na luta contra a corrupção, incluindo “suborno, corrupção sexual, peculato, tomada de decisões com base em favoritismo, amizade ou ódio, tráfico de influência, enriquecimento ilícito”, dentre outros aspectos na concepção do que é corrupção (BIZIMANA, 2019, s/p)¹¹³. O Escritório de Ombudsman pode funcionar como uma instituição de repressão da corrupção, não sendo analisando em que grau de eficiência por ser parte limitante da pesquisa.

Com um presente do Emir do Catar, Sheikh Tamim bin Hamad Al Thani, Ruanda inaugurou, em 9 de dezembro de 2019, um monumento que representa as nações no combate contra a corrupção no Dia Internacional de Anti-corrupção. Ruanda foi escolhido como sede do Prêmio Internacional de Excelência Anticorrupção (*International Anti-corruption Excellence Award*) justamente pelos esforços do presidente Paul Kagame nesta temática (BIZIMUNGU, 2019).

Com o decorrer político, é possível observar alguns marcadores de boa governança. O engajamento público ainda é preocupante no país, seja da população, como da mídia e outras instituições. Como estabelecer boas práticas se não há inclusão e voz da população nas dinâmicas estatais? Além disso, por mais que haja mecanismos anticorrupção, *accountability* e transparência difundidas no Estado, não é possível identificar em que grau as informações são verídicas uma vez que a maior parte dos dados são vinculados ao governo – o mesmo que repreende a sociedade civil e imprensa. Aliado a historicidade do governo de transição de 1994 e o desenvolvimento das dinâmicas políticas no processo de reconstrução, o que se pode inferir é que as ações políticas que são públicas são aquelas que passam pelo crivo do governo para serem difundidas, faltando referências análises de impacto que sustentem afirmações de

111 “such as the East African Association of Anti-Corruption Authorities and its asset recovery subgroup, as well as the Commonwealth Africa Anti-Corruption Center, [...] the United Nations Office on Drugs and Crime [...]” (BIZIMANA, 2019, s/p).

112 A região tem uma média de 32 pontos, sendo uma das regiões com menor pontuação (TRANSPARENCY INTERNATIONAL, 2020).

113 “bribery, sexual corruption, embezzlement, making decisions based on favoritism, friendship or hatred, influence peddling, illicit enrichment” (BIZIMANA, 2019, s/p).

um modelo de sucesso na área política.

3.1.3 Econômica

A reconstrução econômica ruandesa ganhou destaque na reação positiva da comunidade internacional. Considerando as bases que levaram a guerra civil (poucas terras agrícolas e outros recursos, superpopulação e a condição econômica pobre do país), o governo mudou as bases da economia, passando de uma economia de subsistência para indústrias de manufatura e serviço, além de eliminar barreiras para o desenvolvimento e comércio (KAMATALI, 2014).

Antes de 1994, Ruanda era uma sociedade predominantemente rural dominada pela agricultura de pequenos agricultores de culturas de subsistência e café. Os líderes pós-genocídio de Ruanda têm uma visão muito diferente para o crescimento econômico. [...] o governo está substituindo a agricultura de pequena escala e de subsistência por maiores empreendimentos do agronegócio e da pecuária por meio da consolidação da terra, reforma da posse da terra e monocultura. Além disso, a FPR quer fazer de Ruanda um centro de tecnologia da informação na África (STRAUS; WALDORF, 2011, p. 9)¹¹⁴.

Ruanda tem se tornado um hub tecnológico para o leste africano, recebendo eventos de tecnologia e empresas, por existir uma facilidade de fazer negócios no país, estando na 38ª posição em 2020 (BANCO MUNDIAL, 2020). Esse contexto ajudou a receber o Fórum Econômico Mundial (em 2016) e a oportunidade de ter o ‘feito em Ruanda’ em computadores do Grupo Positivo BGH, uma Joint Venture de empresas do Brasil e da Argentina (GIKOS, 2018). Há algumas dificuldades que minam o crescimento do setor privado, como a instabilidade dos países vizinhos, a falta de integração nas rotas de transporte e a escassez de energia (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021).

Além de um cenário favorável para as empresas, Ruanda tem como produtos essenciais de trocas estrangeiras o chá, o café, minerais e o turismo. Essencialmente, o Produto Interno bruto é composto por, majoritariamente, serviços (51,5%), agricultura (30,9%, produtos como banana, batata, feijão, mandioca) e indústria (17,6%, produtos como cimento, móveis, tênis e agrícolas) (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021). A agricultura de subsistência é a

¹¹⁴ “Prior to 1994, Rwanda was an overwhelmingly rural society dominated by smallholder farming of subsistence crops and coffee. Rwanda’s post-genocide leaders have a very different vision for economic growth. [...] the government is replacing small-scale and subsistence agriculture with larger agribusiness and ranching ventures through land consolidation, land tenure reform, and mono-cropping. In addition, the RPF wants to make Rwanda a hub for information technology in Africa” (STRAUS; WALDORF, 2011, p. 9).

maior fonte de renda de Ruanda. Além disso, sua exportação é baseada em *commodities*, abrangendo diversos parceiros internacionais, como descreve a tabela abaixo.

Tabela 1: Parceiros de Ruanda¹¹⁵

	Países	Produtos
Importação	China (20,4%), Uganda (11%), Índia (7,2%), Quênia (7,1%), Tanzânia (5,3%), Emirados Árabes Unidos (5,1%)	Aço, alimentos, produtos de petróleo, cimento, material de construção, máquinas e equipamentos.
Exportação	Emirados Árabes Unidos (38,3%), Quênia (15,1), Suíça (9,9%), República Democrática do Congo (9,5%), Estados Unidos (4,9%), Singapura (4,5%)	Cafê, chá, minério de estanho, peles.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Central Intelligence Agency (2021).

Desde 2003, o PIB ruandês tem tido um crescimento anual entre 6% e 8% e uma redução da inflação; em 2006 o país abarcava 57% da população abaixo da linha da pobreza, já em 2015, este percentual reduziu para 39% (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021). Por mais que a redução do referido percentual represente avanço considerável na economia ruandesa, esta ainda apresenta um elevado contingente populacional em condições de extrema pobreza. Em que se pese, outro fator para dimensionar o tom otimista adotado pela comunidade internacional a este significativo, porém, ainda incipiente avanço é a dependência do país em relação à ajuda, equivalente a mais de 50% do orçamento nacional (STRAUS; WALDORF, 2011). Por conta da suspensão de ajuda por parte dos doadores, Ruanda começou sua retirada militar da RDC, tendo como consequência um impacto negativo na economia.

A despeito destes desafios, em 2020, Ruanda formulou a *Vision 2050*, desenhando ‘Ruanda que queremos’. Com o objetivo de se tornar uma economia média alta em 2035 e país de renda alta em 2050, a *Vision 2050* apresenta maiores detalhes do que a sua antecessora em termos de instrumentalização dos pilares para se chegar ao objetivo final. Ela está alinhada com outras agendas que Ruanda participa, como da EAC, da União Africana e de acordos internacionais. Como uma segunda fase a longo prazo de desenvolvimento de Ruanda, a *Vision 2050* foca na transformação da economia e da sociedade em seu todo, com a intenção de promover o crescimento econômico e prosperidade, além da alta qualidade de vida para todos os ruandeses (MINISTRY OF FINANCE AND ECONOMIC PLANNING, 2020). Para

¹¹⁵ Dados de 2017.

conseguir alcançar essas metas, o Estado pensou em pilares e seus componentes, descritos no quadro 9, a seguir.

Quadro 9: Pilares da *Vision 2050*

Pilares	Componentes
Desenvolvimento Humano	Acesso universal aos cuidados de saúde de alta qualidade
	Acesso universal à educação de alta qualidade
	Uma força de trabalho transformada para uma alta produtividade
Competitividade e Integração	Uma economia diversificada construída sobre indústrias futuras
	Manufatura competitiva ancorada em um centro logístico regional
	Setores de serviços modernos que impulsionam o crescimento transformador
	Serviços de conhecimento orientados para exportação
	Turismo sustentável de ponta
	Acesso universal a serviços financeiros
	Fortalecimento da competitividade das exportações e conectividade comercial
	Economia intensiva de conhecimento
Agricultura para criação de riqueza	Agricultura moderna orientada para o mercado e resiliência ao clima
	Uso de insumos ampliados e tecnologias modernas para maximizar a produtividade
	Maior acesso ao financiamento agrícola e facilidades de compartilhamento de risco
	Integração nas cadeias de valor globais para produtos de maior valor
Urbanização e Aglomeração	Acesso universal a serviços de qualidade e amenidades
	Acesso universal à habitação decente e acessível
	Facilidade de mobilidade e transporte eficiente
	Cidades inteligentes e verdes para crescimento sustentável
	Oferta e demanda sustentáveis de energia

Instituições estatais responsáveis e capazes	Instituições eficientes e responsáveis pela transformação socioeconômica
	Aprofundar a descentralização para aproximar os serviços dos cidadãos
	Estado de direito e justiça para todos

Fonte: Elaborado pela autora com base em Ministry of Finance and Economic Planning (2020).

Assim como a política anterior, a *Vision 2050* serve como uma macropolítica para orientar as políticas setoriais (como educação, saúde, etc) rumo às metas supracitadas. É interessante notar que os pilares acima são percebidos no discurso de Ruanda em diferentes esferas (seja a nacional, como a regional e internacional), sendo traduzidas nas políticas de Estado orientadas para o desenvolvimento nacional. Como será abordada no próximo capítulo, a *Vision 2050* aparenta ser uma continuação da estratégia anterior do que um novo livro branco, fortalecendo a busca por ser um país de renda média.

3.1.4 Justiça

Em um contexto pós-guerra civil, mais de 120.000 pessoas foram presas e relacionadas às atividades perpetuadas nos eventos genocidas. Para lidar com a questão de justiça e reconciliação foram estabelecidas iniciativas em três esferas: 1) internacional, com o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR); 2) nacional, com o sistema judicial nacional; e 3) os Tribunais de Gacaca (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Como citado nas seções anteriores, em novembro de 1994 foi estabelecido o ICTR, de acordo com o capítulo VII¹¹⁶ da Carta das Nações Unidas, com o objetivo de julgar os envolvidos (especialmente as pessoas que tiveram maior grau de responsabilidade) nos atos de genocídio e outras práticas que ferem o Direito Internacional Humanitário, compreendendo o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1994 (ANDRADE, 2013; NAÇÕES UNIDAS, 2014). Com um caráter *ad hoc*, ou seja, temporário, o ICTR foi sediado na cidade de Arusha, na Tanzânia, onde o acordo de paz anterior também foi negociado.

Na seara do ICTR, foi a primeira vez que um tribunal internacional apresentou vereditos contra pessoas que cometeram crime de genocídio, nos quais, conforme ilustra a imagem no anexo D, 62 pessoas foram sentenciadas, 10 foram direcionadas para o sistema nacional ruandês para serem julgadas, 3 estavam foragidas, 2 foram mortas antes do julgamento e 2

¹¹⁶ O capítulo VII da Carta das Nações Unidas refere-se às questões de ameaça de paz, rupturas da paz e agressões (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

tiveram acusações retiradas antes do julgamento (NAÇÕES UNIDAS, s/a2). Com esses números, o ICTR finalizou suas atividades em 2015.

Também foi a primeira vez que o estupro foi reconhecido como uma forma de incitar o genocídio, sendo usado pela primeira vez em um contexto desta natureza no sentido de exterminar um grupo étnico específico (KATENGWA, 2019; NAÇÕES UNIDAS, s/a2). Mukasonga (2017) retratou em seu livro como a sociedade ruandesa teve que se adaptar para lidar com a mulher que tinha filhos fora do casamento, que era a situação de milhares de mulheres que foram estupradas na guerra civil de 1994.

Além de lidar com um fruto de uma relação não consentida, existia também a questão de lidar com o vírus HIV: como reinserir uma mulher estuprada na sociedade, tendo um filho de um estuprador e sendo portadora do vírus HIV? Ela seria para sempre considerada como “aquela que foi estuprada” (KATENGWA, 2019, s/p). Há uma quantidade significativa de jovens em Ruanda, que faz parte de uma geração que foi fruto do estupro, ilustrando como é complexa a questão do processo de reconstrução da sociedade ruandesa.

Em 1994, o estupro foi uma das armas usadas pelo genocídio. Quase todos os estupradores eram portadores do vírus HIV. Nem toda a água de Kwakibirizi e de todas as nascentes de Ruanda teriam bastado para “lavar” as vítimas da vergonha pelas perversidades que sofreram. Nem toda a água seria suficiente para limpar os rumores que corriam dizendo que essas mulheres eram portadoras da morte e fazendo com que todos as rejeitassem. Contudo, foi nelas, nelas próprias e nos filhos nascidos do estupro que essas mulheres encontraram uma fonte viva de coragem e a força para sobreviver e desafiar o projeto dos seus assassinos. A Ruanda de hoje é o país das Mães-coragem (MUKASONGA, 2017, pp. 153-154).

Em termos de números, observando a pirâmide populacional, é possível identificar que boa parte da população jovem é fruto dos estupros na guerra civil, somando mais de 50% da população que tem entre 0 e 30 anos (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021, s/p). Com o fim da guerra, os estupros não foram abolidos em Ruanda, em houve incentivo para que as pessoas expusessem seus violadores (KATENGWA, 2019). Nesse contexto, a estrutura constitucional passou por questionamentos, trazendo o aborto como pauta.

Mesmo não sendo uma ação legal, Ruanda apresentou altas taxas de aborto em 2009, contabilizando 60.000 abortos induzidos (GUTTMACHER INSTITUTE, 2013). Mudanças em 2012 tornaram o aborto legalizado no país, desde que fosse assinado por uma corte e por dois médicos para dar seguimento ao procedimento. Com novas modificações aprovadas no Parlamento, em 2018, são retiradas as exigências da participação de uma corte e um médico adicional (TAARIFA, 2019). Relacionado a temática, em 2019, o presidente Paul Kagame

perdoou 367 pessoas condenadas pelo crime de aborto, por auxílio a essa prática ou por infanticídio (LAW, 2019; MBONYINSHUTI, 2019).

De maneira mais específica, alinhada com os artigos 120, 122 e 176 da Constituição de Ruanda, além do artigo nº68/2018 (TAARIFA, 2019), a ordem ministerial nº 002/MoH/2019 reafirma a legalização do aborto sob condições específicas: 1) a pessoa grávida é uma criança; 2) a pessoa está grávida por ter sido estuprada; 3) a pessoa ficou grávida depois de ser submetida a um casamento forçado; 4) a pessoa ficou grávida em uma relação de incesto para um segundo grau de parentesco; 5) a gravidez põe em risco a saúde da gestante. Não é solicitado que a pessoa apresente evidência das razões citadas, mas se após a gravidez for comprovado que a solicitação foi falsa, a pessoa será julgada de acordo com as leis vigentes em Ruanda. Além dessas considerações, com exceção do caso de gerar risco a saúde, o aborto é permitido com até 22 semanas de gestação (ORDEM MINISTERIAL nº 002/MoH/2019).

Retomando um pouco outras dimensões decorrentes da limpeza étnica, além das ações no plano internacional para punir envolvidos, um dos desafios da FPR ao assumir o poder foi justamente construir uma unidade interna após as atrocidades cometidas pelos próprios nacionais, estabelecendo justiça em uma sociedade fragmentada. Ruanda não quis seguir o modelo de justiça de transição aplicado pela África do Sul, por meio da Comissão de Reconciliação e Verdade, por considerar uma forma de anistia; ao invés disso, o Estado ruandês buscou por soluções para acabar com a cultura de impunidade, considerada uma das causas da guerra (KAMATALI, 2014).

Nesse sentido, na esfera nacional, os tribunais ruandeses tinham o objetivo de julgar quem estava envolvido no genocídio (seja no planejamento e/ou nos atos). Segundo as Nações Unidas (2014), em 2006, os tribunais nacionais já tinham julgado mais de 10.000 suspeitos; em 1998, 22 pessoas foram executadas¹¹⁷. Apesar de um número alto de julgamentos ao longo do tempo, até meados de 2000, ainda restavam muitas pessoas para serem julgadas. Pensando nisso e na busca por justiça e reconciliação no nível basal, os Tribunais de Gacaca¹¹⁸ foram reintroduzidos na sociedade, em 2001.

Com o objetivo de acabar com a cultura de impunidade em Ruanda e, em segundo lugar, proporcionar reconciliação (WOLTERS, 2005), “[...] entre 2002 e 2010, cerca de

117 A abolição da pena de morte se concretizou em 2007.

118 Pronunciado /*Gatchacha*/, em kinyarwanda.

120.000 supostos autores foram julgados pelo sistema ‘Gacaca’” (CAMPIONI; NOACK, 2012, p. 3)¹¹⁹.

Os Tribunais de Gacaca tiveram duas fases de introdução em um setor de cada província de Ruanda, em 2002; em 2003, foi expandido para um setor em cada distrito; e em 2005, expandiu para o nível nacional depois da pausa, em 2003, para as eleições nacionais e revisão das leis dos tribunais (LONGMAN, 2009b; WOLTERS, 2005).

Responsável pela reintegração de centenas de hutus durante os 10 anos em que funcionaram (entre 2002 e 2012), as *gacacas* foram importantíssimas para retirar do sistema penal cerca de 2 milhões de pessoas e para recompor a força de trabalho nas aldeias e pequenas cidades do interior do país. Mesmo assim, muitas críticas são feitas a esse sistema por se entender que o acusado invariavelmente passava por constrangimentos e que nem sempre conseguia o direito a uma defesa plena a cargo de advogados ou rábulas minimamente treinados (SANTOS, 2014, p. 342).

Organizados a partir da escolha de juízes para mediar a situação, os tribunais envolviam pessoas que cometeram crimes de genocídio exceto o planejamento. Nesse ambiente as pessoas confessavam os crimes, fazendo com que as famílias que perderam seus entes entendessem o que realmente aconteceu. Caso a pessoa que confessasse estivesse arrependida, com remorso e/ou com a intenção de reconciliação com a comunidade, era atribuída uma pena baixa ou serviço comunitário. Foram estabelecidos mais de 12.000 tribunais e julgados mais de 1.2 milhões de casos, com finalização destas instâncias em maio de 2012 (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Foi observado que os tribunais davam conforto aos sobreviventes, uma vez que eles tinham acesso à informação sobre como os familiares morreram, onde os corpos estavam (para dar um enterro digno, significativo para a cultura ruandesa). Até as expressões de ódio, de comoção e ressentimento foram importantes para fazer parte do processo de luto, fazendo que a sociedade pudesse lidar com isso de forma mais aberta (LONGMAN, 2009b).

Apesar de ser apreciada a iniciativa de combinar instrumentos judiciais tradicional e internacional, organizações de direitos humanos questionaram as práticas de Gacaca por não haver muito espaço para salvaguardar os direitos de defesa, além da influência política no processo e diferenciação/indiferença em relação aos crimes cometidos pelos soldados da FPR (KAMATALI, 2014). Em relação a este último, os Tribunais não investigaram crimes cometidos após 1994, os quais muitos estão envolvidos a FPR contra os hutus, fazendo com que as pessoas vejam Gacaca como uma justiça seletiva (WOLTERS, 2005). Além disso, é

119 “[...] between 2002 and 2010, about 120,000 alleged perpetrators have faced court through the ‘Gacaca’ system” (CAMPIONI; NOACK, 2012, p. 3).

relevante questionar até que ponto a alternativa ruandesa ao modelo instaurado na África do Sul foi realmente efetiva em termos de reconciliação e como instrumento de reparação social, sendo uma agenda de pesquisa.

3.1.5 Reconfiguração espacial

No que tange às políticas de reordenamento espacial, houve a promoção da ‘vilagização’ ou *Imidugudu*¹²⁰, ou seja, o reagrupamento de pessoas em vilas, modificando o cenário rural com modernização e mais controle do Estado, especialmente para conformar o número de retorno de refugiados ao país (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016; HILHORST; LEEUWEN, 1999; STRAUS, WALDORF, 2011). O programa de assentamento implicava também a redistribuição das terras, contando com o apoio de instituições internacionais, como as Nações Unidas, e Organizações Não Governamentais (ONGs) (HILHORST; LEEUWEN, 1999)¹²¹.

O mapa de Ruanda foi redesenhado e renomeado, em 2005, com o objetivo de diminuir as rivalidades regionais que tiveram um papel significativo nas disputas políticas anteriores. Foram reduzidos o número de províncias e o número de distritos; atualmente são “4 províncias, mais a Cidade de Kigali, 30 distritos, 416 setores, 2148 células e 14.837 vilas”, de modo que a unidade político-administrativa básica é o distrito e a mais próxima do cidadão e menor é a vila (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016, p. 7). No anexo D também é possível visualizar como é composto o mapa de Ruanda contemporaneamente.

Além da reconfiguração espacial, foi empreendido um processo de descentralização, representando uma prática de boa governança e um papel na reconciliação e unidade nacional (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016). A descentralização é a passagem de poderes, funções, autoridade do governo central para governos locais (MINISTÉRIO DOS GOVERNO LOCAL E ASSUNTOS SOCIAIS, 2001). Por meio da Política Nacional de Descentralização, aprovada e adotada em 2000, diversas áreas foram descentralizadas, a saber: política, administrativa e fiscal. A estratégia seria usar esta ferramenta para maior governança, serviços próximos dos cidadãos e melhora na economia local (MINISTÉRIO DO GOVERNO LOCAL, 2012).

¹²⁰ Usado por Straus e Waldorf (2011), em inglês “villagization”, em kinyarwanda *imidugudu*.

¹²¹ Além do *Imidugudu*, dentro das políticas de mudança, cabe lembrar que os símbolos do país como a bandeira, o hino nacional e o tribunal de armas foram substituídos, com o intuito de não ter uma memória carregada pelas ideologias perpetuadas na guerra (KAMATALI, 2014; STRAUS; WALDORF, 2011) - no anexo D, é possível visualizar os novos símbolos nacionais.

O processo pode ocorrer em três formas: 1) na desconcentração, em que funções e serviços que eram antes executados pelo governo central serão executados por servidores públicos locais que estão diretamente ligados ao governo central; 2) na delegação, em que funções e serviços que eram da competência do governo central são repassados para os governos locais, acompanhados dos recursos para desenvolver tais responsabilidades; 3) na devolução, em que responsabilidades, funções, serviços que eram da competência do governo central são transferidos para os governos locais, os quais são criados por lei (MINISTÉRIO DOS GOVERNO LOCAL E ASSUNTOS SOCIAIS, 2001).

No âmbito político, a descentralização tinha como objetivo dar a possibilidade para que os ruandeses pudessem escolher seus líderes, além de poder participar de forma direta ou indireta (por meio da representação) nos processos de decisão. Uma vez ordenadas as unidades administrativas, houve a passagem de poderes e responsabilidade para estas (STRAUS; WALDORF, 2011). Já a descentralização administrativa relaciona-se com a transferência de serviços, funções, poderes e autoridade para dar assistência aos governos locais. Por fim, a descentralização política vai lado a lado com a administrativa em termos de estrutura. Já a descentralização fiscal relaciona-se com o fluxo de dinheiro para os governos locais, estando de acordo com a receita local (MINISTÉRIO DO GOVERNO LOCAL, 2012).

Com a mudança dos elementos apresentados, Straus e Waldorf (2011) consideram que Ruanda parece ter virado um novo Estado, utilizando o momento de reconstrução para uma renovação dos aspectos conectados com as antigas práticas. Isso entra em consonância com a tentativa de mostrar uma nova Ruanda, de um país pacífico aberto para negócios e turismo, além de abrigar nacionais vivendo em harmonia.

3.1.6 Educação

Como uma das áreas fundamentais para a reconstrução do Estado, a educação é considerada como uma das ferramentas de alcance da modernização e crescimento econômico (ASSAN; WALKER, 2012). A língua nacional *kinyarwanda* é falada pela maioria da população. Durante a realização da pesquisa de campo em Ruanda, em 2015, os ruandeses falavam entre eles em *kinyarwanda* e, quando havia a necessidade - como, por exemplo, falar com um estrangeiro - falava-se em inglês. Para Assan e Walker (2012), o francês era usado na educação mais modesta, sendo o principal meio de comunicação na época. Apesar de a Constituição estabelecer como línguas oficiais o inglês, o francês, o *kinyarwanda* e o *kiswahili*, o inglês é usado como meio de instrução e modo de comunicação em

administrações públicas e nas escolas, introduzido com a Declaração de 2008 (ASSAN; WALKER, 2012).

A língua é considerada um instrumento de poder e afirmação nacional, de forma que os diferentes níveis de capital cultural e proficiência determinam posições na sociedade ruandesa. Pensando nessa lógica, três causas principais são levantadas para a adoção do inglês como a primeira língua oficial:

1. âmbito político: relação enfraquecida com a França e o papel do inglês no mundo
2. âmbito econômico: interação com os participantes da EAC
3. âmbito pragmático: existência de áreas conduzidas pelo inglês, como a internet, ciência e tecnologia.

Como consequência, o inglês tem grande peso nas interações do país, uma vez que este deseja se tornar “globalmente competitivo” (ASSAN; WALKER, 2012, p. 176). O sistema educacional em Ruanda é constituído por quatro níveis: educação infantil, educação primária, educação secundária e ensino superior (ASSAN; WALKER, 2012; LEI nº 36/2018 de 29/06/2018). Desde 2003, a educação primária tornou-se gratuita, com o objetivo de tornar os 9 anos de educação básica acessível (TIMES REPORTER, 2008). Além dos níveis tradicionais de escolarização, programas como *Indango* e o *Itorero* fazem parte também da formação contemporânea de um ruandês.

Um ponto de crítica relevante na seara da educação se refere à retratação de uma narrativa única a partir da história oficial contada pelo Estado de Ruanda, a qual se encaixa nas iniciativas empreendidas na mudança da maquinaria social que gerou a guerra. Nesse sentido, o Estado conta uma história em que existia harmonia em Ruanda antes dos colonizadores chegarem, divergindo das perspectivas dos críticos que colocam os conflitos de classe já existentes antes dos colonizadores (MARIJNEN; LIJN, 2012). Além disso, um resumo do discurso oficial seria que “[...] o hutu matou o tutsi por causa de um ódio profundo que foi introduzido pelos colonizadores belgas e cultivado por governos pós-coloniais liderados pelos hutus” (THOMSON, 2018, p. 23). Como exemplo do perigo da narrativa única, muitos camponeses entendem que a história vai ser moldada a partir de quem está no poder do Estado, sendo no caso, a partir da ótica da FPR (THOMSON, 2012).

Ao promover uma versão singular e um tanto revisada da história de Ruanda, a política falha em reconhecer a multiplicidade de interpretações (e experiências vividas individuais) que constituem a história de Ruanda. A RPF busca remodelar a memória coletiva dos ruandeses sobre as causas do genocídio. Alguns camponeses ruandeses entendem que a versão da história apresentada pela elite da RPF é

destinada a salvaguardar suas próprias posições de poder, em vez de serem o resultado de um esforço sincero para unificar e reconciliar o país (THOMSON, 2012, p. 100)¹²².

Neste sentido, a construção da memória nacional em relação ao genocídio centraliza-se em uma narrativa tutsi, não considerando as mortes de hutus moderados no processo. Como exemplo, o Memorial do Genocídio em Kigali (KGM) apresenta um recorrido da história de Ruanda em seções, especificando as atrocidades cometidas contra os tutsis. Além do KGM, existem diversas cidades que mantiveram locais onde ocorreram as chacinas contra os tutsis, como Nyamata, Ntarama, Kibeho, Nyange, etc. Convém ressaltar que os hutus moderados falecidos que não perpetuaram as atividades genocidas não são contemplados na memória nacional, sendo evidenciado um apagamento destes na narrativa incorporada à educação básica.

A construção da memória em Ruanda tem sido um pilar significativo no processo de reconciliação, mas, ainda assim, incomoda os lados da história que, supostamente, não deveriam ser ouvidos. Além dos memoriais, todo ano é celebrado, entre os dias 7 de abril e 4 de julho, o *Kwibuka*¹²³, com o objetivo de lembrar, unir e renovar, fazendo com que o genocídio nunca mais aconteça na história. Representações das Nações Unidas e de países participam da celebração do dia 7 de abril. Porém, apesar das celebrações e seu apelo e participações internacionais, estas não substituem ou compensam a sintomática construção enviesada da histórica nacional e sua narrativa pós-genocídio.

3.1.7 Gênero

A pauta de gênero no Estado é observada com mais intensidade com a entrada da FPR no poder, podendo ser associada à vontade política da FPR de introduzi-las ao governo (DEBUSSCHER; ANSOMS, 2013). Em especial, as mulheres, ao longo da história de Ruanda, não tinham espaço significativo para expor sua voz. No período pré-colonial e colonial, a participação feminina era ínfima, tendo como destaque a figura do rei; já no período de independência, observa-se uma mudança das relações, mas ainda não sendo tão significativa. O período pós-guerra civil é o ponto de inflexão histórica que vai mudar o papel

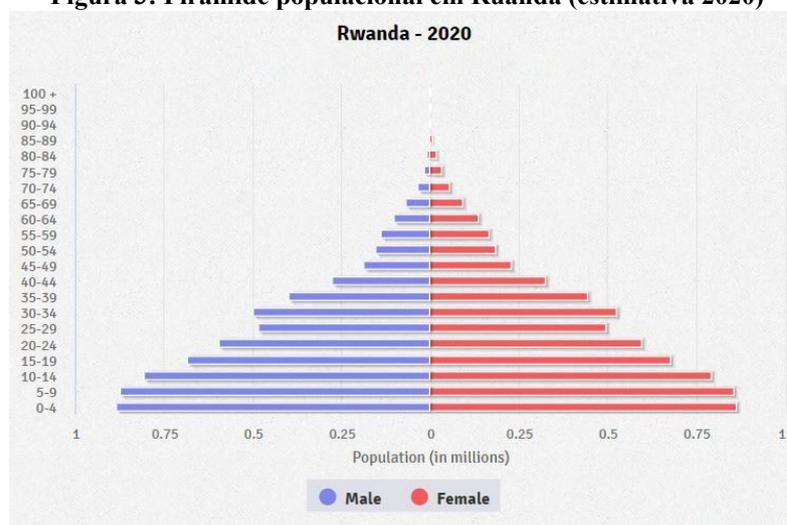
¹²² “In promoting a singular and somewhat revised version of Rwandan history, the policy fails to acknowledge the multiplicity of interpretations (and individual lived experiences) that constitute Rwandan history. The RPF seeks to reshape the collective memory of Rwandans about the causes of the genocide. Some peasant Rwandans understand that the version of history put forth by the RPF elite is designed to safeguard their own positions of power rather than being the result of a sincere effort to unify and reconcile the country” (THOMSON, 2012, p. 100).

¹²³ ‘Lembrar’, em kinyarwanda.

das mulheres na sociedade ruandesa, especialmente no processo de reconstrução (DEBUSSCHER; ANSOMS, 2013).

Uma das razões para a intensificação de políticas de gênero foi a mudança dos papéis de gênero pós-guerra civil. Durante o genocídio, os homens hutus moderados e tutsis eram alvos de morte e as mulheres, em sua maioria tutsis, eram estupradas e torturadas, sendo contaminadas com o vírus HIV. Estima-se que 70% dos sobreviventes do genocídio eram mulheres e crianças do sexo feminino, fazendo com que as mulheres assumissem papéis e responsabilidades que antes eram apenas dos homens, como falar em público, construir casas, etc; muitos homens foram genocidas, mortos ou fugiram do país, deixando a configuração da população com uma parcela maior de mulheres (DEBUSSCHER; ANSOMS, 2013). Contemporaneamente, a pirâmide etária ruandesa segue mostrando o peso societário feminino, com a maior parte de crianças de 0 a 14 anos (39,95%, sendo 2.564.893 homens e 2.513.993 mulheres), seguida de jovens de 25 a 54 anos (33,06%, com 2.001.629 homens e 2.201.132 mulheres) (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2021), como ilustra a figura 3, a seguir.

Figura 3: Pirâmide populacional em Ruanda (estimativa 2020)



Fonte: Central Intelligence Agency (2021).

Além da mudança dos papéis, a participação ativa do movimento feminino foi um elemento importante para lidar com os substratos da guerra civil. Por meio da ajuda da organização PROFEMMES, o movimento de mulheres ruandesas manteve-se presente em pontos cruciais de mudanças constitucionais, como da Lei da Herança de 1999¹²⁴, na

¹²⁴ Apenas homens podiam herdar; com a mudança, houve uma equidade de gênero.

ratificação da Constituição de 2003¹²⁵, das leis relacionadas à terra (de 2004 e 2005), da Lei de Violência Baseada no Gênero de 2009 (DEBUSSCHER; ANSOMS, 2013) e da Lei do Trabalho¹²⁶ (UVUZA, 2014). Em um espectro mais amplo, foi ratificado por Ruanda o Protocolo Opcional da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres na África, no combate a todas as formas de discriminação das mulheres (UVUZA, 2014).

Em especial, Ruanda tem sido elogiado pelos índices de participação feminina na política. Exemplo disso foi em 2019, em que Ruanda assumiu o primeiro lugar do ranking com 67% de mulheres no legislativo (NOGUEIRA; ANGELO, 2019), além de ser o sexto país com maior igualdade de gênero em 2018 (WORLD ECONOMIC FORUM, 2018).

Políticas de valorização da mulher e da igualdade de direito entre os gêneros, tornou Ruanda um dos poucos países do mundo a ter uma portentosa liderança política feminina. Apesar de ter instituído uma cota mínima de 30% de participação das mulheres (assim como também fizeram Tanzânia e Uganda), o país conta com o maior percentual mundial de participação delas no Parlamento: 56% contra 47% do segundo colocado, Suécia, e um dos poucos em que o presidente do Legislativo também é uma mulher, Rose Mukantabama (SANTOS, 2014, p. 346).

A participação da elite em posições de lideranças também influenciou na introdução da agenda de gênero no governo, considerando que muitos integrantes da FPR moraram em Uganda e neste país já havia o desenvolvimento de iniciativas nessa seara. Além de Uganda, houve o fluxo de retorno de refugiados que foram influenciados por políticas/modos de vida de outros países, como na Tanzânia, Burundi, Zaire, etc (DEBUSSCHER; ANSOMS, 2013).

Na estrutura organizacional do Estado ruandês é possível verificar alguns órgãos atrelados à agenda de gênero, como o Ministério de Gênero e Promoção da Família (MIGEPF), o Escritório de Monitoramento de Gênero e o Conselho Nacional de Mulheres (NWC). Como organizações-chave de mulheres, é possível elencar a PROFEMMES (*Twese Hamwe*) e o Fórum para Mulheres Ruandesas Parlamentares (FRWP). Além da *Vision 2020*, as questões de gênero estão incluídas em políticas como a Estratégia de Redução da Pobreza e Desenvolvimento Econômico (EDPRS) 2013-2018, a Política Nacional de Gênero de 2004 e 2010, além do Quadro de Gênero e Desenvolvimento Comunitário da EAC (UVUZA, 2014).

Apesar de ser observável um desenvolvimento na agenda de gênero em Ruanda, a crítica acadêmica do Norte seria no sentido do poder transformador dessas iniciativas.

125 A Constituição traz expressamente questões de equidade de gênero, como a reserva de, pelo menos, 30% dos lugares para mulheres em órgãos de tomada de decisões (DEBUSSCHER; ANSOMS, 2013).

126 A lei foi modificada permitindo que a mulher seja afastada do trabalho por 6 semanas com salário pago, além de ter 1 hora de amamentação por 12 meses contando com o dia do nascimento do bebê (UVUZA, 2014)

Existem basicamente cinco fatores detratores nesse sentido, conforme Debusscher e Ansoms (2013):

- 1) Pela agenda de gênero ser instrumentalizada para uma meta final, que é o crescimento econômico e a modernização;
- 2) O negligenciamento de áreas que são ocupadas majoritariamente por mulheres, como a economia de subsistência e o trabalho doméstico (*care work*);
- 3) Algumas estruturas e políticas criadas mais com uma finalidade formal do que realística, como o Escritório de Monitoramento de Gênero;
- 4) A obsessão por resultados via números, que gera uma cegueira em relação à implementação das políticas;
- 5) O escopo limitado da atuação da sociedade civil.

Em que se pese, em uma entrevista para o programa Invisibilia (2016), a ruandesa Justine Uvuza relata que a questão de gênero em Ruanda é voltada para o desenvolvimento do país: nunca foi sobre as mulheres, e sim em ajudar a desenvolver o país. Além disso, Uvuza relata que, para o seu doutorado, entrevistando mulheres ruandesas poderosas na seara política, esse mesmo poder não passava pela porta de casa: “Uma me contou como seu marido esperava que ela se certificasse de que seus sapatos fossem engraxados, que a água fosse colocada no banheiro para ele, suas roupas fossem passadas” (INVISIBILIA, 2016, s/p)¹²⁷. Por serem ações *top-down*, o processo de mudança dos papéis de gênero, na vida privada, ainda não foi assimilado, sendo um lugar muitas vezes perigoso para as mulheres que se opõem a seguir com os papéis de uma sociedade patriarcal (INVISIBILIA, 2016).

Diante desses aspectos, se faz necessário realizar um balanço. Ruanda teve progressos na agenda governamental de gênero em um curto espaço de tempo, apesar de ainda haver disparidades entre o espaço público e privado para as mulheres, conforme sinaliza Uvuza. Este último elemento não anula os esforços feitos para haver uma maior equidade de gênero em diferentes setores da sociedade, no entanto, o desafio de transpor os feitos nas outras searas, como a política, para o nível cultural/da vida privada ainda permanece para as mulheres ruandesas como perspectiva e objetivo a ser alcançado.

¹²⁷ “One told me how her husband expected her to make sure that his shoes were polished, the water put in the bathroom for him, his clothes were ironed” (INVISIBILIA, 2016, s/p).

3.1.8 Refugiados

Os refugiados ruandeses e todo o contexto que os abarca são uma pauta relevante para as iniciativas de reabilitação pós-guerra civil. Para conformar essa população, foi estabelecido que refugiados que saíram do país por mais de 10 anos não devem reclamar suas propriedades, as quais provavelmente foram ocupadas por outras pessoas. Nesse sentido, como estratégia de acolhimento, o governo deveria dar terra e realocar as pessoas (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016).

Nesse contexto, observam-se dois fluxos de refugiados voltando para Ruanda: pessoas de 1959-1973 e pessoas provenientes dos campos de refugiados da Tanzânia e da República Democrática do Congo, ambos fechados em 1996. Para atender ao primeiro caso, o governo teve que empreender uma vilagização (*imidugudu*) para realocar as pessoas chegadas, com o apoio da população local. Já no segundo caso, os recém-chegados dos campos de refugiados foram acolhidos, com o apoio do ACNUR e o Programa Alimentar Mundial (WFP), com pacotes de três meses de repatriação, os quais incluíam artigos diversos e comida para se organizarem antes de serem alocados. É interessante ressaltar que Ruanda é um dos países que teve um dos maiores números de refugiados ao longo do tempo (NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION, 2016).

A seguir, para entender a atuação do Estado em sua interseção entre o internacional e o nacional, é necessário ver as iniciativas externas em três aspectos: sua relação com a região dos Grandes Lagos; em blocos regionais e internacionais; e em relações bilaterais.

3.2 Iniciativas no âmbito externo

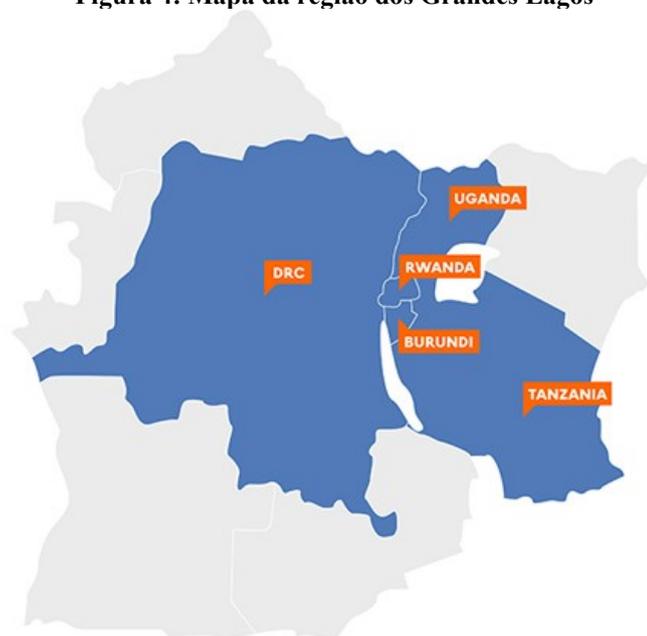
A presente seção visa explorar o transbordamento das ações domésticas no contexto regional e internacional. Tendo em conta a participação de Ruanda numa interseção entre o doméstico e o regional/internacional, o Estado sempre vai ser a referência para ser estabelecida as análises com os outros atores, sejam estes países, sejam organismos regionais e internacionais.

3.2.1 Panorama das relações entre Ruanda e seus vizinhos

A região dos Grandes Lagos é essencialmente conhecida por ser palco de conflitos e instabilidades que perpassam as fronteiras domésticas, transbordando para a região. Para esse

estudo, será considerado como Grandes Lagos os países limítrofes de Ruanda, estando em consonância com o Quadro Estratégico Regional dos Grandes Lagos das Nações Unidas (s/a3), sendo estes: Uganda, RDC, Burundi e Tanzânia¹²⁸.

Figura 4: Mapa da região dos Grandes Lagos



Fonte: Quadro Estratégico Regional dos Grandes Lagos das Nações Unidas, s/a.

A instabilidade doméstica dos países dos Grandes Lagos tem gerado um grande fluxo de pessoas, sendo esta região uma das maiores fontes de refugiados e pessoas deslocadas do mundo (KHADIAGALA, 2017). O caso de Ruanda, por exemplo, foi um catalisador de instabilidade na região pelos embates que já vinham se desenvolvendo antes de 1994 e na guerra civil do referido ano. O deslocamento de pessoas evidenciou o transbordamento do conflito ruandês para além de suas fronteiras nacionais, desdobrando em outros acontecimentos nos países limítrofes, a exemplo do Zaire: muitos integrantes da *Interahamwe* migraram para o país e foram apoiados pelo presidente Mobutu Sese Seko.

Além dos extremistas hutu ruandeses em solo congolês, havia “a presença de forças rebeldes ugandesas, burundianas e angolanas” (SILVA; DIALLO, 2013, p. 23), agravando a situação de tensão entre os países da região. Como resposta, a FPR, acompanhada de Uganda e Burundi, invadiu o Zaire com o discurso de capturar todos os envolvidos na chacina em Ruanda, devastando campos de refugiados à medida que entrava no país e iniciando o que é conhecida como a Primeira Guerra do Congo, em 1996.

¹²⁸ Khadiagala (2017) define a região dos Grandes Lagos com estes países, excluindo a Tanzânia. Prefere-se usar os países limítrofes como base para a construção da região.

A entrada desses países no Zaire foi legitimada por Laurent Kabila, líder da Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire¹²⁹, recebendo o apoio destes países em termos políticos e materiais; além de Ruanda e Uganda, Kabila recebeu o apoio de Angola ao sul do Zaire, uma vez que Angola estava ressentida com o apoio de Mobutu à UNITA (SILVA; DIALLO, 2013; VISENTINI, 2010). Em contrapartida, Mobutu esperava receber apoio da Bélgica e da França como das outras vezes, mas isso só foi feito simbolicamente, o que culminou na queda do presidente em 1997 (VISENTINI, 2010). Para Khadiagala (2017), a queda de Mobutu teve consequências regionais significativas, além de influenciar em questões políticas nos vizinhos Ruanda e Burundi, que ainda lidavam com os fragmentos da guerra civil e o genocídio.

Chegando ao poder, Kabila considerou que a RDC (antigo Zaire) sofria muita influência externa, principalmente com o objetivo de posse das riquezas do país. Nesse sentido, os aliados não esperavam que Kabila fizesse um movimento nacionalista de expulsá-los do país, em 1997, destituindo todos os tutsis dos cargos governamentais e retirando as tropas de Ruanda, Uganda e Burundi. Com a ambição de continuar lucrando mais com o acesso aos recursos naturais (como coltan, ouro, diamante, cobre), Ruanda não aceitou a retirada e buscou se aliar com os Banyamulenge¹³⁰ para organizar uma nova invasão, com o discurso de proteger os tutsis refugiados no país. Sendo assim, Ruanda, acompanhado de Uganda, invade a RDC e consegue obter quase um terço do território congolês (SILVA; DIALLO, 2013; VISENTINI, 2010).

Para combater os invasores, Kabila solicitou apoio internacional por meio da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a qual enviou contingentes de Angola, Zimbábue e Namíbia, que atuaram ativamente, e de países como o Chade, o Sudão e a Líbia (SILVA; DIALLO, 2013). Dos acontecimentos que sucederam a invasão, como a trégua assinada em Lusaka (que não contou com a participação da RDC), em 1999, e a autorização de uma missão das Nações Unidas para acompanhar o cessar fogo (MONUC), o que se destacou foi a morte de Laurent Kabila, em 2001, sendo sucedido por Joseph Kabila, seu filho.

A sua entrada no poder marcou uma maior desenvoltura para lidar com assuntos políticos, abrindo diálogo com os países da região (VISENTINI, 2010). Após a assinatura de acordos em 1999 e 2002, os quais envolviam a desmilitarização da *Interahamwe*, os invasores começaram a se retirar. Em 2003, houve o fim do conflito formal, com o estabelecimento de

129 Milícia formada, majoritariamente, por tutsis do Zaire (VISENTINI, 2010).

130 Tutsis que vivem no sudeste do Kivu, na RDC.

um governo de transição. Por envolver nove países africanos e um número de mortos que só é superado pela Segunda Guerra Mundial, a Segunda Guerra do Congo também é conhecida pela Guerra Mundial Africana (SILVA; DIALLO, 2013).

Os conflitos no Congo demonstraram uma faceta em que se configuravam interesses alheios a este Estado, seja pelo fato de os países da região estarem lucrando com a situação, por meio de exploração e comércio ilegal, seja pela reafirmação interna de Ruanda e Uganda, que utilizavam o conflito para legitimar seus governos que perduram ao longo dos anos (SILVA; DIALLO, 2013). Atualmente, Ruanda e a RDC buscam uma aproximação da relação, com esta última buscando entrar na EAC e Ruanda apoiando a sua candidatura, por exemplo (GRAS, 2020).

Apesar de um nível considerável de integração regional nos Grandes Lagos na atualidade, ainda persiste desconfiança entre os países, envolvendo alguns desentendimentos recentes. Exemplo disso é a relação entre Ruanda e Uganda, na qual os dois países aliados mutuamente acusaram os governos de desestabilizarem seus países, culminando no fechamento das fronteiras em 2019. Além disso, Ruanda acusa Uganda de não combater as forças ruandesas instaladas no país contrárias a Kagame, podendo ser uma fonte de conflito para Ruanda. Em 2020, alguns sinais de negociações foram observados no que concerne à abertura das fronteiras e à libertação de cidadãos ruandeses presos ilegalmente.

Na mesma situação seguiram as relações entre Ruanda e Burundi, em que o último acusou o primeiro de apoiar dissidentes, em 2015 (ano das eleições em Burundi). Ruanda negou as acusações, sugerindo também que havia interferência de Burundi nos assuntos ruandeses em termos de desestabilizar o governo. Em 2020, ambos os países mostraram uma posição de reconciliação e de possibilidade de normalização das relações.

A relação entre Ruanda e Tanzânia também não passou ilesa nesse processo. Depois que a Tanzânia sugeriu para Ruanda negociar com as Forças Democráticas de Liberação de Ruanda (FDLR) e acusou o país de apoiar a M23 na RDC, os laços entre os países ficaram fragilizados. A resposta vinda de Paul Kagame foi de não negociar com terroristas e sugeriu ao presidente ‘cuidar da sua própria vida’ (OJULU, 2019). Apesar dos desentendimentos anteriores, em 2015, o presidente Magufuli fez a sua primeira visita oficial a Ruanda, com o intuito de estreitar mais as relações (MUVUNYI, 2016). Também no sentido de aproximação, em 2020, Ruanda e Tanzânia buscaram fortalecer os laços bilaterais econômicos, analisando as barreiras comerciais entre eles (MSIKULA, 2020).

A sua interação com os vizinhos mostra a linha tênue entre assuntos que são de competência de todos e assuntos internos que não competem a eles intervirem. Como disse

Kagame, “Ruanda é um bom amigo para aqueles que nos ajudam, mas os adversários não devem subestimar a força formidável que nos tornamos como resultado de nossas circunstâncias” (OJULU, 2019, s/p)¹³¹. Apesar de uma linha dura em termos de limites das relações bilaterais, Ruanda precisa economicamente dos seus vizinhos por ser um país sem saída para o mar, sendo crucial sua integração em mercados sub-regionais em cooperação com seus parceiros. A partir disso, essa dependência ressalta a importância de soluções regionais para os desafios de desenvolvimento do país, o que será visto nas subseções a seguir (AFRICAN DEVELOPMENT BANK, 2011).

3.2.2 Ruanda e sua participação em blocos regionais

Como um dos pilares da *Vision 2020*, a integração regional é um tema relevante para o desenvolvimento do país. O interesse nacional na região também se expressa em seu engajamento em estabelecer uma imagem de país pacífico, livre de conflitos internos, mantenedor de relações exteriores com países centrais e com países periféricos, incluindo seus vizinhos. A seguir, serão descritas as iniciativas de integração regional nas quais Ruanda participa.

3.2.2.1 União Africana (UA)

Com entrada na União Africana em 1963 (depois de sua independência), nota-se um maior protagonismo de Ruanda a partir da participação de Paul Kagame como Presidente da instituição, em janeiro de 2018. Sua principal promessa foi ações nas áreas de integração continental e comércio, que foram traduzidas na Área de Livre Comércio da África Continental (AfCFTA) e nas propostas de reformas institucionais.

Meses depois de assumir a presidência da instituição, foi organizada uma reunião para discutir a AfCFTA, em 2018, em que, atualmente, 54 dos 55 países-membros¹³² assinaram o acordo. A AfCFTA representa a maior área de livre comércio do mundo, criando esperança para o desenvolvimento de laços mais próximos entre os Estados africanos, aumentando o fluxo de comércio e industrialização, além de criar postos de trabalho (KUWONU, 2021; TURIANSKYI, 2019).

¹³¹ “Rwanda is a very good friend to those who befriend us but adversaries should not underestimate what a formidable force we have become as a result of our circumstances” (OJULU, 2019, s/p).

¹³² Dos países membros da União Africana, a Nigéria não assinou.

No que tange às reformas institucionais, Paul Kagame tinha sido convidado a participar das reformas da instituição antes mesmo da sua presidência, apresentando algumas propostas na Cimeira de 2016, por meio do documento intitulado ‘O imperativo para fortalecer a nossa união: relatório sobre as recomendações propostas para a reforma institucional da União Africana’, ou mais conhecido como Relatório de Kagame¹³³.

Já na presidência da União Africana, a Cimeira Extraordinária de novembro de 2018 teve como objetivo apresentar as propostas de reformas, pensando na autossuficiência e efetividade. Ilustrando a dependência de fundos externos, mais da metade do orçamento da União Africana vem de doadores estrangeiros, bem como 97% dos projetos são financiados por doadores (AFRICA NEWS WITH AGENCIES, 2018; SHABAN, 2019).

A despeito dos desafios remanescentes diante do trabalho desenvolvido em 2018 como presidente da União Africana, Kagame foi capa da revista Forbes e ganhou o prêmio de Africano do Ano, da *All Africa Business Leaders Awards* (TURIANSKYI, 2019). Além disso, em 2020, Kagame foi eleito por unanimidade para ser o presidente da Agência de Desenvolvimento da União Africana-Nova Parceria para Desenvolvimento da África (AUDA-NEPAD), a qual cuida da Agenda África 2063 da União Africana. Em um mandato de 2 anos (2020-2022), Kagame vai liderar a agência no intuito de chegar às sete aspirações, que incluem:

Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável; continente politicamente integrado nos ideais do pan-africanismo e renascimento da África; governança, democracia, respeito pelos direitos humanos e Estado de direito; seguro pacífico; forte identidade cultural, confiança em um potencial africano; impulsionar a África como um parceiro global forte e influente (SABIITI, 2020, s/p)¹³⁴.

Com o slogan ‘A África que queremos’, a *African Union Agenda 2063* tem como objetivo transformar a África em uma potência global, baseada nos pilares pan-africanistas e de renascença africana. Adotada em 2015, o foco da União Africana, que no passado, com a roupagem da OUA, foi combater o Apartheid e assegurar as independências políticas dos países africanos, atualmente direciona-se para o “[...] desenvolvimento social e econômico inclusivo, integração continental e regional, governança democrática e paz e segurança, entre outras questões destinadas a reposicionar a África para se tornar um ator dominante na arena

133 ‘Kagame Report’, em inglês.

134 “A prosperous Africa based on inclusive growth and sustainable development; politically integrated continent on ideals of Pan-Africanism and Africa renaissance; governance, democracy, respect of human rights and rule of the law; peaceful secure; strong cultural identity, reliance on an African potential; drive Africa as a strong and influential global partner” (SABIITI, 2020, s/p).

global” (UNIÃO AFRICANA, s/a, s/p)¹³⁵. Nesse sentido, Ruanda alinha sua *Vision 2050* também com a Agenda da União Africana.

3.2.2.2 Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (ICGLR)

Um outro âmbito de atuação de Ruanda é a Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (ICGLR), organização estabelecida sob o entendimento de que a instabilidade política e conflitos em países dos Grandes Lagos têm uma dimensão regional, sendo requerido um esforço por parte destes para a promoção da paz sustentável e desenvolvimento (INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE GREAT LAKES REGION, s/a). Enfatizando,

Entre os conflitos que tiveram impactos ou origens transfronteiriços, os mais notáveis são o genocídio ruandês de 1994, que levou à perda de mais de 800.000 vidas e à instabilidade política na RDC. Esses conflitos constituíram uma grande ameaça à paz e segurança internacionais. [...]. Sua história fundadora começou em 2000, quando o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como declarado em suas resoluções 1291 e 1304, convocou uma Conferência Internacional sobre paz, segurança, democracia e desenvolvimento na região dos Grandes Lagos. Mais tarde, naquele mesmo ano, o Secretariado da Conferência Internacional foi estabelecido em Nairóbi, no Quênia, sob a égide das Nações Unidas e da União Africana (INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE GREAT LAKES REGION, s/a, s/p).¹³⁶

A organização é composta, além de Ruanda, por Angola, Burundi, República Centro Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, Quênia, Uganda, República do Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Zâmbia. As principais áreas de trabalho são: 1) segurança e paz, 2) democracia e boa governança, 3) desenvolvimento econômico e integração regional, e 4) questões humanitárias e sociais. Além das áreas principais, há áreas transversais abordadas pela Conferência, como a questão de gênero, meio ambiente, direitos humanos, etc (INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE GREAT LAKES REGION, s/a).

¹³⁵ “[...] inclusive social and economic development, continental and regional integration, democratic governance and peace and security amongst other issues aimed at repositioning Africa to becoming a dominant player in the global arena” (UNIÃO AFRICANA, s/a, s/p).

¹³⁶ “Most notable among the conflicts that have had cross-border impacts or origins are the 1994 Rwandan genocide that led to the loss of more than 800,000 lives, and the political instability in DRC. These conflicts constituted a major threat to international peace and security. [...] Its founding history began in 2000 when the United Nations Security Council, as stated in its resolutions 1291 and 1304, called for an International Conference on peace, security, democracy and development in the Great Lakes region. Later that year, the Secretariat of the International Conference was established in Nairobi, Kenya, under the umbrella of the United Nations and the African Union” (INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE GREAT LAKES REGION, s/a, s/p).

Em relação à Ruanda, houve um sentimento de descontentamento sobre as ações de prevenção de conflito por parte do bloco, gerando especulação de retirada do país em 2018. Para Kagame, a instituição não estava atuando de forma precisa na captura de fugitivos genocidas (MUGISHA, 2018). Como a guerra civil de 1994 em Ruanda irradiou para os países da região, é considerada importante uma estratégia nesse sentido, diminuindo possibilidades para que uma nova guerra aconteça futuramente.

Em 2020, Paul Kagame utilizou a plataforma para ressaltar que a “paz é uma pré-condição para desenvolvimento e prosperidade”, renovando os votos de que, por esta instituição, os países da região não deem refúgio para genocidas e que combatam grupos armados (BIZIMUNGU, 2020, s/p). Sendo assim, a ICGLR é vista como uma porta com um potencial considerável para o desenvolvimento de estratégias de integração regional, mas ainda sim precisa ser desenvolvida em termos de notoriedade e participação dos seus membros.

3.2.2.3 Comunidade do Leste Africano (EAC)

A EAC foi criada em 1967 e dissolvida em 1977; com o Tratado para o Estabelecimento da Comunidade do Leste Africano¹³⁷. Reativada por Quênia, Tanzânia e Uganda, em 1999, com Ruanda e Burundi entrando em 2007 e o Sudão do Sul em 2016. O território conjunto da EAC abarca 50 milhões de cidadãos, os quais 22% encontram-se na zona urbana e uma área de 1.82 milhões de km².

Em termos de integração regional, o objetivo da EAC é estabelecer uma união aduaneira, um Mercado comum, progredindo para união monetária até finalmente estabelecer uma federação política de Estados do Leste Africano (UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, s/a1). Sendo assim, a união aduaneira foi o primeiro passo, funcionando em 2010; o segundo passo foi o mercado comum, que também entrou em vigor em 2010; o próximo passo, previsto para 2023, envolve a criação de uma moeda única (HIMBARA, 2020). Em termos de dados, Ruanda aumentou em oito vezes o comércio com seus parceiros entre 2001 e 2014.

Além desses aspectos, Ruanda introduziu o *kiswahili* como sua quarta língua oficial, de acordo com as demandas da EAC. Além de cumprir com as demandas do bloco e apesar de a língua não ser falada historicamente em Ruanda, introduzir o *kiswahili* no país oficialmente foi uma oportunidade de intensificação das trocas comerciais a partir da integração regional

137 ‘Treaty for the Establishment of the East African Community’, em inglês.

(BISHUMBA, 2017). Fica o questionamento em aberto saber se introduzir o idioma foi um fator de aumento direto nas trocas comerciais ou foi mais um fator de impacto simbólico, ou seja, de integração de comunidades falantes do idioma.

Com o objetivo de medir a performance de Ruanda na EAC, o *Africa Regional Integration Index* trabalha com alguns indicadores, como o movimento livre de pessoas, a integração comercial, a integração produtiva e a infraestrutura. No que tange ao primeiro, Ruanda tem uma pontuação alta, junto ao Quênia, habilitando nacionais de outros países africanos a entrarem no país sem visto ou com a permissão de visto na chegada; além disso, ratificou todos os acordos relevantes nessa temática no âmbito da EAC (AFRICA REGIONAL INTEGRATION INDEX, s/a).

Já no âmbito de integração comercial, Ruanda tem um desempenho moderado, ocupando a quarta posição na EAC (Quênia em primeiro lugar). Sobre a integração produtiva, Ruanda encaixa-se em grupos de países de nível médio em termos de integração nas cadeias de valor regionais, estando em quarto lugar. Também em quarto lugar, Ruanda aparece como moderado em termos de integração infraestrutural. Em resumo, “[...] globalmente, Ruanda parece ter um forte desempenho nas dimensões de livre circulação de pessoas e integração financeira e convergência das políticas macroeconômicas, tendo um desempenho mais moderado na integração comercial, integração produtiva e infraestrutura” (AFRICA REGIONAL INTEGRATION INDEX, s/a, s/p)¹³⁸.

Para Campioni e Noack (2012), a entrada de Ruanda na EAC foi um passo premeditado, sendo um movimento importante para o país ter a oportunidade de acessar um mercado em melhores condições econômicas; também proporciona o acesso a profissionais qualificados para ensinar inglês dado o trânsito de pessoas, por exemplo. Nessa lógica, Paul Kagame foi eleito o presidente da EAC em 2019, sucedendo ao Presidente de Uganda, Yoweri Museveni.

Como perspectiva para o bloco, em 2016 foi lançada a *EAC's Vision 2050*, com o objetivo de pensar em um futuro em termos de competitividade, segurança e união. Além disso, tem-se uma projeção de que os países envolvidos alcancem o status de renda média alta, “[...] dentro de uma África Oriental segura e politicamente unida com base nos princípios

138 “Overall, Rwanda appears to perform strongly in the dimensions of free movement of persons and financial integration and macroeconomic policy convergence while performing more moderately in trade integration, productive integration and infrastructure” (AFRICA REGIONAL INTEGRATION INDEX, s/a, s/p).

de inclusão e responsabilidade” (KARUHANGA, 2016, s/p)¹³⁹. A *EAC Vision 2050* dialoga com a *African Union Agenda 2063*.

Mesmo com a destacada importância para Ruanda, a EAC passa por problemas de relações entre os seus membros:

Em 2019, o relacionamento de Ruanda e Uganda quase atingiu o fundo do poço, com os dois governos envolvidos em atos de violência econômica e política. Por seu lado, o envolvimento do Burundi com os seus parceiros regionais foi bastante abafado desde uma tentativa de golpe contra o recentemente falecido Presidente Pierre Nkurunziza em 2015. Da mesma forma, a instabilidade política no Sudão do Sul significou que o seu governo não foi capaz de se envolver efetivamente com os assuntos da EAC. E as tensões comerciais entre o Quênia e a Tanzânia costumam aumentar intermitentemente (O'REILLY; VAUGHAN, 2020, s/p)¹⁴⁰.

À guisa de críticas, para Himbara (2020), a EAC é um fiasco por uma série de questões: 1) as fronteiras entre Ruanda e Uganda estão fechadas desde fevereiro de 2019, além das fronteiras entre Ruanda e Burundi; 2) o açúcar, o milho e a madeira de Uganda foram bloqueados pela Tanzânia; 3) o Quênia está reticente aos produtos manufaturados de Uganda, especialmente o leite; 4) como retaliação, a Tanzânia bloqueou as linhas aéreas do Quênia por conta do bloqueio de caminhões tanzanianos de entrar no Quênia, por conta da COVID-19.

Ponto de crítica recente contundente, a forma como o bloco lidou com a COVID-19 de maneira regional é um aspecto que Himbara (2020) ressalta, não havendo uma resposta coordenada até agosto de 2020. Para a contenção do vírus, o fechamento das fronteiras para a movimentação de bens foi feito de forma unilateral, não considerando as interdependências econômicas, especialmente de países que não tem saída para o mar. Estes países são dependentes do escoamento dos bens nos portos de Mombasa, no Quênia, e de Dar es Salaam, na Tanzânia. Essas questões deixaram transparecer as tensões já existentes na região (O'REILLY; VAUGHAN, 2020).

Com os aspectos expostos, é possível inferir que, por mais que a EAC esteja como um ponto estratégico para Ruanda, sendo um ambiente com um potencial e possibilidades de estabelecimento de união federativa, a concretização disso parece apresentar muitos

139 “[...] within a secure and politically united east Africa based on the principles of inclusiveness and accountability” (KARUHANGA, 2016, s/p).

140 “In 2019, Rwanda and Uganda’s relationship nearly hit rock bottom, with both governments engaging in economic and political brinkmanship. For its part, Burundi’s engagement with its regional partners has been quite muted since an attempted coup against recently deceased President Pierre Nkurunziza in 2015. Similarly, political instability in South Sudan has meant that its government has not been able to engage effectively with EAC affairs. And trade tensions between Kenya and Tanzania have been known to flare up intermittently” (O'REILLY; VAUGHAN, 2020, s/p).

problemas e desafios. Sendo assim, existe um gap importante entre declaração de objetivos e desenho de estratégias institucionais e a materialização destes elementos.

3.2.2.4 Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)

O Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) foi criado em 1994 no lugar da Área de Comércio Preferencial, estabelecida em 1981. Em 1993, esta se tornou um Mercado Comum, com a assinatura do tratado que estabelecia a atual COMESA. O bloco abrange 21 países-membros, os quais muitos estão concomitantemente em outros processos de integração, como Ruanda, existindo uma competição entre esses processos. Com o avanço de iniciativas como a SADC, a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a EAC, a COMESA está se enfraquecendo, levando os países a olharem mais para os blocos de integração de suas respectivas regiões (VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRÁFRICA, 2018).

O grande foco da COMESA é proporcionar um grande mercado a partir da união comercial e econômica. Existe pouca disponibilidade de materiais que apontem informações sobre a participação de Ruanda neste bloco, tanto nos principais veículos de comunicação, como no *The New Times Rwanda*, quanto em sites governamentais. O que é observado é a possível contraposição entre as iniciativas regionais, como a SADC, IGAD e a própria EAC, vendo uma alternativa marginalizada contemporaneamente.

3.2.2.5 Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS)

Como outro destaque na Comunidade Econômica Africana, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS) foi formada a partir da decisão dos países da União dos Estados da África Central (UDEAC) de expandir o bloco, estabelecendo assim a ECCAS em 1983. A comunidade é formada por 11 membros¹⁴¹, sendo que Ruanda saiu da comunidade em 2007 (focando sua participação na EAC) e voltou em 2015¹⁴² (UNITED NATION ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA, s/a2).

¹⁴¹ Angola, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

¹⁴² Para o Ministro das Relações Exteriores, Vincent Biruta, Ruanda saiu do bloco de acordo com as circunstâncias de 2007; alinhando-se aos interesses da diplomacia atual, é vista como uma boa oportunidade para reintegrar o bloco (NTIRENGANYA, 2020). Além disso, há uma variação no ano da nova entrada de Ruanda na organização. Algumas fontes afirmam que seria em 2015, outras em 2016. Optamos pela entrada oficial em 2015, de acordo com o Governo de Ruanda.

A participação de Ruanda no bloco proporciona novos destinos para a *RwandAir* e a possibilidade de aprofundar as relações bilaterais com os Estados do bloco, além de expandir o mercado para os produtos feitos no país (NTIRENGANYA, 2020). Com o processo de reconstrução do país em andamento, o bloco possibilita alçar o país a uma posição estratégica para ser o elo entre diversas comunidades econômicas regionais, seja a parte central ou a parte oriental (TIMES REPORTER, 2015). Fala-se de uma possibilidade e não de uma efetividade por ainda precisar de um afastamento histórico, já que o país retornou em 2015.

3.2.2.6 Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (ECGLC)

A Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (ECGLC) é uma sub-organização composta por Ruanda, pela RDC e Burundi, visando uma maior cooperação e integração regional. A Comunidade foi criada em 1976, a partir da Convenção de Gisenyi, considerando as conexões históricas, culturais e geográficas, além dos problemas enfrentados conjuntamente, visando a paz e o progresso da região (RWANDA; BURUNDI; ZAIRE, 1976). Além disso, a Convenção traz outros objetivos, como:

1. Garantir, antes de mais nada, a segurança dos Estados e de seu povo de tal maneira que nada perturba a paz e a ordem ao longo de suas respectivas fronteiras;
2. Elaborar, planejar e estimular a organização e o desenvolvimento das atividades de interesse comum;
3. Promover e intensificar o comércio e a circulação de pessoas e mercadorias;
4. Cooperar estreitamente nas áreas social, econômica, comercial, científica, cultural, campos políticos, militares, financeiros, técnicos e turísticos, e mais particularmente nas questões jurídicas, aduaneiras, de saúde pública, energia, transportes e telecomunicações (RWANDA; BURUNDI; ZAIRE, 1976, p. 51)¹⁴³.

Além disso, a convenção prevê outros órgãos para o funcionamento da Comunidade, como o Secretariado, a Conferência de Chefes de Estado, a Comissão de Arbitragem e o Conselho de Ministros e Comissário de Estado (RWANDA; BURUNDI; ZAIRE, 1976). Apesar de ser citada por outras organizações, como as Nações Unidas, não há muitas informações no desenvolvimento de atividades da instituição, nem mesmo o protagonismo ou não de Ruanda nesta seara. Nesse sentido, registra-se a limitação da possibilidade da análise no que tange esta iniciativa como veículo de atuação ou de inserção regional do país. Logo, a

143 “1. To ensure, first and foremost, the security of the States and their people in such a way that nothing disturbs peace and order along their respective frontiers; 2. To devise, plan and encourage the organization and development of activities of common interest; 3. To promote and intensify trade and the movement of persons and goods; 4. To co-operate closely in the social, economic, commercial, scientific, cultural, political, military, financial, technical and tourist fields, and more particularly in legal, customs, public health, energy, transport and telecommunications matters” (RWANDA; BURUNDI; ZAIRE, 1976, p. 51).

inclusão da ECGLC neste trabalho se deu mais como um reconhecimento de sua existência do que um elemento de análise definitivo.

3.2.3 Participação de Ruanda no contexto internacional

A interação de Ruanda com o cenário internacional iniciou-se tradicionalmente com seus antigos laços coloniais, como a Bélgica; após a guerra civil de 1994, Ruanda buscou diversificar suas relações com Estados com os quais o país tinha pouco contato (BELOFF, 2020). Ruanda mira o cenário internacional para expandir suas possibilidades de comércio e investimentos, além de atrair de pessoas para alavancar o turismo, uma de suas principais fontes de receita. Tais intenções se traduzem nas ambições do Estado ruandês de influenciar globalmente, como será visto no capítulo 4.

Enquanto alguns acadêmicos resumem a narrativa apenas no ‘cartão de culpa’ (*guilt card*) que Ruanda usa para desenvolver sua política externa, Beloff (2020) explora os princípios que direcionam a percepção da elite ruandesa na formulação e implementação da política externa, sendo eles o abandono¹⁴⁴ pela comunidade internacional levando a uma busca por maior autonomia e autossuficiência em caráter doméstico, mais bem destacadas pelo *agaciro* (dignidade nacional)¹⁴⁵ e, por fim, o estabelecimento da segurança humana ruandesa¹⁴⁶, delineando que para além da reparação da culpa, existem outros princípios norteadores para reparação que se baseiam na reconstrução social.

Ou seja, a partir desses princípios, são formuladas estratégias baseadas nos interesses de diminuir a dependência externa, promover a segurança interna e a diplomacia comercial e econômica. Desta forma, a participação de Ruanda nos contextos regional e internacional é direcionada por pilares presentes no discurso da elite ruandesa, estando em consoantes com o objetivo de crescimento como gerador de desenvolvimento nacional (BELOFF, 2020). A seguir, serão ilustradas algumas organizações que Ruanda participa, como a Organização Internacional da Francofonia (OIF) e a Commonwealth, e suas relações bilaterais no sistema internacional.

144 O abandono está relacionado com a situação que os ruandeses vivenciaram com a guerra civil de 1994, que culminou no genocídio, o qual não obteve uma assistência efetiva da comunidade internacional. Isso leva a elite a pensar estrategicamente em como não depender futuramente da comunidade internacional para não haver mais um abandono (BELOFF, 2020).

145 Seria a promoção da autossuficiência, transbordando para a área política, econômica e social. No contexto da pesquisa de Beloff (2020) também é percebida como uma questão de atingir o desenvolvimento por vias nacionais, não por ajuda externa.

146 Uma forma de lidar com a questão do abandono, promovendo segurança para os ruandeses (BELOFF, 2020).

3.2.3.1 Organização Internacional da Francofonia (OIF)

A Organização Internacional da Francofonia (OIF) é uma instituição que congrega países que falam francês ou que tem a língua em uma posição privilegiada. A Organização possui 88 Estados e governos, com a adesão de Ruanda como Estado-membro em 1970, ano da fundação. A relação entre Ruanda e a França pós-guerra civil tem sido turbulenta, especialmente por acusação de ambas as partes sobre o ocorrido na guerra. Mesmo Ruanda abrindo espaço para a comunidade anglófona, o país seguiu na comunidade francófona, numa tentativa de expandir o seu raio de atuação nas relações internacionais.

No mesmo período de protagonismo ruandês no continente africano, Ruanda lançou a candidatura da Ministra de Relações Exteriores Louise Mushikiwabo para ser a secretária-geral da OIF, sendo bem recebida pelo presidente da França, Emmanuel Macron. Essa seria a possibilidade da França expandir sua influência, por meio do francês, ao continente africano – a política do *françafrique* - por meio de uma representação africana; além disso, seria uma forma também de ter relações amigáveis com Ruanda, já que foram deterioradas com a questão do genocídio.

Com o apoio da França e de outros países africanos, em 2018, Louise Mushikiwabo é escolhida como secretária geral por 4 anos. Um dos projetos atuais do mandato de Mushikiwabo é desenvolvido na área de educação, com o intuito de aumentar o uso do francês nos países francófonos; o objetivo é levar 100 professores para Ruanda no período de 2 anos (MUGISHA, 2020). Em termos de intenções, a participação na OIF e o referido projeto agregam possibilidades de restauração das relações entre Ruanda e França, porém, para fins de análise, seria necessário um maior afastamento temporal para que conclusões mais precisas possam ser realizadas em torno desta iniciativa em específico.

3.2.3.2 Comunidade Britânica (Commonwealth)

Apesar dos referidos laços francófonos, em 2009, Ruanda tornou-se um país-membro da Commonwealth Britânica, em consonância com a mudança do inglês para um dos idiomas nacionais, ou seja, utilizado nas escolas dos níveis primário ao terciário, além de servidores públicos e oficiais governamentais (CAMPIONI; NOACK, 2012; KAYINAMURA, 2009). Esse posicionamento faz parte da estratégia política de aproximação dos países anglófonos.

Ruanda é um dos dois países¹⁴⁷ que não tiveram relações históricas com o Reino Unido, porém, se tornou o 54º país-membro da referida comunidade. Grande parte dos membros são pequenos países¹⁴⁸, que enfrentam condições de vulnerabilidade, seja em questão de desenvolvimento ou de mudanças climáticas, por exemplo (THE COMMONWEALTH, s/a).

Vale ressaltar que Ruanda apresentou interesse em participar da Commonwealth desde 1996, mas começou o flerte com o bloco em 2003, considerando que os laços históricos, culturais e comerciais com os países dessa instituição precisariam de um tipo de cooperação mais forte e formal. Nesse sentido, Kayinamura (2009) ressaltou que a participação de Ruanda como um Estado-membro poderia ser de grande valia para compartilhar o processo de reconstrução com outros países.

Com a entrada na instituição, Ruanda se beneficia principalmente nas áreas de comércio e investimento; além disso, a plataforma dá apoio aos países pequenos em financiamento, tendo uma voz no cenário internacional, dentre outros aspectos (VOA NEWS, 2010; THE COMMONWEALTH, s/a). Dentro do cenário de participação ativa de Ruanda nos organismos internacionais, o Encontro de Chefes de Governo da Commonwealth (CHOGM), que acontece a cada dois anos, aconteceria em Kigali, em 2020, sendo postergado para 2021 por conta da COVID-19.

3.2.3.3 Relações bilaterais

O intercâmbio mais intenso entre Ruanda e os parceiros estrangeiros de maneira unilateral se dá na área econômica. Considerando que o país segue no seu processo de reconstrução, as parcerias entre os países são estabelecidas desde a área de infraestrutura até a área de saúde (VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRÁFRICA, 2018). Apesar da sua dependência de ajuda externa, Ruanda prioriza o respeito a sua soberania e ressalta a não-intervenção por parte dos Estados (especialmente do Norte) em questões domésticas, sendo a governança global um dos seus princípios.

Em relação a sua ex-metrópole, Bélgica, Ruanda mantém relações amigáveis, de caráter essencialmente econômico, principalmente nas áreas de saúde e energia. Existe uma porcentagem significativa de ruandeses vivendo na Bélgica, especialmente após a guerra civil (VISENTINI; EQUIPE NERINT/CEBRÁFRICA, 2018). Além de importar muitos produtos ruandeses (como o café), a Bélgica, por meio da Agência Belga de Desenvolvimento (BTC),

147 Moçambique é o outro país membro.

148 32 dos 42 países pequenos são membros da Commonwealth (THE COMMONWEALTH, s/a).

coopera na área de descentralização, com alguns projetos envolvendo a Associação de Autoridades Governamentais Locais de Ruanda (RALGA) (ANDRADE, 2016). Em 2015, Ruanda e Bélgica se encontraram para estabelecer uma relação mais madura, agregando pontos relativos ao desenvolvimento do comércio e investimento mútuo (MUSONI, 2015).

Resgatando a relação com a França pós-guerra civil, esta é marcada por acusações de ambos os lados. De um lado, um juiz francês indicou o envolvimento de Kagame na morte de Habyarimana, em 2006; por outro lado, Ruanda culpa a França por apoiar o governo vigente durante a guerra civil e não prender os envolvidos. A França enviou armas e treinou as forças hutus da *Interahamwe* (BELOFF, 2018; VOA NEWS, 2010), por exemplo. Em um cenário de acusações, em 2006, Ruanda rompeu as relações diplomáticas com a França, só retornando em 2009 (TERRA, 2009). Mais recentemente, observa-se uma oportunidade de maior reconciliação entre os países com a entrada de Mushikiwabo como Secretária Geral da OIF, em 2018, sinalizando possíveis mudanças. Houve um aumento no comércio entre os países, sendo a França o terceiro fornecedor de produtos para Ruanda, enquanto este exporta produtos agrícolas (FRANCE DIPLOMACY, 2019).

Recuperando algumas questões apontadas no capítulo 2, os Estados Unidos (EUA), apresentou uma política de desengajamento para a África, atuando com indiferença no caso ruandês, com a intenção de não intervir no conflito. Com isso, bloqueou o CSNU de atuar mais ativamente na guerra civil. Como Beloff (2017, s/p) expôs, “[...] a ajuda externa não cobriu crises humanitárias quando os Estados africanos caíram no caos por causa de guerras, massacres e genocídio”¹⁴⁹. No pós-guerra civil, no entanto, observa-se uma aproximação do governo norte-americano, especialmente com o objetivo de exercer, de alguma forma, sua influência na região dos Grandes Lagos.

As relações EUA-Ruanda se dão majoritariamente nas áreas de saúde e economia, focando na zona rural. Além disso, o apoio norte-americano vai na direção da integração regional, proporcionando oportunidades de emprego, negócios, e empreendedorismo. Enquanto os interesses norte-americanos tem sido com produtos como o café, chá e energia, os mesmos exportam para Ruanda produtos agrícolas, maquinaria, instrumentos médicos (THE EMBASSY OF RWANDA WASHINGTON DC. USA, s/a). Com a nova administração de Biden no poder, o ministro das Relações Exteriores de Ruanda, Vincent Biruta, prevê a renovação dos laços existentes com o país, especialmente na área de cooperação econômica (MUTANGANSHURO, 2021).

149 “[...] foreign aid did not cover humanitarian crises when African states fell into chaos because of wars, massacres and genocide” (BELOFF, 2017, s/p).

A China mantém relações amigáveis com Ruanda e de intercâmbio nas áreas política, econômica, além de bolsas de estudo na China para ruandeses e médicos residindo em Ruanda. Entre 2017 e 2018, os presidentes de Ruanda e da China fizeram visitas aos respectivos países, marcando a primeira visita de um presidente chinês em solo ruandês (EMBASSY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN THE REPUBLIC OF RWANDA, 2020). Em uma entrevista, o presidente Kagame explicitou a importância das relações bilaterais entre os países no desenvolvimento de infraestrutura, de setores como a educação, saúde e agricultura (TIANRAN; GAIPING, 2019).

Dada a referida participação da Commonwealth convém destacar que Ruanda possui interações amigáveis com o Reino Unido, sendo este último um dos maiores investidores do setor de chá ruandês. Cerca de 150 empresas britânicas registradas em solo ruandês, além da exportação britânica ser baseada principalmente em maquinaria e produtos farmacêuticos. Além desses aspectos, o apoio britânico a Ruanda perpassa tanto o âmbito acadêmico (com bolsas escolares), como apoio a programas de inclusão financeira e aumento do clima de negócios (GOV.UK, 2015). A partir do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), os projetos são financiados em termos de crescimento econômico e transformação. Além da Cimeira de Investimento Reino Unido-África, realizada em 2020, a Reunião de Chefes de Governo da Commonwealth (CHOGM), que será realizada em Kigali, também será uma ótima oportunidade para intensificar os laços com o Reino Unido (LOMAS, 2020).

Mudando de região geográfica, as relações com o Brasil têm sido pontuais, mas recentemente são observadas algumas aproximações mais intensas nas áreas de agricultura, tecnologia e aviação. Em 2011, Ruanda e Brasil entraram em um acordo a partir da assinatura de um Memorando de Entendimento nas áreas de agricultura e segurança alimentar, com o objetivo de promover a agricultura e diminuir a fome nos dois países. O Memorando teve como objetivo promover a cooperação técnica Sul-Sul, a transferência de conhecimento e a criação de capacidades locais (*capacity building*) (TIMES REPORTER, 2011). Em 2017, foi assinado um Memorando de Entendimento na área de Aviação, mas que não foi adiante (THE EXPRESS NEWS, s/a). Em 2019, foi retomado o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos (BASA), que possibilita a troca de experiências e treinamentos, além da expansão da aviação por meio da *RwandAir* para o Brasil. A entrada da *RwandAir* na América do Sul, especialmente no Brasil, possibilitou ao setor privado novos negócios, por exemplo (MININFRA, 2019). Inclusive mais recentemente, o Brasil doou 1650 macacões médicos no

valor de 50 mil dólares em consonância com sua política de apoio aos países africanos no combate à COVID-19 (RWANDA BIOMEDICAL CENTRE, 2020).

Com a apresentação das iniciativas nos âmbitos interno e externo, observa-se que, por meio da *Vision 2020*, Ruanda desenhou uma estratégia de atuação para a busca do seu desenvolvimento. Ter como meta ser um país de renda média em 20 anos (2000-2020) ilustra a determinação do país de se afastar do passado e, conseqüentemente, tem conduzido as iniciativas de política externa. Se, por um momento, as iniciativas internas giram em torno da coesão e desenvolvimento nacional, as iniciativas externas estão alinhadas também com a busca pelo desenvolvimento e de ser a referência quando se fala no continente africano. Enquanto que a participação em organizações regionais ajudam na manutenção da legitimidade interna ruandesa, a participação em organizações internacionais e relações bilaterais ajudam no custeio das iniciativas empreendidas pelo Estado.

Ruanda tem grandes ambições, mesmo não tendo todas as ferramentas necessárias, a curto prazo, para concretizá-las. Perceber o trabalho do Estado na penetração em diversas áreas e escalas de interação a nível externo demonstra que as políticas públicas ruandesas vão para além do cartão do genocídio que desperta a culpa na comunidade internacional, mas, ao menos no âmbito das intenções e desenhos de políticas institucionais vão ao encontro de um planejamento claro para chegar ao seu objetivo. A seguir, será apresentado com mais detalhes o modelo de reconstrução pós-guerra civil e suas implicações na busca pelo desenvolvimento.

4 RUANDA EM DIFERENTES ESFERAS: PAN-AFRICANISMO PRAGMÁTICO E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

*“Penso que se deveria colocar como postulado a fórmula seguinte: a libertação da África será pan-africana, ou não será”
(KI-ZERBO, 2006, p. 36).*

No capítulo anterior foi possível observar as iniciativas desenvolvidas por Ruanda tanto na esfera interna como na esfera externa. Isso possibilitou olhar para as diversas áreas temáticas, instituições e relações bilaterais que o Estado tem desenvolvido tanto em termos de intenções e objetivos, quanto em termos de desafios que o acompanham nestes processos. Neste capítulo, o objetivo é analisar as implicações do processo de reconstrução levando em consideração as áreas temáticas apresentadas, incluindo, entendendo suas consequências. Para isso, o trabalho se organiza em 3 seções.

A primeira seção busca trazer uma concepção do que seria o modelo de reconstrução ruandês, baseado no trabalho descritivo feito no capítulo 3. A partir disso, será possível observar as implicações da *Vision 2020* e os principais elementos que podem compor um quadro de análise do modelo ruandês. A segunda seção, por sua vez, compreende a relação de Ruanda com o continente africano, a partir dos laços pan-africanistas e segundo as tentativas de estreitamento de conexões como um bloco. Já na terceira e última seção, busca-se conceituar a inserção do país externamente, em três esferas, regional, continental e global.

O pan-africanismo pragmático possibilita entender o movimento de Ruanda em fortalecer seus laços no âmbito pan-africanista, por um lado, e aproveitar as brechas do sistema, por outro lado, preservando seus interesses unilaterais a depender das circunstâncias. De maneira adicional, ademais de finalizar a compreensão do processo de reconstrução do Estado, este capítulo agrega pontuações para ampliação de agendas de pesquisa para analisar casos análogos de Estados pós-guerra civil, sugerindo possibilidades futuras para colocar em teste tanto o conceito de pan-africanismo pragmático quanto o modelo de reconstrução estatal ruandês.

4.1 *Ikaze mu Rwanda: Um modelo de reconstrução pós-guerra civil?*¹⁵⁰

Mesmo sendo considerado um dos países mais pobres do mundo, é possível observar que em 27 anos Ruanda deu um salto em sua reconstrução. Conforme apresentado no capítulo 2, houve outros desafios além do genocídio, como enfrentamento do cenário de crise humanitária e a própria reabilitação do Estado. Entendidas essas dificuldades, pode-se estabelecer um cenário sobre o que tem sido o processo de reconstrução e como, de fato, este processo trouxe resultados para a construção da unidade nacional, mesmo com aspectos críticos, como a questão da liberdade de expressão e violações de direitos humanos, já mencionadas anteriormente e recuperadas a seguir.

Antes de delinear com mais precisão um modelo de reconstrução ruandês, é necessário retornar à *Vision 2020*, política norteadora das iniciativas do Estado para o desenvolvimento nacional até então. Até o momento da presente pesquisa, não foram encontrados relatórios oficiais que analisassem os resultados da implementação efetiva da política e suas iniciativas, apenas sendo observada a proposição de uma nova política em caráter de atualização: a *Vision 2050*. Não obstante, Ansoms e Rostagno (2012) fizeram um acompanhamento da implementação da *Vision 2020* desde sua etapa inicial. Até o momento de sua publicação de seu trabalho, em 2012, o cenário descrito pelos autores era favorável quanto ao desenvolvimento da política.

Segundo os autores, a estabilidade macroeconômica estava em um caminho favorável, os Objetivos de Desenvolvimento eram positivos nas áreas da saúde e de educação, além de quedas nas taxas de pobreza serem observadas. Por outro lado, coexistia com este cenário favorável a concentração do crescimento econômico nas mãos das elites, deixando parte da população, como os agricultores, à margem desses ganhos (ANSOMS; ROSTAGNO, 2012). Nesse sentido, a despeito do tom de otimismo inicial em torno da estabilidade macroeconômica, o objetivo principal da *Vision 2020*, de ser um país de renda média, não foi cumprido: o país ainda segue como menos desenvolvido.

A tendência do processo de reconstrução gira em torno da busca pelo desenvolvimento e autossuficiência, a partir de uma sociedade industrializada, baseada no conhecimento, acesso à tecnologia e orientada para o mercado. Ao longo destes últimos 27 anos, é possível observar dois perfis de iniciativas para a reabilitação e reconstrução: 1) com uma coalizão multipartidária, associada ao Acordo de Arusha mais alinhada à comunidade internacional; 2) com uma visão partindo do cenário doméstico, sendo instrumentalizada pela *Vision 2020*. A

¹⁵⁰ *Ikaze mu Rwanda* significa, assim como o título da tese, ‘bem-vindo a Ruanda’.

coalizão multipartidária, alinhada aos interesses do Norte, possibilitou o fluxo de ajuda externa para o país, além da legitimidade do governo; estima-se que a *Vision 2050* possa sinalizar um novo perfil no processo de reconstrução, inclusive. No entanto, para fins de recorte e com base na literatura indicada anteriormente, este trabalho considerou esta política como uma continuação remodelada da *Vision 2020*.

O quadro 10, a seguir, mostra alguns dos aspectos principais do modelo de reconstrução pós-guerra civil de Ruanda, resumindo as informações analisadas ao longo dos capítulos anteriores em pontos-chave para a atuação do Estado tanto internamente como externamente.

Quadro 10: Modelo de reconstrução pós-guerra civil de 1994

Modelo de Reconstrução	
Perfis de reconstrução	1) alinhado ao Acordo de Arusha 2) orientado por uma visão doméstica
Soberania da FPR	Por meio da guerra e do reconhecimento do cenário internacional
Integração regional e internacional	Pan-africanismo pragmático
Orientação do modelo de reconstrução	<ul style="list-style-type: none"> ● desenvolvimento por indústrias ● unidade nacional por diferentes áreas de trabalho
Principais beneficiados	Elites ruandesas
Zona priorizada	Zona urbana (especialmente Kigali)
Reconciliação e Justiça	Tribunais de Gacaca
Críticas positivas	Mulheres na política, cidade verde, <i>accountability</i>
Críticas negativas	Autoritarismo, violações de direitos humanos, perseguições

Fonte: Autora (2021).

Observando as informações recuperadas pelo quadro anterior, há uma busca pela afirmação da soberania da FPR interna e regionalmente por meio de guerras, em que, inicialmente, tinha como objetivo capturar grupos de *génocidaires*, mas posteriormente agregou a extração de riquezas da RDC. Ao mesmo tempo, a FPR buscou equilibrar a sua atuação na RDC e o recebimento da ajuda externa, sendo inaceitável para os doadores a continuação de Ruanda no território vizinho. A busca pela legitimidade diante da comunidade internacional veio, em um primeiro momento, pelo cumprimento parcial do Acordo de

Arusha, além dos resultados atrativos das iniciativas de reconstrução empreendidas pelo país, apresentados no capítulo 3.

A inserção de Ruanda no cenário regional e internacional é observada como um movimento de afirmação da integração entre os países africanos juntamente com um pragmatismo de instrumentalizar sua posição no cenário internacional, como um bloco, para ter maior barganha. Esse movimento é conceituado como pan-africanismo pragmático, que será desenvolvido no decorrer deste capítulo. A inserção de Ruanda a partir de um pan-africanismo pragmático é orientada pelos interesses nacionais de desenvolvimento e unidade. Na composição do desenvolvimento nacional há contribuição externa, seja por meio de uma percepção inovadora a respeito da população que retornou ao país pós-diáspora, bem como os laços com países que repassam ajuda externa (com ou sem condicionalidades). No entanto, é importante ressaltar que o desenvolvimento, em termos gerais, não acontece unicamente via esfera exterior, sendo também um processo endógeno: “se ele se desenvolve, é porque extrai de si mesmo os elementos do seu próprio desenvolvimento” (KI-ZERBO, 2006, p. 149).

Enquanto estratégia de inserção possível de se observar a partir do teor declaratório das políticas empreendidas pelo Estado ruandês, o pan-africanismo pragmático consiste em uma categorização possível para explicar o comportamento do país, especialmente tendo em vista as relações com o cenário regional e internacional. Contudo, no âmbito da materialização, justamente pelo Estado apresentar diversos desafios internos e regionais em sua busca pelo desenvolvimento ora autônomo e autossuficiente, ora ancorado no regionalismo, limites importantes surgem, tornando esta categorização mais expressiva em termos explicativos em relação ao potencial e as intenções propostas por Ruanda do que à luz da realidade atual, ponto que será mais bem explorado no decorrer deste capítulo.

Como um primeiro ponto, em relação à orientação do modelo de reconstrução, seu desenvolvimento pode ser observado por duas vias: 1) por meio das indústrias; 2) pela unidade nacional, por meio de diferentes áreas de trabalho. Em especial, no capítulo anterior foi possível visualizar o objetivo macro de remodelar Ruanda a partir da educação, economia, política, dentre outras áreas, priorizando a nacionalidade do que as etnias. A orientação do modelo de reconstrução ajuda a entender a relação do Estado com sua sociedade, que, no caso de Ruanda, tendeu a dar maior prioridade à elite, sustentando um padrão aquém do objetivo de desenvolvimento pautado na igualdade social. Abandeira de desenvolvimento nacional para todos ruandeses, ostentando como maiores beneficiados a elite ruandesa, fica restrita à zona urbana do país.

Para Thomson (2018), não surpreende que Kigali seja o epicentro das transformações do país por conta do crescimento econômico estar atrelado à urbanização. Há uma disparidade entre os interesses das elites e dos camponeses, estes últimos representando 85% da população e que não são contemplados nas políticas públicas. Além disso, é observada uma tendência por parte da elite ruandesa de infantilizar as grandes massas, posicionando-os como objetos para alcançar seus interesses (HABIMANA, 2011). Essa atitude alinha-se às políticas *top-down* desenvolvidas pelo Estado, gerando mais disparidades do que aproximações entre as classes sociais. Com isso, questiona-se para quem é o desenvolvimento, já que a maioria da população se encontra com a mesma qualidade de vida ou pior do que antes (ZORBAS, 2011).

Outros pontos-chave no processo de reconstrução, a reconciliação e a justiça foram desenvolvidas por meio dos Tribunais de Gacaca, o que ajudou a diminuir a população carcerária e as vítimas enfrentarem os perpetradores. No entanto, como ponto de ressalva, os julgados não tinham a possibilidade de ter um sistema de defesa diferente do disponibilizado pelo governo, estando expostos à decisão do tribunal.

O processo de descentralização, analisado no capítulo 3, traz em seu discurso uma passagem de poder para a população, ou seja, como algo positivo, mas sua prática revela a expansão do aparato estatal com o objetivo de maior controle. Com isso, a FPR cria camadas de controle no interior do país para fortalecer mais ainda a centralização do poder, gerando uma preocupação “[...] porque estruturas de poder autoritárias e *top-down* são precisamente o que tornou a administração da violência tão cruelmente eficiente em 1994” (INGELAERE, 2011, p. 68)¹⁵¹. Uma prática que está relacionada ao processo de descentralização é a *accountability* que, em Ruanda, acontece ao revés: o governo central deveria prestar contas aos cidadãos, mas as famílias ruandesas e a comunidade que o fazem (INGELAERE, 2011).

Além disso, Ruanda tem um ambiente hostil para o funcionamento de organizações da sociedade civil e ONGs as quais, se não apresentam posições favoráveis ao governo, são consideradas como partes contrárias (GREADY, 2011)¹⁵². A sociedade civil ruandesa pós-1994 não tem um perfil de atuação e influência política significativos, participando do discurso inicial do Estado ruandês de tomadas de decisão por meio de processos consultivos, os quais foram diminuindo ao longo dos anos. Nesse contexto, Ruanda usou diferentes estratégias para monitorar e controlar a sociedade civil, como por exemplo, por meio da

151 “[...] because top-down and authoritarian power structures are precisely what made the administration of violence so viciously efficient in 1994” (INGELAERE, 2011, p. 68).

152 A qual seria a tradução de “You’re with Us or against Us” (GREADY, 2011, p. 87).

infiltração de pessoas de confiança como membros ou gestores de organizações como *IBUKA*¹⁵³, *PROFEMME*, dentre outras (GREADY, 2011). Como apresentado no capítulo anterior, são observadas diversas iniciativas de engajamento social, mas dentro do escopo de controle da FPR, questionando a margem de manobra que a população tem de exigir do governo maior accountability e transparência. Além disso, mesmo com instituições pautadas em uma boa governança, os dados oficiais são críticos em termos de credibilidade para um acompanhamento da participação popular nos processos de tomada de decisão.

A *Rwanda Civil Society Platform*, instituição que reúne organizações da sociedade civil dentro do guarda-chuva do Estado, também é considerado um mecanismo de controle, não havendo margem de manobra para as organizações. Como consequência disso, “para as ONGs e atores da sociedade civil que saem da linha e, portanto, são categorizados pelo governo como estando “contra nós”, existe um preço a pagar” (GREADY, 2011, p. 90)¹⁵⁴. Existem brechas em que podem ser pleiteados os direitos da sociedade civil ruandesa, como pela relação de condicionalidade com os doadores, mas, ainda assim este não é um espaço formalmente construído entre o Estado ruandês e sua sociedade (GREADY, 2011).

A mesma forma de concentração de poder que é observada no período pós-independência dos países africanos persiste contemporaneamente em Ruanda. A introdução de membros da FPR em instituições da sociedade civil e do governo manteve seus traços ao longo da história, como uma forma de monitorar a administração. Muitas vezes, a linha tênue entre o Estado e o partido político se faz difusa.

O quadro 11 apresenta algumas das funções do Estado ruandês, as quais podem ser visualizadas por completo no anexo C. As funções mudaram ao longo da história, sendo possível perceber algumas continuidades, como a concentração de poder, a natureza do Estado, as disparidades étnicas, e o conflito intra-regime.

Quadro 11: Continuidades na história de Ruanda

Categorias	Pré-colonial	Colonial	Pós-revolução	Pós-guerra civil
Concentração de poder	Figura do rei, autoridades baseadas em uma pirâmide	Belga, acrescido do sistema monárquico existente	Sistema de partido único	Sistema de partido único
Natureza do Estado	Centralizada e hierárquica	Centralizada e hierárquica	Centralizada e hierárquica	Administrado no sentido <i>top-down</i>

¹⁵³ Lembrar, em kinyarwanda.

¹⁵⁴ For those NGOs and civil society actors that step out of line, and are thereby categorized by the government as being “against us,” there is a price to pay (GREADY, 2011, p. 90).

Etnicidade	Distinção entre grupos étnicos relacionada às questões econômicas e militares	Etnias institucionalizadas pelos colonizadores	A Revolução 1959-1961 usou a bandeira majoritariamente sobre questões étnicas	Política da des-etnização, podendo dar espaço para uma elite de partido dominante
Conflito intra-regime	Conflitos entre a monarquia e a elite no poder	-	Estreitamento gradual da base do poder leva a queda da Primeira República; o mesmo acontece na Segunda República	Facções da FPR contrárias ao regime de Paul Kagame

Fonte: Autora (2021) com base em Reyntjens (2018b).

Ao longo do processo de reconstrução é possível observar que o aparato estatal ruandês exerce o monopólio repressivo, além de deter os aparelhos ideológicos, econômicos, como descrito por Poulantzas (1980). A partir desses elementos, existe uma definição nítida entre classe governante e governada, como descrito anteriormente as primazias para a elite ruandesa. Ruanda é um exemplo claro de expressão de uma classe sobre outras classes, como diria N’Krumah (1972), utilizando-se do aparelho político e social para disseminar suas ideias. Além disso, outra característica observada no período pós-independência é o uso do controle militar de um dado território e reconhecimento da soberania como uma pré-condição de ter um Estado efetivo, o que Kagame vem desenvolvendo desde 1994.

Como elencado ao longo do capítulo 2, nota-se na história de Ruanda a presença de um Estado centralizado, identificado nos regimes ruandeses e estabelecendo um controle da sociedade (STRAUS; WALDORF, 2011). Essa é uma das características que Reyntjens (2018b) aponta como um legado ruandês ao longo do tempo, além do conflito intra-regime, a natureza do Estado e a tensão étnica. Com o histórico recente de repressão da mídia e da sociedade, questiona-se até quando o período relativamente pacífico e estável estabelecido em Ruanda durará (LONGMAN, 2011; MARIJNEN; LIJN, 2012). É entendido que o processo de reconstrução e reconciliação é contínuo, com resultados ainda imprevisíveis e sendo passíveis de perdurar ainda por anos (CAMPIONI; NOACK, 2012). Como ainda não houve uma transição de governo, ou seja, a FPR segue no poder por 27 anos, não é observada uma mudança significativa nesse aspecto.

Para Reyntjens (2014), a FPR apenas usa as eleições para assegurar a supremacia do partido, representando uma ideia falsa de ‘democracia de consenso’. A democracia de consenso é apontada como uma alternativa para assegurar a estabilidade interna de Ruanda diante das disparidades entre tutsis e hutus, em que “[...] seria caracterizada por eleições livres

e justas, responsabilidade política, mecanismos rigorosos de controle e equilíbrio e acordos de compartilhamento de poder” (TWAGIRAMUNGU; SEBARENZI, 2018, s/p)¹⁵⁵. O que é possível analisar sobre o caso é que Ruanda parece estar em uma ‘zona cinzenta política’¹⁵⁶, em termos de transição estatal, em que não é nem um regime autoritário, nem democrático (CAROTHERS, 2002; GREADY, 2011). Além disso, pensando nas categorias trazidas no capítulo anterior, a relação sociedade-Estado em Ruanda já ilustra o grau de desenvolvimento baixo das características de boa governança elencadas pelas Nações Unidas (s/a3), uma vez que esta relação é mais pautada no controle da sociedade por parte do Estado do que em uma relação mútua entre as partes.

A partir desses aspectos, questiona-se o voluntarismo de fato de construir um sistema baseado na democracia e a garantia de estabilidade mesmo que não seja nos termos democráticos, sendo que a segunda opção se aproxima do caso de Ruanda. Fagotto (2010) sugeriu que os ruandeses estariam mais inclinados à paz do que à democracia, aceitando assim a continuação de Kagame no poder. Tampouco quer dizer que não exista uma tentativa de oposição ao regime, sendo silenciada constantemente pelo Estado. Partidos políticos, indivíduos, jornais, organizações - todas estas instituições sofreram algum tipo de repressão ao longo do poder de Kagame. Como uma estratégia de lidar com a oposição,

Fiel ao credo de seu presidente de que a democracia é uma caixa vazia se as pessoas não recebem alimentos e serviços básicos, e consciente de que um ex-grupo rebelde tutsi ainda não pode ter uma base duradoura em um país onde 85% da população é hutu, a FPR está apostando na melhoria das condições de vida da população, na esperança de que isso seja suficiente para silenciar a oposição dentro do país (FAGOTTO, 2010, s/p)¹⁵⁷.

Uma das hipóteses da FPR não sair do poder é pelo medo destes de perder o controle de uma sociedade que talvez não esteja recuperada e preparada para um novo capítulo político. Outro ponto colocado foi a fragilidade da sociedade para uma liberdade de expressão total, podendo dar margem a políticos radicais falarem (FAGOTTO, 2010). Apesar deste argumento, isso não justifica as mortes de pessoas contrárias ao regime, até daqueles que não estão diretamente ligados à política, como o cantor e ativista da paz Kizito Mihigo.

¹⁵⁵ “[...] would be characterised by free and fair elections, political accountability, rigorous check-and-balance mechanisms and concerted power-sharing arrangements” (TWAGIRAMUNGU; SEBARENZI, 2018, s/p).

¹⁵⁶ Para saber mais, ver Carothers (2002).

¹⁵⁷ “Loyal to its president's credo that democracy is an empty box if people are not provided with food and basic services, and conscious that a former Tutsi rebel group cannot yet have a lasting base in a country where 85% of the people are Hutu, the RPF are betting on improving the living conditions of the people, hoping that this will do enough to silence opposition inside the country” (FAGOTTO, 2010, s/p).

Mihigo foi preso em 2014 por compor uma música sobre a dor dos tutsis e dos hutus, além de acusar a FPR por crimes de guerra. Anos depois de ser solto, em uma tentativa de sair do país legalmente, Mihigo foi preso com alegações de estar envolvido com terrorismo e corrupção. Após alguns dias do seu encarceramento, ele foi encontrado morto em sua cela. Alegou-se suicídio. A Human Rights Watch (2021) está pedindo uma investigação independente sobre o caso, já que não está clara a causa da morte. A música composta por Mihigo une os tutsis e os hutus remontando ao período antes da colonização.

Convém rememorar que, ao longo do período colonial, os tutsis e os hutus se viram em uma nova divisão de trabalho, sendo os primeiros privilegiados e os últimos relegados, sendo a fissura agravada com o período democrático de modelo europeu. Com a existência desse modelo, houve a disputa pelo aparato estatal, em que cada grupo buscava estabelecer sua preferência para governar o país. Com toda a historicidade conturbada de Ruanda, chegou-se ao ponto de se cogitar uma separação étnica mais pronunciada, sendo que os tutsis e hutus compartilham a mesma língua e cultura. Portanto, para se ter uma verdadeira unidade nacional, é necessário ter uma “nova formação social que assegure aos hutus e aos tutsis uma participação igual, isto é, equilibrada, nas estruturas democráticas”, a qual não parece acontecer contemporaneamente (KI-ZERBO, 2006, p. 53), ilustrados no processo de narrativa histórica na educação e o prevalecimento da versão do vencedor.

A democracia, aos termos europeus, instrumentalizada como o caminho assegurado para a paz duradoura em Ruanda, não considera que, justamente por conta das influências europeias, a estrutura societária ruandesa encontrava-se em uma composição de separações étnicas institucionalizada. A despeito das debilidades institucionais ligadas a um questionável grau de governança, apenas o modelo democrático importado não parece ser suficiente para solucionar o problema ruandês, tampouco a continuação da cegueira internacional em relação às violações de direitos humanos. O enaltecimento às iniciativas empreendidas pelo Estado, reconhecido pela comunidade internacional como modelo de reconstrução importante, não apaga tais violações ou demais questões domésticas que colocam em xeque a eficiência das instituições políticas do país. Desta maneira, o que se evidencia é que a tentativa de fornecer respostas alternativas a um arranjo importado, apesar de possível, se tornou uma agenda marginal ante a disputa pelo poder, perpetuando uma lógica que já se apresentava desde a guerra civil: uma preocupação com o controle do Estado.

Para além das alegações de violações de direitos humanos, tolerada pela comunidade internacional, a relação entre Ruanda e os doadores agrega elementos adicionais para o estabelecimento de uma burocracia de governança. Com os progressos econômicos alinhados

aos interesses dos doadores, “Eles [doadores] acham que seu dinheiro é "bem gasto", e Ruanda é uma “história de sucesso africana” muito necessária” (REYNTJENS, 2014, p. 2). Exemplo é que, mesmo com a implementação de políticas que não agradam a comunidade internacional, como os Tribunais de Gacaca, o *Imidugudu* (vilagização), acusações em relação à ideologia genocida e a suspensão da BBC em kinyarwanda, o fluxo de ajuda não sofreu impacto (ZORBAS, 2011). A partir disso, questiona-se tanto a materialização de uma política de caráter autônomo/autossuficiente do Estado quanto sobre a confiabilidade de se considerar Ruanda um caso de sucesso, especialmente se o olhar for exclusivamente o da comunidade internacional via suas instituições, o que leva a conclusão de que não há nem uma autossuficiência e autonomia, buscadas como objetivos de política externa, nem um case de sucesso reconhecido de maneira relativamente idônea.

Ainda quanto à relação entre doadores ocidentais e Ruanda, estes primeiros têm incentivado a democracia e a governança especialmente no período pós-1994, havendo diferença de intensidades ao longo dos anos. Com o Acordo de Arusha,

[...] as demandas externas por democracia alimentaram a guerra civil em Ruanda de 1990 a 1994, quando foi feita pressão sobre o regime de Habyarimana para liberalizar o sistema político. O apoio dos doadores para este processo foi mínimo, tanto em termos de condicionalidade positiva para encorajar a democratização quanto em condicionalidade negativa para conter o aumento do extremismo [...]. Após o genocídio de 1994, a promoção da democracia tornou-se parte inerente da recuperação e da estratégia de desenvolvimento de longo prazo (HAYMAN, 2011, p. 120)¹⁵⁸.

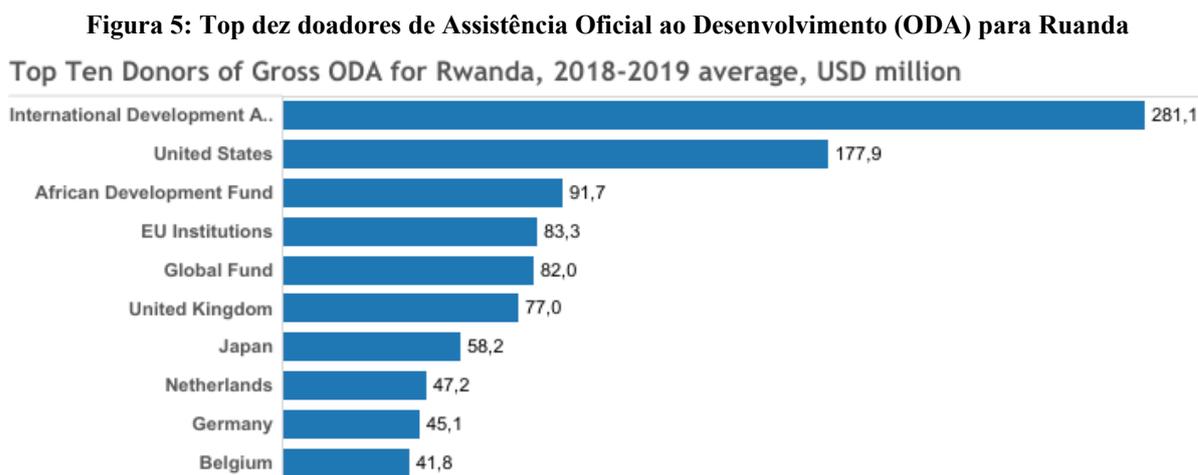
Muitos doadores têm como premissa a importância da FPR no poder para a geração de desenvolvimento, justamente por não entenderem nada do contexto sociopolítico ruandês para a implementação dos projetos (ZORBAS, 2011). Os mesmos que apoiam o relatório das eleições de 2008, em Ruanda, que foi taxado como falso, também são aqueles que incentivam a promoção à democracia, deixando o questionamento dessa discrepância em aberto (HAYMAN, 2011). Em suma: a ajuda para a promoção da democracia e da governança acontece, de forma prática, para que o líder que esteja no poder seja alinhado, minimamente, com os interesses do Norte.

Nesse contexto, observa-se que há um interesse na sustentação de uma narrativa de história de sucesso em detrimento da instauração da democracia de fato em Ruanda, sendo

¹⁵⁸ “External demands for democracy fed into the civil war in Rwanda from 1990 to 1994, when pressure was placed on the Habyarimana regime to liberalize the political system. Donor support for this process was minimal, both in terms of positive conditionality to encourage democratization and negative conditionality to counter the rise of extremism [...]. Following the 1994 genocide, democracy promotion became an inherent part of the recovery and longer-term development strategy” (HAYMAN, 2011, p. 120).

mantido o apoio internacional a Kagame no poder por justamente ele concretizar isso (HAYMAN, 2011).

O peso da ajuda externa para a economia de Ruanda pode ser observado na imagem abaixo, a qual ilustra os dez maiores doadores, fazendo a conexão com algumas relações bilaterais trazidas no capítulo 3.



Fonte: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (s/a).

Considerando o fluxo de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) para Ruanda, dentro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o top 3 dos doadores para Ruanda são a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), do Banco Mundial; os Estados Unidos, e o Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF), observado na imagem acima. Além destes, estão incluídas as antigas metrópoles (Alemanha e Bélgica) e uma parceria que está se solidificando com o passar dos anos (Reino Unido). Entre 2018-2019, 20,25% são direcionados para infraestrutura econômica e serviços e 17,50% para outra infraestrutura social e serviços; 18,21% para saúde e população; 13,21% para produção; 8,65% para educação; 7,05% para programa de assistência; 6,25 para ajuda humanitária; 6,20% para multi-setor; 2,68% para não especificado (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, s/a).

Thomson (2018) apresenta como uma ironia Ruanda querer ser autossuficiente, mas depender de ajuda externa – ou seja, de não conseguir ter as funções básicas de um governo funcionando sem o fluxo estrangeiro, seja em termos de assistência social, seja em termos de desenvolvimento de uma política externa autônoma. Entretanto, convém ressaltar que, em seu segundo perfil de reconstrução, Ruanda vem desenvolvendo planos e orientações para

diversificar seus parceiros, o que se articula em uma estratégia de inserção internacional que pode ser descrita como Pan-Africanismo Pragmático.

O objetivo (ser autossuficiente), apesar de pretensioso à luz do cenário contemporâneo, não deixou de ser um fator norteou estrategicamente, traduzindo em iniciativas que têm ajudado o país a ganhar destaque em sua região e continentalmente, irradiando para a União Africana, mesmo com as querelas regionais apontadas no capítulo anterior.

Desta forma, em paralelo à estratégia de manutenção das relações com o Norte, dado seu status quo de país dependente de apoio financeiro externo, Ruanda vem se engajando no estabelecimento de uma imagem de país pacífico, livre de conflitos internos, mantenedor de relações exteriores com países centrais e com países periféricos. Definir o grau de concretização do estabelecimento desta imagem, seja devido à questão da possibilidade de viés ao considerar Ruanda como um caso de sucesso, seja devido aos desafios domésticos remanescentes, demanda esforços de pesquisa que se encontram além do escopo deste trabalho, tanto pela limitação de acesso a fontes mais atualizadas, quanto pela necessidade de maior distanciamento temporal para melhor avaliação do cenário corrente. Contudo, partindo do engajamento e dos objetivos estabelecidos pelo país, é possível inferir que as iniciativas nacionais transbordam para as iniciativas de cunho regional, fazendo com que haja um investimento em iniciativas de integração.

4.2 *A África para os africanos e pelos africanos*¹⁵⁹

Reconhecida como um pilar para se chegar a um país de renda média, a integração regional e internacional tem sido desenvolvida de forma crescente por Ruanda, especialmente olhando para a região dos Grandes Lagos. Considerada como uma “Singapura da África”, por conta do seu serviço público sem corrupção (ZORBAS, 2011, p. 105), Ruanda pode ser considerado como um *regional player*¹⁶⁰ que aposta as suas cartas nas estratégias de estabilização e manutenção da paz na região. Para Marijnen e Lijn (2012, p. 13) “Desde 1994, o governo da Frente Patriótica de Ruanda (FPR) conseguiu transformar este país devastado e dividido em um exemplo para a região da África Oriental e talvez até mesmo para todo o continente”¹⁶¹.

¹⁵⁹ Título original “Africa for Africans by Africans”, retirado de Asala (2021).

¹⁶⁰ *Regional player*, traduzido livremente como ‘jogador regional’, tem o sentido de buscar uma maior participação no cenário regional em que está situado, sendo pela integração regional ou por relações bilaterais.

¹⁶¹ “Since 1994 the Rwandan Patriotic Front (RPF) government managed to turn this devastated and divided country into an example for the East African region and perhaps even for the whole continent” (MARIJNEN; LIJN, 2012, p. 13).

Como visto no capítulo 3, dentro do processo de reconstrução, Ruanda passou a olhar mais para a região, usando-a como instrumento para o desenvolvimento nacional. Para isso, o país entrou na COMESA (2004), na EAC (2007), se envolveu na CEPGL e em outros locais de diálogos com seus vizinhos e países africanos. Além de entrar nas instituições citadas, o país também buscou formas para estabilizar a região, como mostra o anexo C, sendo uma função do Estado de Ruanda. A ideia de estabilizar os Grandes Lagos era considerada em andamento nos anos 2000, sendo criado mecanismos para haver um maior diálogo entre os países da região, promovendo a ideia de que são importantes a paz e a estabilidade para se alcançar o desenvolvimento. Além disso, mesmo com pouco alcance em termos de efetividade na integração regional, as instituições de integração possibilitam mais ganhos para Ruanda do que se ele usasse apenas uma estratégia unilateral, entrando em novos mercados no continente africano.

Como observação, mesmo havendo iniciativas que indicam reaproximação de Ruanda para a região, como mostra a imagem abaixo, e a área de integração regional sendo considerada prioritária para o desenvolvimento do país, pouco é descrito e articulado sobre as estratégias práticas de integração na *Vision 2020*, sendo um exercício do pesquisador buscar possíveis caminhos estratégicos de política de Estado. Geralmente, o órgão ligado aos assuntos de integração é o Ministério das Relações Exteriores e Cooperação (MINAFFET), mas, entende-se que há outros ministérios envolvidos nessa temática.

Figura 6: Ruanda e sua atuação na África



Fonte: Autora (2021).

Criado como uma estratégia de cooperação regional, Uganda, Ruanda e o Quênia compartilham um visto para entrada no leste africano, por US\$ 100, não agregando todos os participantes da EAC. Além do visto específico para a região, Ruanda lançou uma logo, ilustrada no anexo D, para alavancar o turismo, combinado a uma parceria com o time de futebol Arsenal. O ‘*Visit Rwanda*’ ganhou visibilidade na Europa, sendo o primeiro parceiro com a logo estampada em uma manga de camisa do Arsenal. Com a criação do *Visit Rwanda*, o país aumentou o fluxo de visitantes, dando oportunidade para os Estados da região de também captarem pessoas. Observou-se um aumento do número de chegada de turistas, com 1.298 chegadas em 2015, 1.377 em 2016, 1.570 em 2017, 1.711 em 2018 (ano do lançamento da parceria do *Visit Rwanda*) e 1.634 em 2019 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2020).

Além do turismo, Ruanda é prospectado como um bom caminho para captação de parceiros na região. Como exemplo, empresas dos Emirados Árabes olham para Ruanda como uma possível porta de entrada para os mercados dos Grandes Lagos, enquanto que o mercado dos Emirados Árabes serve para chegar ao redor do mundo, com portos e companhias aéreas, criando uma relação de entradas em diferentes regiões, configurando uma dinâmica de hub-para-hub (KUTEESA, 2019).

Como mecanismo de manutenção de imagem positiva, Ruanda tem participado de missões de *peacekeeping* no continente no âmbito da União Africana, abrindo possibilidades para treinos militares, assistência econômica e relações bilaterais, especialmente com os Estados Unidos. Isso faz parte da estratégia de assegurar a ajuda externa atuando na RDC, mesmo após sua retirada formal. Aqui, constata-se uma assimetria de atuação: na primeira, atuando como um herói (na missão no Sudão); na segunda, atuando como criminoso (em termos de direitos humanos, seguindo atuando na RDC) (DAMMAN, 2015).

Sendo ‘O Africano do Ano 2018’, Kagame representou os interesses dos africanos assumindo a presidência da União Africana. Mesmo existindo os interesses particulares de cada país, os Estados africanos têm mais similitudes do que disparidades, em que também há mentalidades diferentes de lidar com as questões do cotidiano (METHIL, 2018). Assim como Ki-Zerbo (2006, p. 59) afirma que “[...] a unidade africana é um dos antídotos para a guerra na África”, Kagame afirma que “Negócios e economias crescem várias vezes quando trabalhamos juntos” (METHIL, 2018, s/p)¹⁶². Apesar dos discursos, o unilateralismo ainda é

162 “Businesses and economies grow multiple times when we work together” (METHIL, 2018, s/p).

bastante evidente – o que traz luz à falta de uma coordenação institucional mais robusta ou mesmo de uma prioridade de fato à região e suas instituições.

Ruanda mais uma vez embarca em uma posição importante na União Africana, com a eleição de Monique Nsanzabaganwa (vice-governadora do Banco de Ruanda) para a vice-presidência da Comissão da União Africana em 2021. A vitória de Nsanzabaganwa foi festejada por representar um movimento para a equidade de gênero e por ser a responsável por implementar e gerenciar a reforma proposta por Kagame, processo que se iniciou em 2016 (DARKWA, 2021). Nota-se uma tentativa de exportação do modelo doméstico ruandês para o contexto da União Africana, focando em aspectos como maior *accountability* e autossuficiência da instituição.

Um ponto de questionamento é se a promoção da integração regional por parte de Ruanda é só movida por interesses econômicos, sendo observado por Ki-Zerbo que deveria ir para além desse interesse:

Pessoalmente, considero que vale a pena lutar pelo objetivo de integração africana, em vez de deixar que os chefes de Estado se apoderem deste objetivo da unidade africana que, de qualquer modo, não querem realizar - cada um quer ser rei em sua casa, ou sultão, ou régulo; pouco importa a unidade africana, desde que ele seja dono de um território. A integração africana não se reduz a um simples objetivo econômico. Na realidade, é muito mais ampla. Os países africanos devem reconstituir-se como entidade, como personalidade (KI-ZERBO, 2006, p. 124).

Seguindo a esteira de um renascimento africano, é observável uma maior participação de Estados africanos em fóruns regionais, continentais e no contexto das Nações Unidas, respondendo aos desafios a partir de propostas pensadas regionalmente/continentalmente, intensificando o discurso pan-africanista e rechaçando as críticas neocoloniais. Ruanda está inserido nesse processo de expansão de parcerias regionais e busca de recursos para desenvolvimento nacional.

Dentro do escopo do ‘Feito na África’, o país está se engajando no desenvolvimento do setor tecnológico para a região do leste africano, especialmente para o território nacional. Como exemplo, a companhia *Mara Phones* lançou dois celulares (Mara X e Mara Z) feitos em Ruanda; além disso, a Alibaba (China) estabeleceu parceria com Ruanda para desenvolver a primeira plataforma de comércio mundial de eletrônicos da África (MUMBERE, 2019). Com essas iniciativas, Ruanda tenta construir capacidade política para exercer um papel de líder regional, podendo ocupar o 3º grupo de países apresentado por Merle (1981) apenas agregando a questão de que Ruanda tem grandes ambições no âmbito estratégico e de suas iniciativas, mas segue ostentando situação de pobreza.

4.3 Em busca do desenvolvimento e unidade nacional: pan-africanismo pragmático

Para a análise do modelo pós-guerra civil foi escolhido um olhar para as dinâmicas domésticas e regionais/internacionais, em que o Estado de Ruanda fosse o agente das iniciativas de reconstrução. A partir disso, foi observado que a atuação no cenário externo (regional e internacional) era movida pela busca pelo desenvolvimento nacional. Antes de olhar para o externo, foram necessárias políticas de fortalecimento do âmbito doméstico, pensando em uma unidade nacional. Iniciativas desde a reconfiguração de símbolos nacionais, a própria formação do cidadão - agora considerado ruandês - formaram parte da imagem de uma Ruanda repaginada.

Sob a luz da *Vision 2020*, com o primeiro passo colocado em prática, Ruanda vislumbrou o cenário externo, começando com a sua região. Iniciativas de integração para maior comércio entre os países, estabilização e paz nos Grandes Lagos foram alguns dos motores para seguir no caminho da integração regional e continental. Aliado a isso, houve uma diversificação de parceiros bilaterais e participação ativa em organizações internacionais.

A partir do processo de reconstrução, é vista uma inserção de Ruanda no cenário internacional em prol dos seus interesses, fazendo com que oportunidades para o país sejam aproveitadas em ambientes de cooperação. Partindo do pressuposto que Ruanda tem seu plano de unidade nacional em andamento, o país age em três esferas, regional, continental e global, em um movimento que alia os auspícios pan-africanos de integração para além do âmbito econômico ou político com objetivos de orientação prática, atendendo aos interesses nacionais.

Pensa-se em um sentimento de integração entre os países africanos conservando suas estruturas estatais. A Agenda 2063 da União Africana traz como premissa a união do continente, percebendo a riqueza deste; também com a proposta de unidade, a AfCFTA, iniciativa desacreditada a princípio, reuniu 44 países signatários em Kigali (METHIL, 2018). Nestes contornos, é possível inferir uma nova onda de Pan-Africanismo, ou seja, pensado em soluções endógenas partindo do continente africano para situações do cotidiano.

Na perspectiva de Barbosa (2021), Ruanda entra no grupo de países que defende a União Africana, em que ele descreve como nacionalismo africano e pan-africanismo pragmático, construindo um espaço de diálogo e de manobra para os países africanos, mas sem ter a pretensão de mudar a ordem neoliberal vigente. O Pan-Africanismo Pragmático aqui

trazido vai além de um posicionamento/prática, mas de um modelo de inserção, o qual seria mais especificamente para Ruanda.

Como apresentado no capítulo 1, há diferenças em relação à historicidade do conceito do Pan-Africanismo. O quadro a seguir mostra as peculiaridades do conceito ao longo dos anos, entendendo que o Pan-Africanismo Pragmático é uma estratégia de Ruanda dentro do que é considerado como Novo Pan-Africanismo.

Quadro 12: Distinções entre os pan-africanismos

	Pan-Africanismo	Pan-africanismo	Novo Pan-Africanismo	Pan-africanismo pragmático
Período histórico	Séc XIX - XX	Década 1950 - 1960	Criação da União Africana (2002)	A partir de 2004 ¹⁶³
Objetivo	Resistência à escravidão e do desejo de retorno ao continente	Processos de descolonização, unidade africana	Soluções endógenas para problemas africanos	Inserção nas brechas do sistema internacional a partir do pan-africanismo
Política ruandesa	-	Revolução Hutu de 1959: busca pelo poder do Estado	Inserção em organizações regionais	Inserção em organizações regionais, internacionais e relações bilaterais

Fonte: Autora (2021).

A combinação entre o Pan-Africanismo e o pragmatismo ilustra o panorama de dualidade no qual Ruanda atua, de acordo com sua posição de país periférico e fortalecendo alianças com os países do Sul, e de acordo com os seus interesses nacionais, o que faz com que o país transcenda as conexões regionais/continentais para obter mais recursos. Os pilares de política externa trazidos por Beloff (2020) são aspectos motivadores da estratégia de inserção pan-africanista pragmática, bem como suas fragilidades internas são variáveis que são incluídas para a construção da imagem de Ruanda.

Como descrito na seção 4.1, a inserção pan-africanista pragmática de Ruanda pode ser observada especialmente a partir da *Vision 2020*, sendo motivada pela busca do desenvolvimento, atração de investimento, desenvolvimento de indústria em território nacional e o objetivo de tornar-se um país de renda média. Entendendo os desafios de inserção dos países africanos no cenário internacional e usando uma comparação com uma locomotiva, Ki-Zerbo (2006) ilustra a posição destes na DIT no âmbito da globalização, em

¹⁶³ Com a maior entrada em blocos regionais, como descrito no capítulo 3.

que há os globalizadores (países como os Estados Unidos, por exemplo) e os globalizados (os países africanos).

O papel da África nunca mudou a partir do século XVI, é este o nosso problema. Alguns Estados nacionais desempenham o papel de locomotiva e outros desempenham, há já alguns séculos, o papel de vagões. Mesmo que a locomotiva aumentasse a sua velocidade, isso nada mudaria na posição dos vagões: nunca se viram vagões ultrapassando a locomotiva! Mas sabemos que são estruturalmente complementares, pelo menos enquanto os vagões aceitarem sua posição (KI-ZERBO, 2006, pp. 23-24).

A relação entre o Norte e o Sul é estabelecida por interesses e poder, sendo que “o que se chama de desenvolvimento é o autodesenvolvimento dos países do Norte, em conformidade com as realidades, os interesses e os valores desses países” (KI-ZERBO, 2006, p. 132). A partir disso, quanto maior o poder de barganha de inserção no cenário internacional, maior a possibilidade de aquisição de fontes de investimento para Ruanda, o que tem como consequência a redução da dependência do cenário externo. Estar à mercê dos interesses coloniais significa uma maior probabilidade de ingerência em assuntos domésticos e a incerteza de apoio às situações de emergência, como foi a questão de apoio aos *génocidaires* e o sentimento de abandono. É relevante ressaltar a situação atual que o país se encontra, de refém dos doadores e passível de ter influência indireta destes na política.

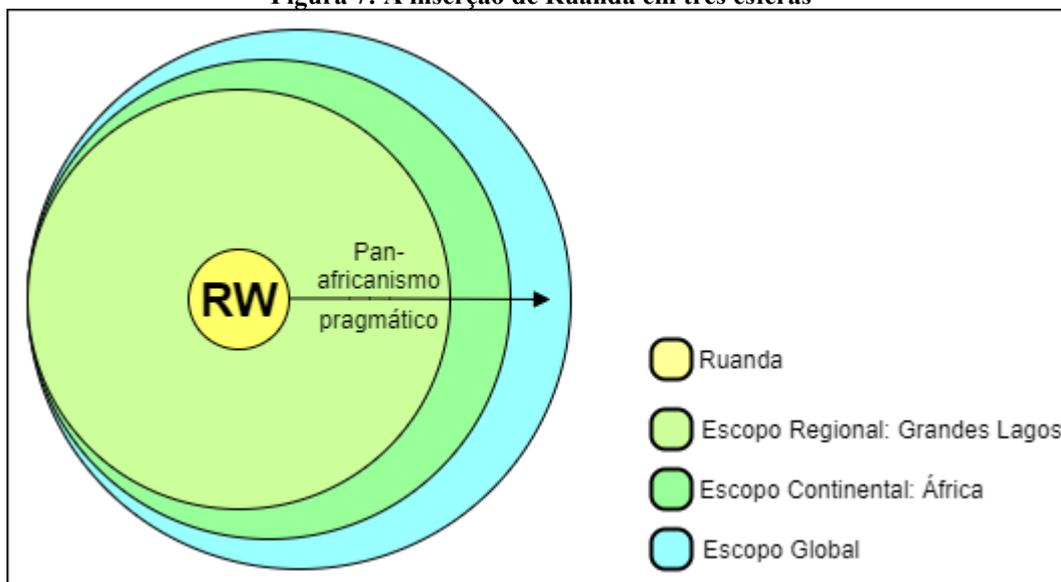
Ademais, depender de ajuda externa gera uma relação dúbia entre ter a independência na tomada de decisões e a liberdade financeira para arcar com essas decisões. Para Zorbias (2011, p. 104), há quatro fatores que explicam o paradoxo dessa dependência de ajuda e de independência política: “(1) culpa do genocídio e excepcionalismo, (2) a linguagem e o posicionamento amigável do governo, (3) o desejo por histórias de sucesso na África, e (4) o apoio doméstico à Frente Patriótica de Ruanda (FPR) em todo o espectro político no Reino Unido e nos Estados Unidos”¹⁶⁴.

Portanto, a fim de servir seus próprios interesses, Ruanda diversifica suas opções de desenvolvimento nacional. Como não tem saída para o mar e precisa escoar seus produtos, é necessário que seu entorno também se desenvolva para diminuir as possibilidades de tensões. Nesse sentido, o pan-africanismo é instrumentalizado para fins práticos de interesse nacional. Usa-se o termo pragmático para dar ênfase à busca de objetivos que estão claros para o Estado. Logo, Ruanda age estrategicamente no estabelecimento das suas relações e em todas as campanhas de *accountability*, na luta contra o neocolonialismo e, conforme em outros

¹⁶⁴ “(1) genocide guilt and exceptionalism, (2) the government's donor-friendly language and positioning, (3) the desire for african success stories, and (4) domestic support for the Rwandan Patriotic Front (RPF) across the political spectrum in the United Kingdom and United States” (ZORBAS, 2011, p. 104).

pontos, na renovação de sua imagem. Na figura a seguir, é possível associar o Pan-Africanismo Pragmático como fruto do processo de reconstrução e da inserção de Ruanda nas esferas regional, continental e global.

Figura 7: A inserção de Ruanda em três esferas



Fonte: Autora (2021).

Como exemplo de sua campanha de diversificação das relações, percebendo a sua fraqueza de ser um país sem saída para o mar, Ruanda vem se engajando com a União Africana, com a Commonwealth e a OIF ao mesmo tempo, usando a retirada do visto para os países-membros destas organizações como um incentivo para aumentar mais conexões com o país, especialmente nos princípios de unidade e autossuficiência (GLEZ, 2020). Mesmo com Louise Mushikiwabo como secretária-geral da OIF, isso não significa que as relações anglófonas são esquecidas; como diria Glez (2020, s/p): “Só porque os flamingos cor-de-rosa às vezes dormem em uma perna não significa que se esquecem da outra perna”¹⁶⁵, ilustrado no anexo D. A importância da relação anglófona, mais bem discutida no capítulo 3, possui destaque e se estende desde a incorporação idiomática até questões econômicas, como a do turismo, mencionada anteriormente.

Como colocado por Beloff (2018, s/p), a campanha de liderança de Ruanda na OIF faz parte de um plano maior do que apenas voltado a uma organização: “[...] para fomentar uma nova identidade internacional e promover os interesses do Estado em todo o mundo. As elites ruandesas querem que a comunidade internacional perceba seu país como o principal guardião

¹⁶⁵ “Just because pink flamingos sometimes sleep on one leg does not mean they forget their other leg” (GLEZ, 2020, s/p).

ao tentar se engajar com a África”¹⁶⁶. Além disso, as posições de liderança ajudam na promoção da autoestima nacional, indo em busca de acordos internacionais em direção ao desenvolvimento nacional. Essa posição permite ao Estado a fuga de assuntos como violações de direitos humanos e a expansão da sua influência na região dos Grandes Lagos (BELOFF, 2018).

Nesse sentido, o plano de expansão de uma imagem positiva global insere-se na estratégia de política externa de elevar Ruanda não só a *regional player*, mas de um Estado relevante intra-continental - com o seu vislumbre na presidência da União Africana, em 2018. Paul Kagame vem usando dessa estratégia para expandir as trocas comerciais e trazer investimento estrangeiro para Ruanda, relacionando-se com o objetivo geral da *Vision 2020* e, com sua continuação, da *Vision 2050*. Ruanda preocupado com o seu desenvolvimento, transparece sua preocupação em relação ao seu lugar na hierarquia. Como citado anteriormente, os Estados do Sul têm seu papel estabelecido na DIT, prevalecendo uma relação de dominantes e dominados. Com essa estratégia, Ruanda busca dirimir o desnível entre as duas categorias por meio da tecnologia, diversificação de parceiros e novos mercados.

Apesar de aparentar desenhos estratégicos para desenvolver os aspectos de política externa e posicionamento nas três esferas externas, Ruanda ainda deixa pontas soltas, como a falta de balanço estratégico da *Vision 2020*, a própria temática de direitos humanos, sendo um assunto sensível dentro e fora do país, além da concentração da riqueza nas mãos da elite.

Descrito na figura 8, o Pan-Africanismo Pragmático, como estratégia, nasce como substrato do processo de reconstrução pós-guerra civil. Nesse contexto, foram observadas categorias que poderiam ajudar a entender o caso ruandês de reconstrução. A interseção entre o contexto interno e o externo foi levada em conta para a estruturação dos aspectos do esquema, entendendo a posição do Estado entre as duas esferas. A partir disso, o primeiro aspecto escolhido foi analisar as iniciativas do Estado a partir das áreas de trabalho específicas, como social, econômica, política, dentre outras. Essa análise ajudou a ver o comportamento do Estado com sua sociedade e as áreas prioritárias ao longo do processo.

O segundo aspecto são os atores desse processo, sendo priorizados a sociedade ruandesa, o Estado de Ruanda, os atores regionais (Estados e organizações regionais) e os atores internacionais (Estados e organizações extrarregionais). Este elemento ajudou a compreender mais sobre a relação Estado-sociedade, além da relação de Ruanda com outros países e organizações, conectando com um caráter mais pragmático de suas ações. O terceiro

166 “[...] to foster a new international identity and promote state interests around the world. Rwandan elites want the international community to perceive their country as a primary gatekeeper as they try to engage with Africa” (BELOFF, 2018, s/p).

aspecto foi analisar a configuração do aparato estatal, ou seja, o *status quo* político doméstico, considerando que o mesmo partido (a FPR) continua no poder há mais de 20 anos. Esse aspecto ajuda a entender as continuidades de políticas de Estado.

O quarto aspecto relaciona-se à evolução do contexto histórico, sendo relevante a análise histórica para entender a situação contemporânea do país, compreendendo a guerra civil como a grande fissura que transformou a imagem e relevância de Ruanda no cenário internacional. O quinto aspecto é o *status quo* político internacional, analisando a inserção de Ruanda nessa esfera - entendendo seu lugar na DIT - e como ele se articula para buscar seus interesses nacionais. O sexto aspecto é a atuação estatal por meio de política externa e da *Vision 2020* (estratégia nacional), políticas que contribuíram para a busca pela unidade e desenvolvimento nacional, e que atuaram como motores para o processo de reconstrução pós-guerra civil.

Além desses aspectos abordados, o Pan-Africanismo Pragmático enquanto conceito ilustrativo da estratégia adotada por Ruanda para se inserir, no âmbito das intenções, apresenta um teor explicativo que pode ser explorado, especialmente porque combina a dualidade das práticas de Ruanda: o âmbito interno, em termos de interesses nacionais; e o âmbito externo, em termos das três esferas de inserção do país. Contudo, em termos de concretização e reflexão prática da realidade ruandesa, o conceito é limitado, justamente porque as estratégias do país aparentemente não podem ser consideradas como materializadas, pelas críticas tecidas ao modelo de reconstrução, justamente por perceber que, em termos de boa governança, Ruanda deixa aquém de ser considerado como país modelo.

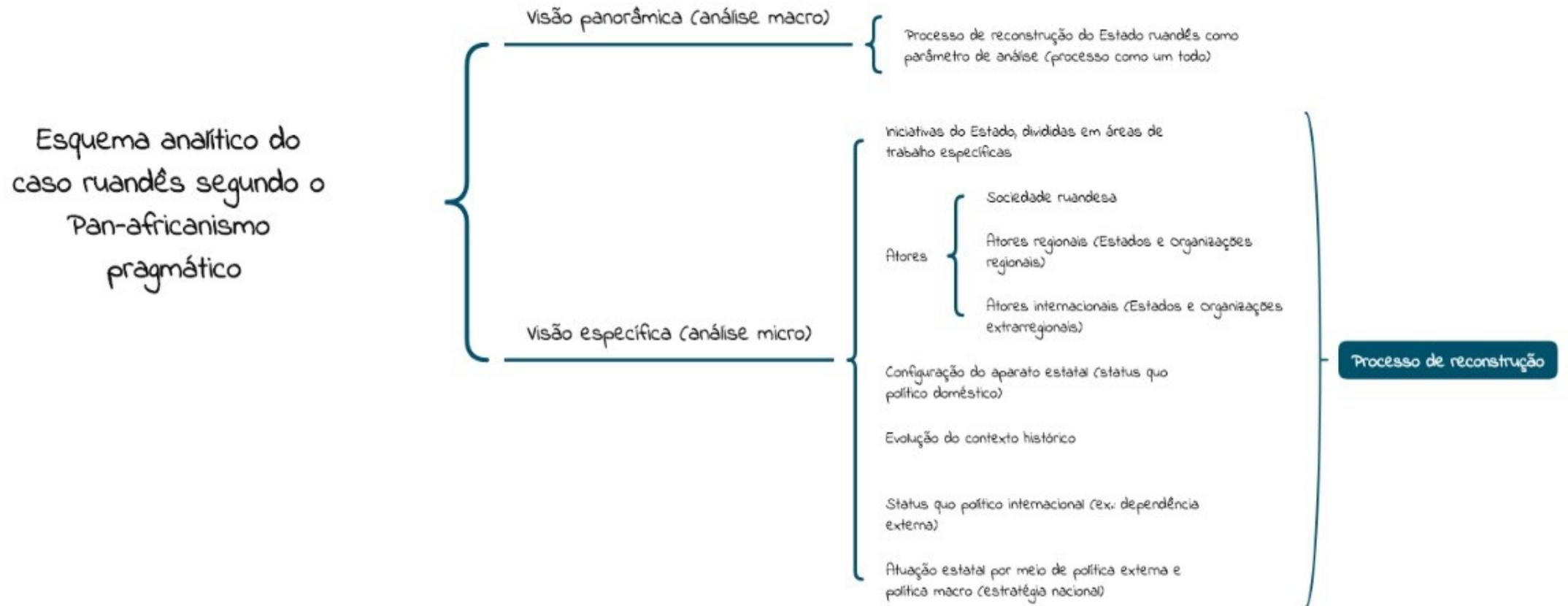
Isso leva ao questionamento de quais métricas estão sendo usadas pela comunidade internacional para classificar o sucesso de uma reconstrução, observando que há críticas em termos de liberdade de expressão, participação política, impunidade, grau de confiabilidade na *accountability* e transparência do país, perseguição política e dentre outros aspectos que vimos ao longo do trabalho.

Nesta perspectiva, é possível se estabelecer uma agenda de pesquisa para a análise de processos de reconstrução pós-guerra civil a partir do caso ruandês, com a possibilidade de ser replicável para outros estudos de caso. A replicação proposta se dá menos em um caráter de considerar o modelo de construção ótimo ou bem-sucedido, mas por trazer elementos que podem ser comuns a outros casos de reconstrução, em especial a situação de fragilidades institucionais e a dependência de capital estrangeiro. Categorias como historicidade, política externa, política estratégica nacional, atores, configuração do aparato estatal e a posição do Estado no sistema internacional podem ser norteadoras para entender o tipo de inserção no

âmbito internacional. Isso possibilita verificar o grau de pragmatismo nas relações estabelecidas e/ou se o pan-africanismo pragmático é apenas uma manifestação observável no caso ruandês. Além disso, novas categorias podem ser criadas para complementar os estudos de casos específicos.

Apresentar o Pan-Africanismo Pragmático é uma forma de entender melhor a interseção entre a política interna e a externa ruandesa, já que são poucas contribuições acadêmicas que exploram análises por esse olhar. Entender esse posicionamento facilita compreender a dualidade entre uma idolatria ao presidente Paul Kagame e sua atuação no cenário internacional (pan-africano, em busca dos ideais do continente; e internacionalista, em busca dos interesses de Ruanda), e o questionamento da sua atuação regionalmente e localmente (violação de direitos humanos, limitação de liberdade de expressão). Cabe esperar os próximos capítulos a serem escritos na história ruandesa.

Figura 8: Esquema analítico da estratégia do pan-africanismo pragmático



Fonte: Autora (2021)

CONCLUSÃO

Há uma gama de autores que concentram seus estudos sobre a África (e, especialmente, sobre o Estado africano) a partir do colonialismo, negligenciando uma trajetória histórica completa do continente (HERBST, 2000; THOMSON, 2010). Como um primeiro esforço deste trabalho, buscou-se trazer uma retomada histórica sobre a construção do Estado na África a fim de entender como as inflexões do período histórico contribuíram para a ideia de um Estado moderno, Estado o qual vemos atualmente. As categorias identificadas nessa trajetória histórica do Estado africano (tipo de organização, tipo de poder, formação das fronteiras, relações internacionais) ajudaram a entender a concepção de Estado no caso ruandês, que se desenvolveu com base em duas colonizações e inflexões internas políticas.

A herança do período colonial marcou a implantação do sistema de Estados no continente, dando as bases para o que seria considerado hoje em dia um Estado moderno africano. Mesmo com correntes teóricas que usam termos como Estado falido e dentre outras expressões (FRANCIS, 2006), considera-se nesse trabalho que, com o recente processo de descolonização, os Estados africanos ainda estão conformando suas bases societárias e suas disputas pelo poder em relação ao aparelho do Estado. Ou seja, a construção do Estado africano é um processo que ainda não acabou, está em andamento. A presença de querelas e conflitos, apesar de serem obstáculos, não negam a existência do referido processo.

A partir das relações de poder destacadas no âmbito doméstico, regional e internacional, foi possível identificar como o Estado atua como uma arena de conflitos de classes, no qual estas se reproduzem dentro do aparelho estatal (seja político, ideológico, econômico, etc). Ademais, é relevante ressaltar a existência de mais classes do que uma governante e uma dominada, mas considerando que uma vez no poder, a classe dominante utiliza o Estado para difundir seus aspectos político-ideológicos para as massas governadas.

Sendo assim, desenvolver o capítulo 1 foi importante para apresentar de maneira basilar os pilares sobre o Estado africano e sua inserção no contexto pan-africanista, propiciando o entendimento da construção do Estado ruandês, ainda pouco explorado na academia, e analisando as relações de poder sob o ponto de vista interno. Esse capítulo possibilitou uma prévia do que seria desenvolvido como Pan-Africanismo Pragmático, um aspecto distinto porém derivado dos princípios do Pan-Africanismo.

Apresentadas as bases regionais para entender o Estado africano, foi desenvolvida uma análise sobre a construção do Estado ruandês e como este se inseria na historicidade do continente, que não diverge tão significativamente de outros países africanos a partir do

período colonial. Os três momentos históricos de construção do Estado ruandês, as carteiras de identificação e as investidas dos colonos belgas chamam a atenção para selar o destino da sociedade ruandesa, divididas por etnias e postas umas contra as outras. O privilégio dado aos tutsis intensificou a ira dos hutus na busca pelo domínio do aparato estatal, sendo materializada com a guerra civil de 1994.

Desta maneira, o capítulo 2 buscou demonstrar a ruptura e o colapso de Ruanda com a guerra civil, analisando a posição de atores como as Nações Unidas, os Estados Unidos, a França e a Bélgica no conflito. Com o advento da guerra, a ajuda externa foi direcionada para a ajuda humanitária, a reabilitação e, considerando a perspectiva doméstica, houve o lançamento da *Vision 2020*, entendida como marco inaugural de um período focado na reconstrução por parte do Estado de Ruanda.

Após 27 anos da guerra civil, o processo de reconstrução se desenvolveu em diversas áreas, com o objetivo de unidade e desenvolvimento nacional. Entendida como uma estratégia nacional, a *Vision 2020* foi uma política guarda-chuva que guiou o país em busca dos seus interesses. Por escolha teórica e metodológica, no capítulo 3 optou-se por analisar *como o Estado tem se reconstruído a partir de iniciativas interna e externamente*.

Internamente, as iniciativas do Estado foram analisadas a partir de áreas de trabalho, buscando entender as políticas em torno da ideia de abolição de etnias para uma nacionalidade: ‘todos somos ruandeses’. É visto o transbordamento das ações domésticas para áreas como a de integração regional e internacional, um dos pilares da *Vision 2020*. Foi observado que a integração regional está tendo um lugar de destaque dentro das políticas de inserção internacional do Estado ruandês. As iniciativas de integração regional, demonstradas pela EAC, a ICGLR e outras organizações, ilustram os espaços que Ruanda pleiteia sua posição de *player* regional.

Mesmo não ultrapassando o peso econômico e político que outros países têm nos blocos regionais, como o Quênia, Ruanda tem ganhado prestígio por parte de países africanos em suas políticas contra corrupção e maior transparência. Conforme apresentado, Ruanda não pode se desenvolver e escoar seus produtos se a sua região não está estável, já que o Estado não possui saída para o mar. Sendo assim, para o desenvolvimento nacional é fundamental considerar políticas regionais, especialmente no âmbito da EAC, a despeito dos desafios do bloco em termos de coordenação de atuação e de interesses dos seus membros.

Parte integrante e de expressão dos seus interesses nacionais, as relações bilaterais e via organizações internacionais compõem a atuação de Ruanda, que aproveita propaganda de modelo de reconstrução pós-guerra civil difundida especialmente as OIs. Entretanto, vale

ressaltar que o papel desempenhado por Ruanda em organizações como a Commonwealth e a OIF contribui não só para os interesses nacionais, mas também para a representação dos interesses dos países africanos a partir do estreitamento de laços com a França e o Reino Unido. Adicionalmente, a diversificação das relações bilaterais surge como uma alternativa para a dependência externa que o país tem de capital estrangeiro, além de buscar se fortalecer como país do Sul.

Por fim, o capítulo 4 focou no entendimento da segunda parte do problema proposto: *quais as implicações do processo de reconstrução internamente e externamente?* Na esfera interna, a proposta foi analisar a *Vision 2020*, que se mostrou promissora em algumas temáticas, especialmente em termos de estratégia proposta, mas ainda não conseguiu chegar ao objetivo final de alçar Ruanda ao ranking de países de renda média. Sobretudo, o principal dilema em relação ao principal objetivo é o crescimento econômico ruandês, que beneficia a elite e não atinge a maior parte da população. Além disso, é observada a hipótese de que no cenário regional/continental existe uma participação do país ativamente, criando mais peso para a região a partir de princípios pan-africanistas; e globalmente existe uma inserção a partir de ideais pan-africanistas de forma pragmática, objetivando seus interesses nacionais.

Também foi proposto um modelo de reconstrução estatal a partir das informações apresentadas ao longo do capítulo 3. A partir desse modelo, também foi possível entender que Ruanda faz o movimento de se fortalecer internamente, a partir de uma unidade nacional, para ter mais força para atuar regionalmente e internacionalmente, a partir de uma estratégia de política externa gerada pelo próprio processo de reconstrução: o Pan-Africanismo Pragmático.

É possível observar com mais detalhes o Pan-Africanismo Pragmático a partir de um olhar para a esfera externa, que inclui a região dos Grandes Lagos, o continente e o âmbito global. O pan-africanismo atual, focando-se nos desafios a partir dos anos 2000, busca a resolução dos problemas africanos pelos africanos, ou seja, com soluções endógenas; dentro disso, também busca uma maior autonomia do capital estrangeiro para manter a União Africana que seria a referência para as articulações pan-africanistas (BARBOSA, 2021). Buscando uma maior autonomia dos seus doadores, Ruanda se une a sua região e aos países africanos para ter maior barganha no cenário internacional, entendendo suas forças e limitações como um bloco.

Entretanto, apesar do desejo de autonomia, o país tem o desafio de desenvolvimento nacional a considerar, o que requer fontes de investimento provenientes de doações, no atual cenário, e diversificação de parceiros para minimizar o impacto desta dependência, demandando e caracterizando o pragmatismo em suas ações no cenário internacional. Diante

disso, entender a estratégia de política externa de Ruanda é ponto-chave para desenvolver um esquema de análise do processo de reconstrução a partir de categorias específicas, como atores, iniciativas do Estado a partir de áreas de trabalho, configuração do aparato estatal, dentre outros aspectos. Ao incluir as características de boa governança das Nações Unidas (s/a3) aponta para a possibilidade de se replicar a análise, a fim de verificar a existência de um padrão de Pan-Africanismo Pragmático ou se esta é uma estratégia exclusiva do caso ruandês, sendo uma proposta de agenda de pesquisa com base em um teste do conceito teórico (e/ou sua possibilidade de extensão).

A escrita do presente trabalho se deu com o objetivo de fornecer um olhar contemporâneo de Ruanda nas Relações Internacionais, mesmo a despeito de sua inevitável associação com o histórico episódio do genocídio de 1994. Analisar a complexidade da relação Estado-sociedade pós-trauma é um desafio, diante da grande quantidade de estudos que são feitos *top-down* e com visões predominantes do Norte. Ou seja, poucos ruandeses falam da própria história, do que estão passando *in loco*. Além desses aspectos, a ausência de um livro branco de política externa ruandesa e os poucos os trabalhos com foco neste tópico em específico tornam a escolha deste estudo de caso como relevante para entender como se darão as relações intra-africanas ao longo dos anos, entendendo os protagonismos de alguns países desta região do globo a partir de uma perspectiva vinda do Sul.

Um ponto de atenção para fins de progressão em uma agenda de pesquisa política e social mais compreensiva é a necessidade de um olhar mais próximo das relações entre as classes da sociedade ruandesa, compreendendo a conformação destas no aparato estatal. Também há poucos estudos que explorem especificamente este aspecto, de forma que os estudos presentes se focam ora no campesinato, ora na elite, sem demonstrar a interligação entre estas classes, por exemplo. A pesquisa de campo para observação desta dinâmica, em especial se existe margem para maior disputa entre classes, mesmo com aumento da presença do Estado no cotidiano seria fundamental. Pelo fato das limitações contempladas ao início da apresentação deste trabalho, este exercício não foi realizado, porém, definitivamente, se coloca como uma perspectiva futura e passível de ser compartilhada com pesquisadores e interessados em abraçar este desafio.

Por fim, apesar da já mencionada dificuldade de localizar fontes acessíveis para a pesquisa de temas contemporâneos relacionados a Ruanda, é incentivado o caminho de pesquisas que contemple as dimensões dinâmicas domésticas, regionais e internacionais, o que enriquece o panorama de análise do continente africano. Para a atuação de Ruanda em todas essas esferas, resta esperar pelo andamento da história, especialmente das suas relações

intraestatais, para saber se chega a ser um país de renda média, com uma sociedade sem conflitos.

REFERÊNCIAS

2NACHEKI. Every African Will Be Proud After Watching President Kagame Take Down the EU. **Youtube vídeo**, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5LJEaV7nE1I&t=50s>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

A/50/654. **Strengthening of the coordination of humanitarian and disaster relief assistance of the united nations, including special economic assistance: special economic assistance to individual countries or regions**. October, 1995.

ACKAH, William. The politics of Pan-Africanism. *In*: RABAKA, Reiland. **Routledge Handbook of Pan-Africanism**. New York: Taylor and Francis, 2020.

ADI, Hakim. **Pan-Africanism: a History**. London: Bloomsbury, 2018.

AFRICA NEWS WITH AGENCIES. Quotas for youths, women, private sector, in AU reforms proposed by Kagame. **Africa News**, 2018 Disponível em: <<https://www.africanews.com/2018/07/02/quotas-for-youths-women-private-sector-in-au-reforms-proposal-by-kagame/>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

AFRICA REGIONAL INTEGRATION INDEX. **EAC**. s/a. Disponível em: <<https://www.integrate-africa.org/rankings/regional-economic-communities/eac/>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **Rwanda: Bank Group Country Strategy Paper 2012-2016**. [S.I.: Regional Department East A, 2011]. Disponível em: <<https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Rwanda%20-%20CSP%202012-2016.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ALTMAN, Daniel. **Where to Invest Around the World, 2014 Edition. Foreign Policy**. Washington, 24 mai. 2014. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2014/05/29/where-to-invest-around-the-world-2014-edition/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

AMOA, Michael. **The New Pan-Africanism: Globalism and the Nation State in Africa**. London: I.B. Tauris, 2019.

ANDRADE, Camila Santos. Tribunal Penal Internacional: O Crime de Genocídio e a Convenção da ONU. *In*: ANNONI, Danielle; VIGGIANO, Juliana (orgs). **Conflitos armados & jurisdição internacional**. Curitiba: Multideia, 2013.

_____. **Do coração da África para as articulações internacionais: a Cooperação Internacional Descentralizada em Ruanda a partir de 2003**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

ANI, Marimba. **Marimba Ani - A visão de mundo africana**. 2017. (9m32s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zEpavqcubyo>>. Acesso em: 6 dez. 2020.

ASALA, Kizzi; 2nacheki. 7 Times Rwandan President Kagame Called Out the West's Neocolonialism. **Africa News**, 2021. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2021/02/09/7-times-rwandan-president-kagame-called-out-the-west-s-neocolonialism/>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ASSAN, Joseph; WALKER, Lawrence. The Political Economy of Contemporary Education and the Challenges of Switching Formal Language to English in Rwanda. *In*: CAMPIONI, Madalena; NOACK, Patrick. **Rwanda Fast Forward: Social, Economic, Military and Reconciliation Prospects**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

BADI, Mbuyi Kabunda. La crisis del Estado y del desarrollo en Africa. **África América Latina**. Cuadernos nº 14, 1994.

BANCO MUNDIAL. **Rwanda Poverty Note – Rebuilding na Equitable Society: Poverty and Poverty Reduction after the Genocide**. [S.I.: 1998]. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1999/06/03/000009265_3980929125140/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2018.

_____. **Rwanda: From Post-Conflict to Reconstruction to Development**. IDA at Work, 2009. Disponível em: <<http://documents1.worldbank.org/curated/en/954801468108536137/pdf/519570BRI0ida1148B01PUBLIC11PUBLIC1.pdf>>. Acesso em: 8 mar. 2021.

_____. **World Development Indicators Database**. (2020) Disponível em: <https://databank.worldbank.org/views/reports/reportwidget.aspx?Report_Name=CountryProfile&Id=b450fd57&tbar=y&dd=y&inf=n&zm=n&country=RWA>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BARBOSA, Muryatan S. Pan-africanismo e Marxismo: aproximações e diferenças a partir do pensamento africano contemporâneo. **Revista Fim do Mundo**. Publicação da UNESP - Marília em parceria com o IBEC – Instituto Brasileiro de Estudos Contemporâneos – nº 4, jan/abr 2021. Marília-SP: Universidade Estadual Paulista, 2021.

BBC. **Rwanda vote ‘allows Kagame to extend term in office’**. (2015). Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-35138671>>. Acesso em: 29 jun 2020.

_____. **Rwanda country profile**. (2018). Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-africa-14093238>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

BELOFF, Jonathan. How the relationship between Rwanda and Trump's America could change. **The Conversation** 2017. Disponível em: <<https://theconversation.com/how-the-relationship-between-rwanda-and-trumps-america-could-change-72807>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

_____. Rwanda wants to be a Francophone leader - even though it distrusts France. **The Conversation**, 2018. Disponível em: <<https://theconversation.com/rwanda-wants-to-be-a-francophone-leader-even-though-it-distrusts-france-101146>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

_____. **Foreign Policy in Post-Genocide Rwanda: Elite Perceptions of Global Engagement**. New York: Routledge, 2020.

BERTELSMANN STIFTUNG. **BTI 2016 — Rwanda Country Report**. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung, 2016.

BISHUMBA, Nasra. MPs approve law making Swahili official language. **The New Times Rwanda**, 2017. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/section/read/207840>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

BIZIMANA, Patrick. An African success story: Anti-corruption efforts produce results. **The FCPA blog**, 2019.

BIZIMUNGU, Julius. All you need to know about the new anti-corruption monument in Kigali. **The New Times Rwanda**, 2019.

_____. Peace is a prerequisite for development - Kagame. **The New Times Rwanda**, 2020. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/news/peace-prerequisite-development-kagame>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

BOGDANDY, Armin von; HÄUBLER, Stefan; HANSCHMANN, Felix; UTZ, Raphael. State-Building, Nation-Building, and Constitutional Politics in Post-Conflict Situations: Conceptual Clarifications and an Appraisal of Different Approaches. In: BOGDANDY, Armin von; WOLFRUM, R. (eds.). **Max Planck Yearbook of United Nations Law**, Volume 9, 2005, p. 579-613.

BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder**. Sociología de las relaciones internacionales y políticas. México: Siglo XXI, 1974.

CAMPIONI, Madalena; NOACK, Patrick. Rwanda Fast Forward: the Many Perspectives that Make Rwanda a Unique Country. In: CAMPIONI, Madalena; NOACK, Patrick. **Rwanda Fast Forward: Social, Economic, Military and Reconciliation Prospects**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 2013.

CAROTHERS, Thomas. The End of the Transition Paradigm. **Journal of Democracy**, vol. 13, n° 1, January 2002, pp. 5-21.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook - Rwanda**. 2021. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/rwanda/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CÉSAIRE, AIMÉ. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHAZAN, Naomi et al. **Politics and Society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1994.

CHRÉTIEN, Jean-Pierre. **The Great Lakes of Africa: Two Thousand Years of History**. Translated by Scott Straus. New York: Zone, 2003.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: the politics of state survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. **Revista Crítica Marxista**, n. 27, p.65-85, 2008.

DAMMAN, Erin Kimball. Rwanda's Strategic Humanitarianism: Lessons from a Janus-faced State. **African Security**, 8:1, pp. 30-55.

DARKWA, Linda. Why the African Union's decision on a top post is being seen as a litmus test. **The Conversation**, 2021. Disponível em: <<https://theconversation.com/why-the-african-unions-decision-on-a-top-post-is-being-seen-as-a-litmus-test-154399>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

DEBUSSCHER, Petra; ANSOMS, An. Gender Equality Policies in Rwanda: Public Relations or Real Transformations? **Development and Change**, 44(5), 2009, pp. 1111–1134.

DES FORGES, Alison. **Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda**. [S.I]: Human Rights Watch, 1999.

ECIAFRICA CONSULTING. **Mid-Term Evaluation of UNCDF'S Local Development Programme (Gicumbi and Rulindo)**. 2007. Disponível em: <http://www.uncdf.org/sites/default/files/Documents/rwa_padc-gr_midterm_0907_en_1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. **Country Profile – Rwanda**. Addis Ababa: Economic Commission for Africa, 2016. Disponível em: <<https://www.uneca.org/sites/default/files/images/ORIA/CP/rwanda.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2019.

EMBASSY OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA IN THE REPUBLIC OF RWANDA. **China-Rwanda Relations**. 2020. Disponível em: <<http://rw.china-embassy.org/eng/zlgx/t1808141.htm>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

EVANS, Peter B. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FAGOTTO, Matteo. Wary Rwandans choose strongman Paul Kagame - and peace - over democracy. **The Guardian**, 2010. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2010/aug/01/dispatch-rwanda-election-peace-takes-priority>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAYE, Gaël. **Pequeño país**. Barcelona: Salamandra, 2018.

FERRER, Aldo. Globalización, desarrollo y densidad nacional. In: VIDAL, G.; GUILLÉN R. A. (Coord.) **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización**. Homenaje a Celso Furtado. Buenos Aires: CLACSO, 2007, pp. 431-437.

FRANCE DIPLOMACY. **Rwanda**. 2019. Disponível em: <<https://www.diplomatie.gouv.fr/>>

en/country-files/rwanda/#:~:text=Rwanda%20severed%20diplomatic%20relations%20with,Juv%C3%A9nal%20Habyarimana%20in%20April%201994.&text=France%20has%20however%20not%20had,in%20Kigali%20since%20October%202015>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FRANCIS, David. **Uniting Africa: building regional peace and security systems**. Surrey: Routledge, 2006.

GENOCIDE ARCHIVE OF RWANDA. **Ndi Umunyarwanda**. s/a. Disponível em: <https://genocidearchiverwanda.org.rw/index.php/Category:Ndi_Umunyarwanda_Collection>. Acesso em: 24 set. 2020.

GIOKOS, Eleni. Why this South American company is making laptops in Rwanda. **CNN**, 2018. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2016/07/14/africa/rwanda-tech-hub/index.html>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

GLEZ, Damien. Rwanda: Kagame plays franco-anglo balancing act. **The African Report**, 2020. Disponível: <<https://www.theafricareport.com/22713/rwanda-kagame-plays-franco-anglo-balancing-act/>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. **África Occidental: crisis vs estabilidad política**. Porto Alegre: Palmarinca e CEBRAFRICA, 2018.

GOV.UK. **Guidance UK-Rwanda commercial relationship**. 2015. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/rwanda-business-guide/uk-rwanda-commercial-relationship>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

GRAS, Romain. Kinshasa dreams of entering East African Community. **The African Report**, 2020. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/24065/kinshasa-dreams-of-entering-east-african-community/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

GREADY, Paul. Beyond “You’re with Us or against Us” - Civil Society and Policymaking in Post-Genocide Rwanda.. *In*: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars (eds.). **Remaking Rwanda: state building and human rights after mass violence**. Madison: University of Wisconsin Press, 2011, pp. 87-100.

GRIFFITHS, Martin; ROACH, Steven C.; SOLOMON, M. Scott. **Fifty Key Thinkers in International Relations**. London and New York: Routledge, 2009.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Doing Business 2016**. Disponível em: <http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB16-Full-Report.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

GUTTMACHER INSTITUTE. **Abortion in Rwanda**. 2013. Disponível em: <<https://www.guttmacher.org/sites/default/files/factsheet/fb-abortion-in-rwanda.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

HABIMANA, Aloys. The Dancing Is Still the Same. *In*: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars (eds.). **Remaking Rwanda: state building and human rights after mass violence**. Madison: University of Wisconsin Press, 2011, pp. 354-356.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

HAYMAN, Rachel. Funding Fraud? - Donors and Democracy in Rwanda. *In*: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars (eds.). **Remaking Rwanda: state building and human rights after mass violence**. Madison: University of Wisconsin Press, 2011, pp. 118-131.

HENRIQUES, Anna Beatriz Leite; LEITE, Alexandre Cesar Cunha; JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes Teixeira. Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do *Process Tracing* para o estudo das Relações Internacionais. **Revista Debates**, vol. 9, nº 1, jan-abr. 2015, pp. 9-23.

HERBST, Jeffrey. **States and Power in Africa: comparative lessons in authority and control**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HILHORST, Dorothea. LEEUWEN, Mathijs van. **Imidugudu, Vilagisation in Rwanda**. A Case of Emergency Development? Wageningen Disaster Studies, 1999. Disponível em: <<https://edepot.wur.nl/233659>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

HIMBARA, David. East African Community integration: One step forward, two steps back. **The Africa Report**, 2020. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/39264/east-african-community-integration-one-step-forward-two-steps-back/>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Rwanda: Politically Closed Elections - A Chronology of Violations**. (2017). Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2017/08/18/rwanda-politically-closed-elections>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. **Call for Independent Investigation into Rwandan Singer Kizito Mihigo's Death - Open Letter to All Commonwealth Heads of Government**. 2021. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/2021/03/08/call-independent-investigation-rwandan-singer-kizito-mihigos-death>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

INGELAERE, Bert. The Ruler's Drum and the People's Shout - Accountability and Representation on Rwanda's Hill. *In*: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars (eds.). **Remaking Rwanda: state building and human rights after mass violence**. Madison: University of Wisconsin Press, 2011, pp. 67-78.

INTERNATIONAL CONFERENCE ON THE GREAT LAKES REGION. **Background**. Disponível em: <<http://www.icglr.org/index.php/en/background>>. Acesso em: 16 ago. 2019.

INVISIBILIA. **Outside in - Read the transcript**. Podcast, 2016. Disponível em: <<https://www.npr.org/2016/07/29/487807747/read-the-transcript>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

JONES, Will. Between Pyongyang and Singapore: the Rwandan, its rulers, and the Military. *In*: CAMPIONI, Madalena; NOACK, Patrick. **Rwanda Fast Forward: Social, Economic, Military and Reconciliation Prospects**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

KAMATALI, Jean-Marie. State-building in Rwanda. *In*: KIEH, George Klay; AGBESE, Pita Ogaba. **Reconstructing the Authoritarian State in Africa**. New York: Routledge, 2014.

KARUHANGA, James. Making sense of EAC's Vision 2050. **The New Times**, 2016. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/section/read/198235>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

KATENGWA, Sharon. 25 years later, how is rape dealt with in Rwanda? **The New Times Rwanda**, 2019. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/lifestyle/25-years-later-how-rape-dealt-rwanda>>. Acesso em: 13 set. 2020.

KAYINAMURA, Gideon. Why we want to join the Commonwealth. **The Africa Report**, 2009. Disponível em: <<https://www.theafricareport.com/9323/why-we-want-to-join-the-commonwealth/>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

KHADIAGALA, Gilbert M. **War and Peace in Africa's Great Lakes Region** (editor). Cham: Palgrave macmillan, 2017.

_____; LYONS, Terrence. Foreign Policy Making in Africa: An Introduction. *In*: KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence. **African Foreign Policies: Power and Process**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001, pp. 1-13.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?:** entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRIPPENDORF, Ekkehart. **História das Relações Internacionais**. Lisboa: Antídoto, 1979.

KUMAR, Krishna; TARDIF-DOUGLIN, David. **Rebuilding Postwar Rwanda:** The Role of the International Community. USAID Evaluation Special Study No. 76, 1996. Disponível em: <<http://www.oecd.org/derec/unitedstates/50189461.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

KUPERMAN, Alan J. Rwanda in Retrospect. **Foreign Affairs**, 2000.

KUTEESA, Hudson. UAE companies eye Rwanda as a gateway to Great Lakes region. **New Times**, 2019. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/news/uae-companies-eye-rwanda-gateway-great-lakes-region>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

KUWONU, Franck. Africa's free trade area opens for business. **Africa Renewal**. Disponível em: <<https://www.un.org/africarenewal/magazine/january-2021/afcfta-africa-now-open-business>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

LAW, Tara. Rwandan President Pardons Hundreds Convicted of Having or Assisting in a Abortion. **Times**, 2019. Disponível em: <<https://time.com/5565570/rwanda-paul-kagame-women-abortion/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

LEI nº 36/2018 de 29/06/2018. **Determining the organization of Education**. Disponível em: <https://mineduc.gov.rw/fileadmin/user_upload/pdf_files/Laws-New-Uploads/Education_Laws/ITEGEKO_NO_36-2018_RYO_KU_WA_29-06-2018_RIGENA_IMITUNGANYIRIZE_Y_UBUREZI.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

LEMARCHAND, René. Foreign Policy Making in the Great Lakes Region. In: KHADIAGALA, Gilbert M.; LYONS, Terrence. **African Foreign Policies: Power and Processes**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.

LONGMAN, Timothy. **Christianity and genocide in Rwanda**. Vol. 112. Cambridge University Press, 2009a.

_____, Timothy. An Assessment of Rwanda's *Gacaca* Courts. **Peace Review: a Journal of Social Justice**, 21:304-312, 2009b.

LOMAS, Jo. An important year for UK-Rwanda relations starts now. **The New Times Rwanda**, 2020. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/opinions/important-year-uk-rwanda-relations-starts-now>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

MALISA, Mark; MISSEDJA, Thelma Quardey. The origins and evolution of Pan-Africanism. In: RABAKA, Reiland. **Routledge Handbook of Pan-Africanism**. New York: Taylor and Francis, 2020.

MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

MARIJNEN, Esther; LIJN, Jaïr van der. Rwanda 2025: Scenarios for the Future Political Stability of Rwanda. In: CAMPIONI, Madalena; NOACK, Patrick. **Rwanda Fast Forward: Social, Economic, Military and Reconciliation Prospects**. London: Palgrave Macmillan, 2012.

MAZZUCA, Sebastián I. Legitimidad, Autonomía y Capacidad: Conceptualizando (una vez más) los poderes del Estado. **Revista de Ciencia Política**, vol. 32, n. 3, 2012, pp. 545-560.

MBONYINSHUTI, Jean d'Amour. Over 360 abortion convicts receives Presidential pardon. **The New Times Rwanda**, 2019. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/news/over-360-abortion-convicts-receive-presidential-pardon>>. Acesso em: 14 set. 2020.

MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

METHIL, Renuka. 2018 African Of The Year - President Of Rwanda Paul Kagame. **Forbes Africa**, 2018. Disponível: <<https://www.forbesafrica.com/featured/2018/12/26/2018s-african-of-the-year-president-of-rwanda-paul-kagame/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

MININFRA. **Rwanda and Brasil ink a bilateral air services agreement**. 2019. Disponível em: <<https://www.mininfra.gov.rw/updates/news-details/rwanda-and-brazil-ink-a-bilateral-air-services-agreement>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MINISTÉRIO DO GOVERNO LOCAL. **National Decentralization Policy** (Revised). 2012. Disponível em: <http://197.243.22.137/minaloc/fileadmin/documents/Minaloc_Documents/Revised_Decentralisation_Policy_for_Cabinet_30_01_2013.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MINISTÉRIO DO GOVERNO LOCAL E ASSUNTOS SOCIAIS. **National Decentralization Policy**. 2001. Disponível em: <http://197.243.22.137/minaloc/fileadmin/documents/Minaloc_Documents/Decentralisation_Policy__2001.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MINISTRY OF FINANCE AND ECONOMIC PLANNING. **Vision 2050**. (2020). Disponível em: <https://www.nirda.gov.rw/uploads/tx_dce/Vision_English_Version_2050_31_Dec_2020.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MSIKULA, Abela. Tanzania, Rwanda set to strengthen bilateral, economic ties. **Daily News**, 2020. Disponível em: <<https://dailynews.co.tz/news/2020-09-225f69e62240c9e.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MUGISHA, Ivan R. Rwanda wants to quit Great Lakes body. **The East African**, 2018. Disponível em: <<https://www.theeastafrican.co.ke/tea/news/east-africa/rwanda-wants-to-quit-great-lakes-body-1401478>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MUGISHA, Emmanuel Côme. Why La Francophonie is sending 100 teachers to Rwanda. **The New Times Rwanda**, 2020. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/news/why-la-francophonie-sending-100-french-teachers-rwanda>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MUKASONGA, Scholastique. **A mulher de pés descalços**. São Paulo: Editora Nós, 2017.

MUMBERE, Daniel. Rwanda uses technology to power ‘Made in Africa’ Ambitions. **Africa News**. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2019/10/22/rwanda-uses-technology-to-power-made-in-africa-ambitions-scitech/>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

MURITHI, Tim. The African Union and the Institutionalisation of Pan-Africanism. *In*: RABAKA, Reiland. **Routledge Handbook of Pan-Africanism**. New York: Taylor and Francis, 2020.

MUSONI, Edwin. Rwanda, Belgium strengthen dialogue. **The New Times Rwanda**, 2015. Disponível em: <[https://www.newtimes.co.rw/section/read/184804#:~:text=Rwanda%20and%20Belgium%20have%20agreed,%E2%80%9Cmature%20and%20stable%20cooperation.%E2%80%9D&text=Village%20Urugwiro\)-,Rwanda%20and%20Belgium%20have%20agreed%20to%20enter%20a%20permanent%20political,%E2%80%9Cmature%20and%20stable%20cooperation.%E2%80%9D](https://www.newtimes.co.rw/section/read/184804#:~:text=Rwanda%20and%20Belgium%20have%20agreed,%E2%80%9Cmature%20and%20stable%20cooperation.%E2%80%9D&text=Village%20Urugwiro)-,Rwanda%20and%20Belgium%20have%20agreed%20to%20enter%20a%20permanent%20political,%E2%80%9Cmature%20and%20stable%20cooperation.%E2%80%9D)>. Acesso em: 14 fev. 2021.

MUTANGANSHURO, Lavie. Rwanda eyes stronger ties with Biden administration. **The New Times Rwanda**, 2021. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/news/rwanda-eyes-stronger-ties-biden-administration>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MUVUNYI, Fred. Rwanda, Tanzania mend diplomatic relations. **DW**, 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/rwanda-tanzania-mend-diplomatic-relations/a-19170998>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

MWAYILA, Tshiyembe. El Africa negra y la herencia revolucionaria del Estado-nación. **África América Latina**. Cuadernos nº 20, 1995.

N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **Class Struggle in Africa**. New York: International Publishers, 1972.

NAÇÕES UNIDAS. **Rwanda - UNAMIR**: Background. s/a1. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unamirS.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. **ICTR em Números**. s/a2. Disponível em: <<https://unictr.irmct.org/en/tribunal>>. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. **What is Good Governance?** s/a3. Disponível em: <<https://www.unescap.org/sites/default/files/good-governance.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

_____. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

_____. **The Justice and Reconciliation Process in Rwanda**. 2014. Disponível em: <<https://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/assets/pdf/Backgrounder%20Justice%202014.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2020.

NATIONAL UNITY AND RECONCILIATION COMMISSION. **Unity and Reconciliation Process in Rwanda**. 2016. Disponível em: <<https://francegenocidetutsi.org/UnityAndReconciliationRwanda2014.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

NEWSWEEK. **Cover**: August, 1994. Disponível em: <<http://44226196.weebly.com/the-media-and-the-rwandan-genocide.html>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro; ANGELO, Tiago. Por que Ruanda é o país com mais mulheres na política e o 6º em igualdade de gênero? **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/por-que-ruanda-e-o-pais-com-mais-mulheres-na-politica-e-o-6o-em-igualdade-de-genero>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

NTIRENGANYA, Emmanuel. Biruta briefs parliament on why Rwanda sought to rejoin ECCAS. **The New Times Rwanda**, 2020. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/news/biruta-briefs-parliament-why-rwanda-sought-rejoin-eccas>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

O SAL da Terra. Direção de Wim Wenders e Juliano Salgado. França, Itália, Brasil: 2014.

O'REILLY, Peter; VAUGHAN, Chris. East African integration is alive - even though leaders haven't been united over COVID-19. **The Conversation**, 2020. Disponível em:

<<https://theconversation.com/east-african-integration-is-alive-even-though-leaders-havent-been-united-over-covid-19-142419>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

OJULU, Epajjar. Why is Kagame at loggerheads with neighbors? **New African**, 2019. Disponível em: <<https://newafricanmagazine.com/18699/>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

ONE WORLD - NATIONS ONLINE. **Political Map of Rwanda**. (2020). Disponível em: <https://www.nationsonline.org/oneworld/map/rwanda_map2.htm>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ORDEM MINISTERIAL n° 002/MoH/2019. **Ordem Ministerial n° 002/MoH/2019 de 08/04/2019 determinando condições a serem satisfeitas para um médico realizar um aborto**. Disponível em: <https://www.moh.gov.rw/fileadmin/Publications/Legal_Framework/Ministerial_order_Abortion_conditions-2-12.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Rwanda**. 2020. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/na101/home/literatum/publisher/unwto/journals/content/unwtotfb/2021/unwtotfb.2021.issue-1/unwtotfb0646010020152019202012/production/unwtotfb0646010020152019202012.fp.png_v03>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Receipts Country** - Rwanda. s/a. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/financing-sustainable-development/development-finance-data/aid-at-a-glance.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

POTTIER, Johan. **Re-imagining Rwanda: Conflict, survival and disinformation in the late twentieth century**. Vol. 102. Cambridge University Press, 2002.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POWER, Samantha. **Genocídio: a retórica americana em questão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

PRUNIER, Gérard. **The Rwanda Crisis: History of a genocide**. United Kingdom: C. Hurst and Co., 4th edition, 2002.

QUADRO ESTRATÉGICO REGIONAL DOS GRANDES LAGOS DAS NAÇÕES UNIDAS. **About GLRSF**. s/a. Disponível em: <<http://www.glrfsf.org/why-a-framework/about>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

RABAKA, Reiland. Introduction: on the Intellectual elastiity and political plurality of Pan-Africanism. In: RABAKA, Reiland. **Routledge Handbook of Pan-Africanism**. New York: Taylor and Francis, 2020.

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e Relações Internacionais**. 7ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

REPORTERS WITHOUT BORDERS. **Predator Paul Kagame**. (s/a1). Disponível:<<https://rsf.org/en/predator/paul-kagame-0>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

_____. Rwanda.(s/a2). Disponível em: <<https://rsf.org/en/rwanda>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

REYNTJENS, Filip. Rwanda: Genocide and Beyond. **Journal of Refugee Studies**, Vol. 9, Nº 3, 1996.

_____. **The Great African War: Congo and Regional Geopolitics, 1996–2006**. New York: Cambridge University Press, 2009. eBook.

_____. Constructing The Truth, Dealing With Dissent, Domesticating The World: Governance In Post- Genocide Rwanda. **African Affairs**. (2010): 1–34.

_____. **Political Governance in Post-genocide Rwanda**. Cambridge: Cambridge UP, 2013. Print.

_____. Rwanda, Ten Years After the Genocide. **Analysis and Policy Brief**, n.6, March 2014. Disponível em: < <https://medialibrary.uantwerpen.be/oldcontent/container2143/files/Publications/PolicyBriefs/APB/06-Reyntjens.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____. Understanding Rwandan politics through the *longue durée*: from the precolonial to the post-genocide era. **Journal of Eastern African Studies**, 2018a, issue 3.

_____. A look back in history provides fresh insights into Rwanda today. **The Conversation**, 2018b. Disponível em: <<https://theconversation.com/a-look-back-in-history-provides-fresh-insights-into-rwanda-today-104995>>. Acesso em 13 mar. 2021.

RUANDA. **Rwanda Vision 2020**. Kigali: Ministério das Finanças e Planejamento Econômico, 2000. Disponível em: < http://www.gesci.org/assets/files/Rwanda_Vision_2020.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **National Symbols**. s/a. Disponível em: <<https://www.gov.rw/documents/national-symbols>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RUGUMAMU, Severine; GBLA, Osman. **Studies in Reconstruction and Capacity Building in Post-Conflict Countries in Africa: Some Lessons of Experience from Rwanda**. Harare: African Capacity Building Foundation, 2003. Disponível em: <http://www.lencd.org/files/casestory/Studies_in_reconstruction_and_capacity_building_in_post-conflict_countries_in_Africa:some_lessons_of_experience_from_Uganda/15-Post_Conflict_Study_Report_on_Uganda.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

RWANDA; BURUNDI; ZAIRE. **Convention establishing the Economic Community of the Great Lakes Countries (CEPLG)**. 1976. Disponível em: <<https://wits.worldbank.org/GPTAD/PDF/archive/CEPGL.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

RWANDA BIOMEDICAL CENTRE. **Brazil Supports Rwanda to Combat the COVID-19 Pandemic**. 2020. Disponível em: <https://www.rbc.gov.rw/index.php?id=100&tx_news_pi1%5Bnews%5D=572&tx_news_pi1%5Bday%5D=8&tx_news_pi1%5Bmonth%5D=10&tx_news_pi1%5Byear%5D=2020&cHash=87c011936fc13de24467338e0222e130>. Acesso em: 13 fev. 2021.

RWANDA GOVERNANCE BOARD. **Girinka**. 2017. Disponível em: <http://www.rgb.rw/fileadmin/Key_documents/HGS/GIRINKA_revised_2017.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

RWANDAPEDIA. **Umuganda**. s/a1. Disponível em: <<http://www.rwandapedia.rw/content/umuganda-0>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. **Imihigo**. s/a2. Disponível em: <<http://rwandapedia.rw/explore/imihigo>>. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. **Abunzi**. s/a3. Disponível em: <<http://rwandapedia.rw/content/abunzi>>. Acesso em: 24 set. 2020.

_____. **Ubudehe**. s/a4. Disponível em: <<http://rwandapedia.rw/explore/ubudehe>>. Acesso em: 24 set. 2020.

_____. **Umushyikirano**. s/a5. Disponível em: <<http://rwandapedia.rw/content/umushyikirano>>. Acesso em: 24 set. 2020.

_____. **Umwihherero**. s/a6. Disponível em: <<http://rwandapedia.rw/content/umwihherero>>. Acesso em: 24 set. 2020.

S/RES/909. **Resolution 909 (1994) Adopted by the Security Council at its 3358th meeting, on 5 April 1994.**

S/RES/912. **Resolution 912 (1994) Adopted by the Security Council at its 3368th meeting, on 21 April 1994.**

S/RES/918. **Resolution 918 (1994) Adopted by the Security Council at its 3377th meeting, on 17 May 1994.**

SABIITI, Daniel. AU Elects Kagame To Drive Africa 2063 Agenda. **KT Press**. Disponível em: <<https://www.ktpress.rw/2020/02/au-elects-kagame-to-drive-africa-2063-agenda/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SAMOFF, Joel. Class, Class Conflict, and the State in Africa. **Political Science Quarterly**, Nova Iorque, v. 97, n. 1, p.105-127, abr. 1982.

SANTOS, Alexandre dos. Ruanda: as chagas (ainda) abertas de uma nação. *In*: GONÇALVES, Jonuel. **África no mundo contemporâneo: estruturas e relações**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SILVA, Igor Castellano da; DIALLO, Mamadou Alpha. Nova Crise nos Grandes Lagos da África Central: o Surgimento da Segunda Guerra Mundial Africana? **Revista Conjuntura Austral**, vol. 4, 2013, pp. 22-31.

SILVA, Igor Castellano da. Mitologia e Teoria de Relações Internacionais na África: avanços do novo regionalismo. **Revista InterAção** 5(5): 50–104, 2013.

_____. **Política externa na África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional** (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia). Porto Alegre: CEBRÁFRICA-UFRGS, 2017.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign intervention in Africa: from the Cold War to the War on Terror**. New York: Cambridge University Press, 2013.

SHABAN, Abdur Rahman Alfa. Rwanda to Africa: Paul Kagame's 'loaded' AU presidency [Explainer]. **Africa News**. Disponível em: <<https://www.africanews.com/2019/02/27/rwanda-to-africa-paul-kagame-loaded-au-presidency-explainer/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

SKOCPOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current Research. In: EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Ed.) **Bringing the State Back In**. New York: Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SMITH, David Norman. The Genesis of Genocide in Rwanda: The Fatal Dialectic of Class and Ethnicity. **Humanity & Society**, Volume 19, Number 4, November, 1995.

SOUTHALL, Aidan. State Formation in Africa. **Annu. Rev. Anthropol.** 1974.3:153-165.

STRAUS, Scott; WALDORF, Lars. Introduction: Seeing Like a Post- Conflict State. In: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars (eds.). **Remaking Rwanda: state building and human rights after mass violence**. Madison: University of Wisconsin Press, 2011, pp. 3-21.

TAARIFA. Rwanda legalises abortion with conditions. **Taarifa**, 2019. Disponível em: <<https://taarifa.rw/rwanda-legalises-abortion-with-conditions/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

TELESUR. African Union Pushes for Financial Independence, Elects Rwanda to Leading 2018. **TeleSUR**, 2017. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/english/news/Rwanda-Elected-to-Lead-African-Union-in-2018-20170706-0003.html>>. Acesso: 25 mar. 2018.

TERRA. França e Ruanda restabelecem relações diplomáticas. **Terra**, 2009. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/franca-e-ruanda-restabelecem-relacoes-diplomaticas,5acd43e78784b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

THE COMMONWEALTH. s/a. Disponível em: <<https://thecommonwealth.org/>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

THE EMBASSY OF RWANDA WASHINGTON DC. USA. **Bilateral Relations**. s/a. Disponível em: <<https://rwandaembassy.org/the-embassy/bilateral-relations#:~:text=The%20United%20States%20established%20diplomatic,sector%2C%20particularly%20in%20rural%20areas>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

THE EXPRESS NEWS. Brazil, Rwanda agree on sports development deal. **The Express News**, s/a. Disponível em: <<http://expressnews.rw/brazil-rwanda-agree-on-sports-development-deal/>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

THE NEW HUMANITARIAN. **Mapa de Ruanda**. 2006. Disponível em: <<https://www.thenewhumanitarian.org/fr/node/227964>>. Acesso: 8 mar. 2021.

THOMSON, Alex. **An Introduction to African Politics**. 3^a ed. New York: Routledge, 2010.

THOMSON, Susan. **Rwanda: From Genocide to Precarious Peace**. New Haven: Yale University Press, 2018.

TIANRAN, Lyu; GAIPING, Zhang. Interview: Rwandan president saas Rwanda-China ties stronger, Belt and Road Initiative promotes world development. **Xinhua Net**, 2018. Disponível em: <http://www.xinhuanet.com/english/2018-07/23/c_137341681.htm>. Acesso em: 16 fev. 2021.

TILBURG, Peter van. Decentralisation as a Stabilising Factor in Rwanda. In: Crawford, Gordon; Hartmann, Christof. **Decentralisation in Africa: A Pathway out of Poverty and Conflict?** Amsterdam: Amsterdam University Press, 2008, pp. 213-231.

TIME. **Cover**: May 16, 1994a. Disponível em: <<http://44226196.weebly.com/uploads/4/4/8/2/44829035/691826.jpg?289>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

_____. **Cover**: August 1, 1994b. Disponível em: <<http://44226196.weebly.com/uploads/4/4/8/2/44829035/8518673.jpg?290>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

TIMES REPORTER. Fee free primary education in Rwanda. **The New Times Rwanda**, 2008.

_____. Rwanda, Brazil to strengthen ties in agriculture. **The New Times Rwanda**, 2011. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/section/read/84360>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

_____. Why Rwanda sought to rejoin ECCAS. **The New Times Rwanda**, 2015. Disponível em: <<https://www.newtimes.co.rw/section/read/189229>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **CPI 2019: Sub-Saharan Region**. 2020. Disponível em: <<https://www.transparency.org/en/news/cpi-2019-sub-saharan-africa>>. Acesso em: 26 set. 2020.

TSHIBAMBE, Ngoie. La construcción del Estado (*state building*) en el África Subsahariana. **África América Latina**. Cuadernos n° 20

TURIANSKYI, Yarik. Kagame's AU reforms will struggle to survive without him. **Africa Portal**. Disponível em: <<https://www.africaportal.org/features/kagames-au-reforms-will-struggle-survive-without-him/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

TWAGILIMANA, Aimbale. **Historical Dictionary of Rwanda**. EDITORA: Rowman & Littlefield Publishers, 2015.

TWAGIRAMUNGU, Noel; SEBARENZI, Joseph. Rwanda can't achieve reconciliation without fixing its democracy. **The Conversation**, 2018. Disponível em: <<https://theconversation.com/rwanda-cant-achieve-reconciliation-without-fixing-its-democracy-94925>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

UNIÃO AFRICANA. **Agenda 2063: The Africa We Want.** s/a. Disponível em: <<https://au.int/en/agenda2063/overview>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA. **EAC – East African Community.** [S.I: s/a1]. Disponível: <<https://www.uneca.org/oria/pages/eac-%E2%80%93-east-african-community>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. **ECCAS - Economic Community of Central African States.** s/a2. Disponível em: <<https://www.uneca.org/archive/oria/pages/eccas-economic-community-central-african-states>>. Acesso em: 11 fev. 2021.

UVIN, Peter. **Aiding Violence: the Development Enterprise in Rwanda.** West Hartford: Kumarian Press, 1998.

UVUZA, Justine J. **Hidden Inequalities: Rwandan Female Politicians' Experiences of Balancing Family and Political Responsibilities.** A Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy. School of Geography Politics and Sociology, Newcastle University, 2014. Disponível em: <<https://theses.ncl.ac.uk/jspui/bitstream/10443/2475/1/Uvuza%2c%20J.%202014.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

VAN HOYWEGHEN, Saskia. The Disintegration of the Catholic Church of Rwanda: A Study of the Fragmentation of Political and Religious Authority. **African Affairs.** (1996) Vol. 95, No. 380, pp. 379–401.

VERHOEVEN, Harry. Nurturing Democracy or into the Danger Zone? The Rwandan Patriotic Front, Elite Fragmentation and Post-liberation Politics. *In*: CAMPIONI, Madalena; NOACK, Patrick. **Rwanda Fast Forward: Social, Economic, Military and Reconciliation Prospects.** London: Palgrave Macmillan, 2012.

VERWIMP, Philip. **Peasants in Power: The Political Economy of Development and Genocide in Rwanda.** London: Springer, 2013.

VIOTTI, Aurélio Romanini de Abranches. **Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: Entre a Cruz Vermelha e Clausewitz.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Breve História da África.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007

_____. **História da África e dos Africanos.** Petrópolis: Vozes, 2014.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010).** Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

_____; Equipe do NERINT/CEBRÀFRICA. **Guia de Política Externa dos Estados Africanos.** Porto Alegre: Palmarinca e NERINT/UFRGS, 2018.

VISIT RWANDA. Disponível em: <<https://www.visitrwanda.com/>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

VOA NEWS. Rwanda Touts Benefits of New Commonwealth Membership. *Voa News*, 2010. Disponível em: <<https://www.voanews.com/africa/rwanda-touts-benefits-new-commonwealth-membership>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

WABGOU, Maguemati; KABUNDA, Mbuyi; TSHIBAMBE, Ngoie. **Estado moderno, integración regional y desarrollo en África**. Propuestas para una nueva agenda política y económica. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2018.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-State Structure of the Modern World-System. In: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (eds) **International Theory: Positivism and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, pp. 87-107.

_____. **Africa: the politics of independence and unity**. New York: University of Nebraska press, 2005.

WILLIAMS, Paul D. **War and Conflict in Africa**. Cambridge: Polity Press, 2016.

WOLTERS, Stephanie. The Gacaca Process. **African Security Review**, 14(3), 2005.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2018**. Geneva: 2018. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ZAKARIA, Fareed. Zakaria: A Way Forward for Africa. **Newsweek**. Nova York, 17 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.newsweek.com/zakaria-way-forward-africa-81993>>. Acesso em: 3 mar. 2018.

ZORBAS, Eugenia. Reconciliation in post-genocide Rwanda. **African Journal of Legal Studies** 1, 1: 30–52, 2004.

_____. Aid Dependence and Policy Independence - Explaining the Rwandan Paradox. In: STRAUS, Scott; WALDORF, Lars (eds.). **Remaking Rwanda: state building and human rights after mass violence**. Madison: University of Wisconsin Press, 2011, pp. 103-117.

ANEXO A - CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS EM RUANDA DESDE 1959

Ano	Acontecimento
1959-1963	Revolução Social, massacre contra os tutsis. Centenas de milhares fugiram para os países vizinhos
1962	Independência da Bélgica, Grégoire Kayibanda primeiro presidente de Ruanda
1973	Juvénal Habyarimana assume o poder em um golpe
1981-1986	A 'Guerra de Libertação' de Uganda vencida por Museveni, com a ajuda de exilados ruandeses contra Milton Obote e Tito Okello
1990	Invasão do norte de Ruanda pela FPR; morte de Fred Rwigyema (líder do grupo)
6-7 de abril de 1994	Assassinato de Habyarimana; início da guerra civil
Julho de 1994	Fim da guerra civil, êxodo de 2 milhões de ruandeses para o Zaire Oriental
1996-1997	Lançamento da rebelião no Zaire/Congo. Destruição do campos de refugiados entre outubro de 1996 e março de 1997. Kinshasa cai em maio
1997-1998	Insurgência no noroeste de Ruanda
Agosto de 1998	Grande guerra africana irrompe depois que Laurent Kabila e seus aliados ugandenses-ruandeses e congoleses tutsis caem
2000	Lançamento da <i>Vision 2020</i>
2000	Presidente Bizimungu substituído por Paul Kagame
2003	Paul Kagame ganha as primeiras eleições pós-conflito
2005	Reordenação espacial, com 12 províncias sendo substituídas por 5 Restabelecido os Tribunais de Gacaca
2007	Ruanda entra na EAC
2008	Ruanda muda a Política Nacional de Educação para inglês
Agosto de 2010	Kagame é reeleito por sete anos mais
Dezembro de 2015	Emenda constitucional, a partir de um referendo, permitindo um terceiro mandato de Paul Kagame
Agosto de 2017	Kagame é eleito com 98,79% dos votos
2018	Kagame é o presidente da União Africana
2019	Louise Mushikiwabo é a Secretária Geral da Organização Internacional da Francofonia

Fonte: adaptado pela autora, com base em BBC (2015; 2018), Human Rights Watch (2017) e Verhoeven (2012).

ANEXO B - RESPOSTAS HUMANITÁRIAS PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL EM 1995

Ator	Assistência
China	Repasse de bens gerais
Chipre	Bens farmacêuticos e doação voluntária de dinheiro
Finlândia	Contribuições financeiras para agências especializadas das Nações Unidas
Alemanha	Programas de reabilitação nas áreas de saúde, sistema judiciário, educação, reintegração de refugiados.
Índia	Equipamentos de transporte, como jipes, ônibus, caminhões e motocicletas.
Itália	Contribuição financeira para UNICEF.
Japão	Contribuições financeiras para as agências especializadas das Nações Unidas.
Luxemburgo	Contribuição financeira para assistência emergencial e humanitária
Coreia do Sul	Contribuições financeiras para o ACNUR, equipamentos de transporte para a UNAMIR.
Espanha	Financiamento de assistência emergencial e humanitária para refugiados, sistema judicial e direitos humanos
Suíça	Contribuições financeiras nas áreas de assistência humanitária, cooperação e desenvolvimento, sistema judicial.
Departamento de Assuntos Humanitários do Secretariado (Nações Unidas)	Escritório de Emergência das Nações Unidas em Ruanda (UNREO) auxiliando <i>in loco</i> na coordenação da assistência humanitária
Departamento de Operações de Manutenção da Paz do Secretariado (Nações Unidas)	Auxílio na Operação Retorno, iniciativa para transportar pessoas deslocadas para suas comunidades de origem.
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos	11 escritórios <i>in loco</i> para acompanhar questões judiciais e alegações de violações de direitos humanos.
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Apoio na implementação do Programa de Reconciliação Nacional e Reabilitação e Recuperação Socioeconômica.
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	Apoio às questões de refugiados e pessoas deslocadas e projetos em conjunto com outras agências e o governo de Ruanda.
Fundo das Nações Unidas	Centros infantis foram disponibilizados com água,

para a Infância	comida, facilidades sanitárias
Voluntários das Nações Unidas	Voluntários de diferentes agências especializadas das Nações Unidas para dar suporte <i>in loco</i> .
Programa Mundial de Alimentos	Distribuição de comida e sementes, além de projetos para aumentar a produção de alimentos.
Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura	Distribuição de sementes, ferramentas e fertilizantes, além de controle de doenças.
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	Desenvolvimento do Programa de Educação para Emergências e Reconstrução, dando assistência educacional em campos de refugiados.

Fonte: Nações Unidas (1995).

ANEXO C - PAPÉIS DO ESTADO DE RUANDA

O papel do Estado	Era Pré-colonial	Era Colonial	Da independência até 1994	Período Pós-genocídio
Paz interna e segurança	- Geralmente bem assegurado pela autoridade do rei, - Períodos de expansão do conflito e relações com alguns reinos vizinhos	- Menos guerras regionais, após a demarcação das fronteiras coloniais e a instalação da administração colonial	- Destruições causadas pelas divisões étnicas, - Clima permanente de insegurança.	- Luta contra a insurgência de 1996-2000, - Alto nível de segurança interna, - Pacificação da região dos Grandes Lagos em andamento
Unidade da Nação	- Não há problemas internos e todos contribuíram para defender a nação. No entanto, costumava haver exílio voluntário de indivíduos ou grupos que desafiaram a autoridade real. - A guerra de sucessão de Rucunshu em 1896 que resultou na enfraquecimento do regime real.	Rachaduras no tecido social da nação: a Escolas exclusivas para os filhos dos chefes em Nyanza em 1918 e Astrida em 1929 operadas por padres brancos; b A destituição de hutus, modestos tutsis e twa pelos belgas em 1926	Desenvolvimento de ideologias étnicas divisionistas. Desintegração total do tecido social após o genocídio de 1990-1994.	- vontade política explícita e esforços de reconciliação, - Comissão Nacional de Unidade e Reconciliação - quadro jurídico anti-segregação, incluindo a abolição dos cartões de etnia
Justiça	-	-	-	- Esforços para separar os três poderes, - Gacaca: justiça reconciliatória.
Direitos Humanos	Pouco respeitado	Pouco respeitado	Não respeitado	Progresso em direção ao Estado de Direito
	- Políticas	- O presidente concentrou os poderes	- Poderes	- Descentralização progressiva dos poderes

Descentralização	hierárquicas e centralizadas.	políticos em suas mãos, - Início do concentração da economia nacional nas mãos do Estado	econômicos e políticos altamente centralizados.	político e econômico, promoção do setor privado - Estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento Comum para Descentralização
Governança e democracia	- Baixo nível de equidade social. - todos os líderes foram nomeados, - possibilidade de expressão e questionamento da autoridade	- perda de um terço do território nacional após a partição de 1910, - Baixo nível de equidade social. - sem democracia, mas controle estatal e coerção	- má governação por parte do partido, - baixo nível de igualdade social - ditadura do partido	- melhoria progressiva da participação popular, - estratégia de combate à pobreza, - Ombudsman institucionalizado. - multipartismo institucionalizado, - lei de liberalização da imprensa, - consulta sobre a Constituição Nacional.
Integração Regional e Internacional	- intercâmbio limitado com reinos vizinhos, - sem troca com países estrangeiros (mundo externo)	- abertura das fronteiras do país, - contatos com o mundo através do Estado colonial da Bélgica, - produtos básicos.	- mais abertura para a cooperação internacional, - problemas periódicos com os países vizinhos devido às relações pessoais entre as classes dominantes.	- entrada e saída gratuitas de cidadãos, - esforços para pacificar a região dos Grandes Lagos e para a política de boa vizinhança, - esforços para o multilinguismo, - política de integração regional e de abertura.
Gestão de assuntos (públicos) do Estado	- Monarquia	- Eficiente, mas coercivo	- melhoria progressiva, - alto nível de corrupção	- reformas e órgãos que visam melhorar a transparência - Combatendo a corrupção
Diáspora	- Limitado	- exacerbção de ondas de imigrantes fugindo do jugo colonial e do governo	- papel negativo do Estado na emigração forçada, - desestabilização da	- dupla cidadania, - esforços para boas relações e contato, - entrada e saída fáceis,

		implacável - fechar o monitoramento da gestão indígena.	Diáspora nos países de acolhimento.	- abordagem participativa e consulta generalizada
--	--	--	--	---

Fonte: Ruanda (2000).

ANEXO D - FOTOS ADICIONAIS

Capas de revistas sobre a guerra civil em Ruanda



Fonte: Time (1994a), Time (1994b) e Newsweek (1994).

Umuganda em novembro de 2015



Fonte: Acervo pessoal

ICTR em números

93 INDIVIDUALS INDICTED BY THE ICTR

62 Sentenced

14 Acquitted

10 Referred to national jurisdictions for trial

3 Fugitives referred to the MICT

2 Deceased prior judgement

2 Indictments withdrawn before trial

Fonte: Nações Unidas (s/a).

Imagem 7: Mapa administrativo de Ruanda desde 2006



Fonte: One World - Nations Online (2020)

Símbolos Nacionais de Ruanda



Fonte: Feita pela autora, com base em Ruanda (s/a).

Paul Kagame como predador a imprensa livre

PREDATOR OF PRESS FREEDOM

 The infographic features a portrait of Paul Kagame on the left, with a circular stamp over it that says 'PREDATOR'. To the right, the text reads:

Paul KAGAME
 President of Rwanda
 Aged 58

Predator since **2000**

Appointed vice-president in 1994, after the genocide, Paul Kagame took over as president when Pasteur Bizimungu resigned in 2000. Kagame had the constitution amended in December 2015 so that he can run for another seven-year term in 2017 and potentially remain in power until 2034.

Fonte: Adaptada do Reporters Without Borders (s/a1).

Logo da estratégia do *Visit Rwanda*



Fonte: Visit Rwanda (2021).

Barganha de Ruanda com a França e Inglaterra



Fonte: Glez (2020).